



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GERMANO ANTÔNIO RIGOTTO

*MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*

PORTO ALEGRE

FEVEREIRO DE 2005

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Germano Antônio Rigotto

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Antônio Hohlfeldt

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL
Alberto Walter de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
João Carlos Brum Torres

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Helena Maria S. Coelho

CHEFE DA CASA MILITAR
Ten. Cel. Paulo Roberto Osório

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Celito de Grandi

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA E COOPERATIVISMO
Vulmar Silveira Leite

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
Luiz Alfredo Schütz

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
José Otávio Germano

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Paulo Michelucci Rodrigues

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO
Frederico Cantori Antunes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Alceu Moreira da Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
Odacir Klein

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Luís Roberto Andrade Ponte

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
José Alberto Reus Fortunati

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Jorge Celso Gobbi

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Osmar Gasparini Terra

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Mauro Sparta

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Edir Pedro de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES
Alexandre Postal

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
Luiz Valdir Andres

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Roque Jacoby

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Kalil Sehbe Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER
Luís Augusto Barcellos Lara

LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Dep. Luiz Fernando Zacchia

APRESENTAÇÃO

No exercício de 2004, o Governo do Estado ao mesmo tempo em que deu continuidade às ações que especificam e instrumentalizam os grandes eixos que estruturam seu programa administrativo - a atração de investimentos e o fomento ao desenvolvimento econômico, a inclusão social, o combate às desigualdades regionais e a modernização da gestão e dos serviços públicos -, viu-se confrontado com o agravamento da crise fiscal e com a necessidade de tomar medidas enérgicas e de fundo para enfrentar essas dificuldades estruturais.

A verdade é que, muito embora a ação de governo na área tributária e fiscal nos últimos anos tenha permitido conter a tendência de deterioração das contas públicas estaduais, o descompasso estrutural entre receitas e despesas correntes tem se mantido muito elevado, obrigando as sucessivas administrações a se valerem de receitas extraordinárias para assegurar o fechamento dos exercícios financeiros.

A demonstração de que, não obstante a gravidade da situação financeira do Estado, há uma tendência de melhora nos indicadores fiscais pode ser feita com a utilização de mais de um indicador, podendo-se mencionar a propósito tanto o fato de que a seqüência de trinta anos de resultados primários negativos foi interrompida nos últimos três anos, quanto pela evolução da denominada *situação financeira líquida real*, cujo saldo negativo passou de R\$4,5 bilhões em 2002, para R\$3,9 bilhões em 2004.

Contudo, esses resultados, embora significativos, não foram suficientes para permitir a recuperação, em curto prazo, do equilíbrio das contas públicas do Estado, razão pela qual a busca de receitas extraordinárias tem sido essencial, não apenas para o fechamento dos exercícios financeiros, mas para a própria preservação das funções de Estado. Assim, para fazer referência apenas ao período mais recente, do ano de 1999 até o exercício recém findo, os montantes anuais de recursos mobilizados extraordinariamente pela administração fazendária estadual foram, em valores correntes, de 1,1 bilhão de reais em 1999, um bilhão em 2000, de 753 milhões em 2001, de 959 milhões em 2002, de 1,2 bilhão em 2003 e de 1,4 bilhão em 2004.

Historicamente, as formas encontradas para viabilizar esse ingresso de receitas extraordinárias foram o aumento da dívida fundada, o chamado "financiamento inflacionário", a venda de ativos e o incremento da dívida de curto prazo pela utilização do caixa único. Presentemente, no entanto, esses mecanismos se encontram próximos da exaustão e o Governo se tem visto na contingência de buscar esse financiamento extraordinário mediante mecanismos inovadores mas heterodoxos, como foram a intermediação do BANRISUL para pagamento de décimo-terceiro salário dos servidores e o mecanismo de financiamento criado pela Lei Nº 12.069/04.

No entanto, é evidente que esta situação não pode ser mantida indefinidamente e que o Estado precisa tomar providências de recuperação do equilíbrio das contas que se valham dos mecanismos ordinários de saneamento financeiro, como são a redução do gasto e o incremento das despesas correntes.

Esta a razão pela qual, no âmbito desta indispensável política de saneamento financeiro do Estado, a atual administração enviou a essa Casa no passado mês de dezembro, o conjunto de projetos que veio a ser conhecido como o Plano de Ajuste do Setor Público Estadual.

Este Plano de Ajuste compõe-se de três linhas de ação: melhorias estruturais de gestão, redução de despesas da ordem de R\$ 954 milhões e aumento de receitas em R\$ 750 milhões.

Dentre as melhorias estruturais de gestão cabe destacar o Programa de Incentivo à Qualidade e Produtividade no Serviço Público, baseado na extensão do sistema de contratos de gestão à administração direta, e o projeto de lei sobre política salarial. Inclui-se também neste grupo o convênio a ser celebrado com o Programa Gaúcho de Qualidade, destinado à revisão dos processos vinculados à gestão da receita e da despesa pública.

Com relação à despesa, o Plano de Ajuste prevê uma redução das despesas correntes orçada, para 2005, em R\$ 618 milhões e uma redução de investimentos de R\$ 236 milhões, a ser obtida mediante o contingenciamento orçamentário e a pactuação de tetos de gasto com os diferentes órgãos do Estado.

Já com relação ao incremento das receitas, o Plano de Ajuste envolveu o aumento das alíquotas de ICMS dos combustíveis, telecomunicações, e energia elétrica residencial, com consumo superior a 50 kw/mês. Além do mais foi também estabelecida uma nova sistemática de utilização dos créditos de ICMS acumulados pelo setor exportador de modo a ampliar a base impositiva do ICMS. Ainda no âmbito da receita estão se implementando uma série de medidas de modernização da gestão, incluindo-se aí o já referido convênio com o PGQP visando à modernização da gestão tributária e o combate à sonegação.

Mesmo tendo em conta a amplitude e o rigor desse conjunto de medidas, seria uma ilusão supor que uma situação de desequilíbrio histórico como a que caracteriza as finanças públicas do Estado possa ser resolvida por um passe de mágica. Esse é um processo que requer tenacidade e persistência, não só do Governo, mas de toda a sociedade, pois a recuperação da saúde fiscal do setor público rio-grandense não se fará sem sacrifícios necessariamente compartilhados.

Esta preponderância da agenda fiscal nas preocupações gerenciais do Governo não deve fazer com que se perca de vista que no exercício de 2004 o Estado deu continuidade à prestação dos serviços públicos essenciais e aos programas de expansão e melhoria da ação governamental em muitas áreas.

O Relatório de Trabalho 2003/ 2004, recentemente divulgado por esta administração, dá conta, pormenorizadamente, das principais realizações do Governo nesses dois anos de mandato. Para evocar, de maneira meramente exemplificativa, algumas das ações e realizações ali registradas, basta mencionar, na área da promoção ao desenvolvimento, que ao longo desse período mais de 80 mil empresas surgiram no Rio Grande do Sul sendo, na sua grande maioria empresas de pequeno e médio porte. Além disso, um total de 145 novos empreendimentos estão sendo implantados no Estado significando

investimentos da ordem de R\$ 14 bilhões e estão em negociação mais 94 empreendimentos que alcançam R\$12 bilhões resultando, no total, 42,7 mil empregos diretos.

Já no que tange ao combate às desigualdades regionais é de ressaltar que a Metade Sul do Estado passa por um processo de profunda reformulação de sua matriz produtiva, mercê dos grandes investimentos de base florestal para a produção de madeira celulose, papel e mobiliário. Além disso, a implantação de dois estaleiros em Rio Grande abre grandes perspectivas para que se constitua na região um novo pólo metal-mecânico.

Já no conjunto de ações do Governo na área social cabe referir entre outros programas, o Primeira Infância Melhor, que hoje emprega 300 visitantes familiares em uma centena de municípios; a duplicação do Programa Saúde para Todos; o conjunto de ações que logrou reduzir de 15,9 par 14,9 por mil o coeficiente de mortalidade infantil; o investimento de R\$ 210 milhões no fornecimento de remédios a 70 mil usuários cadastrados.

De outra parte, os investimentos em educação reduziram em 10% o contingente de analfabetos atingindo 45 mil pessoas. Na área da habitação 42 mil famílias foram beneficiadas com a aplicação de R\$ 31 milhões. Na área do Trabalho 15 mil trabalhadores foram alvo de qualificação. O programa Família Cidadã fornece recursos médios de R\$ 297/mês para 3,1 mil famílias em 50 municípios; o convênio FGTAS/SINE propiciou a recolocação de 72 mil trabalhadores no mercado de trabalho; a Campanha do Agasalho atingiu 1,7 milhão de peças de roupas.

Na área de infra-estrutura vale destacar a aplicação de R\$ 40 milhões na Rota do Sol, as obras dos corredores de exportação com recursos do BID e JBIC e Tesouro do Estado, a restauração através do Programa CREMA de 1.020 km de rodovias, a conclusão do complexo de acesso ao aeroporto Salgado Filho e investimentos em portos e canais. Cabe ressaltar, também, os investimentos em subestações e em canalização de gás bem como a aplicação de R\$ 52 milhões em saneamento.

Na Segurança Pública ampliaram-se os serviços com aumento dos contingentes na Brigada Militar, Polícia Civil, SUSEPE, DETRAN num total de 3.212 servidores, ao mesmo foram criadas mais 900 vagas no sistema prisional bem como as mais de mil novas viaturas que foram disponibilizadas para atendimento da população.

Evidentemente, não é o caso de nesta breve apresentação descrever o amplo conjunto de ações governamentais realizadas no exercício de 2004, as quais, de resto, estão detalhadas adiante.

Antes de concluir estas observações preambulares, convém ainda referir, antecipando o detalhamento analítico que será feito adiante, que na área econômica, o Estado teve novamente um bom desempenho, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto tendo sido de 3,6%, merecendo destaque o crescimento de 6,6% da indústria, o qual compensou as perdas sofridas pelo produto agrícola, decorrentes da grande estiagem que vitimou a lavoura estadual em 2004.

Por fim, registre-se que a Mensagem que ora apresentamos a essa Egrégia Assembléia Legislativa, nos termos do disposto no inciso IX do artigo 82 da Constituição Estadual, detalha o desempenho econômico do Estado, a análise da situação das finanças públicas estaduais, bem como, conforme já referido, o relatório das principais ações do Governo realizadas no exercício de 2004, organizadas segundo os Programas que integram o Plano Plurianual 2004-2007.

SUMÁRIO

<u>I – O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA</u>	3
<u>II – AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL</u>	23
<u>III – AS AÇÕES DO GOVERNO</u>	39
<u>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO</u>	41
<u>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E CRÉDITO</u>	43
<u>AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</u>	52
<u>TURISMO, ESPORTE E LAZER</u>	61
<u>DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</u>	66
<u>INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE</u>	75
<u>TRANSPORTES</u>	77
<u>ENERGIA</u>	82
<u>SANEAMENTO E OBRAS PÚBLICAS</u>	88
<u>HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO</u>	92
<u>MEIO AMBIENTE</u>	98
<u>POLÍTICAS SOCIAIS</u>	105
<u>SAÚDE</u>	107
<u>EDUCAÇÃO</u>	129
<u>JUSTIÇA E SEGURANÇA</u>	143
<u>TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL</u>	180
<u>CULTURA</u>	195
<u>ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS</u>	203
<u>GOVERNO DO ESTADO</u>	205
<u>COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO</u>	210
<u>ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS</u>	215
<u>ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA</u>	221
<u>ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL</u>	222
<u>REGULAÇÃO</u>	232

I – O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

Em 2004, o PIB brasileiro cresceu 5,3%, deixando para trás um triênio de estagnação. Embora o País convivesse com críticas externas em torno da associação da alta da inflação às variações dos preços do barril do petróleo (Fundo Monetário Internacional - FMI), da debilidade do clima de investimentos (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD) e da falta de competitividade de crescimento (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE), é inegável a melhora no desempenho da economia nesse ano. De qualquer forma, cabe lembrar, em um primeiro momento, os posicionamentos das três instituições - FMI, BIRD e OCDE - com relação ao Brasil, tendo em vista que a vulnerabilidade externa tem sido uma das maiores preocupações das autoridades brasileiras no seu relacionamento com a comunidade internacional.

A inserção do Brasil na economia internacional do novo século passa pela constatação realizada pelo FMI, em sua reunião anual, realizada em Washington, no mês de setembro de 2004, de que o País estava entre as três economias emergentes que sofreriam os maiores impactos do aumento do preço dos combustíveis sobre a inflação. Esse efeito consiste em considerar que a manutenção, durante um ano, de um aumento de US\$ 5,00 no barril de petróleo elevaria a inflação brasileira em 1%, devido à sensibilidade da economia nacional às oscilações nos preços dos combustíveis.

Paralelamente e no mesmo evento, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Mundial, deu a conhecer em seu "Relatório do Desenvolvimento Mundial 2005", que o Brasil estava localizado em último lugar - atrás de 53 economias emergentes selecionadas pela Instituição - no que diz respeito ao clima de investimentos, quando os critérios de avaliação compreendem, dentre outros itens, a carga tributária, a instabilidade de regras, a imprevisibilidade da política econômica, a insuficiência de investimentos e a obtenção de crédito. De acordo com o BIRD, os financiamentos subsidiados e/ou direcionados às economias emergentes resultam da incapacidade dos governantes de colocarem em prática reformas microeconômicas, emperrando, dessa forma, o crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Ainda nessa relação do País com a economia global, o Fórum Econômico Mundial constatou que o Brasil prosseguiu em seu roteiro de queda quanto ao nível de competitividade de crescimento no ranking das nações. Segundo o relatório global de competitividade divulgado em outubro, o Brasil, que ocupava a 45ª posição em 2001, caiu para a 57ª posição em 2003, devido, dentre outros fatores, ao fato de situar-se na 93ª colocação em termos da maior inflação do mundo e na 101ª posição no que se refere às taxas de juros praticadas entre as 104 nações analisadas. É preciso considerar, porém, que as limitações detectadas no ambiente econômico brasileiro frente à globalização se devem, em parte, ao fato de que as informações utilizadas se referem ao período anterior à transição política do final de 2002, quando a inflação e o Risco País sofreram forte impacto pela expectativa de que haveria uma mudança na política

econômica com a chegada da oposição ao poder, alteração esta que não se confirmou.

Dadas as ressalvas originadas no ambiente externo, é possível identificar-se uma série de melhoras que se materializaram no contexto interno à medida que a preservação da agenda do governo anterior viabilizou a alternância de poder no Brasil, ao mesmo tempo em que a política econômica não sofreu qualquer solução de continuidade, embora fosse amplamente esperada .

Em primeiro lugar, a inflação manteve-se dentro do intervalo previsto no acordo com o FMI. A meta para 2004 era de 5,5%, com intervalo de 2,5%, podendo atingir, no máximo, 8,0% até o final do exercício. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) manteve a sua trajetória de queda no triênio, pois a variação anual, que fora de 12,53% contra a meta de 3,50% em 2002 e de 9,30% contra a meta ajustada pelo Banco Central de 8,50% em 2003, recuou para 7,6% em 2004, ou seja, um percentual menor do que o limite superior de 8% acordado com o Fundo. Os grupos que mais contribuíram para o IPCA foram as comunicações (13,91%), os transportes (10,99%) e a educação (10,44%). Embora as autoridades monetárias possam comemorar o recuo no IPCA, até porque o câmbio colaborou para essa queda, é importante ressaltar que o IGP-DI encerrou 2004 com alta de 12,14%, em parte, por causa da elevação de 14,67% no Índice dos Preços do Atacado (IPA), que teve, nos aumentos dos preços do ferro, do aço, das resinas plásticas e dos combustíveis, as maiores pressões sobre o índice no atacado. As conseqüências, à frente, sobre os preços administrados, como telefonia e energia, certamente geram preocupações a todos aqueles que monitoram a política econômica brasileira.

No que respeita às finanças públicas, a relação da dívida pública com o PIB caiu em 2004, fato este que ocorreu pela primeira vez nos últimos dez anos. Embora as autoridades fiscais não tenham conseguido alongar os prazos da dívida pública interna de curto prazo - 45,5% do estoque no acumulado até novembro contra a meta prevista de 30% a 35% até dezembro -, conforme constava no Plano Anual de Financiamento do Tesouro Nacional, é incontestável que o superávit primário de 4,25% do PIB, negociado com o FMI, foi alcançado com êxito por causa da retomada do crescimento econômico e pela elevação da carga tributária, que atingiu 31,26% do PIB no acumulado até setembro do corrente ano contra 29,56% do produto no mesmo período de 2003. Paralelamente, o resultado do Tesouro Nacional, no acumulado referente aos dez primeiros meses do ano, evidencia que, se a despesa aumentou de 16% para 16,9% do PIB entre 2003 e 2004, a receita total também teve um incremento de 23,5% para 24,5% do produto do ano anterior para o exercício findo. Com a melhora no resultado das contas públicas, o Risco Brasil, que se encontrava no patamar de 800 pontos no quarto mês do ano, recuou para 402 pontos no início de dezembro, apresentando uma trajetória de convergência para com o objetivo esperado pelo Governo. Em setembro, as três agências internacionais de classificação de risco, a Standard and Poor's, no dia 9, a Moody's, no dia 27, e a Fitch, no dia 28, elevaram a nota de crédito (*rating*) da dívida soberana - securitizada há uma década pelo Plano Brady - de longo prazo do Brasil. Essas elevações são deveras importantes, porém ainda mantêm o País em nível de *non-investment grade*.

Paralelamente aos resultados das contas públicas, o Brasil obteve incrementos substanciais na produção agrícola e na sua corrente de comércio. Um novo patamar na produção de grãos consolidou-se progressivamente nesse quinquênio e contribuiu decisivamente, via exportações, para a melhora das contas externas brasileiras.

A indústria, que registrou o maior incremento em termos setoriais em 2004, chegou ao final do exercício com a utilização da capacidade instalada em torno de 85%. O otimismo com relação ao desempenho deve-se, entre outros fatores, ao fato de que não houve escassez de matérias-primas nem esgotamento da capacidade instalada. Um início de recuperação na atividade voltada para o consumo interno, após um período concentrado prioritariamente no mercado externo, fez de 2004 um momento importante na manutenção da estabilidade econômica, seguido da retomada do crescimento econômico e sinalizando, assim, a possibilidade de o País reunir esforços para o tão aguardado crescimento sustentável.

A ECONOMIA GAÚCHA EM 2004

A retomada do crescimento brasileiro em 2004 encontrou o Rio Grande do Sul crescendo pelo segundo ano consecutivo, após a desaceleração do período 2000-02. Depois de obter um excelente desempenho em 2003, quando o produto avançou 5,4%, no exercício passado, o PIB gaúcho apresentou um incremento de 3,6%.

O desempenho da economia gaúcha ficou aquém daquele obtido pela economia brasileira, porque a primeira se antecipou um ano à retomada da atividade econômica em nível nacional, tornando a base de comparação para o Brasil mais débil do que aquela correspondente ao Rio Grande do Sul. Mesmo assim, os 3,6% obtidos para o Estado são superiores ao crescimento médio de 2,3%, que foi alcançado pela economia gaúcha nos últimos 10 anos (1994-03), ou, ainda, ao incremento médio de 3,4%, que representou o avanço médio estadual nos últimos cinco anos (1999-03). Em comparação com o PIB brasileiro, a participação do produto do Rio Grande do Sul tem se mantido em torno de 8%: era de 7,85 % em 2001, recuou para 7,76% em 2002, avançou para 8,66% em 2003 e, atualmente, encontra-se no patamar de 8,52%.

Ao final de 2004, com o incremento de 3,6% na atividade econômica, simultaneamente a um avanço de 2,4% no indicador correspondente per capita, a economia gaúcha passou a registrar um PIB de R\$ 149,2 bilhões e um PIB per capita da ordem de R\$ 14.037,57.

Setorialmente, o Valor Agregado Bruto (VAB) da agricultura recuou 1,3%, a indústria avançou 6,6%, e o setor serviços alcançou um incremento de 2,7%. Na comparação com o desempenho da economia brasileira, o ambiente econômico estadual não conseguiu repetir o comportamento do exercício anterior, porque a economia brasileira vinha de três anos de estagnação. Mesmo assim, a participação da economia estadual em âmbito nacional, que fora de 8,66% em 2003, manteve-se praticamente a mesma, tendo alcançado 8,52% em 2004.

A INSERÇÃO DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA NO AMBIENTE ECONÔMICO

Tradicionalmente, a articulação da agropecuária gaúcha - responsável por 18% da economia estadual - com o Exterior e com o desempenho e a administração da agricultura em âmbito nacional, implica uma análise preliminar do cenário externo e, internamente, da política agrícola posta em prática pelas autoridades brasileiras.

O CONTEXTO EXTERNO

O contexto externo em 2004 caracterizou-se, dentre outros fatores, pela expansão da economia mundial, pela instabilidade no mercado de petróleo, pela queda livre do dólar em âmbito internacional, pela manutenção do belicismo no Oriente Médio, pela ampliação da União Européia e pela fragilização do Mercosul no contexto regional.

Desde 2001, quando ocorreu a desaceleração da economia internacional - e também da economia gaúcha -, a retomada do crescimento global tem estado no centro das atenções de todos os agentes econômicos. Progressivamente, o desempenho mundial foi se recuperando e alcançando taxas de crescimento de 3,0% em 2002, 3,9% em 2003 e 5,0% em 2004, oportunidade em que a economia internacional se encontrava extremamente aquecida, embora algumas nações importantes estivessem com um comportamento aquém da média global. Segundo estimativas apresentadas no mês de setembro pela OCDE e pelo FMI, o crescimento econômico em 2004 estava estimado em 4,3% nos Estados Unidos, 4,4% no Japão, 9,0% na China, 2,0% na Zona Euro, 5,5% na Europa emergente e 7,6% na Ásia emergente. Dentre outros fatores, a continuidade da recuperação global está relacionada ao comportamento dos preços dos combustíveis.

Efetivamente, o preço do barril de petróleo West Texas (WTI) começou o ano de 2004 na casa de US\$ 32,52 e, após elevações sucessivas, encontrava-se em 11 de outubro em US\$ 53,64, para entrega em novembro, devido à incerteza quanto à possibilidade de a Nigéria, sétimo maior exportador, paralisar a produção a partir da pressão dos sindicatos do setor, elevando-se ao US\$ 54,45 no dia seguinte, por causa do impacto do furacão Ivã sobre a produção dos Estados Unidos no Golfo do México.

Dentre as tantas razões que contribuíram para os aumentos sucessivos do ouro negro no mercado mundial, destacaram-se a elevação das importações chinesas de petróleo, os atentados no Iraque - seja nos oleodutos, seja nas plantas de produção - o impasse na gestão da Yukos, empresa-líder da produção de petróleo na Rússia, e a especulação gerada a partir da atuação dos fundos de *hedges*, investidores não comerciais que estiveram presentes nas transações de petróleo com um volume de recursos da ordem de US\$ 3,2 bilhões em meados de 2004.

Face à elevação dos preços praticados pelo mercado, a Organização dos Países exportadores de Petróleo (OPEP) elevou o patamar de produção ao recorde dos últimos 25 anos e comprometeu-se a mantê-lo nesse nível para evitar, inclusive, o avanço nos preços ao longo da próxima estação de frio na América do Norte. Os recuos na cotação do barril, constantes a partir de 22 de

outubro, decorreram do acordo de sindicalistas e representantes do Governo na Nigéria para evitar uma greve geral, da menor presença de compradores chineses no mercado, da divulgação da notícia de que o Irã suspenderia o enriquecimento de urânio e do abrandamento do frio que afetava o nordeste dos Estados Unidos. Um breve repique levou a cotação do barril do petróleo WTI aos US\$ 50,00 no final do mês de novembro, tendo em vista a informação de que haveria baixa reposição de reservas nos Estados Unidos. Felizmente, a notícia não se confirmou, e, quando Washigton divulgou, no início de dezembro, que a reposição de gasolina e derivados estava muito além do esperado e houve a constatação de que o início do inverno na costa leste não era tão rígido como nos anos anteriores, o preço do barril evidenciou uma queda abrupta de 12%, alcançando a cotação de US\$ 43,25.

Da mesma forma como os preços do barril de petróleo, a presença dos déficits gêmeos - fiscal e contas externas - nos Estados Unidos causou forte impacto na economia mundial em 2004. O aumento dos déficits e a ameaça da inflação pressionaram as taxas de juros locais e geraram efeitos daninhos sobre o desempenho de muitos países. Durante o ano que chegou ao fim, a moeda norte-americana esteve em queda, ao mesmo tempo em que o déficit público de US\$ 570,0 bilhões e o déficit em conta corrente da ordem de US\$ 670,0 bilhões pressionaram as taxas de juros, que iniciaram uma trajetória ascendente a partir do mês de julho próximo passado.

No que tange à União Européia, as suas lideranças precisaram lidar com a ampliação da Instituição em um pano de fundo de economia em desaceleração a partir do mês de agosto. A queda livre do dólar, e o conseqüente fortalecimento do euro, colocaram a Zona Euro em uma posição extremamente difícil, dadas as conseqüências da trajetória da moeda norte-americana sobre as exportações regionais e sobre as contas externas do bloco econômico.

Em âmbito regional, o Mercosul conviveu com enormes dificuldades seja em função do default argentino seja por causa dos impasses na corrente de comércio das duas maiores economias do bloco. Em 2004 o Governo Kirchner manteve, no início, o objetivo de levar adiante a sua proposta original de negociação do fim da moratória. Tendo em vista as dificuldades para a aceitação da proposta, houve flexibilização por parte do Governo argentino no que diz respeito à capitalização dos juros do período. Até o final do exercício, o impasse mantinha-se e chegou a uma situação muito delicada quando o Banco de Nova York, que iria articular a saída do default, abandonou o papel que exercia, deixando o Ministro Roberto Lavagna em dificuldades quanto aos desdobramentos das negociações junto à comunidade financeira internacional. Internamente, no Mercosul, a atitude de Buenos Aires de criar barreiras para os produtos brasileiros e a contrapartida de Brasília de ceder, de ser complacente, considerando que o Governo brasileiro se mostrou sensibilizado com o processo de desindustrialização argentino, marcaram as atitudes do ano que chegou ao seu final.

O CONTEXTO NACIONAL

Se o cenário externo foi denso em mudanças durante 2004, a presença do Brasil na economia internacional implicou um megassuperavit comercial, onde o agronegócio apresentou um desempenho excepcional, e a agricultura, em

particular, conviveu com a expansão da fronteira agrícola nacional e com a competitividade das commodities agrícolas, que contribuíram para tornar o País menos dependente no que diz respeito às suas contas externas, dada a entrada de um volume expressivo de dólares no corrente ano.

A produção da agricultura brasileira atingiu 119,2 milhões de toneladas de grãos em 47,5 milhões de hectares em 2004. Nesse exercício, o PIB do agronegócio, segundo estimativas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) alcançou R\$ 524,5 bilhões, tendo crescido 3,4% sobre o ano anterior e representando 30,4% do produto nacional.

No segundo semestre, a queda no preço das commodities agrícolas e a elevação dos custos de produção deixaram os produtores rurais preocupados quanto às perspectivas da qualidade da lavoura, embora o agronegócio houvesse obtido o expressivo resultado de US\$ 33 bilhões como saldo comercial ao longo de 2004. Desse total, a soja liderou os saldos comerciais, com a exportação de 19 milhões de toneladas, gerando um saldo na balança da ordem de US\$ 10 bilhões, sendo que uma parte expressiva do total foi negociada antecipadamente.

Depois da soja, pela ordem, o complexo das carnes contribuiu com um saldo comercial de US\$ 6,10 bilhões para as contas externas brasileiras. Mesmo que o País precise ainda acessar os mercados de expressão - como são os casos do Japão e dos Estados Unidos -, em 2004 o Brasil exportou 1,94 milhão de toneladas de carne bovina, que representaram um total de US\$ 2,45 bilhões, mantendo, dessa forma, pelo segundo ano consecutivo, a liderança no mercado mundial do produto. No caso da carne suína, o País também obteve um nível de exportações recorde, de 507.703 toneladas, representando uma receita de US\$ 773 milhões no corrente ano.

O segmento sucroalcooleiro foi o terceiro setor do agronegócio em importância ao viabilizar uma entrada de US\$ 2,70 bilhões como saldo comercial. Para tanto, o álcool, com exportações de dois bilhões de litros, e o açúcar viabilizaram, em conjunto, uma receita de US\$ 3,1 bilhões. Convém lembrar que o dilema do setor não se resume a ser o maior produtor mundial do segmento sucroalcooleiro - 25,9 milhões de toneladas de açúcar, seguido pela Índia, e 13,9 milhões de m³ de álcool, seguido pelos Estados Unidos -, mas em dispor de estoques para dar continuidade ao fornecimento exigido pela demanda mundial. A abertura do mercado de etanol, os preços do petróleo nas alturas e a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, no próximo dia 16 de fevereiro de 2005, criam imensas oportunidades de negócios para o álcool nos próximos anos.

Favorecido pela elevação dos preços externos após um quinquênio de preços desaquecidos, o café foi o quarto produto do lavoura a contribuir para a balança comercial brasileira, registrando um superávit de US\$ 2 bilhões. Os preços em queda por um longo período simultaneamente à elevação dos custos fez com que os produtores de café se descapitalizassem, não dessem o tratamento mais adequado ao produto e criassem a expectativa de que a produção, no futuro, pode cair.

O rol daqueles produtos que marcaram presença na produção da agropecuária nacional, no cenário externo, é complementado com as

contribuições para o saldo comercial do couro (US\$ 1,40 bilhão), impulsionado pela presença do Brasil nas exportações do complexo carne; do suco de laranja (US\$ 1,30 bilhão), em um ano com estoques globais elevados; do milho (US\$ 570 milhões), em um período que combinou estoques baixos com safra recorde na América do Norte; e do algodão (US\$ 300 milhões), em um momento em que a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste avançou sobre o território brasileiro.

Paralelamente à produção destinada às exportações, as autoridades setoriais chegaram ao final de 2004 com a expectativa de adequarem o volume de crédito às necessidades do setor produtivo. E assim, dentre outros, o lançamento do FINAME - que irá complementar as funções do Moderfrota e do Moderagro - para o agronegócio viabilizará a disponibilidade de recursos mais baratos do que aqueles disponíveis no mercado; a expansão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) adequará a função de financiamento ao setor produtivo com aquela da divulgação do café nacional; e o avanço da segunda para a terceira fase do plano da lavoura cacaeira permitirá o atendimento dos compromissos assumidos pelos produtores com relação ao Programa de Saneamento de Ativos (PESA).

Um terceiro aspecto pertinente ao Setor Primário que tomou forma em 2004 se refere à tramitação, pelo Congresso Nacional, da legislação concernente ao biodiesel. Embora haja a expectativa de que o mercado alcance uma relativa maturidade até 2008, a utilização do biodiesel iniciará com uma mistura de 2% pelos próximos quatro anos, devendo elevar-se ao patamar de 5% no início da próxima década. Tendo em vista que a capacidade de produção nacional atual está estimada em oito milhões de litros e necessitará ser multiplicada por 100 a partir da utilização da mistura de 2% do biodiesel no diesel, fica registrada a importância das escolhas das oleaginosas - soja, girassol, bagaço de cana, mamona e amendoim, dentre outras - para a conversão em biodiesel; da correspondente tecnologia a ser empregada no processo produtivo; e do comportamento dos preços das opções de oleaginosas frente ao preço do diesel vigente no mercado.

Outro ponto importante na análise da agropecuária brasileira, em 2004, refere-se à forte participação nacional junto às nações que lideram o cultivo de organismos geneticamente modificados. As informações mais atualizadas sobre o emprego da transgenia, divulgadas no mês de dezembro de 2004 pelo Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia, mostram que o Brasil, com três milhões de hectares ocupados com soja transgênica, ocupa o quarto lugar, após os Estados Unidos, o Canadá e a Argentina e antes da China, na relação dos países com as maiores áreas destinadas aos transgênicos.

No âmbito da pesquisa e dos investimentos em tecnologia, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que comemorou o seu 30º aniversário em novembro de 2004, realizou, ao longo do exercício, dentre outras atividades, o encerramento do genoma do café, as pesquisas na clonagem bovina, no mamão e no feijão transgênicos, além de nos cultivares de arroz e de cacau. Esforços vêm sendo desenvolvidos para novos cultivares, como são os casos da soja e da cana-de-açúcar. Especificamente com relação aos clones

transgênicos, um dos focos que merece destaque diz respeito à produção de substâncias, dentre as quais se destacam os fármacos.

Independentemente da controvérsia em curso no País sobre transgênicos, a EMBRAPA anunciou que iria pesquisar o genoma da soja em parceria com a China, paralelamente ao início do intercâmbio de germoplasma, que implica troca de material genético de plantas entre profissionais da empresa brasileira e da Academia de Ciências Agrárias daquele país.

No contexto político, durante o ano de 2004, ocorreram amplas discussões em torno do marco legal para o plantio da soja transgênica. Outra questão polêmica dizia respeito ao pagamento de royalties a quem desenvolveu a tecnologia de transgênicos e que, inclusive, resultaria na edição da Medida Provisória no 223, cujo foco interno esteve centrado na emissão de nota fiscal na venda das sementes, o que repercutiu intensamente na América do Norte, tendo em vista que lá o pagamento é compulsório. Além disso, a legislação nacional permite que a soja transgênica seja cultivada, embora a comercialização das sementes prossiga vedada.

O Projeto de Lei de Biossegurança, aprovado no Senado, encontrava-se na Câmara para ser votado desde o final de outubro de 2004. Na versão do Senado, a CTNBio deve concluir sobre a liberação dos transgênicos, enquanto, no parecer da Câmara, a decisão cabe aos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e da Saúde.

Quanto à produção animal, após ter sido criado como decorrência das negociações com os representantes da União Européia e de ter gerado imensas expectativas, o Sistema Brasileiro de Identificação de Origem de Bovinos e Bubalinos (SISBOV), que previa rastrear os animais através de identificação obrigatória, passou a ser uma iniciativa de natureza voluntária em 2004, face ao impacto sobre os custos de produção que criava para o produtor rural, bem como pelo fato de os frigoríficos não aceitarem arcar com esse custo adicional no processo produtivo.

O embargo russo à carne brasileira, iniciado no mês de setembro, a partir da identificação de focos de aftosa nos Estados do Amazonas e do Pará, criou um ambiente de múltiplas negociações entre ambos os países, seja nos aspectos técnicos e comerciais, seja no contexto político e diplomático. Embora o embargo tenha sido flexibilizado em benefício do Estado de Santa Catarina, o ano chegou ao fim sem que as relações do complexo carne ficassem normalizados entre os parceiros e ensejando motivos para que o Brasil recorra a outras medidas a fim de tratar devidamente a matéria.

Para concluir, cabe o registro de que, ao final de 2004, havia indícios fortes de que a agricultura brasileira deverá conviver, à frente, com a desaceleração da economia internacional, que se encontrava extremamente aquecida, e com a presença de dois movimentos que afetam o Setor Primário nacional, quais sejam, a redução dos preços das commodities em âmbito global e a trajetória ascendente dos custos de produção no ambiente interno.

A AGRICULTURA GAÚCHA

A agricultura gaúcha participa desse desafio imenso em que o País está envolvido, o de buscar o crescimento sustentável, uma vez que, em 2004, um jornal dos Estados Unidos de grande repercussão internacional identificou o Brasil como um verdadeiro celeiro global.

A análise da estrutura do VAB gaúcho permite perceber que, no último biênio, houve uma participação crescente da agropecuária sobre o produto total do Estado. Em 2000, a participação da agropecuária alcançava 14,2%, recuou para 11,7% em 2001 e, desde então, avançou para 15,0% em 2003 e para 18,0% em 2004.

De fato, nesta década, o comportamento do Setor Primário viabilizou essa participação sobre a economia gaúcha, porque ocorreram fatos importantes nas últimas safras, quais sejam, o desempenho insatisfatório da lavoura, como decorrência da estiagem do final do exercício prévio no ano 2000, a safra excepcional ocorrida em 2001, as colheitas frustradas de soja e de milho no exercício de 2002, o extraordinário avanço de 21,1% da agropecuária em 2003 e, face à base de comparação do ano anterior ser muito elevada, aliada às frustrações com as safras de soja e milho, a redução em 1,3% durante o ano de 2004.

A LAVOURA EM 2004

Após o expressivo crescimento de 2003, ocasião em que a lavoura gaúcha avançou 27,8%, contribuindo, dessa forma, para o fim da desaceleração da economia estadual do biênio 2001-02, em 2004 o desempenho subsetorial não manteve o mesmo ritmo, tendo recuado 2,1%.

Essa queda no comportamento da lavoura deve-se, preliminarmente, ao fato de que o nível de produção que serve como base de comparação para o resultado de 2004 compreende o comportamento excepcional dos indicadores correspondentes ao exercício de 2003.

As taxas de crescimento para os principais produtos da lavoura gaúcha podem ser reunidas em três grupos: as de excepcional desempenho, aquelas que se mantiveram muito próximas dos valores do ano anterior e, por último, as que apresentaram quedas abruptas.

O fumo registrou a maior taxa de crescimento na relação dos principais produtos da lavoura do Estado. Embora o Brasil tenha firmado um tratado junto à Organização Mundial de Saúde em meados de 2004, visando combater o tabagismo, e considerando os indícios de que o País possa aderir à convenção internacional para o controle sobre o tabaco - as discussões foram adiadas para o início de 2005 -, que estabelece um prazo de duas décadas para o fim das lavouras de fumo, a área plantada no Estado, que representa metade da produção nacional e que já está presente em 350 municípios gaúchos, avançou 16,7% em 2004. É oportuno lembrar que os Estados Unidos, um entre os maiores concorrentes da produção brasileira de fumo, ainda não firmaram a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Depois de uma queda de 5,2% na safra anterior, em 2004 o aumento da produção de fumo no Rio Grande do Sul

atingiu 50%, alcançando 482.951 toneladas, devido a um incremento de 28,5% na produtividade.

Depois do fumo, a produção de uva foi a responsável pela segunda maior taxa de crescimento na safra atual. Dos patamares de 570.181 toneladas em 2002 e de 489.015 toneladas em 2003, a produção avançou para 696.557 em 2004, atingindo um incremento de 42% de 2003 para 2004, devido a um crescimento de 36% na produtividade.

O arroz, pela ordem, foi o produto que apresentou o terceiro maior incremento entre aqueles que participaram da lavoura estadual em 2004. O crescimento da produtividade, da ordem de 24,3%, viabilizou a elevação da produção do cereal de 4.697.151 para 6.338.117 toneladas, resultando em um incremento de 34,9% na safra desse ano. Um aspecto relacionado à produção de arroz, e que se tornou recorrente durante o ano, foram as reuniões da cadeia produtiva do arroz para discussão do destino do excedente do produto do Mercosul. No cerne do debate, encontram-se o arroz produzido no Uruguai e na Argentina, em quantidades crescentes no mercado brasileiro, o impacto do mesmo sobre os custos de produção e sobre a estabilidade de preços locais e a possibilidade, inclusive, de utilização de salvaguardas comerciais para a sustentação do preço do produto. A necessidade de renegociar os acordos comerciais do Mercosul no sentido de elevar a Tarifa Externa Comum (TEC), tendo em vista a autosuficiência brasileira na produção de arroz, foi um dos temas centrais da Carta de Tapes, um documento elaborado pelas entidades do setor quando da Primeira Abertura Oficial do Plantio de Arroz, realizada em Tapes, em setembro passado.

Juntamente com o fumo, a uva e o arroz, a cebola e a maçã complementam o grupo dos produtos da lavoura estadual que registraram forte incremento durante a atual safra. As 158.086 toneladas de cebola obtidas em 2004 viabilizaram um incremento de 28,2% nas quantidades produzidas, independentemente da queda de 13,7% na área colhida, praticamente compensando a queda correspondente de 24% na produção da safra imediatamente anterior. Quanto à maçã, a produção atingiu 353.140 toneladas em 2004, tendo sido utilizados 13.447 hectares de área colhida no processo produtivo, resultando em uma produtividade de 26,26 t/ha.

Um segundo grupo de produtos - laranja, feijão, trigo, batata inglesa e mandioca - registrou queda de um dígito na produção ao longo da safra atual. Em 2004, a produção de laranja registrou um decréscimo de 1,4% paralelamente às reduções de 3% no feijão, 5,7% no trigo, 5,8% na batata inglesa e 6,3% na mandioca. Nesse segundo grupo, houve diminuição de área colhida nas produções de feijão (12,5%) e de batata-inglesa (11,9%) enquanto a laranja e a mandioca mantiveram a mesma superfície de terra na safra atual, quanto comparada à anterior. No caso do trigo, a produção de 2.258.240 toneladas obtida em 2004 foi inferior àquela de 2003, quando atingiu 2.395.557 toneladas, como decorrência de uma queda de 10,6% na produtividade.

Por último, o conjunto formado pelas culturas da cana-de-açúcar, banana, milho e soja compreende o desempenho negativo da safra passada. A queda na produção de soja, da ordem de 42,1% em 2004, reduzindo as quantidades produzidas de 9.579.297 toneladas em 2003 para 5.541.706

toneladas no corrente ano, e a diminuição de 37,9% na produção de milho, cuja safra registrou um decréscimo de 5.426.124 toneladas no exercício passado para 3.371.277 toneladas em 2004, representam, em conjunto, a variação de maior impacto da lavoura sobre a economia gaúcha. A banana e a cana-de-açúcar, com quedas na produção de 17,2% e 12,1%, respectivamente, concluem a análise do terceiro grupo de produtos que participa do perfil produtivo da lavoura do Rio Grande do Sul.

A PECUÁRIA EM 2004

Após o produto subsetorial haver crescido 2,2% em 2002 e 1,9% em 2003, a produção animal gaúcha voltou a avançar em 2004, desta feita a uma taxa de 2,4% ao ano, evidenciando um comportamento distinto da intermitência verificada no desempenho recente da lavoura.

Em 2004, houve aumentos nas produções de leite (8,8%), mel (5,2%), aves (3,9%), bovinos (2,3%) e suínos (0,1%), e ocorreram quedas nos níveis de produção de ovos (1,8%), lã (5,7%) e ovinos (6,7%).

A INDÚSTRIA GAÚCHA EM 2004

Em 2004, a indústria estadual deu uma contribuição extraordinária para o desempenho da economia gaúcha. Durante o triênio 2001-03, período em que a economia brasileira conviveu com um processo de estagnação, também a indústria gaúcha apresentou um desempenho tímido. Em 2004, todavia, houve reversão com relação ao contexto anterior, e a indústria cresceu 6,6%, principalmente por causa do incremento de 7,7% na indústria de transformação, tendo em vista que o subsetor eletricidade, água e luz aumentou 2,3%, e a construção civil recuou 0,4% no período. Nesse exercício, a indústria representou 40,6% do VAB estadual.

Dando continuidade às atividades previamente direcionadas às exportações e ao novo patamar de produção da agropecuária, o comportamento da indústria de transformação gaúcha em 2004 decorreu do desempenho das atividades de fumo; veículos automotores; máquinas e equipamentos; metalurgia básica; mobiliário; borracha e plástico; produtos de metal - exclusivamente máquinas e equipamentos; dos bons resultados das indústrias de bebidas; e de edição, impressão e reprodução de gravações. As demais atividades não apresentaram avanços ou evidenciaram leves recuos.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 2004

A indústria do fumo liderou o *ranking* das atividades da indústria de transformação gaúcha em 2004, com um crescimento de 28,9% sobre o ano anterior, quando registrou uma queda de 5,7%.

A produção de veículos automotores e de máquinas e equipamentos situou-se logo após à da indústria do fumo na economia gaúcha em 2004. Ambas vêm apresentando excelentes desempenhos nos últimos três anos, tendo em vista que, desde 2002, os números são extremamente positivos para essas atividades. A produção de veículos automotores, que cresceu 21% em 2002 e

5,8% em 2003, avançou 22,8% em 2004. No mesmo sentido, a atividade voltada a máquinas e equipamentos, que havia registrado incrementos de 20,9% em 2002 e 11,2% em 2003, evidenciou um novo aumento de 19,9% em 2004. A recuperação da safra argentina explica parte do desempenho das máquinas agrícolas em 2004.

Um terceiro grupo de atividades industriais e que reúne aquelas direcionadas à produção de metalurgia básica, mobiliário, borracha e plástico e produtos de metal-exclusivamente máquinas e equipamentos, bebidas e edição, impressão e reprodução de gravações alcançou também um avanço expressivo em 2004. Todavia, ao contrário do grupo anterior - veículos automotores e máquinas e equipamentos -, que já vinha registrando incrementos substanciais há um triênio, esse terceiro grupo, com exceção de produtos de metal, mostrava um desempenho insuficiente desde 2002. E assim, em 2004, as atividades da indústria direcionadas - acompanhadas dos seus respectivos crescimentos - à metalurgia básica (17,6%); ao mobiliário (13,7%); à borracha e ao plástico (13,3%), a produtos de metal, exclusivamente máquinas e equipamentos (10,8%); a bebidas (7,6%); e à edição, impressão e reprodução de gravações (3,8%), contribuíram significativamente para que a economia gaúcha mantivesse a recuperação iniciada em 2003.

Por fim, um último grupo, constituído por atividades direcionadas à celulose; ao papel e produtos de papel; a produtos químicos; a alimentos; a calçados e artigos de couro; e ao refino de petróleo e álcool, não evidenciou qualquer crescimento em 2004.

O SETOR GAÚCHO DE SERVIÇOS

O setor serviços cresceu 2,7% em 2004. O desempenho alcançado é importante, porque incide sobre o segmento com maior participação relativa sobre o VAB estadual.

Nesta oportunidade, cabe o registro de que a tendência que vinha sendo verificada, desde meados da década passada, a respeito da queda da participação relativa do setor sobre o produto gaúcho, se manteve mais uma vez no último exercício. Em 1998, a participação do setor serviços sobre o PIB estadual, que era de 49,7%, recuou sucessivamente para 47,1% no ano 2000, 45,5% em 2002 e, para 41,4% em 2003.

Os números disponíveis sobre o setor serviços da economia gaúcha mostram ainda que os subsetores transportes e armazenagem e comércio, com incrementos de 5,7% e 4,1%, respectivamente, registraram avanços acima do crescimento setorial; os demais serviços - aluguéis, intermediação financeira, alojamento e alimentação, comunicações, saúde e educação mercantis, serviços domésticos e outros serviços - e a administração pública, com aumentos de 2,5% e 1,1%, respectivamente, ficaram aquém do desempenho do Setor Terciário em 2004.

O COMÉRCIO EM 2004

O subsetor comércio vivenciou, desde o início da década, alguma intermitência em seu processo de crescimento. Durante os dois primeiros anos,

seu incremento foi significativo, pois alcançou 9,52% em 2000 e 10,5% em 2001. Todavia, logo a seguir, em 2003, apresentou um recuo de 0,3%, para, no exercício seguinte, voltar a crescer, desta feita, à taxa de 1,3%.

Em 2004, o comércio cresceu 4,1%, tendo representado 8,9% do VAB estadual e um pouco acima de 20% do VAB setorial, colocando-se em terceiro lugar no *ranking* do setor serviços, logo após os subsetores administração pública (9,7%) e aluguéis (9.1%).

AS RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Os dados constantes desta análise e que se referem às relações da economia gaúcha com o Exterior compreendem informações divulgadas até o mês de dezembro de 2004.

No último exercício, o Rio Grande do Sul obteve o 3º lugar no *ranking* nacional dos estados exportadores, posição que já havia ocupado em 2000: as parcelas correspondentes à participação gaúcha no comércio externo brasileiro foram de 10,56% em 2002, 10,96% em 2003 e 10,45% em 2004.

Neste último ano, o saldo comercial do Estado alcançou US\$ 4,58 bilhões, um valor 19,9% acima do número correspondente ao exercício anterior.

AS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS EM 2004

Em 2004, as exportações gaúchas para o Exterior atingiram US\$ FOB 9,88 bilhões, representando um aumento de 23,28% comparado ao ano anterior.

Os Estados Unidos permaneceram na posição de principal parceiro do Rio Grande do Sul, como destino de 19,52% das mercadorias enviadas pelo Estado ao Exterior. Embora a liderança norte-americana como o maior parceiro da economia gaúcha se mantenha, verifica-se uma queda sistemática nessa participação, uma vez que ela era de 28,51% em 2002, recuou para 22,22% em 2003 e evidenciou-se novo decréscimo em 2004, situando-se no patamar de 19,52% em 2004.

Após os Estados Unidos, a Argentina e a China alternaram posições no *ranking* com relação ao ano anterior, ao mesmo tempo em que consolidaram os seus lugares nas duas posições subseqüentes em 2004. A Argentina, que estava em terceiro lugar, com participação de 3,3% em 2002 e 7,6% em 2003, subiu uma posição e ocupou a segunda colocação no *ranking*, representando 8,88% como destino das exportações gaúchas. No mesmo período, a China, que representava o destino de 6,97% dessas exportações gaúchas em 2002 e 8,97% em 2003, viu reduzida a sua participação para 7,20% em 2004.

A Alemanha, o Reino Unido, o Chile, os Países Baixos, a Itália, o México e a Espanha complementam a lista dos principais destinos de produtos com origem no Estado do Rio Grande do Sul. Neste último grupo, cabe a identificação dos mercados para os quais houve aumentos expressivos de exportações gaúchas, quais sejam, o Chile (42,2%), o México (33,4%), o Reino Unido (24,8%) e a Espanha (23,7%).

Com relação aos produtos exportados pelo Estado em 2004, a liderança ficou por conta do fumo não manufaturado total/parcial destalado folhas secas etc., cujo valor alcançou US\$ 946.219.763,00, representando 9,58% do total das exportações estaduais. O fato de ocupar a primeira posição entre as mercadorias exportadas implicou aumento de 30,30% no valor exportado, no último exercício, quando comparado ao do ano anterior.

A seguir, constou do perfil das exportações gaúchas o envio para o Exterior de outros calçados de couro natural, no valor de US\$ 872.918.916,00, representando 8,84% do total exportado pelo Rio Grande do Sul, e de outros grãos de soja mesmo triturados, no valor de US\$ 630.501.003,00, com participação de 6,38% sobre a pauta de exportações estadual. Esses dois produtos já ocupavam posição de destaque no ano anterior, havendo apenas uma inversão de posição no *ranking*, ocasião em que os grãos de soja e outros calçados de couro natural representavam a primeira e a segunda posições respectivamente.

O último bloco dos produtos selecionados dentre aqueles que têm a maior representatividade das exportações gaúchas incluiu bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo; pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas; carnes de galos/galinhas cortadas em pedaço; óleo de soja em bruto, mesmo degomado; carnes de galo/galinha não cortadas em pedaços; fumo não manufaturado total/parcial, destalado folhas secas, tipo; e outros tratores. Esses sete produtos, em conjunto, representaram 16,88% das exportações estaduais em 2004 contra uma participação de 18,79% em 2003. Na comparação de um exercício com o anterior, percebe-se que dois produtos - pedaços e miudezas, comestíveis de galos/ galinhas e fumo não manufaturado total/parcial destalado folhas secas tipo -, melhoraram as suas posições relativas no *ranking* das mercadorias exportadas pelo Rio Grande do Sul em 2004.

AS IMPORTAÇÕES GAÚCHAS EM 2004

Entre janeiro e dezembro de 2004, o Rio Grande do Sul importou do Exterior o equivalente a US\$ FOB 4.190.614.552,00. Quando comparadas às do mesmo período do ano anterior, constata-se que as importações gaúchas apresentaram um acréscimo de 26,31%.

Efetivamente, o Estado importou da Argentina o equivalente a US\$ 1.282.878.686,00 em 2004, contra um total de US\$ 1.032.894.946,00 em 2003, representando um incremento de 24,20% entre os dois anos.

Essa elevação nas importações da Argentina foi acompanhada por um incremento de 76,09% nas importações da Nigéria e de 50,76% no recebimento de mercadorias com origem na Argélia. Em ambos os casos, o desempenho das importações esteve relacionado à alta do preço do petróleo, que teve incremento de 32% no exercício.

Em 2004, além de Argentina, Nigéria e Argélia, os outros principais parceiros que enviaram mercadorias para o Estado foram, pela ordem, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Uruguai, Marrocos, China e França.

Em termos de principais produtos importados, a liderança nas importações gaúchas aconteceu por conta de óleos brutos de petróleo, no valor de US\$ 1.624.827.476,00, e da nafta para petroquímica, no montante de US\$ 447.455.565,00. Esse resultado ocorreu por causa da elevação dos preços do petróleo e da nafta em âmbito internacional.

Depois, pela ordem de importações, seguiram: outros cloretos de potássio (US\$ 135.260.199,00), uréia com teor de nitrogênio > 45% em peso (US\$ 96.563.581,00), didrogeno-ortofosfato de âmonio, incl. Mist. Hi (US\$ 94.168.648,00) e outras naftas (US\$ 91.220.523,00).

AS PERSPECTIVAS PARA 2005

O CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL PARA 2005

O crescimento da economia internacional registrado em 2004 poderá ser desacelerado, em princípio, por causa das oscilações no câmbio, como conseqüência da fragilidade da moeda norte-americana e devido, também, à incerteza quanto ao comportamento futuro do mercado do petróleo, das dificuldades em manter o ritmo da atividade econômica na China, da possibilidade de novos atentados terroristas e da "bolha" imobiliária presente, inclusive, em países do Primeiro Mundo.

A manutenção dos déficits gêmeos presentes na economia norte-americana, articulada à desvalorização do iuane em relação ao dólar estão entre as maiores preocupações dos analistas econômicos para o ano de 2005. O risco de uma crise financeira existe à medida que o link - o fluxo de recursos da Ásia para a aquisição de títulos do Tesouro na América do Norte - entre a sustentabilidade dos déficits nos Estados Unidos e o câmbio administrado na China possa sofrer solução de continuidade.

O maior temor dos analistas internacionais decorre da possibilidade de um ajuste drástico do déficit externo na América e do impacto que geraria sobre os bancos centrais da Ásia, que detêm, entre as suas reservas, valores expressivos em dólares. O deslizamento lento do dólar, que ocorreu em 2004, daria lugar a uma queda livre da moeda verde em 2005, o que, combinado à ameaça da inflação e da elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, poderia provocar uma perigosa desaceleração da economia mundial.

No mercado do petróleo, a preocupação maior para 2005 decorre da incerteza quanto à manutenção, por um tempo exagerado, dos elevados patamares em que se encontram os preços do barril na transição para 2005.

Na China, além da dúvida quanto à permanência do iuane desvalorizado e da sua articulação com o financiamento do déficit norte-americano, há incerteza quanto às condições de suprimento de energia - e da logística em geral para uma economia que cresce a taxas extremamente elevadas-, e do saneamento do sistema financeiro.

Para 2005, de acordo com a reunião dos Presidentes dos Bancos Centrais do G7, realizada em Washington, em 1o de outubro de 2004, a China deverá estabelecer uma estratégia para abandonar o câmbio fixo, dada a pressão

norte-americana, que mantém a posição de que a âncora utilizada por Beijin está por trás do déficit comercial dos Estados Unidos e da própria competitividade do produto chinês. Na ocasião do encontro dos países desenvolvidos na Capital norte-americana, as autoridades de Washington utilizaram a informação que, somente no mês de julho, 30% do desequilíbrio comercial dos Estados Unidos era com a China, por causa da paridade monetária de 8,48 iuanes por dólar.

Quanto à convivência com o terrorismo em âmbito internacional, o desencadeamento de novos atentados é altamente provável, à medida que o Presidente George W Bush, na condição de reeleito, mantém o seu objetivo de combater preventivamente todos os focos, onde quer que eles se localizem geograficamente.

Em 2005, a comunidade internacional deve prosseguir em seu esforço de redução da pobreza em 50% até meados da próxima década, tendo em vista que um quinto da população mundial vive em condições lamentáveis. O combate à AIDS e a recuperação da área atingida pelo maremoto do final do ano passado também devem merecer atenção especial dos países do Primeiro Mundo, aproveitando, nessa oportunidade, o fato de que a economia internacional permanece extremamente aquecida.

Ao final, a formação da "bolha" imobiliária, obtida a partir dos níveis reduzidos de taxas de juros praticadas no Primeiro Mundo e também na China, em período recente, pode estar chegando ao fim em 2005, por causa da reversão de tendência das mesmas, por iniciativa do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos, a partir de meados do ano anterior.

Quanto ao Mercosul, as duas limitações vigentes em 2004 - a moratória argentina e as barreiras internas - parecem que se manterão durante o ano de 2005. As restrições dos credores e a posição de Rodrigo Rato, o novo Diretor Superintendente do FMI, de dizer não e de endurecer as negociações com países que deixam de honrar compromissos projetam um período de relações tumultuadas entre o Governo argentino e a comunidade financeira. Ao mesmo tempo, a informação divulgada extra-oficialmente de que novas restrições seriam impostas a produtos brasileiros, como é o caso do automóvel, não permite que se antecipe qualquer convergência de interesses entre as duas maiores economias do Mercosul.

O AMBIENTE ECONÔMICO NACIONAL PARA 2005

A questão maior da economia brasileira ao final de 2004 relaciona-se à indagação sobre se o País alcançará o crescimento sustentável nos próximos anos, tendo em vista que o processo não se realiza automaticamente.

As possibilidades de o Brasil continuar crescendo têm a ver, certamente, com a redução das taxas de juros a partir da queda do *spread* bancário, obtida através de reformas econômicas que devem ser postas em prática em futuro próximo.

É preciso também priorizar o ajuste do gasto público, a desvinculação das receitas públicas, a flexibilização da legislação trabalhista e a independência do Banco Central.

Para 2005, a meta de inflação acordada com o FMI é de 4,5%, com intervalo de 2,5%. O Brasil deverá honrar o débito com o Fundo, de US\$ 6,5 bilhões, no próximo ano, o que ocasionará redução nas reservas do País.

No início do ano, mais precisamente em março, o Brasil deverá decidir se renova o acordo com o FMI, um tema recorrente nos pronunciamentos das autoridades brasileiras.

No dia 1º de outubro de 2004, durante a reunião dos Presidentes dos bancos centrais em Washington, o Ministro Palocci afirmou que a economia brasileira poderia prescindir da renovação do acordo por causa da melhora no comportamento dos indicadores econômicos nacionais, ao mesmo tempo em que deveria intensificar as negociações com Rodrigo Rato, Diretor da Instituição, para a criação de instrumentos preventivos para debelar crises emergenciais.

Por fim, a proposta brasileira colide com outra, apresentada pelo Japão e endossada por países desenvolvidos, de que é preciso configurar um Acordo de Monitoramento Precaucionário (AMP) que forneça um selo de aprovação, que seria entregue a quem encerrou a contento um programa com o Fundo.

II – AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL

AS FINANÇAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL

O quadro das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul em 2004 mostrou-se bastante delicado. A arrecadação foi insuficiente para fazer frente ao montante das despesas, a maior parte delas rígidas. Para 2005 a situação apresenta-se igualmente complexa, apesar da promulgação do “Plano de Ajuste do Setor Público Estadual”, aprovado pela Assembléia Legislativa em dezembro de 2004.

As dificuldades para o fechamento das contas estão presentes na maioria dos demais entes federativos. Contudo, são os estados os mais penalizados por sua situação fiscal. O déficit financeiro do Estado do Rio Grande do Sul vem se mantendo em patamares elevados há muitos anos. O Patrimônio Financeiro teve déficits significativos a partir de 1998 (com o uso dos recursos do “Caixa Único”), estabilizando-se, entretanto, em 2003 e 2004.

Por outro lado, há um gradual ajuste estrutural em curso. Há uma tendência positiva que aparece na evolução do resultado primário a partir de 1998. Em 2005, a meta prioritária do equilíbrio das contas é contrabalançar o aumento de receitas com um forte ajuste nas despesas de manutenção e de custeio. Pelo lado das receitas, historicamente, essas não têm crescido na mesma proporção das necessidades do Tesouro. A solução definitiva vem da combinação: crescimento econômico sustentável e duradouro para o País; reforma tributária (fim da guerra fiscal entre os Estados); e revisão do pacto federativo (principalmente a compensação pela desoneração do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações).

Adiante se faz uma avaliação da situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul, mostrando: como os governos financiaram seus déficits financeiros ao longo do tempo; a evolução de alguns indicadores das contas públicas estaduais; a discriminação em detalhes de alguns componentes dos grupos das despesas e das receitas, enfocando especificamente as despesas com pessoal e encargos, a dívida e os investimentos públicos, além das transferências constitucionais da União e do ICMS; a desoneração do ICMS das exportações.

FINANCIAMENTO DO DÉFICIT FINANCEIRO AO LONGO DO TEMPO

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul vêm apresentando déficits fiscais expressivos e recorrentes há mais de três décadas. O “equilíbrio”, ao longo do tempo, foi mantido com operações de crédito, com a emissão de títulos públicos e com o processo inflacionário; e, mais recentemente, com as privatizações, com o uso do “Caixa Único”, com as antecipações de receitas tributárias, com o parcelamento do 13º salário de grande parte dos servidores e com os saques de parte do fundo dos Depósitos Judiciais.

Para 2005, a aprovação do “Plano de Ajuste do Setor Público Estadual”, a entrada de novos recursos aos cofres do Estado, através da majoração das alíquotas do ICMS da energia elétrica, exceto para pequenos consumidores; dos combustíveis, exceto para óleo diesel; e das telecomunicações, além do fim de alguns incentivos fiscais para o setor

exportador, têm o condão de amenizar parte dos problemas de caixa a serem enfrentados.

Tendo em vista que se esgotaram as alternativas tradicionais de fechamento das contas, neste ano a gestão orçamentária deverá estar ainda mais centrada na contenção de despesas e na alocação correta dos recursos de investimentos. Instrumentos estratégicos são a Junta de Coordenação Financeira, o Comitê de Racionalização do Gasto Público e o Grupo de Assessoramento Especial, órgãos encarregados de zelar pela austeridade e pela qualidade da despesa pública.

Afora os mecanismos de controle interno, no final de 2004 contratou-se consultoria especializada, com dois objetivos: o primeiro refere-se à realização de amplo estudo sobre a formulação de políticas estratégicas para o desenvolvimento da economia gaúcha, tendo em vista o surgimento de novas potencialidades regionais e um diagnóstico do sistema de logística. O segundo tem a intenção de realizar um retrato da atual situação da gestão pública estadual com vistas à sua modernização.

EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

O exame da evolução de alguns indicadores financeiros permite uma visão mais clara da situação das finanças públicas do Estado. A Tabela a seguir apresenta os Resultados Primário¹ e Orçamentário² da Administração Pública consolidada. Constata-se a freqüência de resultados negativos. Contudo verifica-se, nos últimos anos, mudança gradativa do resultado primário, conseguido através de um controle sistemático do gasto público.

Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário da Administração Pública consolidada do Rio Grande do Sul – 1995-2004 (em R\$ mil)

Ano	Primário	Orçamentário
1995	-309.471	-441.290
1996	-925.924	-27.655
1997	-1.328.781	562.522
1998	-3.793.179	375.330
1999	-384.812	-826.530
2000	-591.090	-620.685
2001	-224.425	-724.503
2002	378.324	-379.986
2003	504.922	-382.401
2004	35.980	-693.734

Fonte dos dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Em valores correntes.

Nota 2: Administração Pública consolidada = Administração Direta + Indireta.

¹ **Resultado Primário:** é o resultado da conta de receita menos a despesa não-financeira, ou seja, não inclui o gasto com juros e amortização da dívida.

² **Resultado Orçamentário:** é o resultado da conta da execução orçamentária, tomando por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.

Nota 3: Houve resultado orçamentário positivo nos anos de 1997 e 1998, em função de grandes entradas de recursos pelas privatizações.

Outro indicador que demonstra as dificuldades enfrentadas pelo Estado é a evolução do Patrimônio Financeiro. A partir de 1999, com os saques do “Caixa Único”, tanto a Situação Líquida Financeira, como a Situação Líquida Financeira Potencial e a Situação Líquida Financeira Real tiveram uma piora significativa, com saldos negativos contínuos.

Verifica-se que, entre 1998 e 2004, a Situação Líquida Financeira passou de R\$ 211,9 milhões positivos para R\$ 2.254,3 milhões negativos. Já a Situação Líquida Financeira Potencial, nesse mesmo período, variou de R\$ 1.048,0 milhões negativos para R\$ 1.023,1 milhões negativos. Contudo o grande salto se deu na Situação Líquida Financeira Real que, entre 1998 e 2004, passou de R\$ 836,1 milhões negativos para R\$ 3.892,7 milhões negativos, número que, a despeito da tendência de melhora nos dois últimos anos, continua preocupante.

Evolução do Patrimônio Financeiro do Estado do RS – 1998-2004
(em R\$ milhões)

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Ativo Financeiro	1.618,0	730,0	779,0	803,0	612,3	623,9	618,7
Passivo Financeiro	1.406,1	1.285,0	1.896,0	2.476,0	2.139,8	2.146,1	2.873,0
Situação Líquida Financeira	211,9	(555,0)	(1.117,0)	(1.673,0)	(1.527,5)	(1.522,2)	(2.254,3)
Situação Líquida Financeira Potencial	(1.048,0)	(1.065,0)	(967,0)	(1.335,0)	(1.048,7)	(1.228,1)	(1.023,1)
Dívidas Pendentes de Registro					(672,5)	(585,2)	(495,0)
Cancelamento de Empenhos					(169,0)	(301,0)	(120,3)
Outras Dívidas Identificadas					(369,8)	-	-
Situação Líquida Financeira Real	(836,1)	(1.620,0)	(2.084,0)	(3.008,0)	(3.787,5)	(3.636,5)	(3.892,7)
Coefficiente de liquidez corrente	1,15	0,57	0,41	0,32	0,29	0,29	0,22
Saldos Atualizados (*)							
Situação Líquida Financeira	462,0	-1.008,5	-1.848,4	-2.507,8	-1.811,3	-1.676,4	(2.254,3)
Situação Líquida Financeira Real	-1.822,8	-2.943,7	-3.448,6	-4.508,8	-4.491,1	-4.004,9	(3.892,7)

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Resultado Primário	-2.262,9	-1.022,0	-561,5	-151,4	427,9	261,0	36,0
Resultado Orçamentário	819,9	-1.512,4	-972,8	-871,3	200,5	-85,7	-693,7

Fonte dos dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

(*) Atualizado pelo IGP-DI médio.

(**) A conta "Resgates do SIAC", é considerada como conta retificadora do ativo e passivo financeiro.

ALGUNS COMPONENTES DO GRUPO DAS DESPESAS E DAS RECEITAS

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O grupo de despesas "Pessoal e Encargos Sociais", da Administração Pública Estadual, teve a seguinte evolução em relação à Receita Corrente Líquida (RCL): em 2000 e em 2001: 75,69%; em 2002: 77,74% e em 2003: 76,03% (Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul).

A tabela adiante exhibe a evolução do quadro de matrículas de servidores da Administração Direta e Indireta. A variação do Pessoal Ativo entre 1993 e 2003, de 234.756 para 205.029 matrículas, foi na ordem de menos 29.727 matrículas. Nesse mesmo período, a população gaúcha passou de 9.370.531 para 10.512.283 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Constata-se que, enquanto a população no período entre 1993 e 2003 cresceu 12,18%, houve, por outro lado, enxugamento de 12,66% no quadro de Pessoal Ativo. Quanto ao Pessoal Inativo, nesse mesmo período, houve crescimento de 38.021 matrículas, passando de 85.739 para 123.760 matrículas, correspondendo a um aumento de 44,35%. No tocante a pensionistas, entre 1993 e 2003 ocorreu uma queda de 1.336 matrículas, de 51.924 para 50.588. Importante notar que, entre 1993 e 2003, houve um acréscimo de apenas 1,87% no quadro total do Estado.

Número de Matrículas de Servidores da Administração Direta e Indireta do Estado do RS – 1999 e 2003

Órgãos	Especificação	1993	2003	2003 - 1993	% 2003/1993
Administração Direta	Ativos	176.040	175.791	-249	-0,14
	Inativos	75.831	114.314	38.483	50,75
	Pensionistas	2.755	1.740	-1.015	-36,84
	Total	254.626	291.845	37.219	14,62
Fundações	Ativos	5.389	5.322	-67	-1,24
Autarquias	Ativos	12.187	4.042	-8.145	-66,83
	Inativos	7.404	5.904	-1.500	-20,26
	Pensionistas	49.169	48.689	-480	-0,98
	Total	68.760	58.635	-10.125	-14,73
Sociedades de Economia Mista	Ativos	41.140	19.874	-21.266	-51,69

Órgãos	Especificação	1993	2003	2003 - 1993	% 2003/1993
	Inativos	2.504	3.542	1.038	41,45
	Pensionistas	0	159	159	
	Total	43.644	23.575	-20.069	-45,98
Geral	Ativos	234.756	205.029	-29.727	-12,66
	Inativos	85.739	123.760	38.021	44,35
	Pensionistas	51.924	50.588	-1.336	-2,57
	Total	372.419	379.377	6.958	1,87

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Destaca-se que as despesas com pessoal do Poder Executivo estão em decréscimo contínuo em relação aos demais poderes do Estado. A tabela abaixo mostra essa evolução.

Evolução Percentual na Participação dos Poderes nas Despesas com Pessoal Ativo e Inativo da Administração Pública do RS – 1996/2004

Poderes	1996	1999	2002	2003	2004
Judiciário	8,68%	9,90%	9,99%	10,55%	11,64%
Legislativo	4,68%	4,56%	4,46%	4,33%	4,20%
Ministério Público	2,10%	2,97%	3,10%	3,65%	3,95%
Subtotal	15,46%	17,43%	17,55%	18,53%	19,79%
Executivo	84,54%	82,57%	82,45%	81,47%	80,21%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A próxima tabela exibe o percentual das despesas com Pessoal Inativo da Administração Pública, que vem crescendo anualmente e quase está a se igualar às do Pessoal Ativo. Contudo merece atenção especial a nova legislação previdenciária, que alongou o tempo de permanência do pessoal no serviço ativo e pôs freio às futuras aposentadorias, diminuindo o ritmo do aumento do número de novos inativos.

Participação Percentual de Ativos e Inativos mais Pensionistas em Relação à Despesa com Pessoal na Administração Pública do RS – 2001/2004

Pessoal	2000	2001	2002	2003	2004
Inativos + Pensionistas	47,76%	48,18%	47,28%	49,04%	49,22
Ativos	52,24%	51,82%	52,72%	50,96%	50,78

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Foram excluídas do grupo "Despesas com Pessoal e Encargos" as rubricas referentes à "Contribuição ao IPERGS" e ao "Pagamento Determinado por Sentenças Judiciais".

DÍVIDA PÚBLICA

Adiante mostra-se a evolução da dívida do Estado no período entre 1971 e 2004. Em valores reais (IGP-DI) essa cresceu 26,57 vezes. O saldo da dívida apresenta uma trajetória declinante de crescimento, comparado ao mesmo IGP-DI. No Governo Olívio Dutra (1999-2002), enquanto o IGP-DI teve uma alta acumulada de 83,8%, a dívida cresceu 83,4%. Nos primeiros dois anos do Governo Germano Rigotto (2003-2004), o IGP-DI acumulado foi de 20,73%, e o aumento da dívida alcançou 17,49%.

Evolução do Estoque da Dívida Fundada da Administração Pública do RS nos últimos anos de cada gestão – 1971/2004 (em R\$ milhões)

Governo	Ano Final	Valor Dívida (**)	Índice de Referência	Variação Governo (%)
Perachi	1971	1.088	100	-
Triches	1974	2.381	219	119,00
Guazelli	1978	4.359	401	83,11
Amaral	1982	7.807	718	79,05
Jair	1986	10.837	996	38,72
Simon	1990	10.853	998	0,20
Collares	1994	13.397	1.232	23,45
Britto (*)	1998	29.873	2.738	122,24
Olívio Dutra	2002	29.705	2.731	-0,26
Rigotto	2004	28.904	2.657	-2,71

Fonte dos dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS/Secretaria da Fazenda do RS.

(*) Inclui-se a operação Proes, do Banrisul, no valor de R\$ 5.283 bilhões (IGP-DI de dez/04).

(**) Variável Estoque corrigido pelo IGP-DI, em dezembro de 2004.

Nota: O estoque da dívida com a União é atualizado mensalmente pelo IGP-DI mais 6% ao ano.

O Estado do Rio Grande do Sul desembolsa valores, todo mês, a título de juros e amortização, valores que extrapolam a possibilidade de caixa do Tesouro gaúcho. No Governo Olívio Dutra (1999 – 2002) foram empenhados, a título de pagamento da dívida fundada interna, em média, em valores nominais, R\$ 957 milhões ao ano. Nos primeiros dois anos do atual Governo (2003-2004), o Estado do Rio Grande do Sul comprometeu, em média, sob essa rubrica, R\$ 1,441 bilhão, aumento de 50,57% em relação ao governo anterior. A tabela a seguir mostra os valores empenhados para o pagamento de juros e da amortização da dívida fundada interna do Rio Grande do Sul.

**Valores Empenhados a Título de Juros e de Amortização
da Dívida Fundada da Administração Pública do RS – 1999/2004
(em R\$ mil correntes)**

Especificação	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Valores Empenhados de Juros e Amortização	756.393	853.824	974.225	1.243.467	1.423.762	1.459.007
Receita Corrente Líquida (RCL)	6.278.010	6.657.895	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.732
% Empenhado Juros mais Amortização/ RCL	12,05%	12,82%	12,63%	14,78%	14,74%	13,59%

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

É prioridade na agenda do atual Governo Gaúcho negociar com a União um novo perfil de contrato (com efeito retroativo) e de pagamento da dívida pública fundada, condição indispensável para evitar uma crise aguda no cofre estadual, visto que os montantes desembolsados mensalmente agem no sentido inverso à disponibilização de recursos que deveriam ser canalizados à expansão de investimentos e de gastos sociais mais essenciais da população, como educação, segurança e saúde.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO

O conflito de interesses entre os estados e o Governo Federal é uma realidade que deve ser enfrentada. Há fortes sinais de quebra do pacto federativo pela União. Na verdade, o grande incremento da carga fiscal dos últimos anos concentrou-se quase exclusivamente na esfera federal com a institucionalização da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que não puderam ser repartidas com os estados e os municípios.

Em 2004, o Estado do Rio Grande do Sul teve um crescimento real de 5,21% em suas receitas tributárias, já descontada a inflação pelo IPCA (de 7,60% no acumulado do ano). Tomando-se as mesmas bases comparativas, o Governo Federal aumentou sua arrecadação em 10,62%, 20,60% a mais, somente com a COFINS.

Para 2005, com a edição da Medida Provisória 232, publicada em 30 de dezembro de 2004, foi aumentada a base de cálculo de 32% para 40% sobre outra contribuição, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), paga por profissionais liberais e prestadores de serviços, representando 25% de elevação da carga tributária. Com isso, a União deverá alargar ainda mais sua participação no bolo tributário, em detrimento dos estados e municípios.

Os dados da tabela a seguir mostram que, somente entre 1998 e 2003, a carga tributária brasileira em relação ao PIB brasileiro teve um incremento na ordem de 5,15 pontos percentuais. No caso do Rio Grande do Sul,

no mesmo período, a variação do ICMS arrecadado (principal tributo estadual) teve leve aumento de 0,76 ponto percentual, comparando-se com o PIB estadual.

Comparativo Percentual da Evolução da Carga Tributária no Brasil e no RS 1998/2003

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Varição 2003/1998 (pontos percentuais)
Brasil *	29,73%	31,74%	32,49%	33,92%	35,53%	34,88%	5,15
RS **	5,81%	5,99%	6,45%	6,92%	6,65%	6,57%	0,76

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

* Bolo tributário/PIB

** ICMS-RS/PIB-RS

É relevante observar que as transferências da União ao Estado têm apresentado acentuada queda relativa. Enquanto entre 1998 e 2004 o ICMS cresceu 128,21%, em termos nominais, as transferências federais cresceram somente 57,24%, conforme pode ser constatado a partir dos dados da tabela a seguir.

Evolução na Arrecadação do ICMS no RS em Relação às Transferências da União para o Estado – 1998/2004 (Em R\$ correntes)

Ano	Arrecadação de ICMS	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	Cota-Parte IPI Exportação	Transf. Financ. LC 87/96 (Lei Kandir)	Total das Transferências da União
1998	4.101,7	218,6	250,5	249,5	718,6
1999	4.521,4	242,1	229,7	241,8	713,6
2000	5.489,6	286,9	255,2	247,8	789,9
2001	6.515,1	337,6	270,3	229,3	837,2
2002	7.213,3	417,8	264,6	253,1	935,5
2003	8.595,6	511,3	292,6	319,6	1.123,6
2004	9.360,6	563,6	310,2	256,1	1.129,9
% 2004/1998	128,21%	157,82%	23,83%	2,65%	57,24%

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. Tem um peso relativo, em média, de 88% sobre a totalidade das receitas tributária arrecadadas, tomando-

se por base os últimos sete anos. É um fenômeno nacional que teve como causa a atuação dos setores de combustíveis, telefonia e energia elétrica. Ademais, a arrecadação do ICMS é fortemente concentrada.

Ao tomar como referência a variação ocorrida entre 1994 e 2004, verifica-se que o ICMS cresceu 358,70% em termos nominais. Nesse mesmo período, pelo IGP-DI, houve um aumento real de arrecadação de 8,27%. Entre 2002 e 2003 o crescimento nominal representou 8,90%. Contudo, pelo IGP-DI, houve decréscimo de 0,59%.

Evolução da Arrecadação do ICMS Tributo no RS – 1994/2004 (em R\$ milhões)

Ano	Arrecadação Nominal	Variação Nominal sobre Ano Anterior	Arrecadação Corrigida IGP-DI	Variação pelo IGP-DI sobre Ano Anterior
1994	2.040,7	-	9.042,9	-
1995	3.395,6	66,39%	9.440,6	4,40%
1996	3.879,1	14,24%	9.698,7	2,73%
1997	3.856,9	-0,57%	8.951,3	-7,71%
1998	4.101,7	6,35%	9.161,6	2,35%
1999	4.521,4	10,23%	9.066,1	-1,04%
2000	5.489,6	21,41%	9.672,5	6,69%
2001	6.515,1	18,68%	10.406,7	7,59%
2002	7.213,3	10,72%	10.121,9	-2,74%
2003	8.595,6	19,16%	9.849,1	-2,70%
2004	9.360,6	8,90%	9.790,5	-0,59%

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Salienta-se que o Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), apesar de ter crescido 5,4% em 2003 e 3,6% em 2004, atingindo R\$ 149,2 bilhões, não se refletiu no aumento de arrecadação do ICMS. Com efeito, ao fim de 2003, o ICMS teve queda real (IGP-DI) de 2,70% em relação a 2002 e, em 2004 em relação a 2003, a queda foi de 0,59%. A justificativa está no fato de que o Rio Grande do Sul é um Estado fortemente exportador e essas vendas externas estão desoneradas de pagar o tributo.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

As graves dificuldades fiscais do RS vêm afetando a capacidade de investimento do setor público estadual. A tabela abaixo exhibe a evolução da participação percentual dos investimentos efetuados, por governo, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Ressalta-se que em 2002, último ano do Governo Olívio Dutra, o percentual de investimentos sobre a RCL foi de 6,31%.

Participação percentual de investimentos públicos estaduais, por governo, em relação à Receita Corrente Líquida

Governo	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Britto	Olívio	Rigotto*
Investido da RCL	29,66%	29,13%	27,61%	19,08%	20,54%	13,07%	16,71%	7,23%	7,18%

Fonte dos dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota: Nos investimentos estão computadas também as inversões financeiras.

* Refere-se aos anos de 2003 e 2004

Conforme já visto neste trabalho, os últimos governos vêm reduzindo gradativamente o déficit primário. Todavia o preço social dessa melhora é excessivamente alto, sobretudo quando se leva em conta a grande necessidade de investimento público no Estado. A tabela mostra essa preocupante evolução.

Somatório entre Resultado Primário e Investimentos - Administração Pública do RS Consolidada – 1999/2004 (em R\$ mil)

Ano	Primário (A)	Investimento (B)	(A) + (B)
1999	-384.812	630.743	245.931
2000	-591.090	1.017.870	425.780
2001	-224.425	841.329	616.904
2002	378.324	531.142	919.466
Média	-190.501	755.271	552.020
2003	544.922	772.194	1.317.116
2004	35.980	658.227	694.207
Média 2004/2003	240.451	715.211	1.005.662

Fonte dos dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS

Nota 1: Administração Pública consolidada = Administração Direta mais Indireta.

Nota 2: Tanto o resultado primário quanto os investimentos estão em valores nominais.

Nota 3: Os investimentos referem-se a valores empenhados.

Esses números revelam o ônus do ajuste fiscal em curso, tornando-os muito eloqüentes quando se lembra o rol de projetos que o Estado precisa implementar. Sem pretensão à exaustividade, podem-se citar entre os desafios mais urgentes os seguintes:

– No modal rodoviário: o término da Rota-do-Sol; a duplicação da BR-101 (entre Osório - Torres/RS – Palhoça/SC); a duplicação da RS-118 (entre Gravataí e Sapucaia do Sul); uma alternativa para a BR-116 (entre Novo Hamburgo – Porto Alegre); uma alternativa para a ponte principal sobre o Lago Guaíba; o asfaltamento completo da BR-101 (até São José do Norte) e sua interligação ao Porto de Rio Grande, bem como a duplicação da BR-392/471 (entre Pelotas e Rio Grande);

– No modal aeroviário, a construção de uma pista para transporte internacional de cargas no Aeroporto Internacional Salgado Filho;

– No modal hidroviário: a modernização e a revitalização dos portos interiores; o aprofundamento do calado; a manutenção e a sinalização dos canais navegáveis, principalmente no trecho entre o Porto de Porto Alegre e o Porto de Rio Grande; o aprofundamento do calado e a melhoria da sinalização do canal de acesso ao Porto de Rio Grande para que os navios operem 24 horas;

– No modal ferroviário, a ligação direta entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e o Porto de Rio Grande, bem como a construção de uma linha metropolitana de passageiros em direção à zona norte da Capital, com futura expansão para Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí (Projeto Linha 2 do Metrô / TRENURB), além do trecho final do Trensurb Porto Alegre – São Leopoldo – Novo Hamburgo;

– No modal dutoviário, a conclusão do gasoduto Uruguiana – Região Metropolitana de Porto Alegre e sua interligação aos diversos gasodutos brasileiros.

Ademais, o sistema viário do Estado do Rio Grande do Sul carece de um sistema multimodal de transporte e da construção de centros logísticos multimodais nos principais entroncamentos rodoviários, hidroviários e ferroviários.

Convém ressaltar, porém, que as restrições orçamentárias não permitem ao poder público implementar a totalidade dos projetos necessários para sanear os gargalos acima apresentados. Contudo, poderá abrir um caminho novo para realização desses investimentos. Em 2005, o Programa de Parcerias Público-Privadas é um instrumento que será colocado à disposição do gestor público para alavancar setores carentes de infra-estrutura e que a atividade privada esteja disposta a investir.

DESONERAÇÃO DO ICMS DAS EXPORTAÇÕES

O Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta o maior índice exportador *per capita* entre os estados brasileiros e é o terceiro maior exportador, conforme os dados de 2004, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A importância do setor exportador é essencial para o dinamismo econômico do Estado. Contudo, devido à imunidade sobre operações que destinam produtos ao Exterior, a aceleração das exportações penaliza ainda mais a situação financeira do Estado.

Em 1999, o Estado do Rio Grande do Sul exportou 4,99 bilhões de dólares. Já em 2004 os valores das exportações totalizaram 9,87 bilhões de dólares, um crescimento de 97,80% em vendas externas em apenas seis anos, considerado espetacular.

Conforme estudo da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, o Estado deixou de arrecadar, somente em 2004, R\$ 1,013 bilhão e os municípios outros R\$ 338 milhões, totalizando R\$ 1,351 bilhão, por conta da desoneração do ICMS das exportações, com uma carga tributária arbitrada em 7%. Se a alíquota

fosse de 13%, as perdas referentes à Lei Kandir chegariam a R\$ 2,300 bilhões para o Estado e R\$ 767 milhões para os municípios gaúchos, totalizando R\$ 3,067 bilhões. Caso se fizesse uma analogia com o déficit financeiro do Rio Grande do Sul, em 2004 – de R\$ 1,5 bilhão – o recolhimento desses valores aos cofres estaduais anularia o penoso desgaste com o fechamento das contas a cada exercício financeiro.

Perda Estimada em 2004 pela Desoneração do ICMS e do IPI sobre as exportações do RS, segundo alíquotas de referência (R\$ milhões)

Alíquotas	Estado do RS	Municípios do RS	Total
-7%	1.013	338	1.351
-13%	2.300	767	3.067

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O crescimento das exportações é, obviamente, salutar e tem como conseqüências imediatas a maior atividade econômica interna, a geração de empregos, a entrada de divisas no País e a menor dependência do capital volátil para o fechamento das contas nacionais. Contudo, é urgente a criação de um fundo permanente e regulamentado de compensação às perdas tributárias dos estados com a desoneração do ICMS das exportações, em que estão a incorrer às entidades federadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É meta, desde o primeiro dia do atual Governo, o equilíbrio financeiro das contas públicas. Contudo, a luta se apresenta árdua. No curto prazo, a missão apresenta-se impossível, quando mais de 70% da Receita Corrente Líquida é direcionada para as despesas de Pessoal e Encargos, dentre as quais, a metade é para pagar os inativos e os pensionistas. Entre os ativos, 90% das matrículas estão alocadas para as áreas de Educação, Saúde e Segurança, consideradas as mais nervosas das demandas sociais. Somando-se aos outros poderes, chega-se a 95% dos gastos com o pessoal ativo.

Igualmente importante é o repasse que o Estado faz, mensalmente, à União, a título de juros e amortização da dívida pública, corrigido o seu estoque, absurdamente, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais 6% ao ano. Tanto a taxa de juros cobrada como o comprometimento arbitrado sobre a receita líquida é injusto e vil para os cidadãos gaúchos. Devem, urgentemente, ser revistos tais contratos, mas com efeito retroativo, sem o que se inviabiliza qualquer tentativa governamental de solidificar as contas do Estado, agora e no longo prazo.

O pacto federativo está sendo rompido há mais de uma década. Enquanto os estados e os municípios estão incumbidos de mais atribuições, é a União que aumenta continuamente sua base arrecadatória, principalmente com o uso das contribuições sociais – CPMF, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), COFINS e, agora, a CSLL -, que não são repartidas com os demais entes federativos.

O Rio Grande do Sul, como grande Estado exportador, sofre seriamente os efeitos da desoneração do ICMS sobre as vendas externas. Caso houvesse o justo ressarcimento pela União, o “Plano de Ajuste do Setor Público Estadual”, aprovado no final de 2004 com a intenção de dar salvaguarda para o enfrentamento à crise financeira estadual para 2005, seria desmobilizado, fazendo com que seus efeitos sobre as pessoas e as empresas fossem diluídos ainda no curto prazo.

Apesar das adversidades, o Rio Grande do Sul é um Estado dinâmico em seus diversos setores e em suas atividades. Nos últimos anos o PIB gaúcho está crescendo muito acima da média nacional. Muitas soluções para os problemas do Estado já foram colocadas em prática e outras estão sendo buscadas, incansavelmente; tudo no afã de atender à população gaúcha nas suas demandas, não se descuidando dos investimentos tão necessários à infraestrutura. O fim é o interesse público e o progresso deste Estado e do País.

III – AS AÇÕES DO GOVERNO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E CRÉDITO

APOIO À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

O Programa **Apoio à Competitividade Empresarial**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, objetiva implementar e consolidar processo permanente de apoio às micro e pequenas empresas, através de instrumentos de fomento, assessoria técnica em todas as etapas do ciclo produtivo, cooperação empresarial, acesso ao crédito, microcrédito, formação e capacitação de recursos humanos, profissionalização da atividade com base na ética dos negócios, estímulo ao empreendedorismo e à cidadania, apoio ao associativismo e à autogestão. A execução do Programa em 2004 pode ser aquilatada através das atividades desenvolvidas no âmbito das diversas ações que o integram, como segue.

A ação *Capacitação empresarial*, com atraso no cronograma estabelecido, realizou 46 edições do curso de gestão empresarial "Redescobrimo o Processo Gerencial" para 806 empresários. Tal curso foi construído a partir do treinamento na metodologia "Competências Empresariais através da Formação Empreendedora" (CEFE), repassada a professores e/ou técnicos das entidades parceiras, viabilizando a formação de equipes de facilitadores para atuação em suas regiões de atuação. O referido curso tem a duração de 60 horas, compreendendo dois módulos de 21 horas com dinâmicas, 16 horas de visitas às empresas participantes e duas horas de consultoria grupal. A metodologia utilizada trabalha a capacidade empreendedora dos indivíduos, através da aplicação de jogos empresariais no tratamento de temas como características empreendedoras, planejamento, mercado, produção e custos, permitindo uma real avaliação do desempenho de cada negócio, frente às oportunidades e ameaças que se apresentam.

A ação *Crédito assistido* encontra-se em fase de estudos e projetos, já sendo desenvolvidas iniciativas relativas à Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha (AGC Serra), tais como: a finalização do processo de registro societário, o encaminhamento das parcerias com o setor bancário (Banrisul, CaixaRS, BRDE, SICREDI, Banco do Brasil, Santander, Bradesco e ABN), bem como a assinatura dos convênios com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Serviço brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para aporte de recursos para o fundo de contra-garantia.

A ação *Extensão empresarial*, embora tenha se desenvolvido em ritmo normal, atendeu, em 2004, apenas 1.651 empresas, 55% da meta programada. A ação *Incubadoras empresariais* logrou a conclusão de 3 incubadoras, nos municípios de Barra do Quaraí, Jarí e Caxias do Sul, cada uma com cerca de 450m² de área construída, além da assinatura de termos de cooperação técnica, financeira e de fiscalização para a implantação de incubadoras em Maximiliano de Almeida, São José do Ouro e Viamão. A ação *Redes de cooperação*, que passou por melhorias em nível metodológico e de coordenação, bem como obteve instrumento de acompanhamento *on line* das atividades, integrou 354 empresas na rede de assistência, o que reflete o desenvolvimento considerado normal.

As programações para 2005 incluem:

Ação	Programações
Capacitação Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> - 140 cursos para 1.800 alunos do ensino profissionalizante e trabalhadores desempregados cadastrados no SINE; - 200 cursos para micro e pequenos empresários, no âmbito da ação Capacitação empresarial.
Crédito assistido	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de política estadual de microcrédito; - Repasse de recursos às instituições comunitárias de crédito; - Aporte de recursos à Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha, além de contratações e treinamentos, de sensibilização do empresariado e do equacionamento de questões técnicas operacionais.
Extensão empresarial	<ul style="list-style-type: none"> - Renovações e assinaturas de novos convênios; - Aperfeiçoamentos na dinâmica de desenvolvimento da ação; - Incorporação da temática da qualidade, pelo envolvimento do PGQP.
Incubadoras empresariais	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de 5 novas incubadoras; - Assessoramento e promoção do planejamento nas incubadoras existentes; - Promoção de 3 encontros regionais de gerentes de incubadoras;
Redes de cooperação	<ul style="list-style-type: none"> - Renovação de convênios; - Implantação de 130 novas redes; - Incorporação de 2.500 empresas às redes; - Articulação de linhas de crédito específicas; - Ações de capacitação; - Apoio a missões de relações com redes européias; - Ações de informatização; - Apoio à ampliação das trocas entre as redes.

ARTICULAÇÃO E APOIO AOS SETORES PRODUTIVOS

O Programa **Articulação e Apoio aos Setores Produtivos**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, tem como função "apoiar o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e dos setores priorizados".

A execução da ação *Apoio aos arranjos produtivos locais - APL* resultou no fomento dos cinco arranjos programados, materializado através do aporte de recursos aos Centros Gestores de Inovação dos APL Conserveiro, Moveleiro, Coureiro-calçadista, de Máquinas e Implementos Agrícolas e de Gemas e Jóias. A ação *Projetos setoriais* alcançou, no ano de 2004, metade de sua trajetória de execução. Apoiou o desenvolvimento do Pólo Tecnológico de Canela e participou nas atividades do Comitê Executivo do Pólo de Moda da Serra. Adicionalmente, a ação contemplou o acompanhamento das ações para a realização do Plano Setorial Integrado (PSI), a participação das atividades da Rede de Desenvolvimento de Fitoterápicos - Projeto para Fármacos no Rio Grande do Sul -, com base no PRÓFARMA do BNDES e a participação nas atividades do Comitê Setorial da Carne no Rio Grande do Sul, em parceria com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

As programações para 2005 incluem:

Ação	Programações
Projetos setoriais	<ul style="list-style-type: none"> - 3 projetos setoriais de desenvolvimento: Têxtil/Confecções - Região Serra, Pedras Preciosas - Médio Alto Uruguai e Pólo Cerâmico – Campanha; - Elaboração de proposta de trabalho para 3 setores estratégicos: fármacos (produtos e serviços do complexo da saúde), bens de capital (com ênfase em máquinas para indústrias de calçados e móveis), equipamentos de informática e telecomunicações.

FÓRUM INTERSETORIAL DE COMPETITIVIDADE DO RGS

O Programa **Fórum Intersectorial de Competitividade do RGS**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, tem como objetivo “instituir processo de permanente discussão das demandas dos setores produtivos com o Governo Estadual, promovendo o desenvolvimento setorial integrado à economia, a geração de trabalho e renda a partir da definição consensual sobre gargalos, oportunidades e da definição de metas e ações conjuntas”. Sua ação *Criação de fóruns setoriais* proporcionou, em 2004, a criação dos fóruns do arroz e da madeira, celulose, papel, móveis e afins, o que representa um terço da meta estabelecida no Plano Plurianual.

ATRAÇÃO E APOIO À DIVERSIFICAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DOS INVESTIMENTOS

O Programa **Atração e Apoio à Diversificação e Desconcentração Regional dos Investimentos**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, tem como função “promover a diversificação e complementação da estrutura produtiva do Estado, implementar política de desconcentração regional para localização de empresas, promover a complementação das cadeias produtivas pela atração de investimentos estratégicos, viabilizar a geração de emprego e renda, estimular a inserção competitiva das empresas no mercado”.

A execução da ação *Apoio a iniciativas municipais* contemplou dois municípios – Campo Bom e Getúlio Vargas – para a implantação de áreas industriais municipais, e três municípios – Encruzilhada dos Sul, Garibaldi e Montenegro –, no tocante a assessoramento técnico para o desenvolvimento das referidas áreas. A ação *Implantação e desenvolvimento de espaços industriais* resultou no apoio a três empresas, além do atendimento de 40 outras, que encontram-se em estágio inicial de estabelecimento em áreas de distritos industriais.

As programações para 2005 incluem:

Ação	Programações
Apoio a iniciativas municipais	<ul style="list-style-type: none"> - Atender às demandas dos municípios definidas através do Processo de Participação Popular - PPP (15 municípios); - Atender aos municípios que solicitaram, via SEDA, recursos para implantação da infra-estrutura nas áreas industriais municipais (4 municípios); - Prestar assessoramento técnico aos municípios para escolha

Ação	Programações
	de gleba e/ou elaboração do plano diretor e projeto de loteamento para as áreas industriais municipais.
Implantação e desenvolvimento de espaços industriais	<ul style="list-style-type: none"> - Administrar, manter e realizar a implantação de infraestrutura nos distritos industriais de propriedade do Estado, inclusive o pagamento de desapropriações, assim como a comercialização e a regularização dos lotes; - Promover a desapropriação do complexo industrial de Guaíba. - Dar continuidade aos compromissos referentes às obras e aos serviços de infra-estrutura, necessários à conclusão do Complexo Industrial Automotivo de Gravataí.

INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O Programa **Intensificação das Relações de Comércio Internacional** da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, objetiva “estimular o processo de relacionamento comercial do Estado, promovendo o aumento das exportações, eficiência do setor produtivo, mediante a inserção internacional em padrões compatíveis de qualidade e de competitividade dos produtos gaúchos, estabelecer ambiente de cooperação técnica com entidades voltadas à comercialização internacional, buscar a integração e complementação com a política nacional de exportações, desenvolver estudos e projetos de promoção das exportações estaduais”.

A execução da ação *Promoção comercial* resultou no apoio a 306 empresas para a participação em 13 feiras, sendo cinco delas realizadas no exterior – China, Alemanha, África do Sul e França – e oito no Brasil, sendo estimada a realização de 1.811 negócios. A meta alcançada é 2% superior à programada para o ano. A ação *Sistema de informação e oportunidades de negócios*, executada em ritmo considerado normal, possibilitou a realização de 3.414 acessos ao sítio Rede de Negócios. Também foi inaugurada, no âmbito da ação a Sala do Exportador.

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Programa **Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, objetiva “introduzir um modelo de gestão de políticas públicas de desenvolvimento regional voltado à redução das desigualdades regionais”.

As programações para 2005 incluem:

Ação	Programações
Orientar e incrementar ações públicas no sentido do seu adensamento e maior efetividade nas regiões	- Implantação de 14 Núcleos Regionais de Articulação para o Desenvolvimento (NURADs) – Fronteira Noroeste, Litoral, Central, Sul, Fronteira-Oeste, Produção, Campanha, Centro-Sul, Vale do Taquari, Alto da Serra do Botucaraí, Paranhana – Encosta da Serra, Vale do Caí, Missões e Serra.

Ação	Programações
Capitalização sócio-econômica permanente	<ul style="list-style-type: none"> - Programa "Universidade Solidária" – Geração de trabalho e renda através da capacitação e instrumentalização em projetos gestados pelas universidades e financiados pela iniciativa privada; - Programa "Formare per Innovare" – Rede de ensino permanente à distância (Brasil – Itália) envolvendo universidades e escolas profissionalizantes buscando a introdução de tecnologia italiana na construção de cinco laboratórios de excelência em: queijos, embutidos, camarões, piscicultura, conservas e agroecologia; - Programa de "Preservação e Difusão da Cultura Kaingang" – visa buscar através da preservação e difusão da cultura Kaingang alternativas para a auto-sustentabilidade das regiões indígenas.
Regulamentação e Gestão do Fundo de Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação da legislação do Fundo à nova realidade econômica do Rio Grande do Sul.
Participar na elaboração e implementação de estudos, planos e projetos estratégicos de reordenação territorial e desenvolvimento regional	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de difusão de uma base de dados <i>on line</i> das regiões do Rio Grande do Sul; - Centro de Inovação do Vale do Rio Pardo – Parceria Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e BRDE para o estudo de alternativas para o desenvolvimento da Região Vale do Rio Pardo.

FORTALECIMENTO DA INTEGRAÇÃO E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Programa **Fortalecimento da Integração e da Cooperação Internacional**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, objetiva incrementar o fortalecimento e a qualificação das relações internacionais do Governo do Rio Grande do Sul pela interação com o Corpo Diplomático e Consular; coordenar e fomentar as ações de cooperação técnica internacional do Estado; ampliar o canal de comunicação buscando novas oportunidades de cooperação científica e comercial e incremento das relações bilaterais como apoio ao desenvolvimento econômico; receber missões diplomáticas e realizar suporte técnico para missões do Estado no Exterior.

A ação *Promoção das relações consulares* resultou no agendamento de 147 compromissos. Adicionalmente, foram recebidas missões e visitas oficiais de embaixadores, cônsules e delegações governamentais de 22 países, além de ter sido organizado no Estado o VI Encontro de Embaixadores - Conselho de Embaixadores dos Países Árabes –com a representação de 10 países.

EXECUÇÃO DO REGISTRO DO COMÉRCIO

O Programa **Execução do Registro do Comércio**, da **Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI)**, objetiva "prestar à comunidade empresarial e sociedade em geral, rapidez e segurança legal

necessárias na execução, de maneira uniforme, dos serviços de registro público de empresas”.

As programações para 2005 contemplam o arquivamento do registro de 40 mil novas empresas e o cancelamento de 20 mil outras, o despacho de 300 mil processos, a autenticação de 60 mil livros mercantis e a emissão de 40 mil certidões, no âmbito do atendimento às empresas.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO – SETOR PRIVADO

O programa **Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social do Estado – Setor Privado**, da **Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (CaixaRS)**, tem por objetivo oferecer as melhores soluções financeiras de fomento ao plano de desenvolvimento econômico e social do Governo do Estado. Embora encontrando-se em estágio equivalente a 35% da execução planejada, o indicador de desempenho do Programa, aferido em 2004, apontou que a Instituição passou à 32ª posição no *ranking* do BNDES dos maiores aplicadores de recursos daquele Banco Nacional, o que representa um significativo avanço em relação à posição de 2002 (93ª) e uma também significativa proximidade da posição esperada para o final do PPA (20ª).

A ação *Apoio à Rede Fomento*, que objetiva proporcionar a interiorização da Instituição e a conseqüente democratização do acesso ao crédito, alcançou sua meta programada de 70% da participação da CaixaRS no Estado. A ação *Financiamento às micro e pequenas empresas*, executada em ritmo normal em 2004, produziu a contratação de R\$ 3.765.087,59 em operações de crédito, 56% da meta programada. A ação *Apoio ao microcrédito*, executada em ritmo lento devido ao estágio de implantação em que esteve ao longo do primeiro semestre, resultou na contratação de R\$21.650,00 em financiamentos, equivalentes a 0,46% da meta programada para o ano. A ação *Apoio aos sistemas locais de produção* logrou a contratação de R\$76.144.784,43, perfazendo 48,33% da meta estabelecida. Essa ação, executada em ritmo considerado normal, alcançou, no ano, 18% de seu desenvolvimento esperado.³ A ação *Atração de investimentos*, desenvolvida em conjunto com a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, resultou na contratação de R\$10 milhões em financiamentos, correspondendo a 21% da meta programada, o que reflete seu ritmo de execução avaliado como lento. Por fim, a ação *Financiamento das atividades agrícolas e agroindustriais*, executada em ritmo normal durante o ano de 2004, produziu R\$35.868.437,71 em operações de crédito contratadas, o que corresponde a 82% da meta programada para o ano.

Para o ano de 2005, a CaixaRS planeja a contratação de crédito de acordo com a seguinte programação:

Ação	Meta programada
Financiamento das atividades agrícolas e agroindustriais	R\$ 52.436.628,03
Apoio ao microcrédito	R\$ 12.154.600,00

³ O desenvolvimento dessa ação foi conjunto com o desenvolvimento da ação *Apoio financeiro a empresas de tecnologia avançada*, cujos resultados são apresentados de forma agregada.

Ação	Meta programada
Atração de investimentos – grandes projetos	R\$ 40.000.000,00
Rede Fomento	R\$ 9.597.352,26
Financiamento empresarial	R\$ 57.548.458,87

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO – SETOR PÚBLICO

O programa **Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social do Estado – Setor público**, da **Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (CaixaRS)**, objetiva melhorar a qualidade de vida da população do Estado, através do financiamento de investimentos públicos. A ampliação da disponibilidade de recursos para o financiamento de prefeituras, companhias de água e esgoto e órgãos estaduais foi de 111,5%, não obstante as contratações terem sido parcialmente prejudicadas pelos impedimentos legais relativos ao calendário eleitoral, bem como pelos pequenos valores contingenciados pelo Banco Central do Brasil, para o financiamento dos municípios.

A ação *Prospectar novas fontes de recursos*, com execução de 11%, considerada como de ritmo normal, resultou no aporte de R\$10.397.276,00 em novos recursos, o que representa o alcance da meta programada para o ano.

Para o ano de 2005, são projetadas a contratação de R\$57 milhões em operações de crédito, como novas fontes prospectadas, bem como a obtenção de R\$3 milhões em taxa de administração, proveniente da gestão de fundos estaduais de desenvolvimento.

MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA AGÊNCIA GAÚCHA DE FOMENTO

O programa **Manutenção e Ampliação dos Serviços Administrativos da Agência Gaúcha de Fomento** objetiva dotar a CaixaRS de estrutura administrativa e física necessária à consecução dos seus objetivos e encontra-se em execução considerada de ritmo normal.

O Programa consiste de ações de informática, de recursos humanos, de manutenção das instalações físicas e utilidades da sede e de normatização e informatização das rotinas e procedimentos. As *Ações de informática* desenvolveram-se, em 2004, em ritmo avaliado como lento, gerando atrasos no cronograma. O desenvolvimento da ação implicou no processo de licitação para sistema ERP, que encontra-se em andamento, devendo gerar resultados expressivos em 2005. As ações *Administração de recursos humanos* e *Manutenção e conservação do prédio e das suas utilidades* foram desenvolvidas em ritmo normal, havendo alcançado a quase totalidade das metas programadas: 62% e 73%, respectivamente. Por fim, a ação *Normatização e informatização das rotinas e procedimentos* encontra-se em fase de estudos e projetos, num ritmo considerado aquém do esperado e gerando atrasos no cronograma. No ano de 2004 não gerou resultados, pois ainda depende de processo de licitações.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO RS

Este Programa, executado pelo **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)**, foi criado com o objetivo de ampliar os níveis de produtividade e renda dos produtores rurais, a partir da disponibilização de recursos para investimento. Para isso, vem sendo implementada a ação *Financiamento ao produtor*, que atua através dos seguintes mecanismos: repasse de recursos obtidos do BNDES ao produtor, através da rede de agências do BANTISUL; divulgação interna e externa das linhas de crédito; definição de metas e/ou dotações para as agências do Banco.

Os programas de longo prazo do BNDES para o setor agropecuário são atualizados anualmente a partir de junho, quando são re-ratificadas as condições operacionais, e eventualmente criados novos programas, destinados a desenvolver setores/segmentos considerados prioritários pelo Plano Agrícola Nacional. Desta forma, os programas vigentes mantêm as condições operacionais editadas em junho/2004.

No ano de 2004, foram realizadas operações de crédito para financiamento ao produtor num montante de R\$ 42,6 milhões, provenientes do BNDES, representando o executado, 609% no comparativo com a meta inicial. O quadro a seguir apresenta esses recursos por linha de crédito e por modalidade:

Recursos destinados ao financiamento do Setor Agropecuário

Linha de Crédito	Modalidade	Valor (milhões)
BNDES	AUTOMÁTICO	64.173
	MODERAGRO	10.105.978
	MODERINFRA	10.026.058
	PRODEAGRO	3.166.303
	PRODEAGRO - Leite	90.477
	PRODECOOP	577.485
	PRODEFRUTA	3.695.482
	PROLEITE	61.666
	PROPFLORA	2.810.227
FINAME AGRICOLA	PROLEITE	423.847
	MODERN. FROTA	6.722.086
	RURAL	4.859.558
Total		42.603.340

Os recursos acima apresentados financiaram 1.143 produtores e foram destinados a investimento tais como armazenagem, irrigação, recuperação de solos, fruticultura – inclusive a vitivinicultura -, floricultura, produção de leite, reflorestamento e beneficiamento da produção em cooperativas de produtores rurais (PRODECOOP), aquisição de máquinas e implementos agrícolas. A média por operação gira em torno R\$ 25 mil, sendo que nas linhas de crédito

\PRODECOOP e MODERINFRA encontram-se os maiores valores agregados, pois se destinam a investimentos de maior porte. O PRODECOOP objetiva incentivar pequenas cooperativas de produtores rurais em investimentos destinados ao beneficiamento e estocagem da produção agrícola; o MODERINFRA propõe-se a apoiar a armazenagem de grãos nas propriedades rurais, propiciando melhores condições de comercialização da produção agrícola. As linhas de crédito do PRONAF apresentam os menores valores médios, com operações em torno de R\$ 10 mil.

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O objetivo do Programa **Fortalecimento da Agricultura Familiar**, também executado pelo **BANRISUL**, consiste em ampliar o volume de recursos para investimento ao produtor rural que se enquadrar no Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). O Programa é operacionalizado por meio da ação *Financiamento ao produtor rural* que repassa recursos obtidos do BNDES ao produtor através da rede de agências do Banco.

O valor médio das operações de longo prazo situa-se em torno de R\$ 60 mil nas operações-programas, R\$ 9,6 nas operações PRONAF e R\$ 31,5 mil nas operações FINAME. Em termos de maior valor agregado destacam-se as operações destinadas a investimentos em armazenagem, irrigação e recuperação de solos. As linhas de crédito do PRONAF apresentam os menores valores médios.

No tocante à carteira de operações, como um todo, a área de crédito rural de longo prazo do BANRISUL apresenta um volume de 66 mil operações com um saldo contábil em novembro de 2004, de R\$ 229 milhões, sendo 75% destas operações destinadas à agricultura familiar - PRONAF.

Em outubro de 2004, o Banco Central editou a resolução 3.242, contemplando o financiamento de operações destinadas a custeio agropecuário no âmbito do PRONAF, que estão sendo regulamentadas e implementadas pelo BNDES. As operações de longo prazo constituem-se em programas de desenvolvimento agropecuário, estruturados nesse Banco com um custo financeiro variando entre 4% ao ano, para o PRONAF, e de 8,75 a 13,95 % ao ano para os programas BNDES e FINAME. Os prazos de reembolso variam de 60 a 144 meses.

Além das ações desenvolvidas no âmbito dos Programas acima mencionados, o BANRISUL, dentro das suas atribuições, desenvolveu outras atividades em 2004, entre as quais se destacam as mencionadas a seguir.

No que respeita ao financiamento da ampliação de negócios, da modernização de empresas e da diversificação de produto, o crescimento da linha de crédito do Banco situou-se em torno de 17,5%, beneficiando pessoas físicas e jurídicas de qualquer faixa econômica ou porte empresarial. Em novembro de 2004, o BANRISUL contava com 2,8 milhões de clientes, número cerca de 22% maior que o de dezembro de 2002. Nos primeiros nove meses de 2004 o lucro líquido obtido foi de R\$ 156 milhões, 5,8% a mais do que no mesmo período de 2003.

Posição da carteira de crédito em setembro de 2004

Créditos	Valor
Crédito comercial	R\$ 3,2 bilhões
Crédito para o desenvolvimento e infra-estrutura	R\$ 493,3 milhões
Crédito rural	R\$ 459,2 milhões
Crédito imobiliário	R\$ 674,4 milhões

Operações de crédito de janeiro a setembro de 2004

Créditos	Valor
Promicro – crédito a pequenas empresas	R\$ 99,4 milhões aplicados
Giro Fácil	R\$ 17,7 milhões aplicados
Crédito consignado em folha de pagamento	R\$ 473,9 milhões aplicados
Crédito INSS Fidelidade	R\$ 42 milhões aplicados

A rede BANRICOMPRAS conta com 24,8 mil estabelecimentos conveniados e movimentou, até setembro de 2004, R\$ 803 milhões, em 18,3 milhões de transações. O Banco, ainda, antecipou aos lojistas, de janeiro a setembro de 2004, R\$ 58 milhões, garantindo capital de giro e fluxo de caixa.

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

APOIO À INFRA-ESTRUTURA RURAL

O Programa **Apoio à Infra-estrutura Rural**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, objetiva “garantir a perfuração de poços para provimento de água em projetos isolados ou coletivos de irrigação ou abastecimento público no meio rural. O mesmo para construções de estradas rurais, terraplenagem, e obras de açudagem, drenagem e irrigação”. Sua execução, em 2004, foi considerada em ritmo acelerado, o que pode ser observado a partir dos resultados das suas ações.

A ação *Melhoria das vias de acesso rurais* foi desenvolvida em ritmo acelerado no ano de 2004, resultando na construção e recuperação de 254 km de estradas rurais, correspondendo a duas vezes o projetado para o ano. A ação *Perfuração de poços tubulares comunitários* também foi desenvolvida em ritmo acelerado, proporcionando resultados superiores aos inicialmente programados: perfuração de 256 poços tubulares no meio rural, em 106 municípios, trazendo benefícios a 35.260 famílias.

Para 2005, espera-se a continuidade dessas ações, ampliando os benefícios desse Programa. Além disso, em virtude da revisão do PPA 2004-

2007, o Programa passa a incorporar as ações correspondente ao Programa de Irrigação.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA

O Programa **Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem como função “possibilitar aos agricultores agregar valor aos seus produtos, melhorar a renda e as condições gerais de vida das famílias e contribuir para o seu desenvolvimento socioeconômico; proporcionar a manutenção e criação de oportunidades de trabalho; estimular a organização de produtores em forma associativa; estimular a realização de feiras, exposições e outras formas de comercialização; oferecer produtos de boa qualidade à população; contribuir para a manutenção de agricultores no campo” e foi executado, em 2004, em ritmo considerado normal, havendo se concentrado na consolidação das agroindústrias existentes, por meio de ações de assistência técnica, capacitação e apoio à comercialização, além do financiamento de novos projetos de agroindústrias. O número de famílias beneficiadas passou a 3.000, configurando o início da trajetória ascendente planejada no PPA 2004-2007.

Através da ação *Apoio à comercialização das agroindústrias financiadas* foram apoiadas 200 agroindústrias na participação em 41 eventos. A ação *Assistência técnica na implantação e operacionalização de agroindústrias* beneficiou 300 agroindústrias. Por fim, a ação *Financiamento à agroindústria* logrou financiar 46 empreendimentos de setores tais como: carne, embutidos, derivados do leite, mel, hortaliças, óleos, cereais, plantas aromáticas, pães e massas, entre outros.

Prevê-se, para 2005, a continuidade do Programa, na busca dos resultados previstos no PPA 2004-2007.

CÂMARAS SETORIAIS

Com o objetivo de promover um fórum permanente de debates e de formulação de políticas relativas à produção de bens e serviços, bem como harmonizar e transformar em propostas de ação os enfoques setoriais das partes atuantes de cada cadeia produtiva, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento manteve em funcionamento oito câmaras setoriais e implementou uma câmara nova, destinada ao setor de citricultura.

IRRIGAÇÃO

Com o objetivo de reduzir a instabilidade da produção agrícola no Estado, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento executa o Programa Irrigação, beneficiando as culturas de arroz, hortícolas, milho, feijão e pastagens.

A execução da ação *Armazenamento de água através de açudes* resultou, em 2004, na construção de 643 deles (99% da meta estabelecida para o ano), atendendo a 3.858 famílias em 53 municípios. A ação *Distribuição de água através dos sistemas de irrigação*, executada em ritmo considerado normal,

possibilitou a construção de 57 canais de irrigação, atendendo a 6.250 famílias em 30 municípios.

Na revisão do PPA 2004-2007, esse Programa foi integrado ao Programa Apoio à Infra-estrutura Rural, realizando-se, a partir de 2005, através da ação *Abertura de açudes e canais a céu aberto para drenagem ou irrigação*.

MELHORIAS NO PARQUE ESTADUAL DE EXPOSIÇÕES "ASSIS BRASIL"

Dentro desse Programa, foram realizadas diversas melhorias no Parque de Exposições, voltadas especialmente para a qualificação da EXPOINTER, merecendo destaque:

- Reforma da pista de remates de ovinos, dos alojamentos masculinos, dos sanitários públicos e dos peões e dos telhados dos pavilhões;
- Construção de baias de eqüinos, de uma ponte no anel viário e de estacionamento com capacidade para 300 veículos;
- Iluminação da pista de provas de eqüinos crioulos;
- Implantação da sinalização do Parque;
- Transferência da rede de transmissão de energia elétrica.

PECUÁRIA FAMILIAR

O Programa **Pecuária Familiar** da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento** tem por objetivo o "aumento da competitividade do pecuarista familiar". Através da ação *Melhoria das pastagens* foram executadas 249 atividades de melhoramento de campo nativo e 389 de introdução de pastagens, beneficiando 347 e 545 famílias, respectivamente. A ação *Treinamento e reciclagem de produtores*, por sua vez, desenvolveu diversas iniciativas, abaixo, relacionadas, envolvendo 10.727 famílias:

Atividades desenvolvidas no treinamento e reciclagem de produtores

Atividade	Descrição sucinta dos temas	Beneficiários
225 reuniões	Manejo e melhoramento de campo nativo, motivação e organização dos pecuaristas familiares, rastreabilidade bovina, manejo de ovinos, controle alternativo de ecto e endo-parasitoses, desmame precoce e aquisição de reprodutores, transferência de tecnologias em bovinos de corte e ovinos; saneamento básico, alimentação e artesanato.	1.882
16 seminários	Divulgação do Programa; integração lavoura/pecuária; perspectivas para a pecuária de corte; nutrição animal; produção de carne de qualidade; melhoramento de campo nativo.	2.046
17 dias de campo	Monta controlada em ovinos e manejo de pastagens; pastoreio rotativo e manejo pré e pós-esquila e manejo integrado bovinos/ovinos; piscicultura; desmame aos 60 dias; necessidades	2.211

Atividade	Descrição sucinta dos temas	Beneficiários
	alimentares de bovinos de corte no verão; desmame precoce, condição corporal dos ventres e avaliação reprodutiva de touros.	
86 cursos	Aproveitamento da carne ovina; manejo de ovinos; inseminação artificial; artesanato em lã; manejo apícola; piscicultura; plantas medicinais; rastreabilidade bovina e bubalina; criação de ovinos; verminose ovina; caprinocultura; desmame precoce e produção de cordeiros; curso básico para produção de mel, em conjunto com o SENAR; bovinos de corte; silagem; e administração rural.	1.504
182 diversas	Excursão ao Uruguai sobre avaliação de espécies forrageiras, terminação de cordeiros e avaliação da taxa de prenhes; excursão com grupo de pecuaristas familiares à Expointer; 8 Unidades de observação de sal proteinado, em parceria com a Minerphós, em 8 municípios da região; excursão técnica para participantes de curso de caprinocultura, para aquisição de carneiros e ventres ovinos, para visitar granjas com criação de caprinos, para visita a estabelecimentos criadores de ovinos e demonstração de método.	3.084

PISCICULTURA E PESCA

O Programa **Piscicultura e Pesca**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem por objetivo: “despertar o potencial de água doce do Estado para criação de peixes, tornando a piscicultura uma atividade econômica, direcionando esta atividade para a piscicultura em tanques, pequenos açudes e principalmente lagos e lagoas e criação de peixes confinados em gaiolas redes, um sistema de integração produtor/frigorífico/mercado consumidor; aumentar produção mensal de pescado; aumentar a renda dos pescadores; suprir o mercado interno e aumentar as exportações”.

Através da ação *Capacitação profissional* foram realizados 81 cursos, beneficiando 1.351 piscicultores, pescadores artesanais e técnicos da EMATER. Adicionalmente, destaca-se a realização de 435 feiras, em 266 municípios, durante a Semana Santa, com resultados de comercialização de 1.626,7 toneladas de peixe e ainda a realização de 225 feiras regulares em 37 municípios da região de Estrela, resultando na comercialização de outras 100 toneladas.

PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Programa **Produção e Gerenciamento de Informações Geográficas e Cartográficas para o Estado do Rio Grande do Sul** da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, objetiva “disponibilizar informações sistemáticas relativas à geografia física, humana, política e econômica do Estado do Rio Grande do Sul aos órgãos governamentais e à sociedade em geral”. A execução da ação *Levantamento e aquisição de dados* realizou vistoria em 23 municípios que compõem a Rede GPS/RS (convênio

SAA/IBGE); atendeu à demanda de dirimir dúvidas de limites municipais em seis municípios do Estado; deu continuidade ao Projeto Arquivo Gráfico Municipal do Rio Grande do Sul (convênio IBGE/METROPLAN/SAA); instalou o Conselho Permanente de Geografia e Cartografia do Rio Grande do Sul, momento a partir do qual foram realizadas cinco reuniões.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL ATRAVÉS DA ASCAR/EMATER-RS

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Através da ASCAR/EMATER-RS da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, objetiva "catalisar a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais através da apreensão de conhecimentos que norteiam benefícios sociais em seu cotidiano; empreender a educação, o apoio, e a divulgação de tecnologias que possibilitam obter maior produção a partir dos recursos que a sociedade dispõe e que a natureza faculta; animar o público processo na busca da sustentabilidade ambiental". Seu desenvolvimento permitiu a elevação do atendimento de famílias do meio rural para 226.750, frente ao número de 220.488 aferido em 2002.

A execução da ação *Assistência técnica e extensão rural* logrou incorporar 6.262 famílias ao sistema de assistência e extensão, equivalentes a 95% da meta originalmente estabelecida.

Para o ano de 2005 é estimada a elevação da abrangência da assistência técnica e da extensão rural a mais de 230 mil famílias, mediante a realização de ações disseminadas nos diversos programas sob a coordenação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DA CARNE BOVINA, OVINA E BUBALINA - AGREGAR-RS

O desenvolvimento do **Agregar-RS**, em 2004, propiciou a homologação de 96% das plantas sob inspeção federal e 64% das plantas de inspeção estadual. Assim, 124 frigoríficos e 106 distribuidores de carne bovina, ovina e bubalina estão homologados pelo Programa, contribuindo para diminuição de sonegação fiscal e qualificação da produção, que são o objetivo do Programa. Como resultado da ação *Fomento à produção pecuária*, foi submetido à inspeção o abate de 887.017 cabeças de gado.

PROGRAMA ESTADUAL DE FRUTICULTURA

O Programa Estadual de Fruticultura da Secretaria da Agricultura e Abastecimento tem por objetivo "fomentar o desenvolvimento de uma fruticultura moderna, sustentável e competitiva; buscar a auto-suficiência em frutas para consumo *in natura* e industrial no Estado; atender a demanda já existente e ampliar novos mercados; elevar os padrões de qualidade e produtividade da produção estadual de frutas; propiciar a modernização tecnológica na produção e comercialização; aumentar a renda das propriedades rurais, a gerando empregos e fixando famílias no meio rural". Ele é composto de ações relativas a assistência técnica, a implantação e recuperação de pomares e

a readequação de viveiros, havendo produzido resultados significativos no ano de 2004.

A ação *Assistência técnica/capacitação*, desenvolvida com a participação da EMBRAPA, da UFRGS, da UFPEL, da URI e da FEPAGRO, entre outras instituições, treinou, durante o ano de 2004, 3.880 agentes vinculados à cadeia produtiva da fruticultura, sendo 3.565 agricultores, resultado esse que representa 39% da meta estabelecida. A ação *Implantação de pomares*, que contou com a participação da CaixaRS, proporcionou o acréscimo de 3.000 ha, equivalentes a 85% da meta programada. A ação *Readequação de viveiros* logrou readequar quatro deles em 2004. Por fim, a ação *Recuperação de pomares* se deu em uma área de 2.260 ha.

Para o ano de 2005 o Programa priorizará a implantação e a recuperação de pomares e de viveiros (mudas de qualidade), a sanidade vegetal, a capacitação, a assistência técnica e a logística pós-colheita.

RS-RURAL

O Programa **RS-Rural** da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, tem por função “combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e diminuir o êxodo da população rural no Estado do Rio Grande do Sul, melhorando sua capacidade produtiva e a sua qualidade de vida”. Executado em ritmo considerado normal, em 2004 o RS-Rural contratou 865 projetos que beneficiaram 26.427 famílias (agricultores familiares, agricultores assentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e pecuaristas familiares). O Programa também promoveu a capacitação de 27.979 beneficiários e técnicos diretamente envolvidos com os projetos.

A ação *Capacitação/treinamento de beneficiários e técnicos* capacitou 27.979 pessoas ao longo do ano, superando a meta programada em 8%. A ação *Manejo e Conservação dos Recursos Naturais, Geração de Renda e Infra-estrutura Social* também superou a meta estabelecida para o ano em 32%, havendo beneficiado 26.427 famílias.

SEGURO AGRÍCOLA

O Programa **Seguro agrícola** da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, objetiva “proteger os investimentos aplicados nas culturas contra os riscos com chuva excessiva, impossibilidade de colheita, granizo, geadas, incêndio, ventos fortes, seca e inundações”.

A ação *Contratação do seguro junto aos produtores beneficiados pelo Troca-Troca de Sementes* registrou o recebimento de 54.949 pedidos de seguro, cuja contratação encontra-se em andamento. Ainda em nível operacional, foi concluído banco de dados de pedidos para o Seguro Agrícola Básico. Relativamente à safra 2003-2004, verificou-se o pagamento de indenizações a 4.655 agricultores, num montante de R\$ 1.111.670,54.

Como resultado do processo de revisão do Plano Plurianual 2004-2007, o Programa foi reestruturado, passando a contar, a partir de 2005, com as seguintes ações: Seguro Agrícola Solidário, Promoção do Seguro Agrícola e

Seguro Agrícola Básico. Está programada para 2005 a contratação de 42.500 seguros agrícolas nas modalidades básico e solidário, com participação do Estado no pagamento dos prêmios, de forma integrada e complementar à atuação do Governo Federal, além da promoção de três eventos de divulgação do seguro agrícola.

TROCA-TROCA DE SEMENTES

O Programa **Troca-troca de Sementes** da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**, objetiva “distribuir sementes de milho de boa qualidade de modo a beneficiar, anualmente, 180.000 produtores agrícolas” e foi executado em 2004 em ritmo considerado normal.

A ação *Pesquisa de Necessidade, Aquisição e Distribuição de Sementes e Fertilizantes* proporcionou a oferta de 8.410 toneladas de sementes (93% da meta anual), das quais se destacam: 8.060 toneladas de milho para o plantio em 420.000 ha na safra 2004/2005, envolvendo 621 entidades participantes de 414 municípios e beneficiando 200.000 famílias; 350 toneladas de milho para a safrinha 2004/2005, envolvendo 63 entidades e beneficiando 8.750 famílias; cebola, para 1.300 famílias dos municípios de Mostardas, Rio Grande e São José do Norte; reprodutores, na modalidade Troca-troca de Reprodutores – aquisição de reprodutores de alto padrão zootécnico de ovinos e bovinos –, beneficiando 70 pecuaristas familiares.

Para 2005, prevê-se a continuidade do Programa, já incorporado às práticas do setor agrícola do Estado.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DE ARROZ NO ESTADO DO RS

O Programa **Aumento da Produtividade de Arroz no Estado do RS**, do **Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA)**, objetiva aumentar a produtividade média gaúcha em mais de uma tonelada por hectare em quatro anos, diminuir custos da lavoura, reduzir impacto ambiental e melhorar a qualidade do cereal. Em seu último quartil de execução, já se verifica a produtividade de 6,1t/ha na última safra, considerado mais de um milhão de hectares. Prevê ações de capacitação, de controle do arroz vermelho, de incentivo ao cultivo com alta tecnologia, de lançamento de novas cultivares e de sistematização de áreas.

A ação *Capacitação de técnicos, produtores e trabalhadores* beneficiou 550 pessoas, sendo 150 deles técnicos e o restante produtores, superando a meta estabelecida (500). A ação *Controle do arroz vermelho*, por sua vez, em ritmo normal de execução, logrou controlar 4.500 ha, alcançando 90% do esperado. A ação *Cultivo com alta tecnologia* resultou em 4.500 ha de lavoura tecnificada, resultado equivalente a 9% do programado para o ano. A ação *Lançamento de cultivar de arroz*, executada também em ritmo avaliado como normal, logrou, em 2004, o alcance da meta proposta: lançamento da semente 422 CL. Por fim, a ação de *Sistematização de áreas* produziu 60.000 ha de lavoura sistematizada, o que representa 140% adicionais à meta estabelecida.

Para o ano de 2005, são projetadas as seguintes metas:

- Disponibilização de nova variedade de arroz já adaptada ao sistema de cultivo pré-germinado;
- Sistematização de 30.000 ha de lavouras;
- Disponibilização de 1.400 toneladas de sementes básicas e comercialização de 35.000 toneladas licenciadas para comercialização disponibilizadas via parcerias de produção;
- Capacitação de 2.000 pessoas, entre trabalhadores rurais, técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos.

PROGRAMA DE POLÍTICAS DE ABASTECIMENTO

O **Programa de Políticas de Abastecimento**, desenvolvido pela **Centrais de Abastecimento S/A (CEASA)**, tem por objetivo reduzir a fome no Estado, a partir do conceito de "segurança alimentar", e qualificar as políticas públicas de abastecimento. Prevê ações de recuperação estrutural da CEASA e de encaminhamento de sobras de comercialização da Central, para a alimentação de populações carentes.

Quanto à ação *Recuperação estrutural da CEASA*, após laudo técnico que define as condições estruturais dos prédios, foi lançado processo licitatório, visando à elaboração de projeto de recuperação estrutural.

A ação *Tá no prato*, por sua vez, encontra-se em ritmo acelerado de execução, havendo logrado o aproveitamento de 3.417kg de alimentos por dia, o que representa a superação da meta estabelecida em 39% (2.454 kg/dia). Em execução desde o início de 2003, atende creches, asilos, entidades assistenciais, associações de moradores e clubes de mães, devidamente credenciados na CEASA/RS. Distribui diariamente doações de hortifrutigranjeiros dos produtores e atacadistas e pães através do convênio com a Seven Boys, atendendo 30.000 pessoas mensalmente.

Para 2005 está projetada a melhoria e ampliação da distribuição de hortifrutigranjeiros e pães, além da realização de cursos de aproveitamento integral dos alimentos para mais 80 entidades, atingindo um contingente de 3.000 pessoas, e do lançamento da 3ª edição do livro de receitas do Programa. É meta, para 2005, iniciar a interiorização do Programa, de modo a beneficiar todo o Estado.

APOIO E FOMENTO AO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

O Programa **Apoio e Fomento ao Cooperativismo e Associativismo**, do **Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC)**, objetiva "dotar o Estado de uma estrutura orgânica de apoio e estímulo ao cooperativismo e associativismo, enquanto formas de organização sócio-econômica, capazes de mobilizar os cidadãos em torno das necessidades mais prementes, na busca de soluções comuns, através do espírito da ajuda mútua, da solidariedade e da cooperação".

Dentre as ações desenvolvidas pelo GRAC no âmbito do Programa, é de destacar, em 2004:

– *Articulação das organizações cooperativas e da economia solidária* – Apoio à realização de duas feiras de Economia Popular Solidária, envolvendo 227 expositores de 126 municípios, beneficiando 60 mil trabalhadores urbanos e rurais, e realizado três seminários regionais sobre Responsabilidade Social, com a participação de 450 pessoas, com finalidade de organizar um espaço aberto de debate e desenho de propostas de desenvolvimento do setor;

– *Assessoria e apoio ao cooperativismo e associativismo* – Atendimento de 50 cooperativas e associações, nas áreas de gestão, estrutura organizacional, orientação tributária e capacitação;

– *Banco de dados do cooperativismo* – Assinatura de convênio entre o Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo e a Junta Comercial do Rio Grande do Sul, para a realização de levantamento de informações para a composição da base de dados;

– *Capacitação em gestão cooperativa* – Produção de 56 cursos de capacitação, abrangendo 54 municípios e beneficiando 1.960 associados de cooperativas;

– *Desenvolvimento das cooperativas de assentados* – Assessoramento a quatro cooperativas já constituídas, para o desenvolvimento e a consolidação de suas atividades;

– *Estudo da realidade cooperativista e associativista* – Realização de dois estudos técnicos e diagnósticos: um, envolvendo 48 cooperativas do setor lácteo, abrangendo 130 municípios e 56 mil associados; outro, abarcando 19 cooperativas vinculadas ao setor vinícola de seis municípios, englobando 143 associados;

– *Secretaria Executiva do CECOOP* – Criação da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Cooperativismo (CECOOP), para dar suporte técnico e meios necessários à operacionalização e ao funcionamento da Política Estadual de Cooperativismo; da mesma forma, foi criada a *Secretaria Executiva do FUNDECOOP* - Fundo de Desenvolvimento do Cooperativismo - para dar suporte técnico e meios necessários a operacionalização do Fundo.

As programações para 2005, de acordo com a estrutura programática ajustada pela revisão do Plano Plurianual 2004-2007, estão sintetizadas a seguir: na ação *Coordenação das políticas de apoio ao cooperativismo* – cadastramento de 3 mil cooperativas; na ação *Organização, estruturação e desenvolvimento do cooperativismo e associativismo* – atendimento de 60 cooperativas; na ação *Organização, estruturação e desenvolvimento da economia solidária* – atendimento de 100 pessoas.

REFORMA AGRÁRIA – ACESSO À TERRA E VIABILIZAÇÃO ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS

O programa **Reforma Agrária - Acesso à Terra e Viabilização Econômica dos Assentamentos**, do Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo, tem como função “viabilizar o acesso à terra e contemplar os assentados com recursos para infra-estrutura produtiva, necessária à

consolidação dos projetos de assentamento e titulação, inserindo-os no contexto do desenvolvimento sustentável, a fim de que a população do campo possa ter uma qualidade de vida melhor, através da interiorização do processo econômico e social, buscando reformas eficientes de expansão, mantendo as famílias já assentadas, no campo”.

No âmbito das ações que integram o Programa destacam-se, em 2004:

– *Aquisição de imóveis por convênio Estado/INCRA e Aquisição de imóveis pelo Estado*, ações que resultaram, em 2004, no benefício de 360 e 79 famílias, respectivamente, correspondendo a 120% e 20% das respectivas metas programada para o ano;

– *Assistência técnica e extensão rural*, prestada pela EMATER-ASCAR/RS para o público-alvo da reforma agrária – Atendimento das 5 mil famílias que constaram de sua programação para 2004;

– *Capacitação* – Através desta ação foram qualificadas 220 pessoas em 2004, o que representa 22% da meta programada;

– *Concessão de crédito fundiário* - Concessão de R\$2.380.429,23 em operações de crédito às famílias de agricultores da reforma agrária, representando 38% da meta programada para o ano;

– *Indenização de agricultores* - Indenização de 119 agricultores, representando a superação da meta estabelecida em 19%;

– *Infra-estrutura* - Finalização de 544 casas para as famílias de agricultores beneficiárias do Programa, representando 78% da meta para o ano de 2004.

– *Mapeamento de lotes para assentamento*, executado por meio de convênio com a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) – Mapeamento e demarcação de 341 lotes (31% da meta do ano).

As programações para 2005 incluem: na ação *Aquisição de imóveis* – aquisição de 4.875 imóveis; na ação *Concessão de crédito fundiário* – concessão de crédito a 1.717 famílias; na ação *Indenização de agricultores* – indenização de 195 famílias; na ação *Viabilização econômica* – atendimento de 1.424 famílias.

TURISMO, ESPORTE E LAZER

A **Secretaria Turismo, Esporte e Lazer (SETUR)** implementa ações voltadas para a divulgação das atrações turísticas e das potencialidades regionais, bem como da qualificação da oferta turística, através dos Programas Ampliação da Demanda Turística, Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PRODETUR-SUL e Qualificação da Oferta Turística.

AMPLIAÇÃO DA DEMANDA TURÍSTICA

O Programa **Ampliação da Demanda Turística** tem como objetivo promover o aumento significativo do fluxo turístico nacional e internacional para o Estado, prolongar os períodos de permanência e de exploração das estações turísticas e reduzir a sazonalidade desse fluxo, através da divulgação, no mercado consumidor mundial, do produto turístico gaúcho e do desenvolvimento de campanhas institucionais e peças promocionais.

Com o objetivo de implementar as atividades voltadas para a divulgação dos atrativos turísticos do Rio Grande do Sul a SETUR, através da ação de *Comercialização do produto turístico*, participou de 45 eventos abrangendo mais de 2,5 milhões de visitantes e público especializado na área de Turismo. Dentre estes eventos destacam-se:

- 5 eventos internacionais, com um público estimado de 400 mil visitantes, como segue: Bolsa de Turismo de Lisboa - Lisboa; Feira Internacional de Turismo - Madri; *Internationale Tourism Borce* - Berlim; *VTM World Travel Market* - Londres; Feira Internacional de Turismo (FIT) - Buenos Aires;

- 8 eventos nacionais, com presença estimada de 145 mil participantes: *Workshop* de Turismo CVC, *Adventure Sport Faire* e Feira de Turismo Rural - São Paulo; *Workshop* O Rio é de Vocês – Curitiba; 21º Encontro Comercial Braztoa - São Paulo; 33º Congresso Mundial de Charolês - Foz do Iguaçu; Festa dos Estados 2004- Brasília; 32º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e Exposição de Turismo - Rio de Janeiro;

- 32 eventos estaduais, envolvendo feiras, rodeios, festas regionais, exposições e *shows*, entre outros, em 29 cidades, com a participação aproximada de 2,07 milhões de pessoas.

Como parte das atividades de publicidade e *marketing* relacionadas com o produto turístico, foi desencadeada a campanha publicitária "Verão Gaúcho", que elegeu os COREDES Litoral Norte, Sul e Hortências para ações promocionais, com divulgação de material específico como mapas, folhetaria, cartilhas de orientação turística (em português e em espanhol), peças promocionais e mídia em rádio, TV e jornal. Quanto ao Litoral Norte, especificamente, foi realizado projeto de folhetaria focado na ocupação durante a baixa estação, em parceria com o Sindicato dos Hotéis, bares, restaurantes e similares.

A apoio através de mídia foi dado também às feiras e eventos de cunho regional com foco no fomento ao turismo interno, tais como: Semana Crioula Internacional de Bagé; Rodeio Internacional de Vacaria; Expofeira das cidades de Pinheiro Machado, Bagé, Quaraí, Venâncio Aires e Pelotas; 4º. Rodeio Internacional de Herval; Feira e Festa Estadual da Ovelha (FEOVELHA), em Pinheiro Machado; Cavalgada do Mar, no Litoral Norte.

Foi, ainda, realizada campanha publicitária na Semana Farroupilha por ocasião da realização de desfiles nas cidades de Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul, Santana do Livramento, Bagé, Alegrete e Quaraí. O projeto desenvolvido previu auxílio financeiro para os desfiles temáticos e a sua divulgação feita junto a grupos tradicionalistas de outros estados. O evento contou com a participação de um grupo de jornalistas portugueses.

Além disso, a Secretaria desenvolveu ações que resultaram na vinda ao Estado de uma equipe da televisão italiana RAI, para a captação de imagens da Ferrovia do Vinho, documentário apresentado para 80 países.

No que respeita à ação *Desenvolvimento do Turismo* é de destacar, em 2004, o acréscimo de 47% na entrada de turistas estrangeiros no Estado, de acordo com dados da Polícia Federal. Além disso, no veraneio de 2004, conforme dados do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, verificou-se um crescimento de mais de 30% na ocupação hoteleira, em relação à temporada anterior, equivalente a três vezes o crescimento nacional alcançado em regiões com turismo já consolidado.

No âmbito dessa ação a SETUR realizou, em parceria com o Ministério do Turismo e SEBRAE, no Shopping DC Navegantes, em agosto, o Salão Gaúcho do Turismo. Esse Evento contou com a participação de 22 Regiões do Estado, que compõem as nove Zonas Turísticas, do Sistema Fecomércio (SESC/SENAC), da Câmara de Turismo, de Universidades, do Clube da Melhor Idade. O total de público que visitou o Salão foi de, aproximadamente, 15 mil pessoas. A entrada constituiu-se de um quilo de alimentos não perecíveis e proporcionou a arrecadação de 6.200 kg, através do Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, da FIERGS, que foram destinados ao Gabinete da Primeira-Dama do Governo do Estado.

Como parte integrante do Salão Gaúcho de Turismo foram desenvolvidas várias atividades, dentre as quais podem ser destacadas:

- Rodada de Negócios – Realização, através do SEBRAE, de uma Rodada de Negócios entre 57 Agências Gaúchas de Turismo Receptivo e 16 Operadoras Nacionais e Internacionais, viabilizando mais de 250 encontros para apresentações dos roteiros existentes no Estado. Na ocasião, foi realizada pesquisa que apontou uma expectativa de negócios que prevê um aumento em torno de R\$ 805 mil no faturamento das empresas gaúchas para os próximos 12 meses;

- Feira de Produtos Artesanais e Gastronomia, realizada pela Fundação Gaúcha do Trabalho/Casa do Artesão em conjunto com o Projeto Mão Gaúcha, do SEBRAE, e a EMATER;

- Bolsa de Negócios e Ações Cooperadas – Divulgação, pela SETUR, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e CaixaRS, de linhas de financiamento destinadas ao setor de Turismo, através da Bolsa de Negócios e Ações Cooperadas, que se propõe a promover o desenvolvimento econômico e social com a geração de emprego e renda, estabelecer parcerias com agentes financeiros, disponibilizando aos investidores do setor linhas de financiamento de longo prazo para a implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos.

Dentro dos objetivos da ação merecem ainda destaque a atuação dos Centros de Informação Turística (CENINTURS) e a participação da SETUR no Projeto Verão Gaúcho, do Governo do Estado.

Os 18 CENINTURS permanentes e os 34 CENINTURS temporários, localizados nas principais entradas de fronteira, rodovias, atrativos turísticos e terminais de embarque atenderam, até dezembro, aproximadamente 419 mil turistas. As ações desenvolvidas em convênio com os municípios em que estão

instalados esses Centros foram pautadas pela limpeza, pela conservação e embelezamento dos municípios, pela segurança, por condições de preço e pela qualificação dos serviços.

Como parte integrante do Projeto Verão Gaúcho foram realizados, nos municípios do Litoral Norte – em parceria com órgãos governamentais, iniciativa privada, ONGs e comunidade -, dois mutirões de limpeza e preservação do meio ambiente com o objetivo de conscientizar moradores e veranistas para a importância de manterem-se as cidades limpas e agradáveis.

Para o ano de 2005, a SETUR pretende dar seguimento à participação em eventos estaduais, nacionais e internacionais, objetivando ampliar a demanda turística e, a partir de indicação da Consulta Popular, serão realizados eventos em municípios com a finalidade de comercializar os produtos turísticos.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL- PRODETUR SUL

Esse Programa, cujo desenvolvimento está a cargo da SETUR e da Secretaria da Coordenação e Planejamento, sob a coordenação da última, foi criado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Sul, ampliando as oportunidades de trabalho, gerando renda e divisas. Está na etapa de ajustes finais para assinatura do contrato, prevista para os primeiros meses de 2005, já estando em funcionamento o Conselho Regional de Turismo - CORETUR Serra Gaúcha.

Em 2005 está prevista a criação de cinco novos roteiros turísticos voltados para o turismo sustentável.

QUALIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O resultado esperado desse Programa é a qualificação e ampliação da oferta turística do Estado, através da melhoria dos recursos e meios disponíveis para atividades turísticas, formatação de novos produtos e regulação da atividade. Para a operacionalização do Programa, a SETUR proporciona assistência técnica e orientadora ao empresariado, bem como a formação, habilitação e treinamento de recursos humanos, na medida em que a profissionalização do mercado turístico pressupõe a difusão do conhecimento técnico, fortemente dependente de uma formação profissional objetiva e contínua.

O Rio Grande do Sul tem o maior número de empresas de turismo cadastradas e fiscalizadas pelo Instituto Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), no Brasil. O registro e a fiscalização são desenvolvidos pela Secretaria, através de convênio celebrado entre o Ministério do Turismo e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, 3.369 empresas estão regularizadas junto à EMBRATUR, o que representa um índice de 18% no cenário nacional. O resultado deste convênio fez com que o Rio Grande do Sul fosse contemplado com o montante de R\$ 1,1 milhão para a divulgação do turismo nacional e internacional. A utilização destes recursos foi votada através no Fórum Estadual de Turismo.

Nesse contexto, a execução do Programa efetiva-se através de três ações: Sinalização turística, Informatização do Sistema Estadual do Turismo e Desenvolvimento da oferta turística.

A *Sinalização turística* foi operacionalizada, em 2004, através das indicações da Consulta Popular, com o encaminhamento de nove projetos para licitação, relativos aos COREDES Alto Jacuí, Central, Centro-Sul, Fronteira Noroeste, Hortências, Noroeste Colonial, Vale do Caí, Vale do Taquari e Chuí. No âmbito da segunda ação – *Informatização do Sistema Estadual do Turismo* -, foi implantada a Rede Lógica do Sistema de Dados da SETUR.

Na ação *Desenvolvimento da oferta turística do Estado* foram realizadas oito reuniões do Fórum Estadual de Turismo para articulação e implementação do Salão Gaúcho do Turismo e para elaboração e encaminhamento de projetos do setor, solicitando apoio ao Ministério do Turismo. A estrutura do Fórum será reelaborada, visando atendimento das necessidades do Programa de Regionalização do Turismo, implementado pelo Ministério do Turismo, assim como às representações regionais, em função da posse das novas administrações municipais.

Entre os projetos desenvolvidos, foi aprovado projeto do “Turismo Aventura” regulamentando a atividade deste segmento de turismo no Estado – instrumento este inédito no País – e o projeto “Interior Presente”, objeto de termo de cooperação da SETUR com a Secretaria de Estado da Cultura e Casa de Cultura Mário Quintana, visando a divulgação dos produtos turísticos do Interior na Capital do Estado. Foram promovidas 11 exposições e cinco eventos de lançamento, destacando-se a realização da mostra em homenagem aos 180 anos da imigração alemã.

Nesse Programa, no Processo de Participação Popular (Consulta Popular) foram atendidos os pleitos dos COREDEs da Produção - Parque da Roselândia, Sull- Convênio com UCPEL para qualificação de recursos humanos para a área de Turismo.

Como parte das atividades do Programa, foram ainda realizadas 11 edições do “Conversando sobre o Turismo”, com objetivo de reunir o *trade* turístico para discutir a atuação do setor.

Quanto à qualificação da oferta, para 2005 está sendo previsto projeto de sinalização e a informatização de 15 pontos de informação turística.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE

Através da **Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)**, em 2004, foram desenvolvidas atividades na busca dos seguintes objetivos: melhorar o acesso da população ao esporte e lazer e desenvolver o esporte de rendimento; dar suporte técnico e financeiro aos atletas de alto rendimento. Sua atuação contou com a colaboração de diversos municípios, federações esportivas, clubes, universidades, atletas e comunidade, além de parcerias, entre elas, o SESC e Federações Esportivas.

No âmbito do projeto “RS Esporte” foram proporcionados cursos de capacitação de gestores do esporte, buscando aprimorar o desenvolvimento esportivo no Rio Grande do Sul. Foram, ainda, apoiados diversos eventos promovidos por prefeituras do Interior do Estado. A Fundação assinou aproximadamente 180 convênios com as entidades representativas do esporte gaúcho.

Soma-se a estas realizações a busca de uma maior abertura sobre a discussão das políticas públicas esportivas para o Estado, dentro do escopo do Plano Estadual de Municipalização do Esporte.

Para 2005, está sendo previsto o reaparelhamento da Fundação, construção de quadra poliesportivas destinadas à prática de esporte, apoio a aproximadamente a 100 mil pessoas para desenvolvimento do esporte e a 47 eventos desportivos.

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

A partir dos programas desenvolvidos pela **Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT)** e pelas Fundações a ela vinculadas – **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)**, **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)** e **Fundação estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO** – o Governo objetiva alcançar a meta de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, através da geração de emprego e renda, tornando o Rio Grande do Sul expoente em tecnologia de ponta. Esses órgãos, além das suas atribuições específicas, atuam no sentido de promover a sinergia entre o poder público, as instituições de ensino superior e a iniciativa privada.

A **Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT)** desenvolve suas ações em cinco redes de tecnologia que beneficiam os seguintes setores: petróleo e gás natural (Petro/RS), medicamento fitoterápico (Fito/RS), informática (Info/RS), acadêmico (Tchê/RS) e água (Hidro/RS). Essas redes investem em pesquisas desenvolvidas por empresas, indústrias e universidades para o crescimento e a modernização do setor produtivo. A seguir, serão apresentados os principais Programas desenvolvidos pela SCT no ano de 2004.

APORTE TECNOLÓGICO AOS PROCESSOS PRODUTIVOS

O objetivo deste Programa é aportar inovações tecnológicas aos processos produtivos, com auxílio dos pesquisadores das universidades e centros de pesquisa do Estado. Ele busca a integração das universidades e dos centros de pesquisa com todos os segmentos do setor produtivo gaúcho, para o desenvolvimento de tecnologias próprias, respeitadas as vocações de cada região.

O Programa foi orientado no sentido de fomentar e dar suporte técnico a projetos que busquem aporte tecnológico para o desenvolvimento do pequeno produtor rural, produtos e processos inovadores, melhoria dos processos produtivos, tecnologias limpas, preservação e recuperação do meio ambiente, pesca e da aquicultura.

Através da ação *Pólos de inovação tecnológica*, com o objetivo de agregar valor à produção, aumentar a competitividade do setor produtivo, aumentar renda familiar e reduzir o desemprego, o Programa atuou junto a 21 *Pólos de Inovação Tecnológica*, implantados em 19 regiões do Estado, que abrangem um total de 434 municípios. Além desses, estão em implantação os pólos do Vale do Caí e Hortênsias.

Do total de recursos repassados para as Universidades, no ano de 2004, foram pagos R\$ 1.398.878,00 referentes a 24 projetos liquidados em 2003, foram pagos R\$ 894.448,00 referentes a 14 projetos da Consulta Popular 2003/2004 e foram empenhados todos os projetos votados na Consulta Popular. Dentre os projetos de pesquisa apoiados destacam-se: Amenização de impactos ambientais em solos com dejetos de suínos; Produção orgânica de pequenas frutas; Reciclagem de resíduos do setor coureiro-calçadista; Extração de óleos essenciais assistida por microondas; Recuperação e fracionamento de co-produtos da indústria de citros; Sistema antropotecnológico de apoio à decisão, aplicado à gestão de processos do setor moveleiro; Aproveitamento de rejeitos da indústria de leite para a produção de polissacarídeos com aplicação em alimentos; Conservação e industrialização de grãos e frutas em médias e pequenas escalas para a Região Sul.

Foram concluídos 26 projetos em 2004, citando-se entre eles: Estudo da etnoflora como potencial para a agricultura familiar da Região Centro- Sul; Controle e Monitoramento de Moluscos em Áreas de Arroz da Região Centro-Sul; Desenvolvimento da indústria de conservas na Fronteira Oeste; Desenvolvimento de equipamentos hospitalares para a Região Sul; Utilização de novas tecnologias para a condução de cultivares de Tomate.

Em 2005 está previsto, na ação de *Pólos de inovação tecnológica*, o apoio a 40 projetos de pesquisa aplicada; no que diz respeito à Consulta Popular, será dado apoio ao projeto Diagnóstico Ambiental e a 22 projetos de pólos de inovação tecnológica.

EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS

Este Programa tem por objetivo trazer a inovação tecnológica para o benefício das empresas através de esforços cooperativos com Universidades e Centros de P&D, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e social, gerando mão-de-obra qualificada e ampliação de renda.

Uma das ações voltadas para a inovação tecnológica refere-se ao *Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC)*, criado no final de junho de 2000, através da assinatura de um protocolo de intenções, resultado de uma bem articulada parceria composta pelo Governo do Estado – por intermédio da SCT, SEDAI e PROCERGS – pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre – através da PROCEMPA e SMIC – e ainda pela UFRGS, PUCRS, UNISINOS e por entidades da iniciativa privada, quais sejam FIERGS, FEDERASUL e ABINEE, todos em parceria com a MOTOROLA.

O CEITEC será o mais moderno centro de prototipagem de circuitos integrados de alta complexidade – “*chips*”- na América Latina. Estará também em condições de fornecer suporte a projetos de P & D e de formação de recursos humanos, operando em rede estruturada a partir de competências de instituições externas, como empresas, centros de P & D e universidades, de forma a fomentar a criação, atração e consolidação de empresas de base tecnológica, sendo esperada, ainda, a diminuição no custo de desenvolvimento de componentes microeletrônicos.

Através do CEITEC buscar-se-á estimular a formação de uma rede nacional de prestação de serviços técnicos e tecnológicos e oferecer infraestrutura e suporte para desenvolvimento de tecnologias e produtos em microeletrônica, transferindo tecnologia às indústrias do complexo eletro-eletrônico nacional. Em 2004, foram promovidas ações para assegurar os recursos orçamentários da União para o exercício de 2005, referentes à construção dos prédios da Sala Limpa e do Centro de *Design*. O Município de Porto Alegre efetuou a desapropriação do terreno, onde está localizada a Escola Estadual Onofre Pires, para ser aí implantado o CEITEC, e também da área onde está sendo reconstruída a referida escola, sob responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 989 mil, com prazo de conclusão previsto para março/2005.

O processo licitatório dos prédios do CEITEC está sob a responsabilidade direta do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), sendo que, no estágio atual, foi habilitado apenas um consórcio, estando no prazo recursal para divulgação do vencedor. As obras físicas estão estimadas em R\$ 130 milhões. A partir da presença do Ministro da Ciência e Tecnologia, no Seminário Internacional do CEITEC "Desafios da Microeletrônica: Papel do CEITEC", o Órgão teve sua ação elencada na Política Industrial Nacional.

A ação referente à implantação do *Centro de Excelência em Tecnologias Avançadas do RS (CETA-RS)* também integra o Programa de Excelência em Tecnologias Avançadas, tendo como finalidade disponibilizar um centro especializado no desenvolvimento e produção de circuitos integrados de aplicação específica, capaz de fornecer serviços de suporte a projetos de P&D e à formação de recursos humanos. Dentro desse propósito, foi elaborado convênio com a FINEP, com a liberação de R\$ 850 mil reais. Em agosto de 2004 ocorreu um encontro com o Diretor do Instituto de Computação Gráfica da Sociedade Fraunhofer da Alemanha, Joachim Rix, para definição de estratégias de ação e, em novembro, foi realizada reunião do Conselho Supervisor com representantes da Alemanha. Foram aprovadas a proposta de incorporação do CETA-RS à estrutura do SENAI e o Projeto de Telemedicina, orçado em R\$ 100 mil. Também foi elaborado convênio para a Fase 3 do Programa e concluída a Fase 2 – que consistia na identificação da demanda em empresas gaúchas – tendo sido também realizados projetos-piloto e seminários de divulgação das ações do CETA-RS.

GESTÃO DAS POLÍTICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Dentro dos propósitos do Programa no sentido de promover a formação de recursos humanos para as áreas de Ciência e Tecnologia e divulgar para a sociedade obras, serviços e/ou atos de caráter educativo, informativo ou orientativo sobre Ciência e Tecnologia, a Secretaria da Ciência e Tecnologia, em parceria com prefeituras e a iniciativa privada, colocou à disposição um serviço de acesso gratuito na INTERNET, durante o período de veraneio 2003-2004. A parceria foi formada com as empresas Brasil TELECOM, SIEMENS, HP, MARELLI, SOFTSUL, PROCERGS e prefeituras municipais. Aproximadamente 6.000 pessoas utilizaram o serviço. Também foi oferecido acesso gratuito à INTERNET aos competidores e profissionais que cobriram o evento "Reef Classic 2004 - Campeonato Mundial de Surfe", e aos visitantes da Festa da Uva de 2004.

APOORTE TECNOLÓGICO À INOVAÇÃO EMPRESARIAL

O Programa **Aporte Tecnológico à Inovação Empresarial**, desenvolvido pela **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)** tem como objetivos: reduzir o atraso tecnológico de algumas empresas industriais do Estado; aumentar a competitividade da economia gaúcha; melhorar a qualidade dos produtos industriais gaúchos; diminuir o desperdício de matérias-primas e de energia e prevenir a poluição desnecessária do meio-ambiente.

Através da ação *Desenvolvimento ou otimização de produtos* várias propostas de projetos de pesquisa foram apresentadas, no contexto dos diversos Fundos Setoriais, à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Cinco delas foram aprovadas e contratadas no limiar de 2004. Duas patentes estão em fase de registro junto ao INPI.

No que respeita à ação *Desenvolvimento ou otimização de processos*, em 2004 foram repassados à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) dois processos para geração de energia elétrica, utilizando diversas biomassas como combustível, o primeiro deles para motores à combustão e o segundo, visando à implantação de tecnologia de combustão em leito fluidizado em uma caldeira da Usina Termelétrica de São Jerônimo. Para o ano de 2005, estima-se que oito produtos e processos sejam desenvolvidos ou otimizados.

Na ação referente à *Transferência de tecnologias* foram realizados dez contratos nas áreas de energia, construção civil e eletrônica, principalmente. Para o ano de 2005, nessa ação estão previstas as assinaturas de três contratos.

INFRA-ESTRUTURA E SUPORTE TECNOLÓGICO PARA A CRIAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA

Com o objetivo de criar um ambiente propício para o surgimento de empresas, indústrias em particular, que usem tecnologias para induzir melhorias significativas em técnicas e processos usadas correntemente pelas demais empresas das regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), duas ações distintas são desenvolvidas pela **CIENTEC** no âmbito deste Programa, a saber: Manutenção e operação das Incubadoras e Implementação da área industrial do Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

No que se refere à *Manutenção e operação das Incubadoras*, e de destacar que as incubadoras instaladas na Sede em Porto Alegre e no campus em Cachoeirinha estão operando normalmente. A meta prevista foi atingida: quatro empresas foram graduadas no ano de 2004 e estão previstas cinco empresas a serem graduadas em 2005.

Para que a graduação ocorra deve-se executar uma série de atividades: procede-se a uma seleção entre propostas apresentadas por empreendimentos concorrentes; providencia-se suporte técnico e administrativo às empresas selecionadas para que executem seus respectivos planos de negócios, até que os empreendimentos tenham condições de seguir seu caminho fora da Incubadora. Este ciclo de atividades se repete constantemente, na medida em que as empresas forem abandonando o local de incubação.

A Incubadora da Sede (ITC) conta com onze módulos numa área total de 490m². Atualmente abriga nove empresas que atuam nas áreas de *software*/informática, eletro-eletrônica, química, medicamentos, biotecnologia e internet /*e-commerce*. No período compreendido entre 1999 – quando se deu sua inauguração – e 2004, oito empresas foram nela graduadas (não se considera as desistentes), como segue: SECCARE, a FK Biotecnologia, a FK Tecnologia Avançada, a FK Bioprospecta, a SITE EXPRESS, a TRISOLUTIONS, a COMPATEC e a MDS.

A Incubadora do Campus, em Cachoeirinha, inaugurada em 2002, possui uma área de 1.690m², divididos em 16 módulos de 33m². No momento conta com apenas uma empresa residente, na área de *Design*. Sua missão é abrigar e apoiar a inovação em produtos passíveis de aperfeiçoamento e/ou adaptação. Caso se concretize a pretendida atuação da CIENTEC na área de Fitofármacos, esta Incubadora, associada à Planta- Piloto Multipropósito e ao Laboratório de Processos de Separação, existentes no local, poderá transformar o Campus num ambiente propício e privilegiado para promover e apoiar inovações para a indústria farmacêutica brasileira.

Quanta a ação *Parque Tecnológico da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)*, o principal marco foi a conclusão, ao nível de detalhamento, de seu projeto arquitetônico e urbanístico, através do qual sabe-se que: o Parque ocupará uma área de 25ha; disporá de 30 terrenos com área de 2.000m² cada, para abrigar empresas intensivas em tecnologia e 10 terrenos de 1.200m², destinados para a construção de laboratórios das empresas e/ou Centros de Pesquisa; contará com dois condomínios industriais, prédios com 2.400 m² cada um, para abrigar, em caráter temporário, as empresas graduadas pelas Incubadoras da Região, no sentido de promover sua transição para a área industrial, além de um grande prédio destinado à administração e fornecimento de todo o apoio logístico necessário às empresas.

Foi aprovada proposta de projeto à FINEP que se propunha a apoiar financeiramente, em 2005, a elaboração de Planos de Investimentos para Parques Tecnológicos com recursos da ordem de R\$370 mil. Espera-se que 15% das obras civis sejam concluídas.

SUORTE TECNOLÓGICO À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

Para melhorar o desempenho global do parque industrial gaúcho, analisando a qualidade das matérias-primas e insumos utilizados, assim como dos produtos acabados e de processos industriais utilizados, realizaram-se, dentro dos propósitos do Programa **Suporte Tecnológico à Competitividade Empresarial**, da CIENTEC, 12.500 laudos no decurso de 2004, atendendo demandas de empresas públicas e privadas.

A título de exemplo dos serviços prestados, pode-se mencionar: participação nas comissões técnicas para restauração das fachadas dos prédios da Secretaria da Fazenda e do Palácio Piratini; elaboração de especificações técnicas para a restauração do prédio do Solar dos Câmara para a Assembléia Legislativa; levantamento técnico para elaboração de projeto de restauro da igreja matriz de Bom Princípio; coleta de amostras e realização de ensaios para restauração de revestimento da igreja matriz de Viamão e do prédio do Instituto

do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul (IPHAN); avaliação da segurança estrutural do Ginásio da Lagoa do Violão, para a Prefeitura Municipal de Torres, bem como das escolas Luiz Badalotti e Paiol Grande, para a Prefeitura Municipal de Erechim; avaliação das patologias da estrutura de madeira da cobertura da Igreja Nossa Senhora da Purificação, para a Prefeitura Municipal de Bom Princípio; controle cinemático do prédio do Foro de Novo Hamburgo, para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; controle de fissuras na Escola Estadual Sílvio Stallivieri, em Caxias do Sul, para a Secretaria de Educação do Estado, entre outros.

Foram firmados os seguintes contratos e convênios:

- Convênio com o DAER para análise de estabilidade e projeto básico para construção de taludes;
- Contrato com a empresa PEDRACON para monitoramento de vibrações em pedreiras;
- Convênio com o SESI para realização de controle de qualidade nos produtos da Super Cesta;
- Convênio com o DAER para análise em amostras de água;
- Contrato com o SEBRAE para prestação de assessoria a pequenas empresas, na área de alimentos;
- Convênio com o DNPM para análise de águas universais;
- Contrato com a CORSAN para controle da qualidade na construção de diques.
- Contrato com a Saint-Gogain Canalizações para realização de serviços de inspeção de recebimento de tubos, válvulas, conexões de ferro fundido nas fábricas de Itaúna (MG) e Barra Mansa (RJ), por 24 meses;
- Convênio com o Departamento Aeroportuário para realização de estudos geotécnicos para implantação do Aeroporto das Hortênsias, em Canela, e de controle de qualidade das obras de terra na construção do Aeroporto de Vacaria;
- Contrato com a CGTEE visando a execução de projeto básico para alterar concepção de combustão de carvão mineral da Usina Térmica de São Jerônimo, passando a operar com leito fluidizado;
- Convênio com SONAE para realização de análises em produtos da marca-própria "Nacional";
- Convênio com a Farmácia SESI para realização de análises em acetona, água oxigenada, gel dental e enxaguatório bucal.

Para 2005, está sendo prevista a emissão de 12.000 laudos e será dada continuidade às pesquisas conveniadas.

MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA EM C&T

A **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)**, responsável pelo desenvolvimento do Programa **Modernização da Infra-Estrutura em C&T**, funciona como agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Sua finalidade é desenvolver a pesquisa em áreas estratégicas com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico, de modo a promover a inovação do setor produtivo, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica e cultural, estimular a formação de recursos humanos, o fortalecimento e a expansão da infra-estrutura de pesquisa no Estado. Visando criar um espaço de identificação da pesquisa no Estado, a Fundação está desenvolvendo esforços no sentido da construção de sua sede própria, cuja contratação do projeto executivo está em fase de finalização.

Com o objetivo de financiar projetos de pesquisa em áreas cujos resultados e benefícios se reflitam de forma ampla para todos os setores, através do Programa de Modernização da Infra-Estrutura em C&T pode ser destacada, em 2004, a concessão de 890 auxílios, num total de R\$6,5 milhões, destinados à pesquisa na modalidade de Recém-Doutor, desenvolvimento de C&T, projetos conveniados, áreas estratégicas, organização de eventos e participação em eventos.

Para o ano de 2005, o Programa prevê a concessão de 1.600 bolsas de estudos técnico e científico e aproximadamente 1.000 auxílios a pesquisadores vinculados a instituições de ensino, centros de pesquisa, órgãos públicos e setor empresarial.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGROPECUÁRIA GAÚCHA

O objetivo do Programa **Modernização Tecnológica da Agropecuária**, a cargo da **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** é modernizar e integrar Centros Regionais de Pesquisa e Laboratórios da Instituição com as universidades, cooperativas, prefeituras e outras instituições de pesquisa, para formar um Sistema Estadual de Geração Tecnológica Agropecuária para o Rio Grande do Sul.

Em 2004, dentro dos objetivos do Programa, foram capacitados 2.006 produtores rurais e técnicos, e foram elaborados projetos de modernização nos Centros de Pesquisa de cinco municípios, conforme segue:

– Caxias do Sul - Está sendo implementado um projeto constituído por dois módulos: Cantina Escola e Informatização de Apoio. Foram adquiridos todos os equipamentos, exceto o módulo de apoio à informática. Em 2005, será realizada a remodelação da cantina e capacitação de instrutores;

– Santa Maria - O Centro de Pesquisa possui projeto para desenvolver os módulos de Pesquisa e Produção, Tecnologia da Madeira e Capacitação e Apoio em Tecnologia de Produção Florestal, tendo sido já adquiridos equipamentos para implementação do mesmo;

– São Borja - O projeto de modernização, em fase de reestruturação, prevê a aquisição de equipamentos agrícolas modernos, para dar suporte ao Programa de Melhoramentos de Plantas de Lavouras e Recicladoras de Sol;

– Veranópolis – Com participação da Secretaria de Obras Públicas e Saneamento (SOPS), o projeto para a restauração do prédio histórico do Centro de Pesquisa da Serra e implantação do Museu teve sua parte arquitetônica concluída. O inventário dos bens foi finalizado e está sendo elaborado o projeto preliminar.

Para 2005, está prevista a ampliação do número de análises laboratoriais para 7.000, além da estruturação e capacitação dos centros de pesquisa para atender as demandas da cadeia produtiva da agropecuária gaúcha.

SISTEMA GAÚCHO DE INFORMAÇÕES AGROMETEOROLÓGICAS

O Programa Sistema Gaúcho de Informações Agrometeorológicas, sob a responsabilidade da FEPAGRO, tem como objetivo gerar informações agrometeorológicas para o setor produtivo do Estado, com vistas à redução dos efeitos da variabilidade climática sobre a produção agropecuária.

A Fundação recebeu cinco estações automáticas do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), através do Programa de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos, cujo sistema de transmissão de dados está em revisão. Após essa revisão, deverá ser elaborada uma programação para instalação das estações nas localidades de Caxias do Sul, Júlio de Castilhos, São Borja, Encruzilhada do Sul e São Gabriel. Estão em aquisição mais três estações meteorológicas automáticas.

Em dezembro de 2004, foram inauguradas as estações meteorológicas automáticas nos Centros de Pesquisa FEPAGRO Serra do Sudeste, Encruzilhada do Sul e São Gabriel. Em 2005, serão instaladas e aferidas as estações meteorológicas nos Centros de Pesquisa selecionados e serão realizadas 50 publicações dos boletins meteorológicos.

SELO GAÚCHO DE SANIDADE ANIMAL

Através do Programa **Selo Gaúcho de Sanidade Animal**, a **FEPAGRO** prevê, para 2005, a implantação de laboratório de biossegurança, destinado a desenvolver diagnóstico, pesquisa e produção de vacinas para determinados agentes infecciosos animais, como o vírus da febre aftosa, peste suína clássica, doença de Aujesky e doença de Newcastle.

INFRA-ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

TRANSPORTES

A infra-estrutura de transportes no Rio Grande do Sul, tanto no que diz respeito à sua manutenção quanto ao seu desenvolvimento, é objeto da atuação da Secretaria dos Transportes (ST) e de seus órgãos vinculados: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG). Para tanto, executam os seguintes Programas definidos no Plano Plurianual 2004-2007: Aeroportos do Rio Grande do Sul; Ampliação do Aeroporto Salgado Filho; Construção, Restauração e Conservação de Rodovias; Gestão da Política de Transporte Ferroviário; Manutenção do Sistema Hidroviário do Rio Grande do Sul; Modernização Portuária; Operação e Fiscalização de Rodovias; Plano Estratégico de Transportes (PET) e Porto do Rio Grande – Portal Logístico do MERCOSUL, merecendo destaque as realizações e planos a seguir expostos.

CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS

Esse Programa, coordenado pelo DAER, tem por objetivo “possibilitar ao usuário de rodovia a redução de distâncias entre os vários núcleos populacionais, priorizando os que ainda não possuem ligação asfáltica, a diminuição dos custos de transporte e o trânsito dos usuários com eficiência e segurança.” É executado a partir de um conjunto de 14 ações, que abrangem construção, restauração e conservação das rodovias administradas pelo Estado.

Em 2004, destaque-se a continuidade das ações de melhoria e ampliação da malha rodoviária estadual. No caminho da conclusão da Rota do Sol, fator de relevância para a atividade turística e para o escoamento da produção da Região da Serra, foi concluído o trecho Terra de Areia – Curumin, prevendo-se a conclusão de outros trechos importantes no decorrer de 2005. Mencione-se, também, a conclusão do complexo de acesso ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. Em 2004, além da programação normal de obras do DAER, foram acrescentadas obras definidas pelo Processo de Participação Popular.

Na ação *Construção de rodovias*, que visa à expansão da malha rodoviária do Rio Grande do Sul, destacam-se:

ROTA DO SOL: As áreas trabalhadas, em 2004, foram a variante da Santinha, Túnel e a 1ª camada de pavimentação numa extensão de 1,5 km do segmento compreendido entre Terra de Areia – Arroio Limoeiro. Foi concluído o trecho Terra de Areia – Curumin, faltando à intersecção com a BR/101. A produção realizada em 2004 está resumida na tabela a seguir.

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2004 - ROTA DO SOL

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	PRODUÇÃO EM 2004		
			TERRAPLENAGEM km	BASE km	REVESTIMENTO KM
RS/486	RS/020 (TAINHAS BR/101 - TERRRA DE AREIA) 3 OAE	0,080			
RS/486	TERRA DE AREIA - CURUMIN	12,482	7,492	10,697	8,906
RS/486	TERRA DE AREIA - CURUMIN	1,600			
RS/486	TERRA DE ARREIA - ARROIO LIMOEIRO (LOTE 1)	17,000	11,506	1,908	-
RS/486	KM 10,5 - BANANEIRAS - ARATINGA - RS/020 (LOTE 3)	19,000	0,210	0,397	-
RS/486	ARROIO LIMOEIRO - KM 10,5 DO SUB- TRECHO: BANANEIRAS - ARATINGA (LOTE 2)	15,500	0,104	-	-
RS/486	T.AREIA-RS/389/T.AREIA-ARR.LIMOEIRO/ARR.	86,680	-	-	-
RST/453	RS/486 - TAINHAS - TERRA DE AREIA		-	-	-
RS/486	TAINHAS RS/020 - TERRA DE AREIA BR/101	-			
RS/486	RS/020(TAINHAS)-BR 101 (TERRA DE AREIA)- SUBTRECHO: ARROIO BANANEIRAS-	5,200			

PAVIMENTAÇÃO RODOVIÁRIA – BID: objeto de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e conhecido como Programa de Pavimentação Rodoviária (PPR), esse conjunto de obras integra a ação *Construção de rodovias*, tendo apresentado, durante o exercício de 2004 os avanços físicos mostrados na tabela adiante apresentada, destacando-se a conclusão das obras: RS/377 Contorno de Alegrete - 4,5 km; RS/481 Ponte sobre a Barragem Maia Filho; RS/377 Fazenda Limoeiro – São Francisco de Assis – 32,4 km. Há expectativa de prorrogar o prazo do contrato de financiamento, de modo a permitir a efetiva conclusão do conjunto de obras que o compõem.

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2004 - PAVIMENTAÇÃO RODOVIÁRIA - BID

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	PRODUÇÃO EM 2004		
			TERRAPLENAGEM km	BASE km	REVESTIMENTO KM
RS/471	BARROS CASSAL - HERVEIRAS (LOTE I)	54,040	21,550	7,100	7,100
RS/471	PANTANO GRANDE - ENCRUZILHADA DO SUL - LOTE 3	48,490	11,860	3,380	4,002
RS/471	BOA ESPERANÇA - RIO CAMAQUA (LOTE 1)	25,300	2,630	3,730	4,650
RS/471	VERA CRUZ - SANTA CRUZ (LOTE III)	20,650	4,800	1,960	-
RS/481	CRUZ ALTA - SALTO DA JACUI - LOTE 8	33,800	16,990	15,560	-
RS/377	FAZENDA LIMOEIRO - SAO FRANCISCO DE ASSIS - LOTE 5	32,460	6,300	6,400	13,255
RS/377	CONTORNO DE QUARAÍ - LOTE 2	7,100	1,380	4,860	4,660
RS/471	HERVEIRAS - VERA CRUZ (LOTE II)	36,970	12,760	2,850	-
RS/101	CAPIVARI - OSORIO	20,000	-	-	-
RS/101	CAPIVARI DO SUL - PASSINHOS E TRAVESSIA URBANA DE CAPIVARI DO SUL	-	-	7,180	7,180
RS/101	PASSINHOS - OSÓRIO - LOTE 7	18,740	3,710	5,760	14,800
RS/377	CONTORNO DE ALEGRETE - LOTE 1	4,469	-	0,030	0,469
RS/377	LAJEADO SANTA BRIGIDA - SANTA TECLA (LOTE 05)	30,500	4,150	3,870	-
RS/377	SANTA TECLA - JÓIA (LOTE 06)	30,300	-	1,160	11,660
RS/377	KM 9,2 - MANUEL VIANA (LOTE 07)	31,500	0,240	3,640	-
RS/377	SANTIAGO - ACESSO A CAROVI (LOTE 03)	25,300	-	12,800	-
RS/377	ACESSO A CAROVI - LAJEADO SANTA BRIGIDA (LOTE 04)	29,700	10,250	29,700	-
RS/377	SANTIAGO - FAZENDA DO LIMOEIRO	35,100	19,420	-	-

Fonte: DAER

CONSULTA POPULAR: O Programa de Construção, Restauração e Conservação de Rodovias teve cinco obras iniciadas em 2004, com as seguintes produções.

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2004 - CONSULTA POPULAR

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	PRODUÇÃO EM 2004		
			TERRAPLENAGEM km	BASE km	REVESTIMENTO KM
RS/342	DOUTOR MAURICIO CARDOSO (SEDE) - RS/305	11,500	-	8,560	-
RST/480	BARAO DE COTEGIPE - SAO VALENTIM	15,200	-	-	4,178
RS/332	ARVOREZINHA - SOLEDADE	33,280	-	2,000	9,000
494AM9010	MORRINHOS DO SUL - BR/101	11,000	0,030	0,190	0,190
RS/355	FAGUNDES VARELA - RST/470 (AC.FAGUNDES VARELA)	15,430	-	-	0,780

Fonte: DAER

OBRAS PRIORITÁRIAS: Os trechos que tiveram continuidade, em 2004, foram: Camaquã – Dom Feliciano; Alecrim – Santo Cristo, Boa Vista – BR/116; Crissiumal – Humaitá

– BR/468; Coronel Pilar – RST/453 e São Marcos – Nova Roma do Sul, com as produções a seguir indicadas.

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2004 - OBRAS PRIORITÁRIAS

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	PRODUÇÃO EM 2004		
			TERRAPLENAGEM km	BASE km	REVESTIMENTO KM
RS/350	CAMAQUÃ - DOM FELICIANO (LOTE 1)	25,000	-	3,900	2,850
RS/540	ALECRIM - SANTO CRISTO	23,100	-	2,660	-
RS/347	FINAL DO CALÇAMENTO EM IBARAMA - INICIO DO PAVIMENTO EM SOBRADINHO	11,320	1,473	0,308	-
RS/265	BOA VISTA - ENTRONCAMENTO COM A BR/116	19,500	8,000	4,129	0,563
RS/265	BOA VISTA - POSTO BRANCO	36,500	6,900	-	-
RS/207	CRISSIUMAL - HUMAITÁ - BR/468	27,171	-	-	8,082
386AM9175	CORONEL PILAR (AV. CENTRAL) - RST/453 (ROTA DO SOL)	11,453	0,721	1,160	-
RS/448	SAO MARCOS - NOVA ROMA DO SUL	36,000	6,000	5,279	2,608

Fonte: DAER

PROTEÇÃO DE OBRAS: São serviços executados para garantir a integridade de obras em andamento. Foram executadas as proteções nos seguintes segmentos: Charrua – Getúlio Vargas e Ibiraiaras – São Jorge. Também nos trechos Arvorezinha – Soledade e Barão de Cotegipe – São Valentim, definidos na Consulta Popular, foram realizados serviços de proteção.

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2004 - PROTEÇÃO DE OBRAS

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	PRODUÇÃO EM 2004		
			TERRAPLENAGEM km	BASE km	REVESTIMENTO KM
RS/305	HORIZONTALINA - CRISSIUMAL	34,859	-	1,340	-
RS/475	CHARRUA - GETULIO VARGAS	20,120	2,554	1,260	-
RS/EP	IBIRAIARAS - SAO JORGE	20,000	-	-	1,544
RS/640	CACEQUI - ROSARIO DO SUL	46,000	-	-	12,000

Fonte: DAER

OBRAS CONCLUÍDAS: Foram concluídos vários trechos neste período, com destaque para São Pedro da Serra – RS/470; Complexo Viário Acesso ao Novo Terminal de Passageiros do Aeroporto Salgado Filho; Putinga – Ilópolis; Getúlio Vargas – Erechim e Acesso a Sertão.

Na ação *Pedágio por administração direta (comunitários)*, cuja finalidade é a construção, restauração e conservação de rodovias com recursos oriundos de arrecadação dos pedágios comunitários, a situação no final de 2004 é a seguinte:

– Na ERS-135, estão concluídas as obras de 27 km de restauração no trecho Getúlio Vargas - Erechim. O acesso à Sertão, com 3,5 km, foi concluído em Outubro/2004.

– Na ERS-239, estão em fase de conclusão o trecho de Nova Hartz a Taquara e o viaduto do Acesso principal a Parobé. Em estado avançado de execução encontram-se o Viaduto do Acesso Secundário a Parobé e o Viaduto de Transposição do Entroncamento com

a ERS-115.

– Na ERS-122, está em fase de conclusão a duplicação do trecho Bom Princípio - São Vendelino. Estão em fase de estudo e licitação o trecho do contorno de Bom Princípio, com uma extensão de 3,5 km.

– Além da realização de obras, foram firmados contratos para conservação, abrangendo o trecho São Leopoldo – Portão, da ERS-122, e o trecho BR116 – Nova Hartz, da ERS-239.

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2004 - OBRAS PEDAGIADAS

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	PRODUÇÃO EM 2004		
			TERRAPLENAGEM km	BASE km	REVESTIMENTO KM
RS/122	R.CASCALHO/S.VENDELINO-L.IV- PTE.FORMECO	10,810	0,600	1,360	8,500
RS/239	ARROIO FUNIL - TAQUARA	11,200	1,800	1,800	4,500

Fonte: DAER

Como parte do programa, está em realização a ação Restauração e manutenção de Rodovias, que conta com financiamento do BIRD. A ação é executada a partir dos Contratos e Restauração e Manutenção (CREMA), pelos quais os trechos rodoviários são restaurados e mantidos por empresas contratadas, por um período de 5 anos. São objeto desta ação 2.104 km de rodovias estaduais pavimentadas, estando já restaurados 58% desse total.

RESUMO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS REALIZADAS EM 2004 - CREMA

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO km	PRODUÇÃO EM 2004		
			TERRAPLENAGEM km	BASE km	REVESTIMENTO KM
LOTE 2	PASSO FUNDO	283,990	-	-	139,270
LOTE 7	BENTO GONÇALVES	366,010	-	-	159,640
LOTE 4	SANTA ROSA	216,560	-	-	146,880
LOTE 5	SANTIAGO	250,410	-	-	155,620
LOTE 6	CRUZ ALTA	280,200	-	-	141,570
LOTE 3	PALMEIRA DAS MISSÕES	405,040	-	-	51,690

Fonte: DAER

No que diz respeito à *Conservação de rodovias*, foram mantidos serviços em todos os Distritos Operacionais do DAER (DOP's), com execução de revestimento primário, roçada, terraplenagem, serviços com asfalto (tapa buraco), sinalização e plantio, atendendo a malha rodoviária em operação. As principais produções foram:

Revestimento primário:	226.091,320 m ²
Roçada:	13.718.459,25 m ²
Terraplenagem:	26.027,500 m ³
Patrolagem:	127.725.099,79 m ²
Serviços com asfalto:	102.332,77 m ²
Sinalização vertical:	6.722,98 m ²
Sinalização horizontal:	103.376,63 m ²

MANUTENÇÃO DO SISTEMA HIDROVIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL E MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA

A Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) conduz os programas Manutenção do Sistema Hidroviário e Modernização Portuária, que têm por objetivos manter e qualificar as condições de utilização das hidrovias e portos fluviais no Rio Grande do Sul, tornando o transporte fluvial uma vantagem competitiva do Estado.

As condições de navegação das hidrovias foram mantidas durante 2004, tendo sido concluída a implantação da sinalização noturna.

Merecem destaque as ações necessárias à transferência das operações do Porto de Porto Alegre do atual cais Mauá para o cais Navegantes, estando concluídas as obras de implantação de 93,6 m de linha férrea e a reforma dos Armazéns D-1 e D-2. Está em andamento a transferência dos guindastes 12 e 18, cuja conclusão, prevista para março de 2005, permitirá a efetiva transferência das operações e a conseqüente liberação do cais Mauá para as novas utilizações previstas, voltadas para atividades culturais e turísticas.

PLANO ESTRATÉGICO DE TRANSPORTES

No âmbito do Plano Estratégico de Transportes (PET), desenvolveram-se ações ligadas à elaboração do plano, definição da implantação de plataforma multimodal e avanço nos estudos do futuro anel rodoviário da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Ocorreram avanços nos trabalhos do PET, culminando com a integração dos estudos ao objeto de consultoria contratada pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, cujo escopo refere-se ao desenvolvimento regional e à logística.

Já as ações referentes à viabilização do Anel Rodoviário tiveram importante avanço no ano de 2004, a partir de acordo com as 12 prefeituras envolvidas pela futura construção da rodovia, que terá como principal benefício a criação de rota alternativa à BR 116, facilitando a circulação na RMPA. Os próximos passos dizem respeito à identificação das áreas a serem desapropriadas, à elaboração do projeto final de engenharia nos trechos a serem executados na primeira etapa do projeto, ao estudo de impacto ambiental e ao estudo de modelagem, visando a formulação de parceria público-privada.

PORTO DO RIO GRANDE – PORTAL LOGÍSTICO DO MERCOSUL

A Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) coordena o Programa Porto do Rio Grande – Portal Logístico do MERCOSUL, cujo objetivo é afirmar o Porto do Rio Grande como o principal porto do MERCOSUL. Para tanto, suas ações buscam, além de operar e manter o Porto e suas instalações, aumentar a capacidade de movimentação de carga, atendendo ao cliente com segurança e qualidade e diminuindo seus custos.

No ano de 2004, tiveram seqüência ações de modernização e qualificação do Porto, com destaque para a conclusão do cais de acostagem, com 450 m de extensão, cuja inauguração ocorreu em 13 de dezembro, que, juntamente com a conclusão da dragagem do canal de acesso, permite que navios de grande porte utilizem o Porto.

O processo de modernização do Porto do Rio Grande terá continuidade com a sua completa adequação às normas da Organização Marítima Internacional, a adoção de medidas visando à qualificação de suas instalações e a construção de dois berços de

atracação de 450 m de extensão.

ENERGIA

As políticas nas áreas de Energia e Mineração são conduzidas pela **Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC)**, bem como pelas empresas a ela vinculadas: a **Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)**, a **Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM)** e a **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)**, estando em execução os seguintes programas previstos no PPA 2004-2007: Ampliação do Uso de Gás Natural, Carvão Mineral, Coordenação das Políticas nas Áreas de Energia, Minas e Comunicações, Eletrificação Rural, Expansão da Capacidade de Geração da CEEE, Expansão do Sistema de Transmissão e Sistemas Associados, Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição da CEEE, Fontes Alternativas de Energia, Luz no Campo, Manutenção da Geração, Manutenção do Sistema de Transmissão, Programa de Eficientização Energética (PEE), Reluz.

A condução das políticas atinentes à energia no Rio Grande do Sul permite apresentar o seguinte quadro descritivo da situação do setor e das projeções para o período que inicia.

ENERGIA ELÉTRICA

No que diz respeito à **Energia Elétrica**, o Comitê de Operação e Planejamento do Sistema Elétrico do Rio Grande do Sul (COPERGS), que tem como função principal o planejamento da expansão e das melhorias do sistema elétrico do Rio Grande do Sul, sob a coordenação da SEMC, tem atuado na busca do abastecimento de energia elétrica com segurança, qualidade, continuidade e confiabilidade.

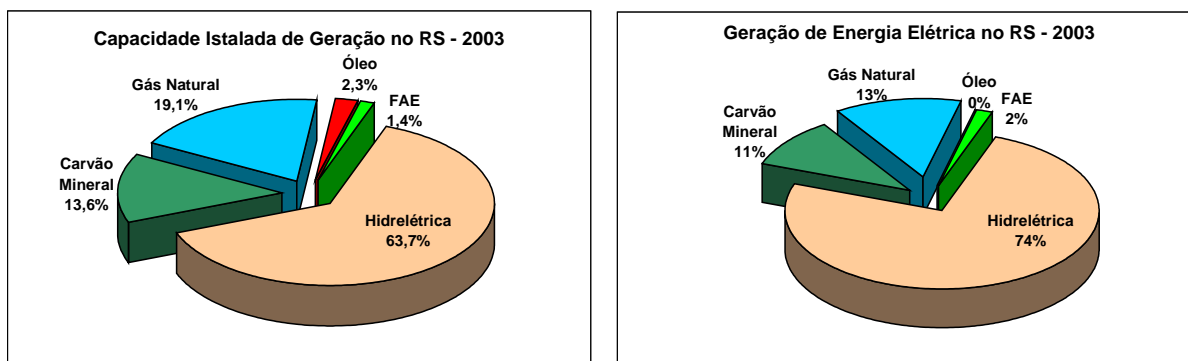
Capacidade Instalada de Geração

O Rio Grande do Sul apresenta uma capacidade instalada de 3.970 MW, oriundos de usinas hidrelétricas, termelétricas a óleo combustível, a gás natural e a carvão mineral, e de fontes alternativas (biomassa e PCH's). Neste número não estão incluídos os autoprodutores de energia. As tabelas a seguir mostram a potência instalada e a energia gerada por fonte geradora.

Potência Instalada e Energia Gerada no RS em 2003

Fonte	Potência		Energia	
	MW	%	MWméd	%
Hidrelétrica	2.528	63,7	1.223	74,9
Carvão Mineral	538	13,6	172	10,5
Gás Natural	760	19,1	213	13,0
Óleo	90	2,3	0	0,0
FAE	54	1,4	25	1,6
Total	3.970	100	1.634	100

Fonte: Balanço Energético - RS.



Situação do Consumo e da Geração de Energia Elétrica, 2003-2004

O consumo estadual de energia elétrica teve um crescimento anual médio de 4,35% no período 1990-2004 e estima-se que cresça a uma taxa anual média de 3,85% no período 2004-2010.

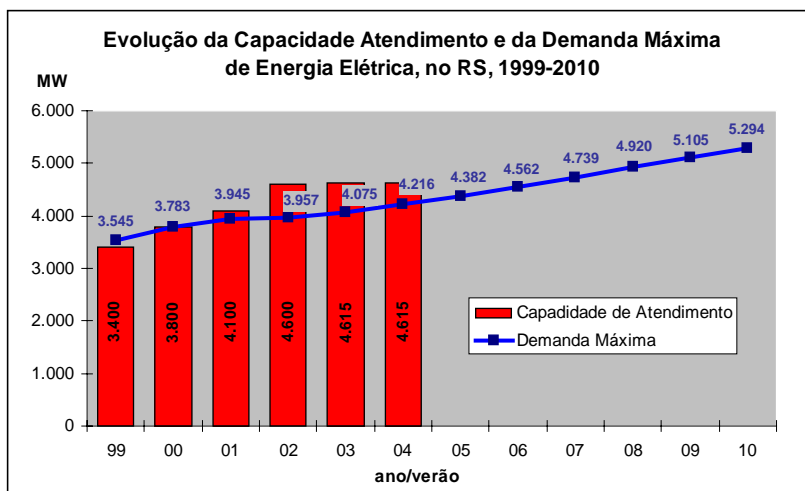
A energia anual requerida para abastecer o Rio Grande do Sul que era de 2.614 MW_{médios}, em 2002, passou para 2.664 MW_{médios}, em 2003, deverá alcançar 2.764 MW_{médios}, em 2004 e 2.875 MW_{médios}, em 2005.

A potência instalada de geração aumentou 167MW, entre 2003 e 2004.

A produção de energia elétrica, que foi de 1.634 MW_{médios}, em 2003, e deverá manter o mesmo patamar para 2004, levou o Estado a importar 1.030 MW_{médios} de energia elétrica, em 2003, o que equivale a cerca de 17 vezes a energia que será gerada pela Usina Hidrelétrica Monte Claro, do complexo CERAN, cuja entrada em operação comercial ocorre no início de 2005.

A capacidade máxima de atendimento do Rio Grande do Sul é de 4.730 MW e a demanda máxima, que foi de 4.216 MW dia 14 de abril de 2004, deverá alcançar a marca de 4.382 MW em março de 2005.

Tais números mostram que o Estado está a dois anos de alcançar a máxima capacidade de atendimento, a considerar os patamares atuais. Dentro deste cenário torna-se imperioso que se garanta uma série de obras para que o abastecimento se dê de forma segura nos próximos anos. Assim, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações vem atuando junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS), ao Ministério de Minas e Energia (MME), à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), às Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS) e na coordenação do Comitê de Operação do Sistema Elétrico do Estado (COPERGS), para garantir a execução de tais obras.



Perspectivas e Investimentos na Geração de Eletricidade, 2005-2010

As tabelas, a seguir, resumem os empreendimentos de geração elétrica previstos para o período em questão. Estima-se um investimento total de 12 bilhões de reais no parque gerador gaúcho até o ano de 2010. Estão relacionadas as usinas previstas e em estudo no Rio Grande do Sul, divulgadas pelas empresas que estão desenvolvendo os respectivos projetos e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Não foram consideradas as usinas classificadas como Autoprodutor de Energia (APE).

Investimentos em Energia, no RS, Previstos para o Período 2005-2010

Fonte	Potência		Energia		Investimento Total Estimado	
	MW	(%)	MW _{méd}	%	US\$(milhões)	R\$(milhões)
Hidrelétricas	1.346	29,4	720	37,3	828	2.484
UTE Carvão	1.850	40,5	648	33,5	1.958	5.874
UTE Gás	340	7,4	119	6,2	300	900
FAE	1.034	22,6	447	23,1	953	2.860
TOTAL	4.570	100	1.934	100	4.039	12.118

Fonte: SEMC

Expansão da Geração com Hidrelétricas

Expansão da Geração Hídrica

Usina	Localização	Potência MW	Energia ¹ MW _{méd}	Operação Comercial Prevista (por unidade)	Investimento Total Estimado (milhões)	
					US\$	R\$
Monte Claro ²	Pinto Bandeira e Nova Roma do Sul - RS	130	59	jan05 mar05	75	226
Castro Alves ²	Nova Pádua e Nova Roma do Sul	130	64	jul06 set06 nov06	69	207
14 de Julho ²	Bento Gonçalves e Cotiporã	100	50	jan07 mar07	63	190
Foz Chapecó	Alpestre-RS e Águas do Chapecó-SC	428	221	out08 jan09 abr09 jul09	261	782
Barra Grande	Esmeralda-RS e Anita Garibaldi-SC	345	190	2007	217	650
Monjolinho	Faxinalzinho e Nonoai	67	43	2007	53	160
Pai Querê	Bom Jesus - RS e Lages - SC	146	93	2008	90	270
TOTAL		1.346	720		828	2.484

Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações - RS.

Nota 1: Energias asseguradas conforme resolução ANEEL 268 de 13/08/98 ou contratos de concessão

Nota 2: Usinas do Projeto CERAN (Complexo Energético do Rio das Antas).

Nota 3: Considerou-se 50% da Potência Instalada e dos Investimentos, no RS, por ser fronteira com Santa Catarina.

Nota 4: Dólar de julho de 2004 (3R\$/US\$)

Expansão da Geração com Termelétricas

Expansão da Geração Térmica

Usina	Localização	Potência MW	Energia MWhéd	operação comercial estimada	Investimento Total estimado ³	
					US\$ (milhões)	R\$ (milhões)
Carvão		1.850	648		1.958	5.874
Candiota III	Candiota	350	123	2007	260	780
Jacuí I	Charqueadas	350	123	2007	170	510
Seival	Candiota	500	175	2008	830	2.490
CTSul	Cachoeira do Sul	650	228	2009	698	2.094
Gás Natural		340	119		300	900
Canoas ¹	Canoas	340	119	2006	300	900
TOTAL		2.190	767		2.258	6.774

Fonte: SEMC

Nota 1: Concluída a 1ª etapa em 2002, com 160 MW de Potência, em ciclo aberto. O projeto final prevê sua operação com 500MW em ciclo fechado.

Expansão da Geração com Parques Eólicos

Existem 33 projetos de parques eólicos, no Rio Grande do Sul, que totalizam 1.673 MW dos quais 4 (220 MW) foram selecionados e outros 10 estão habilitados pelo PROINFA. A relação dos 14 parques mencionados está na tabela a seguir:

Projetos de Parques Eólicos Habilitados e Selecionados, pela Eletrobrás, ao PROINFA

Situação em 23/06/2004

EMPRESA/PARQUE	empresa	tipo de empreendedor	MUNICÍPIO	potência (MW)	data da LI	investimentos U\$ (milhões)	situação após a primeira seleção
Osório	Elecnor	PIE	Osório	50,0	8/1/2003	50	selecionados
Osório Sangradouro	Elecnor	PIE	Osório	50,0	8/1/2003	50	
Osório Índios	Elecnor	PIE	Osório	50,0	8/1/2003	50	
Cidreira	Elebrás	PIA	Tramandaí	72,0	30/5/2003	65	habilitados
Serra dos Antunes	Gamesa	PIE	Piratini	98,6	30/6/2003	84	
Xangri-lá II	ERB	PIA	Xangri-lá	6,0	10/9/2003	5	
Osório I	ERB	PIA	Osório	28,5	10/9/2003	26	
Xangri-lá I	ERB	PIA	Maquiné *	24,0	23/9/2003	22	
Palmares	Elecnor	PIE	Palmares do Sul	50,0	24/9/2003	50	
Livramento	Gamesa	PIE	Livramento	74,8	31/10/2003	64	
Xangrilá	PróWind	PIA	Xangrilá	26,3	4/12/2003	26	
Casqueiro I	ERB	PIA	Osório	6,0	10/12/2003	5	
Casqueiro II	ERB	PIA	Osório	45,0	10/12/2003	41	
Imbé	PróWind	PIA	Imbé	27,0	30/1/2004	27	
Habilitados ao PROINFA				608,2		564,0	

Fonte: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações

Expansão da Geração com PCH`s e Biomassa.

Existem 47 projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCH`s), totalizando 529 MW, previstos na expansão da geração no Estado do Rio Grande do Sul dos quais 8 foram selecionados entre os 11 habilitados na primeira fase do PROINFA. Prevê-se ainda a construção de outros 170 MW até o ano de 2010.

Quanto à biomassa, mesmo sem nenhum projeto contemplado no PROINFA, prevê-se a construção de 96 MW de usinas com casca de arroz e resíduos de madeira.

Evolução da Capacidade Instalada de Geração

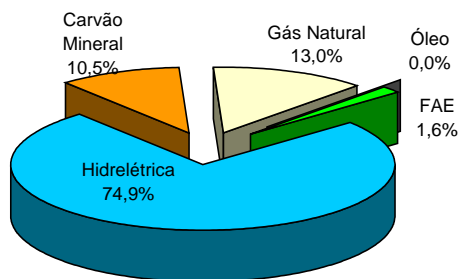
De acordo com os empreendimentos listados, o parque gerador do RS deverá apresentar uma composição de acordo com a tabela e os gráficos seguintes.

Expansão da Capacidade Instalada no RS

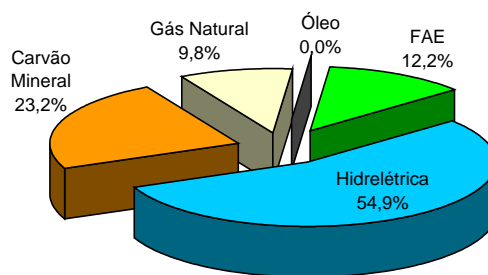
Fonte	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	MW	%	MW	%	MW	%	MW	%	MW	%	MW	%	MW	%
Hidrelétrica	2.593	64,2	2.658	64,3	2.745	56,8	3.300	53,9	3.446	49,3	3.874	47,0	3.874	45,6
Carvão Mineral	538	13,3	538	13,0	538	11,1	1.238	20,2	1.738	24,9	2.388	29,0	2.388	28,1
Gás Natural	760	18,8	760	18,4	1.100	22,8	1.100	18,0	1.100	15,7	1.100	13,4	1.100	13,0
Óleo	90	2,2	90	2,2	90	1,9	90	1,5	90	1,3	90	1,1	90	1,1
FAE	61	1,5	89	2,1	361	7,5	398	6,5	620	8,9	788	9,6	1.034	12,2
Total	4.042	100	4.135	100	4.834	100	6.126	100	6.994	100	8.240	100	8.486	100

Fonte: Banco de Dados do Balanço Energético, RS.

Composição da Geração de Energia Elétrica, em MW - 2003



Composição da Geração de Energia Elétrica, em MW - 2010



Transmissão

No que diz respeito ao sistema de transmissão de energia elétrica, operado pela CEEE em todo o Estado, além dos estudos e projetos para futuras expansões, destacam-se as obras relativas à Subestação Tapera 2, com conclusão prevista para março de 2005 e à Linha de Transmissão Presidente Médici – Pelotas 3, cuja conclusão está prevista para o início de 2005.

Destaca-se, ainda, a assinatura do contrato para construção da Linha de Transmissão Itaúba – Dona Francisca, em dezembro de 2004, cujo prazo de execução é de 150 dias.

Distribuição

Do ponto de vista do atendimento direto ao consumidor, destacam-se os investimentos para construção da Subestação Canguçu, com potência de 18,75 MVA, com seus respectivos alimentadores e linha de transmissão, cuja conclusão está prevista para 2005, beneficiando diretamente cerca de 6 mil consumidores e desafogando o sistema de fornecimento de energia elétrica naquela região.

Merecem destaque, ainda, a ampliação das subestações Taquara, parte do projeto Caxias-Taquara-Osório, e Guaíba 1, cuja conclusão, em 2005, beneficiará os municípios de Barra do Ribeiro, Guaíba e Mariana Pimentel.

Eletrificação Rural

A questão da eletrificação rural é objeto de dois programas no PPA 2004-2007: Luz no Campo, sob a coordenação da CEEE, e Eletrificação Rural, a cargo da SEMC.

No programa **Eletrificação Rural**, foram investidos, em 2004, R\$ 4.342.385,00 com recursos do Tesouro do Estado, notadamente em projetos definidos no âmbito da Consulta Popular. As obras foram realizadas mediante convênios com municípios, que resultam no acesso à energia elétrica a 1.000 novos consumidores rurais.

Além disso, no âmbito do Programa **Luz para Todos**, desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia, foram estabelecidos os convênios com as empresas distribuidoras, que possibilitarão a inclusão de cerca de 14 mil novos consumidores rurais.

Na revisão do PPA 2004-2007, o programa Luz no Campo foi substituído pelo programa Universalização dos Serviços de Energia Elétrica, com o objetivo de adequar ao programa federal Luz para Todos. Assim, o objetivo do programa passou a ser mais amplo, dirigindo-se a todas as áreas ainda não atendidas com esse serviço essencial à garantia da qualidade de vida.

GÁS NATURAL

A situação do abastecimento de gás natural no Rio Grande do Sul permanece inalterada em relação ao ano de 2003. Assim, o Estado dispõe de 2,3 milhões de m³/dia de gás vindo da Bolívia, destinados a abastecer fundamentalmente à Usina Termocanoas, aos consumidores industriais das regiões da Serra e Metropolitana, além dos usos como combustível automotivo. Outra fonte fornecedora de gás natural é a Argentina, que fornece cerca de 2,8 milhões de m³/dia destinados integralmente à Usina Termelétrica Uruguaiana.

A alteração dessa realidade depende da realização de obras de expansão da capacidade do gasoduto Bolívia-Brasil, pela instalação de 701 km de nova tubulação, e da construção do gasoduto Uruguaiana – Porto Alegre, que agregará 12 milhões de m³/dia.

A SULGÁS, no âmbito do Programa de **Ampliação do Uso de Gás Natural**, tem desenvolvido esforços no sentido ampliar o mercado consumidor, merecendo destaque os seguintes resultados:

– Na região Metropolitana, dos 22 km de gasodutos previstos, 19,5 km estão concluídos, o que permite ampliar a utilização do gás natural em indústrias, hospitais, centros comerciais, postos de combustível e condomínios residenciais.

– Na Serra, foram implantados 49 km de gasoduto, dos 50 km previstos, que permite o atendimento do mercado industrial da região.

MINERAÇÃO

No âmbito do Programa **Carvão Mineral**, a CRM atende ao mercado consumidor de carvão no Rio Grande do Sul, tendo sua produção ditada pelo consumo das Usinas Termelétricas de Candiota e de São Jerônimo, tendo atingido as seguintes produções em 2004: Mina de Candiota: 1,6 milhão de toneladas; Mina do Leão: 58,5 mil toneladas.

A possível expansão da capacidade de produção está vinculada à retomada das obras de construção da Usina Candiota III, de responsabilidade do Governo Federal, através da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

SANEAMENTO E OBRAS PÚBLICAS

As ações atinentes ao saneamento e à execução de obras públicas estão afetas à **Secretaria de Obras Públicas e Saneamento (SOPS)** e à sua vinculada **Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN)**, que executam 12 programas, abrangendo abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos, controle de enchentes, recursos hídricos e infra-estrutura hidroagrícola.

A cargo da CORSAN, dois programas estão em execução e respondem pela maior parte das ações voltadas ao abastecimento de água e à coleta e tratamento de esgoto nas zonas urbanas dos municípios do Rio Grande do Sul. Os demais programas são coordenados e executados no âmbito da SOPS.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Tendo por objetivo universalizar a prestação dos serviços de abastecimento de água e melhorar a eficiência operacional dos sistemas em operação, dentro do Programa **Abastecimento de Água**, no ano de 2004, foram ampliados e/ou substituídos 115 km de redes de distribuição de água e perfurados 150 poços. Além disso, a produção de água foi ampliada em 150 litros por segundo (l/s) e a capacidade de reservação aumentou em 800 m³. Para que essas metas fossem atingidas, foram investidos R\$ 26.856.855,00, sendo que os principais empreendimentos realizados foram os seguintes:

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das cidades de Arvorezinha e Ilópolis, mediante a montagem de três poços (IL 2 , IL 3 e AR 24), execução de dois reservatórios (50 m³ e 10 m³), uma elevatória de água tratada tipo *booster* e uma linha de recalque , beneficiando cerca de 2400 famílias;

- Ampliação do sistema de abastecimento de água da cidade de Bento Gonçalves, aumentando a produção da Estação de Tratamento de Água para 400 l/s (equivalente a 34.560 m³ / dia), beneficiando cerca de 28.000 famílias. Ainda

em Bento Gonçalves, foi concluída a construção da Barragem São Miguel, disponibilizando um volume adicional de água de 300 l/s;

- Ampliação da Estação de Tratamento de Água em Butiá, aumentando a produção para 120 l/s, beneficiando cerca de 6.500 famílias;

- Continuidade das ações para conclusão da ETA Rio Branco, em Canoas, a qual terá uma capacidade nominal de 900 l/s (77.760 m³ / dia) e irá beneficiar Canoas , Esteio e Sapucaia do Sul; .

- Qualificação do abastecimento de água no município de Encantado, pela implantação de captação superficial e de ETA com vazão de 50 l/s (4.320 m³/dia), o que permitiu a desativação de poços tubulares profundos com alto teor de flúor;

- Construção de Elevatória de Água Bruta, em Gravataí, com vazão de 500 l/s, com previsão de ampliação para 2000 l/s, destinando-se ao abastecimento da ETA Passo dos Negros e da fábrica da General Motors do Brasil, já prevista a sua futura ampliação;

- Ampliação do sistema de abastecimento de água, aumentando a produção de água tratada para 100 l/s (8.640 m³ / dia), com benefício para cerca de 4.400 famílias, nas cidades de Pedro Osório e Cerrito;

- Construção de reservatório de 1.000 m³ em Santiago, qualificando o abastecimento de água e beneficiando uma população de aproximadamente 16.000 famílias;

- Construção de Elevatória de Água Bruta no Rio Uruguai , com vazão de 290 l/s (25.056 m³ / dia) para abastecer as duas ETAs da cidade de São Borja , beneficiando cerca de 16.000 famílias.

COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

Visando à universalização da prestação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário nas zonas urbanas de municípios do Rio Grande do Sul e a melhoria da eficiência operacional dos respectivos sistemas, a CORSAN investiu nesse Programa, em 2004, R\$ 13.891.321,00. Entre as ações desenvolvidas em 2004, no Programa **Coleta e Tratamento de Esgotos**, destacam-se as seguintes:

- Implantação da rede coletora de esgotos e ramais prediais em loteamento popular em Barra do Quaraí, beneficiando 44 (inicial) a 190 (final) famílias;

- Inserção de ligações prediais de esgoto no sistema de coleta e tratamento de Cachoeirinha e Gravataí, recentemente implantado pelo Programa Pró-Guaíba, bem como atividades ligadas a Serviço de Educação Ambiental, permitindo dar continuidade à despoluição do Rio Gravataí;

- Implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos cloacais no Balneário de Cassino, com capacidade de tratar 1.000 l/s , beneficiando cerca de 40.000 veranistas.

CONTROLE DE ENCHENTES

O Programa **Controle de Enchentes**, sob a coordenação da SOPS, tem o objetivo de minimizar os custos referentes à recuperação dos efeitos, danos e prejuízos causados pelo excesso de chuvas. Tais custos decorrem fundamentalmente da carência de infra-estrutura, em especial na zonas urbanas, o que expõe as populações ribeirinhas aos riscos decorrentes de cheias. Assim, o desenvolvimento de um programa de controle de enchentes significa acréscimo de qualidade de vida, pois, na medida da implementação de suas ações, as populações em situação de risco ganham a segurança de viverem livres dos riscos e danos das enchentes.

No ano de 2004, foi realizado cadastramento das situações de risco e enchentes no Estado, com vistas à priorização dos projetos e estudos a serem desenvolvidos. Em consequência, foram celebrados contratos para execução de estudos e projetos de saneamento ambiental, contemplando macro e micro drenagem nos municípios de Osório, Torres, Arroio Grande, Pedro Osório, Rio Grande, Amaral Ferrador, Capão do Leão, Imbé, Morro Redondo, Rosário do Sul, São Francisco de Assis, Alegrete, Sant'ana do Livramento, Jaguarí, Manoel Viana, São Gabriel, Uruguaiana, tendo sido firmados os respectivos protocolos de intenção entre esses municípios e o Governo do Estado.

INFRA-ESTRUTURA HIDROAGRÍCOLA E USOS MÚLTIPLOS NA METADE SUL

O Programa visa, mediante a construção de diversas barragens, propiciar condições para a irrigação de 65 mil hectares de lavouras de arroz e outras culturas, além de outros usos como abastecimento urbano, piscicultura, geração de energia elétrica, preservação ambiental, criação de áreas de lazer e controle de cheias. Sob a coordenação da SOPS, este Programa tem sua execução condicionada ao aporte de recursos da União. Durante o ano de 2004, tiveram andamento às ações de projeto da Barragem Capané-Capanezinho.

PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO

O **Plano Estadual de Saneamento** visa, através da implantação dos instrumentos previstos no Sistema Estadual de Saneamento, criados pela Lei Estadual nº 12.037/2003, estabelecer indicadores para controle da prestação dos serviços de saneamento, estabelecer formas de monitoramento das ações de saneamento no Estado, além de propor uma política de avaliação e acompanhamento a todos os projetos a serem implantados na área de saneamento no Estado e instituir instrumentos administrativos que permitam a eficácia do Plano. No ano de 2004, tiveram seqüência as atividades de implementação do Sistema Estadual de Saneamento, estando em fase de regulamentação final o Conselho Estadual de Saneamento e as Comissões Regionais de Saneamento (art. 13,14,15,16 17,18,19 e 20 da Lei Estadual nº 12.037, de 19-12-2003), bem como o Fundo Estadual de Saneamento.

No âmbito da primeira revisão anual do PPA 2004-2007, este Programa sofreu alterações, passando a se chamar Política Estadual de Saneamento, sendo prevista a continuidade e aprofundamento das ações realizadas em 2004, dando seqüência na implantação dos instrumentos do Sistema Estadual de Saneamento. Prevê-se, também, a realização de estudos de diagnóstico de saneamento, abrangendo municípios com população superior a 5.000 habitantes.

PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Destinado à população não atendida pela CORSAN, em especial de zonas rurais e pequenas comunidades isoladas, este Programa visa essencialmente propiciar condições de acesso à água potável de qualidade, mediante a adoção de sistemas simplificados de captação e distribuição.

No ano de 2004, pode-se destacar a perfuração de 265 poços em 137 municípios, propiciando acesso a água potável a 14.470 famílias. Prevê-se a continuidade das ações de perfuração de poços, de modo a beneficiar mais 14.000 famílias no ano de 2005.

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL

Visando contribuir para a universalização do acesso a sistemas de esgoto sanitário e de fornecimento de água potável, o **Programa Estadual de Saneamento Rural** tem suas ações executadas a partir de convênios com os municípios. Em 2004, foram repassados R\$ 3,4 milhões a 54 municípios, tendo sido beneficiadas com obras de saneamento 8.916 famílias de pequenas localidades. Na revisão do PPA 2004-2007, este Programa foi reestruturado, ganhando maior abrangência, de modo a atender as necessidades de saneamento de pequenas localidades rurais e urbanas. Assim, o Programa, em 2005, prevê ações relativas a tratamento de resíduos sólidos, saneamento e abastecimento de água em zonas rurais e pequenas localidades urbanas.

SANEAMENTO BÁSICO DA BACIA DO RIO URUGUAI

Este é um Programa que busca, por suas ações, reduzir os índices poluentes dos mananciais da Bacia do Rio Uruguai e do Aqüífero Guarani, maior reservatório subterrâneo de água doce do mundo. No ano de 2004, destaca-se a formalização de convênio entre a SOPS, a SEMA e a Universidade do Vale do Taquari, para cooperação técnica e financeira, com vistas à execução do planejamento e da instrumentalização para a implantação e desenvolvimento do Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai e Aqüífero Guarani. Destaca-se, ainda, a manifestação favorável da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento à solicitação de financiamento junto ao BID. O avanço na efetivação das ações deste Programa está condicionado ao aporte dos recursos.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A **Secretaria Especial de Habitação e Urbanismo (SEHADUR)** implementa ações para garantir que comunidades tenham o acesso a terra urbanizada e legalizada, aos serviços e equipamentos públicos, oportunizando, na medida do possível, a permanência destas populações no próprio local do assentamento, através de convênio com os municípios, assessorando tecnicamente e/ou repassando recursos para a urbanização, mediante contrapartida dos mesmos. Complementando essa ação, a **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)**, vinculada à SEHADUR, tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado entre os municípios, através de melhorias e expansão da rede de transporte, com uma área de atuação que abrange a Região Metropolitana de Porto Alegre, integrada por 31 municípios; a Aglomeração Urbana do Nordeste, com 10 municípios; a Aglomeração Urbana do Sul, com 4 municípios. Nessas áreas estão localizados cerca de 40% da população gaúcha, ocupando aproximadamente 7% da área territorial e concentrando cerca de 70% da economia do Estado.

A seguir são apresentadas as principais realizações da SEHADUR e da METROPLAN dentro dos Programas desenvolvidos na área de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

POLÍTICA HABITACIONAL

O Programa **Política Habitacional**, desenvolvido pela **SEHADUR**, foi criado objetivando melhorar as condições de moradia das famílias de baixa renda, através de um processo participativo entre o Estado, os municípios e a sociedade civil, mediante ações conjuntas de produção de empreendimentos habitacionais, loteamentos, unidades habitacionais, reassentamentos, regularização fundiária e fomento ao cooperativismo habitacional, bem como o apoio ao desenvolvimento comunitário e social. Através deste Programa foram beneficiadas 7.287 famílias, foram conveniadas 2.907 e estão em execução ações para o benefício de 35.548 famílias. As ações que constituem o programa e suas realizações são descritas a seguir.

A ação *Regularização fundiária e reassentamento* tem como finalidade fomentar e implementar a política de regularização fundiária para as ocupações consolidadas em áreas estaduais, municipais ou privadas, descentralizando as ações da política habitacional e assessorando os municípios para o reconhecimento da competência local no cumprimento da função social da propriedade.

Estão em execução obras para a construção de casas nos municípios de Estrela (Rua Adão Henrique Fel), Gravataí (Xara) e Porto Alegre (Chácara das Bananeira, São Pedro) e já foram construídas casas no município de Araricá (Morada Nobre), Porto Alegre (Nova Esperança- IPE, Salvador França e Rubem Berta). A ação tem 23.475 famílias como beneficiárias.

Para 2005, estão previstas as seguintes atividades:

- Aprovação de projetos urbanísticos e jurídicos nas áreas de Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Sapucaia do Sul, Gravataí, Santa Maria, dos COREDEs Metropolitano-Delta do Jacuí , Vale Rio dos Sinos e Central;

- Aprovação de projetos urbanísticos em áreas da COHAB em parceria com SEHADUR, Ministério Público e os municípios de Canoas, Sapucaia e Santa Maria, dos COREDEs: Metropolitano-Delta do Jacuí, Vale Rio dos Sinos e Central;

- Finalização do processo de doação de área do município de Pelotas (5 áreas);

- Finalização do processo de doação de área do município de Canoas - 113 ha (Estrada do Nazário);

- Convênio relativo a ações de topografia (definição conforme a demanda);

- Convênio relativo a ações de infra-estrutura em parceria com os municípios de Canoas, Gravataí, Eldorado do Sul, Sapucaia do Sul e municípios que seguem o Litoral (conforme a demanda);

- Finalização do projeto de infra-estrutura no município de Araricá;

- Aquisição de áreas para reassentamento de famílias de Porto Alegre e regiões do Interior do Estado;

- Ampliação do convênio com a Caixa Econômica Federal relativo ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR), nos municípios de Porto Alegre, Passo Fundo, Caxias do Sul, Monte Negro e Pelotas, dos COREDEs Metropolitano-Delta do Jacuí , Serra, Sul, Vale Caí e Produção.

Para promover a política habitacional com inclusão social, colocando o cidadão e sua família como centro e alvo de políticas públicas integradas, visando a sua qualificação social, vem sendo desenvolvida a ação *Minha Casa*, voltado para as famílias residentes nas áreas urbana e rural com renda familiar de até cinco salários mínimos. Através dessa ação objetiva-se o acesso da população mais carente à moradia com qualidade e conforto mínimos, dotadas de serviços de infra-estrutura (água, esgoto e energia elétrica) e serviços sociais básicos (saúde, educação, qualificação profissional / renda e segurança).

Em 2004, 2.611 famílias foram beneficiadas com melhorias em suas residências, estando em execução obras para 5.377 famílias e conveniados mais 1.070. O total da ação beneficia aproximadamente 9 mil famílias em todo o Estado. A previsão para 2005 é de beneficiar em torno de 6.200 famílias.

Ainda no âmbito desta ação, a SEHADUR enviou projeto ao Governo Federal para obter garantia de recursos para a compra de materiais visando a construção de casas, através de Programa de Subsídio à Habitações de Interesse Social (PSH). Através de convênio, a Secretaria seria o órgão responsável pelo fornecimento de terrenos, infra-estrutura básica, acompanhamento, supervisão e responsabilidade técnica. Foram atendidas, nesse sentido, 1.832 famílias em 2004, estando previsto, para 2005, o atendimento de 800 famílias.

A ação relativa ao *Cheque casa*, também em desenvolvimento pela SEHADUR, visa atingir os mesmos objetivos específicos da ação *Minha casa*, diferindo apenas na forma de execução, que se concretiza através da disponibilização de crédito direto à clientela identificada, de forma ágil e segura. Em 2004 registraram-se 761 beneficiários, sendo programada a ampliação desse número para 1.200 beneficiários em 2005.

Através da *Habitação indígena*, instituída em janeiro de 2004, a SEHADUR tem como objetivo combater o déficit habitacional indígena das tribos Kaingang e Guarani, respeitando as suas exigências culturais. Nesse ano foram concluídas 36 casas nos municípios de Tenente Portela, Redentora e Porto Alegre. Estarão em execução, em 2005, 963 casas.

A ação *Parceria na produção de habitações* tendo como resultado esperado a construção de habitações de interesse social e lotes urbanizados para cooperativas habitacionais com o trabalho integrado entre Estado, prefeitura, cooperativas e agentes financeiros, apoiou 2.805 famílias em 2004, tendo já sido conveniadas mais 1.000 famílias e previstas para 2005 5.454 famílias a serem beneficiadas.

RESÍDUOS SÓLIDOS E INFRA-ESTRUTURA URBANA

O Programa **Resíduos Sólidos e Infra-Estrutura Urbana**, a cargo da **METROPLAN**, têm como objetivos melhorar a infra-estrutura física e social das áreas e as condições ambientais da Região Metropolitana e das aglomerações urbanas, recuperando, urbana e ambientalmente, áreas degradadas e promovendo o desenvolvimento social e econômico de comunidades.

Para oferecer alternativas regionais de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados nos municípios da RMPA e Aglomerações Urbanas (AUs), incorporando a noção de sistema integrado e reforçando a atuação e a participação municipal, através da ação *Gerenciamento integrado de resíduos sólidos* a METROPLAN realizou a construção e operação dos galpões de triagem de resíduos sólidos nos municípios de Rio Pardo e Guaíba. O Município de Bagé aguarda assinatura de convênio, para a construção do galpão e respectivo repasse de recursos para o Município. Também foram realizadas avaliações da situação dos galpões de triagem dos resíduos sólidos implantados nos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo e Viamão.

Nos aspectos relacionados à capacitação técnica, no âmbito dessa ação, a Fundação participou do Fórum Municipal de Porto Alegre e do Fórum Estadual de Lixo e Cidadania, além de ter elaborado e participado, em conjunto com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/RS), de curso de planejamento e implantação de coleta seletiva.

Quanto à ação de *Capacitação para geração de trabalho e renda*, que tem como público-alvo pessoas em condições de vulnerabilidade social, a Fundação realizou atividades de capacitação voltadas para a reciclagem e o gerenciamento, na Unidade de Reciclagem de Resíduos Sólidos, no município do Rio Pardo. Esta ação possui um projeto vinculado – de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - Consulta Popular -, composto pelo Termo de Referência para a elaboração do Plano de Resíduos Urbanos e Industriais da Aglomeração

Urbana do Nordeste (AUNE), convênio para repasse de verbas para a Universidade de Caxias do Sul (UCS), em elaboração.

Através da ação de *Infra-estrutura urbana*, considerando a meta de atender as demandas prioritárias da comunidade através da implementação de obras que tragam melhorias de qualidade de vida à população, foram desenvolvidos projetos de passarelas (com técnica e material alternativos) sobre arroios e córregos, para permitir uma maior acessibilidade em áreas de baixa renda. Foi ainda concluído o projeto vinculado Infra-estrutura urbana - Consulta Popular, de construção e pavimentação da rótula no núcleo central urbano do Município de Arroio do Padre, numa extensão de 678,94 metros.

A ação *Urbanização* busca soluções de conflitos verificados nas ocupações de áreas sujeitas a riscos e sem infra-estrutura. Nesse sentido, a METROPLAN participa de um grupo de trabalho interinstitucional que trata do estabelecimento de propostas para o desenvolvimento de planos de contenção da urbanização e desenvolvimento do Morro do Paula, ocupação irregular situada nos limites dos Municípios de São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Novo Hamburgo.

Dentro dos propósitos da ação *Equipamentos urbanos*, foram elaborados estudos e anteprojetos para creches e associações comunitárias nos municípios de Porto Alegre, Alvorada, Viamão e Sapucaia do Sul. Por outro lado, na ação voltada para a *Preparação profissional*, com o objetivo de atender as demandas prioritárias das comunidades em relação a cursos de preparação profissional, foram realizados cursos de funilaria e de capacitação de catadores de lixo, e elaborados cursos de cozinha experimental, serigrafia, costura de calçados e roupas e fitoterapia.

Para que professores, representantes das comunidades e servidores públicos se tornassem multiplicadores de educação ambiental, na ação *Educação Ambiental* foram promovidos os cursos de: treinamento para a operação e gestão da Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos, do Município de Rio Pardo; treinamento na implantação de coleta seletiva, no Município de Rio Pardo; capacitação da comunidade para a separação dos resíduos para a coleta seletiva, no Município de Rio Pardo; laboratório de agricultura urbana, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); curso de multiplicadores de Educação Ambiental, na RMPA; curso de agentes ambientais voluntários. A meta estabelecida de 250 pessoas, para 2004, foi superada sendo capacitadas 594 pessoas.

No que diz respeito à preparação dos recursos humanos, dentro dos propósitos da ação *Plano de disciplinamento da drenagem urbana da RMPA*, a Fundação participou do Curso de Drenagem Urbana - alternativas estruturais e não estruturais.

Foi elaborado, na ação *Obras e projetos especiais*, o Termo de Referência para a contratação de projeto executivo de ponte de ligação entre Porto Alegre (Bairro Timbaúva) e Alvorada (Bairro Jardim Algarve).

DESENVOLVIMENTO PARA O USUÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO

Através deste Programa **a METROPLAN** tem por objetivo qualificar e reorganizar o Sistema Estadual de Transporte Metropolitano e aglomerações urbanas, através de melhorias físicas, operacionais e tarifárias, buscando

qualidade dos serviços prestados e estimulando o seu uso através de políticas e ações de incentivo.

No que diz respeito à reorganização de vias e espaços metropolitanos foi desenvolvida a ação *Asfalto nas ruas*, que tem como finalidade revigorar as cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre e Aglomerações, reativando a acessibilidade aos seus centros de interesse e diminuindo os tempos de viagem. Nesse sentido, foram pavimentados 5,427 km, e contratados 8,97 km de projetos de engenharia, representando cerca de 20% do total estabelecido, além dos 4,365 km previstos pela Consulta Popular. Também foi elaborado projeto na ação de *Pavimentação progressiva em vias de tráfego leve*, para pavimentação de vias de acesso.

A modernização do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano (SETM), com finalidade de diminuir a idade média da frota através da inclusão de veículos novos em substituição a veículos velhos, bem como através da incorporação de novas tecnologias, foi realizada através das ações de *Modernização da frota de ônibus metropolitanos* – com a substituição de 6% da frota de ônibus operante na RMPA – e de *Renovação da frota do SETM* - com substituição de 5% dos veículos.

Quanto à fiscalização e controle da arrecadação, na ação *Bilhetagem eletrônica nos ônibus do SETM*, foi elaborado Termo de Referência aprovado pelo Conselho Estadual de Transporte Metropolitano (CETM), estando atualmente no estágio de licitação para contratação o Projeto Executivo e o de Implantação do Sistema, previsto, inicialmente, para um total de 1.700 ônibus.

Na ação de *Fiscalização e controle da arrecadação do SETM* foram obtidas as ferramentas e os recursos materiais necessários para prover a METROPLAN de uma estrutura operacional permanente de fiscalização e monitoramento de modo a coibir ações de transporte irregular e clandestino e de manter a qualidade dos serviços regulares de fretamento e do transporte concedido.

No que respeita às ações de *Construção de corredores de ônibus* – corredor de ônibus da Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, em Porto Alegre - e *Melhorias na malha viária de apoio*, ambas ligadas ao Projeto Linha Rápida, foi realizado processo licitatório, sendo os contratos assinados em 2004, estando previstas as obras para 2005. Ainda referente ao Projeto Linha Rápida, a execução da ação de *Desapropriação de imóveis* foi permutada com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em troca da realização das obras do Terminal Triângulo, na Capital. A obra do Terminal foi concluída em dezembro de 2004 e a Prefeitura Municipal realizou cerca de 50% das desapropriações.

Foi realizado convênio, entre as três esferas de poder, objetivando o estudo estratégico de planejamento de transportes coletivos da Região Metropolitana de Porto Alegre, com projeções para os anos de 2013, 2023 e 2033, dentro da ação *Plano Diretor de Transportes para a RMPA*. Seu detalhamento será contratado no ano de 2005.

Através de convênio com a UFRGS foram realizados o estudo econômico-financeiro e o projeto básico de engenharia para a travessia Porto Alegre/Guaíba e Charqueadas/Porto Alegre, dentro da ação de *Estudo de viabilidade do transporte hidroviário*, de modo a disponibilizar para a população novas alternativas de transporte.

PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO ESPACIAL

Esse Programa, a cargo da **METROPLAN**, é realizado de forma a institucionalizar e implementar as aglomerações urbanas, viabilizar o planejamento e a gestão das funções públicas de interesse comum.

Quanto aos aspectos sócioeconômicos, a Fundação vem executando a ação de *Estabelecimento de estratégias regionais de desenvolvimento*, em conjunto com os agentes regionais, parcerias para ações integradas para a qualificação e a transformação do espaço regional. Junto aos COREDES foram elencadas ações da Consulta Popular. O estabelecimento de diretrizes de ocupação do solo foi realizado junto ao DAER, para os corredores de exportação, e junto a FEPAM, para a atuação na Aglomeração do Litoral Norte.

Para instrumentalizar os trabalhos, na ação de *Análise das desigualdades sociais* procedeu-se à sistematização dos dados demográficos e socioeconômicos, estabelecendo a sua vinculação espacial através da digitalização dos setores censitários e outros elementos, em especial, nas subacias hidrográficas com problemas de degradação social e ambiental, no período 1991-2000 e 2001-2005.

Para a Região Metropolitana de Porto Alegre foram desenvolvidas duas ações. A primeira delas, referente ao *Quadro institucional da RMPA*, subsidiou a formulação de produtos de implementação e implantação de práticas e estruturas de decisão, participação e execução de políticas de interesse para o desenvolvimento da RMPA através da participação no Conselho Consultivo da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (CONGIREs), que trata da gestão do Aterro Sanitário Santa Tecla – convênio envolvendo os municípios de Porto Alegre, Gravataí, Cachoeirinha e Esteio. Através da ação *Quadro sócio-econômico espacializado da RMPA* foram organizados quadros informacionais e analíticos da situação dos anos de 1991, 2000 e 2003, das variáveis população e emprego, visando, em especial, subsidiar o Estudo Estratégico de Planejamento de Transportes Coletivos da RMPA.

A ação de *Implementação da Aglomeração Urbana do Litoral Norte* tem como objetivo promover a delimitação, definir as funções de interesse comum, estrutura de gestão, implementação legal e estabelecer diretrizes estruturais para o desenvolvimento sustentável dessa Aglomeração Urbana. Nesse sentido, foi elaborada, em 2004, a Minuta do Projeto de Lei, institucionalizada pela Lei Complementar 12.100/04. Está em implementação a estrutura operacional da Aglomeração Urbana e a instalação do Escritório Regional, em Osório. Esta ação possui como um projeto vinculado o de Implementação da Aglomeração Urbana do Litoral Norte - Consulta Popular, oriundo da Consulta Popular/2004, composto pelo Estudo de Concepção da Av. do Litoral, em execução, e Estudos Básicos para a elaboração do Plano Diretor de Santo Antônio da Patrulha, cujo contrato para a execução foi assinado em dezembro de 2004.

Foram desenvolvidos entre os instrumentos técnicos de apoio, na ação *Aquisição de cartografia digital*: o levantamento aerofotogramétrico da RMPA e AU's; a restituição do levantamento priorizando a RMPA, AU Litoral Norte, AU Nordeste e AU do Sul. Também foram elaborados os respectivos Termos de Referência para a contratação dos serviços

Na ação *Atualização dos perímetros urbanos*, 15 municípios da RMPA tiveram atualização de seu material gráfico e descritivo e na ação *Consolidação do arquivo gráfico municipal*, considerando a meta de atualizar e corrigir os limites de todos os municípios do Rio Grande do Sul, foi montado um convênio entre Secretaria da Agricultura e Abastecimento, IBGE e METROPLAN, constando de levantamento de campo, consolidação dos arquivos gráficos e memorial descritivo dos municípios com graficação em mapas.

Tendo em vista a responsabilidade da METROPLAN pela anuência prévia ao parcelamento do solo, foi projetado um Banco de Dados para Parcelamento do Solo, com dados descritivos associados a dados gráficos, na ação *Estruturação e implantação de banco de dados do parcelamento do solo*.

Visando promover o treinamento de recursos humanos para elaborar e acompanhar a implementação de Planos Diretores, bem como a conscientização das Administrações Municipais sobre os problemas e potencialidades de gestão de seus territórios, na ação *Curso de capacitação de gestores municipais* foi desenvolvido projeto-piloto abrangendo 19 municípios do COREDE Litoral Norte, através de convênio com a FEPAM e recursos do Ministério do Meio Ambiente.

MEIO AMBIENTE

As ações do Governo do Estado na área ambiental são coordenadas pela **Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)**, em conjunto com suas entidades vinculadas: **Fundação Zoobotânica (FZB)** e **Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM)**, através da execução dos Programas Qualidade Ambiental, Biodiversidade e Conservação, Nossas Águas e Política de Gestão Ambiental. Esse conjunto de Programas busca organizar as ações voltadas à proteção ao meio ambiente e foram implementados em 2004, a partir do início de vigência do PPA 2004-2007.

QUALIDADE AMBIENTAL

O Programa **Qualidade Ambiental**, da **Secretaria Estadual do Meio Ambiente**, objetiva "promover a gestão ambiental no Estado com base nos instrumentos informacionais e regulatórios, emanados a partir das Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, promovendo a sustentabilidade nos diferentes sistemas econômicos". Embora sua execução em 2004 tenha sido considerada de ritmo lento, o indicador do Programa – relação entre licenciamentos ambientais emitidos e solicitados – aponta trajetória adequada aos seus objetivos: 75% em 2004, considerando a meta de 80% em 2007.

A ação *Banco de projetos de tecnologias limpas* foi desenvolvida em ritmo normal no ano de 2004, resultando na elaboração de três projetos. A ação *Identificar a capacidade de suporte dos ecossistemas e definir diretrizes de uso dos recursos ambientais* também foi desenvolvida em ritmo normal, proporcionando a formulação das cinco diretrizes de uso de recursos ambientais programadas.

A ação *Controle da contaminação ambiental decorrente da suinocultura do Estado do Rio Grande do Sul* mostra significativos avanços na gestão

ambiental tanto no controle da poluição decorrente da suinocultura, bem como na gestão da qualidade ambiental da Bacia do Rio Uruguai. O projeto, em sua primeira fase, abrange 57 municípios da bacia hidrográfica Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo (U-30), e está sendo desenvolvido prioritariamente nos rios Lajeado, Erval Grande e Santo Cristo, responsáveis pelo abastecimento de água das cidades de Três Passos, Crissiumal e Santa Rosa.

Com foco na integração entre a extensão rural, a saúde e o meio ambiente, as equipes da SEMA, EMATER, FEPAM, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e Secretaria Estadual de Saúde realizaram trabalhos de campo, aplicando questionário com o fim de identificar as características socioeconômicas das propriedades suinícolas e a qualidade de vida da população, extrapolando, assim, a análise de fatores estritamente ambientais. Foi concluído o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Bacia Hidrográfica do Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo – U30. Os trabalhos tiveram início em agosto de 2003 e, ao longo de doze meses, foram avaliados fatores ambientais associados à contaminação decorrente da atividade suinícola. A análise da carga poluidora de cada um dos parâmetros apresentou estreita correlação com o potencial das atividades suinícolas

O georreferenciamento das propriedades, das pocilgas, bem como a distância destas com relação aos mananciais e estradas, foi também concluído, permitindo uma avaliação individual de cada propriedade dos municípios abrangidos.

A Secretaria da Saúde incorporou-se ao Projeto e desenvolveu estudos que apontaram os impactos nocivos da atividade suinícola na saúde das pessoas, identificando, ademais, mecanismos de minimização de focos de mosquitos e moscas, vetores de enfermidades.

Assim, mapas temáticos foram gerados a partir dos estudos dos tipos de solos e declividade do terreno, da análise quali-quantitativa da água e do sedimento, bem como do georreferenciamento das edificações nas propriedades. A integração desses mapas, o estudo e estabelecimento de padrões de licenciamento e a posição georreferenciada das edificações servirão de base às ações futuras do Projeto.

Adicionalmente, cerca de 20 propriedades foram licenciadas pela FEPAM, ao longo do ano de 2004, na região da bacia Hidrográfica do Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo (U-30), devendo observar-se que o percentual de propriedades sem licenciamento ainda é elevado: 73,7%.

A ação Controle da poluição ambiental no Estado do Rio Grande do Sul resultou no controle de 9.201 fontes ou empreendimentos, o que representa a superação da meta inicialmente estabelecida em 15%.

A ação Desenvolvimento e implantação do planejamento da gestão dos recursos hídricos, executada em ritmo considerado normal, promoveu. Apesar de seus resultados ainda não serem considerados suficientes para enfrentar e minimizar o estágio de degradação dos recursos hídricos do RS, deve ser salientado que os três planos de bacia em elaboração atendem áreas importantes do Estado como as bacias do Lago Guaíba, do rio Tramandaí e dos Rios Pardo e Pardinho, com destaque para o primeiro, em cuja área se verificam os efeitos de todas as ações na Bacia Hidrográfica do Guaíba.

A ação *Identificar a capacidade de suporte dos ecossistemas e definir diretrizes de uso dos recursos ambientais* vem alcançando resultados avaliados como satisfatórios, tais como:

- Manejo dos campos de dunas móveis de Pinhal e Cidreira;
- Plano de gestão das margens do Complexo Hídrico Tramandaí-Armazém;
- Gestão da mineração de areia no Litoral Norte
- Plano de bacia do Rio Tramandaí;
- Incorporação das diretrizes ambientais para o desenvolvimento dos municípios do Litoral Norte a sete planos diretores municipais;
- Zoneamento ecológico-econômico da Quarta Colônia;
- Zoneamento ambiental florestal do Rio Grande do Sul;
- Projeto de Controle Poluição Veicular.

A ação *Implantação do Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental e Outorga de Uso da Água* é de vital importância na medida que visa sanar as distorções e a desintegração gerada com a transformação do sub-sistema ambiental de recursos hídricos em sistema de recursos hídricos. Tal transformação, apesar de prever pontos de integração, gera dois sistemas e políticas, na prática, independentes, o que traz prejuízos para a gestão de tal monta que agora são necessários esforços para a integração. Desenvolvida em ritmo avaliado como lento, resultou na implantação de 9 dos 70 sistemas inicialmente programados. Com a implantação da outorga no RS através do Departamento de Recurso Hídrico (DRH) e com as reuniões de trabalho envolvendo o DRH e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), estão sendo realizados esforços para a integração entre o licenciamento ambiental e a outorga.

A ação *Implantação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos* vem alcançando resultados significativos como a implantação do monitoramento quantitativo na Região Hidrográfica do Guaíba e a outorga de uso da água em todo o território do Rio Grande do Sul. Outro resultado importante é o desenvolvimento de bases técnicas para a tarifação dos recursos hídricos. Estes três instrumentos permitem uma melhor gestão da água no Estado.

A ação *Iniciativas de apoio à gestão ambiental* contém os esforços desenvolvidos pela FEPAM com recursos da União. O Programa de Gerenciamento Costeiro, o Projeto de Licenciamento Ambiental e o Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água em subacias do Rio Uruguai são integrantes do Programa Nacional do Meio Ambiente em sua segunda fase (PNMA II) e representam soma de esforços entre a União e o Estado na melhoria da gestão ambiental no Rio Grande do Sul.

A ação *Manejo dos recursos florestais do RS* representa parte dos esforços desenvolvidos pela SEMA na gestão dos recursos florestais no território

do Rio Grande do Sul. A emissão de 6.483 licenciamentos florestais e de reposição florestal representou o alcance de 99,7% da meta estabelecida para o ano. Destaca-se a importância do fortalecimento institucional e de integração da política florestal às políticas de controle da poluição e de recursos hídricos para a otimização dos recursos existentes, evitando-se a sobreposição de ações e a ausência do Estado em áreas estratégicas como as envolvidas no gerenciamento ambiental.

Por fim, a ação *Monitoramento da qualidade do ar e da água, através de bio-indicadores* é considerada de suma importância na medida em que desenvolve técnicas de biomonitoramento que podem ajudar a evitar danos à biodiversidade e à saúde humana no Rio Grande do Sul. No ano de 2004, foram alcançados 20% da meta estabelecida de monitoramento de sítios.

NOSSAS ÁGUAS

O Programa tem como objetivo “buscar a sustentabilidade ecológica, social e econômica das Regiões Hidrográficas, passando por mudanças comportamentais das formas de consumo, produção e destinação final dos resíduos; melhorar a qualidade de vida da população, atingindo todas as camadas sociais; manter, recuperar e conservar a biodiversidade regional; melhorar a qualidade e a disponibilidade de água para todos os usos; dirimir conflitos de uso dos recursos naturais, incorporando princípios ecológicos”. Sua execução se dá a partir de um conjunto de 31 ações, englobando projetos da importância do Pró-Guaíba e do Pró-Mar de Dentro.

O Pró-Guaíba atendeu um grande número de intervenções, desenvolvidas pelo conjunto dos co-executores do Programa. As ações até aqui desenvolvidas estão contribuindo de forma substancial no gerenciamento ambiental da Região Hidrográfica do Guaíba, reforçando institucionalmente os órgãos envolvidos. Foram desenvolvidas ações desenvolvidas no campo da educação ambiental, como o evento “Habitantes do Rio/ Romaria das Águas”, voltado para o controle da proliferação do mexilhão dourado. Destacam-se também ações voltadas à consolidação das unidades de conservação de Itapuã e do Delta do Jacuí, à ampliação da rede de esgotamento sanitário, com a ligação de 1.828 domicílios, além da assistência a 1.425 famílias no manejo agrícola e reflorestamento na Região Hidrográfica do Guaíba.

Os recursos investidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já foram integralizados, bem como a contrapartida do Estado, que em 2004 aportou os recursos para o cumprimento das metas. O Programa busca a afirmação entre as políticas públicas do Estado na área ambiental, articulando as ações dos diferentes agentes na área da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Em 2005, deverá ser concluído o Módulo I do Programa, em articulação com os demais executores, destacando-se o Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Bacia, em interação com o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, com vistas a criar as condições para a sua própria sustentabilidade, bem como para a elaboração da proposta do Módulo II.

A conclusão do Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Bacia, prevista ainda no Módulo I, cláusula contratual com o BID, é um dos instrumentos da consolidação do Programa.

Na área do Projeto Pró-Mar de Dentro, projeta-se, para 2005, a realização de diversas iniciativas no âmbito da ação *Plano diretor de gestão ambiental da Região Hidrográfica do Litoral/Pró-Mar-de-Dentro*: estudo de viabilidade para implementação de unidades de conservação na bacia do Rio Camaquã, com a participação de comunidades locais e população indígena, através da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); estudo preliminar de caracterização e diagnóstico da rede hidrológica da bacia da Lagoa Mirim e inventário de dados existentes, através da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); estudo sobre a hidrodinâmica, a qualidade das águas e os sedimentos da Lagoa Mirim e da Laguna dos Patos, através da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG); saneamento na comunidade de Santa Rita do Sul – 2º Distrito do Município de Arambaré, através a prefeitura municipal; e projetos de geoprocessamento, de monitoramento (ar, água e solo), de diagnóstico sócio-ambiental e de planejamento ambiental.

Na ação *Plano de comunicação e informações na área do Pró-Mar-de-Dentro* está programado o desenvolvimento de projetos de georreferenciamento (base de dados, mapas temáticos, capacitação e implementação de sistema de informações) e iniciativas na área de comunicação (produção de vídeos, publicações institucionais, peças promocionais, instalação de bibliotecas, mapotecas e videotecas, e a promoção de eventos e exposições). No tocante à ação *Desenvolvimento urbano e rural, preservação e conservação do patrimônio ambiental na área do Pró-Mar-de-Dentro*, estão programados projetos e pesquisas:

- na área de saneamento ambiental (com enfoque em gerenciamento de resíduos sólidos, planejamento de esgotamento sanitário, diagnóstico e implantação de sistemas de abastecimento de água em meio rural);

- na área de tecnologias limpas;

- na área de desenvolvimento sustentável (com enfoque ao ecoturismo e recuperação do patrimônio ambiental e cultural);

- na área de recuperação e proteção de ecossistemas e de sua biodiversidade (com enfoque para atividades destinadas a preservar e proteger os ecossistemas frágeis, como áreas úmidas e matas ciliares; atividades que contribuam para a minimização da degradação ambiental; e atividades que visem a redução dos conflitos de uso dos recursos ambientais);

- na área de manejo ambiental de atividades agrícola, pecuária, florestal e pesqueira (com enfoque para pesca, piscicultura e agroecologia);

- e na área de educação ambiental (com enfoque para projetos de escolas municipais e estaduais; projetos de comitês de bacias hidrográficas; projetos de organizações não governamentais com atuação na área do Programa; projetos relacionados ao ecoturismo; e projetos relacionados ao

controle ambiental e à aplicação da legislação ambiental como instrumentos de defesa do ambiente).

Por fim, na ação de *Desenvolvimento e fortalecimento institucional na área do Pró-Mar-de-Dentro*, poderão ser desenvolvidos projetos nas áreas de capacitação de recursos humanos, de instrumentalização institucionais (ambos com enfoque para comitês de bacia, municípios e ONGs) e de aprimoramento de tecnologias (com enfoque para instituições de ensino e pesquisa).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA UM RIO GRANDE MELHOR

O Programa **Educação Ambiental para um Rio Grande Melhor**, criado a partir da revisão do Plano Plurianual, realizada em 2004, e que será executado a partir de 2005, tem por objetivo fomentar processos, visando estimular os diferentes atores sociais para uma gestão adequada e participativa dos recursos ambientais, relacionando-os com a construção de uma ética para a vida.

O Programa está estruturado em 11 ações que implementarão iniciativas de educação ambiental em diversas regiões e atividades relacionadas à questão ambiental, assumindo uma postura transversal na atuação da Secretaria do Meio Ambiente: educação ambiental em unidades de conservação, na região hidrográfica do Guaíba, na área do Pró-Mar-de-Dentro, no Jardim Botânico de Porto Alegre, no parque Zoológico, entre outros, além da elaboração de um banco de projetos de tecnologias limpas e da elaboração e publicação de material didático para as atividades educacionais.

POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL

O Programa tem por objetivo promover a implementação do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA) e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH), buscando a qualidade ambiental do Estado pela integração dos diversos instrumentos e atores envolvidos, considerando a indissociabilidade da problemática social e ambiental.

Em face das ações desenvolvidas em 2004, pode-se afirmar que o SERH já está implementado na sua totalidade e que outros sistemas, como o de Unidades de Conservação e o Sistema Florestal do Estado, que compõem o SISEPRA, estão sendo implementados e estudados para auxiliar o Estado na conservação, na preservação e no desenvolvimento sustentável. Provavelmente, até o final de 2005, a totalidade dos instrumentos da Política de Gestão Ambiental estará implementada.

Paralelo a isto, está em andamento o projeto SIGA-RS, o qual visa descentralizar a gestão, no intuito de compartilhar o licenciamento ambiental para atividades de pequeno impacto e ao mesmo tempo auxiliar a implementação do SISEPRA. Atualmente, 91 municípios estão habilitados junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) a realizarem licenciamento das atividades de impacto local.

POLÍTICAS SOCIAIS

SAÚDE

O ano de 2004 foi de importantes avanços na área da Saúde do Rio Grande do Sul, especialmente em função da execução dos diversos programas do Plano Plurianual 2004-2007, que espelham a estruturação das ações da Secretaria Estadual da Saúde (SES).

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Um dos programas de maior abrangência executados pela SES é o de **Atenção Integral à Saúde**, que visa garantir ações de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do trabalhador e do idoso, através do desenvolvimento de projetos e implementação de atividades nas áreas de promoção, proteção, controle, acompanhamento e recuperação da saúde. Organizado por ações dedicadas a cada público-alvo acima citado, o Programa apresentou como resultados em 2004:

– *Atenção à saúde da Mulher* - Aumento do número de Comitês de Mortalidade Materna; intensificação do trabalho de investigação de óbito materno; ampliação da adesão dos municípios ao Programa de Humanização Pré-Natal (PHPN), com adesão de 492 municípios; realização de ações voltadas à redução da gravidez na adolescência e informações sobre DST/AIDS; implementação da regionalização da assistência à gestante de risco; realização de atividades de atendimento integral e controle do câncer de cólo uterino e de mama. Para 2005 as metas são: investigação de 60% de óbitos de mulheres em idade fértil; redução da taxa de mortalidade materna para 55/100 mil nascidos vivos; atingimento de 70% de recém-nascidos de mães com pelo menos 7 consultas de pré-natal: 16,2/100 mil óbitos por câncer de mama e 5,9/100 mil óbitos por câncer de cólo uterino.

– *Atenção integral à Criança e ao Adolescente e Viva a Criança* - Os indicadores parciais de 2004 já apresentaram tendência de diminuição da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, prioridade da Política de Atenção à Criança e ao Adolescente, mais acentuada no componente infantil tardio – em 2005, a intenção é reduzir a mortalidade infantil para 14/1.000. São de destacar, ainda, dentre as atividades desenvolvidas em 2004: início das capacitações com vistas à atenção pré-natal, ao atendimento ao parto, ao aleitamento materno, à gestação identificada precocemente como de risco e à Vigilância Epidemiológica do Óbito Infantil; ampliação do teste de Triagem Neonatal (teste do pezinho) nas maternidades que atendem ao SUS; desenvolvimento de ações de atenção à infecção respiratória aguda (IRA) infantil na Região Metropolitana durante o inverno, com o funcionamento de terceiro turno de assistência médica e a ampliação de leitos de internação pediátrica; início da regionalização da assistência perinatal; realização de teste de acuidade visual em crianças da 1ª série no Estado, com o fornecimento de óculos quando necessário. Em 2005 pretende-se: alcançar com a Triagem Visual 100% dos escolares de 1ª Série do Ensino Fundamental Público, com oportunização de óculos por recurso público; realizar testes de Triagem Neonatal em 75% dos recém-nascidos (25% são atendidos por convênios), com detecção precoce dos casos de anemia falciforme; apresentar dados à comunidade científica; e implementar Grupo Técnico e

Política Estadual para redução da violência infanto-juvenil.

- *Atenção integral à saúde do Adulto* - Foram realizadas atividades relacionadas com prevenção, controle e atendimento de tuberculose, hanseníase, DST/AIDS, agravos crônico-degenerativos e saúde bucal, como segue:

- Tuberculose - Foi realizada a primeira capacitação para implementação, nos 24 municípios prioritários do Estado, da estratégia de tratamento diretamente observado de curta duração (DOTS), reorganizando as ações do Programa de Controle da Tuberculose, em parceria com o Grupo de Apoio Técnico da Tuberculose, Programa de Saúde da Família (PSF), Agentes Comunitários de Saúde e técnicos do Programa de Controle de AIDS, visando atingir as metas de diagnóstico (90% dos casos existentes) e cura (de no mínimo 85%). A implantação/implementação da estratégia DOTS deve ocorrer em 2005 e 2006, com sensibilização dos gestores municipais, conselhos e líderes comunitários dos municípios com mais de 50 mil habitantes; também em 2005 deve ser implementado o Sistema de Informação nos municípios prioritários, com aprimoramento das atividades dos laboratórios localizados nestes municípios, para qualificar diagnóstico e controle do tratamento;

- Hanseníase - Verificou-se a redução de 116 para 97 municípios com registro ativo de hanseníase e o aumento de 40 para 95 municípios atendendo seus doentes; foram sensibilizados e capacitados mais de 4 mil profissionais para suspeção, diagnóstico e tratamento de Hansen; 470 municípios tem implantado o Programa da Hanseníase; 298 municípios tem notificação negativa para Hansen nos últimos cinco anos. Em 2005 a SES visa alcançar 490 municípios com o Programa da Hanseníase, aumentar para 100 o percentual de municípios atendendo seus doentes e atualizar as capacitações para os profissionais de 30% dos municípios;

- DST/AIDS - Organização do atendimento através de sistema de referência e contrarreferência; descentralização do atendimento e manejo de portadores do HIV e treinamento das equipes da Rede Básica na resposta à epidemia; requalificação dos Programas de Redução de Danos; elaboração de indicadores para monitoramento do impacto; construção da rede de atenção ao usuário de drogas (gestores municipais, Coordenadorias Regionais de Saúde, Escola de Saúde Pública, seções estaduais do Programa de Agentes Comunitários/ Programa de Saúde da Família (PACS/PSF) e Saúde Mental); pactuação da articulação Rede Básica/ Centro de Testagem e Aconselhamento/ Serviços de Atendimento Especializado; implantação do anti-HIV no pré-natal na Rede Básica, com adequada avaliação e orientação à gestante soropositiva; financiamento e monitoramento de projetos das organizações da sociedade civil; ampliação das parcerias com a Secretaria da Educação e da Justiça e da Segurança; promoção à saúde entre profissionais do sexo e formação de educadores para difusão de práticas de sexo seguro;

- Agravos crônico-degenerativos - Revisão e atualização de cinco protocolos técnicos; implementação do banco de dados em Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus (SisHIPERDIA) e do cadastro estadual de usuários de Insulina; educação continuada em Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus de 83 técnicos de Secretarias Municipais de Saúde de 17 municípios com mais de 100 mil habitantes; atuação no programa Verão Gaúcho; elaboração de

material informativo e educativo sobre Fatores de Risco Cardiovascular. A meta para 2005 é implementar atividades sistemáticas de informação e educação à população sobre hábitos saudáveis de vida e Fatores de Risco Cardiovascular, incluindo a capacitação de técnicos das CRS e de 30% das Secretarias Municipais de Saúde;

- Saúde bucal – Realização de capacitações em PSF; realização da 3ª Semana Estadual e da 2ª Conferência Estadual de Saúde Bucal; participação na 3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal; realização do encontro com os coordenadores regionais; elaboração do Plano Estadual de Atenção à Média Complexidade; realização da sensibilização de entidades para o tema.

– *Atenção integral à saúde do Idoso* – Destacaram-se nesta ação: divulgação da campanha de vacinação contra a influenza, para aumentar em pelo menos 5% a cobertura anual; realização de sensibilizações e orientações às Coordenadorias Regionais e aos municípios para utilização de Medicamentos de Uso Contínuo na Terceira Idade, para implantação do Estatuto do Idoso na Rede Básica e para a divulgação da legislação que regulariza o funcionamento das Instituições de Longa Permanência da Região Metropolitana de Porto Alegre. Foram ainda realizadas atividades para: controle de agravos e ações preventivas relativas ao tabagismo, sedentarismo, obesidade, álcool e drogas, educação alimentar e nutricional, e prevenção de câncer de cólo, mama e próstata; controle de indicadores de taxa de mortalidade por pneumonia e doenças cardíovasculares, e de taxas de internação por psiquiatria, pneumonia, acidente vascular cerebral e diabetes II em pessoas com 60 anos e mais; participação na elaboração da Política Estadual de Enfrentamento da Violência Doméstica no ciclo de vida.

– *Atenção integral à saúde Indígena* - Foi repassado o incentivo financeiro para as 15 equipes de saúde bucal indígena e 18 equipes de saúde da família indígena; foram desenvolvidas ações integradas com a FUNASA para supervisão e acompanhamento das atividades das equipes de saúde, visando a qualificação da atenção à saúde com foco especial na área materno-infantil, com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil.

– *Saneamento Comunitário* – *PROSAN* - Foram implantados 14 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 420 domicílios, uma rede de extensão de água, beneficiando 20 domicílios e construídos 734 módulos sanitários, beneficiando 734 domicílios. No Processo de Participação Popular 2004 foram priorizados a construção de módulos sanitários e sistemas simplificados de abastecimento de água. A meta é implantar, em 2005, 40 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 1.200 domicílios, implantar 25 extensões de água, beneficiando 750 domicílios, e implantar 1.600 módulos sanitários, beneficiando 1.600 domicílios.

– *Implementação do Sistema de Informações em Saúde* - Trabalhou-se, em 2004, na cobertura e qualidade dos indicadores dos Sistemas de Mortalidade (SIM) e Nascidos Vivos (SINASC). Em 2005 pretende-se diminuir em 6% o percentual de óbitos por causas mal definidas e aumentar a abrangência da Vigilância do Câncer, passando a cobertura de 13,8% para 35% da população do Estado.

SAÚDE PARA TODOS (PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA)

No **Programa de Saúde da Família** (PSF), a taxa de cobertura da população atendida evoluiu de 15% para 29%. Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul possui 884 equipes de saúde da família implantadas, que também atendem famílias indígenas, 350 equipes de saúde bucal implantadas e 7.000 agentes comunitários de saúde em atividade.

As demandas relacionadas ao **Saúde para Todos**, priorizadas na Consulta Popular, foram: em Arroio Grande, a reforma de área física e aquisição de equipamentos para implantar o PSF; em Torres, a construção de uma Unidade de Saúde do PSF. Os municípios de Capão da Canoa, Morrinhos do Sul e Mostardas priorizaram a aquisição de material de consumo, equipamentos e veículo para o PSF, além da construção e aquisição de equipamentos para o Posto de Saúde da Solidão em Mostardas.

Na *Capacitação dos gestores municipais e Coordenadorias Regionais de Saúde*, foram realizados diversos Seminários Regionais e dois eventos de abrangência estadual, para os atuais e futuros gestores municipais, em conjunto com diversos setores da SES. Na *Capacitação para as ESF e Coordenadorias Regionais de Saúde*, foram realizados 26 módulos da Capacitação Introdutória, com a participação de 900 profissionais de equipes vinculadas a 253 municípios. Portanto, 90% das equipes já instaladas no Estado estão cobertas. Na *Expansão das Equipes de Saúde da Família através de repasse de incentivo estadual*, alcançou-se, desde o começo do atual governo, um crescimento de 85% nas Equipes de Saúde da Família, 223% nas Equipes de Saúde Bucal, 30% nos Agentes Comunitários de Saúde e 107% na cobertura populacional no Estado. Com o intuito de *Promoção e divulgação do PSF*, foram confeccionados 2.000 CD-ROM, além de sacolas, *folders* e camisetas. Cerca de 80 pessoas das ESF participaram da II Mostra Nacional de Saúde da Família e, aproximadamente 500, da I Mostra Regional de Saúde Para Todos em Erechim.

Em 2005 a SES pretende implantar 380 novas Equipes de Saúde da Família, 280 novas Equipes de Saúde Bucal, ofertar o treinamento "Introdutório" a todos os profissionais das novas Equipes, além de realizar 15 Mostras Regionais de Saúde Para Todos com aproximadamente 8.000 participantes.

SAÚDE MENTAL

O Programa **Saúde Mental** tem por objetivo qualificar e ampliar a rede extra-hospitalar de saúde para o acolhimento e atendimentos dos portadores de sofrimento psíquico, substituindo gradualmente os leitos em hospitais psiquiátricos por leitos psiquiátricos em hospitais gerais.

Em 2004 foram habilitados 18 Centros de Atenção ao Programa Cuca Legal, sendo que, neste momento, 17 Centros estão em funcionamento. Além disso, foi realizado o Curso de Atualização em Saúde Mental, Adolescência e Drogas para os profissionais da rede de saúde de nível médio e superior, e a seleção para Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva com Ênfase em Alcool e Outras Drogas, que será realizado em parceria com a ESP e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) a partir de março de 2005. Nas Coordenadorias Regionais de Saúde foram realizadas duas reuniões para

capacitação e atualização das informações, estimulando a integração com os serviços de saúde mental dos municípios.

Nos projetos da Consulta Popular, as prioridades votadas para o Saúde Mental referem-se a: aquisição de dois imóveis na Região Leste/Nordeste e na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, para instalação de dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); aquisição de material de consumo e equipamentos e materiais permanentes para Unidades de Saúde; reforma de Centro de Atenção Psicossocial; construção e ampliação de Centro de Atenção Psicossocial em Barros Cassal e Encruzilhada do Sul; capacitação para profissionais na área de saúde mental em Pelotas e São Sepé; instalação de Centro para tratamento de dependentes químicos em Dom Pedrito; custeio para atendimento de atenção integrada da Saúde Mental em Cerro Branco.

O Programa Saúde Mental pretende alcançar, em 2005, 100 Centros de Atenção Psicossocial cadastrados junto ao Ministério da Saúde, bem como ampliar o cadastramento de leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais. Implementar os 18 Centros de Atenção Cuca Legal e ampliar para cinco os Serviços Residenciais Terapêuticos; proporcionar capacitação para os trabalhadores da rede integral de saúde mental, capacitação em álcool, outras drogas e depressão, capacitação em saúde mental para médicos generalistas.

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

O Programa **Primeira Infância Melhor** (PIM) tem por alvo o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos de idade, com ênfase para o período de zero a três anos. Na visão da Secretaria Estadual da Saúde, o Programa assume a cada dia uma importância maior, na medida em que as ações desenvolvidas junto aos municípios e os resultados do trabalho junto às famílias começam a ser mostrados como iniciativas de alto investimento social, cuja perspectiva de futuro delinea municípios com cidadãos mais saudáveis e melhor desenvolvidos. Concomitante ao trabalho com estas famílias, têm sido de fundamental importância as ações de divulgação e de discussão do tema do desenvolvimento infantil para a sociedade em geral.

O PIM forma visitantes que orientam e esclarecem as famílias socialmente vulnerabilizadas sobre as necessidades da primeira infância, demonstrando, através de atividades específicas, o modo como a família deve executar tais ações. Após orientarem, os visitantes seguem acompanhando as famílias para verificar o modo como estas estão executando as ações sugeridas, controlando os resultados alcançados pelas crianças. Pais, mães e demais familiares cuidadores têm parte ativa e integradora nas atividades. Como o município trabalha em áreas escolhidas de acordo com determinados critérios, tais como o alto número de crianças de zero a seis anos e gestantes, o atendimento não se dá em todo o município. Depende do próprio município a expansão do trabalho para outras áreas.

Este Programa capacitou, em 2004, 141 municípios, dos quais 105 já estão habilitados. São 310 visitantes, cada um encarregado de acompanhar 25 famílias, num total de 7.750 famílias atendidas pelo Programa Primeira Infância Melhor. São parceiros do PIM o Centro de Referência Latinoamericano para la Educación Preescolar (CELEP-Cuba), a UNESCO e a UNICEF. Em 2005, o PIM

deve ser mantido e expandido nos 105 municípios onde já está implantado, deve ser implantado em 36 municípios já capacitados, e está prevista a capacitação e implantação em 50 novos, totalizando 191 municípios. Para acompanhamento técnico e visitação, pretende-se alcançar a marca de 1000 visitantes.

Além da capacitação e atualização de recursos humanos na área do desenvolvimento infantil, foi realizado o II Seminário Internacional da Primeira Infância, nos dias 18 e 19 de novembro com a presença de representantes dos Estados Unidos, Suécia, Cuba, China, Itália e da Unesco/POA, congregando 1.275 participantes, e a II Semana Estadual do Bebê. Em 2005 deverão permanecer a capacitação inicial e continuada de recursos humanos e a avaliação sistemática do Programa, e serão realizadas novas versões do Seminário Internacional e da Semana Estadual, além do II Encontro Estadual de Visitadores, entre outras atividades.

ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR

O Programa **Assistência Complementar**, através do aumento da oferta dos serviços de reabilitação aos portadores de deficiências, contribui para melhorar suas condições de vida e de integração social. As atividades de assistência aos portadores de deficiências desenvolvidas no Programa são: elaboração e regulação da rede de atenção ao portador de deficiência física, auditiva e visual, com concessão de órteses e próteses ambulatoriais, conforme disponibilidade dos prestadores credenciados pelo Ministério da Saúde e contratados pelo Estado; concessão de material de ostomia e incontinência urinária, atendendo os 4 mil pacientes cadastrados; concessão de oxigenoterapia domiciliar, com 387 equipamentos/mês disponibilizados; tratamento fora do domicílio; concessão de equipamentos de ventilação mecânica não invasiva aos portadores de distrofia muscular; e concessão de botons de gastrostomia aos portadores de fibrose cística.

No que diz respeito à *Construção de unidade da Rede Sarah de Hospitais no Rio Grande do Sul*, a ação encontra-se em fase de estudos e projetos. Após visita técnica em junho de 2004 à unidade Sarah de Brasília, foi elaborado o memorial descritivo para contratação de empresa que fará o projeto arquitetônico e estrutural do Hospital Regional, que abrigará a unidade de reabilitação. Através do Processo de Participação Popular (Consulta Popular) foi repassado para o Consórcio Intermunicipal de Saúde de Santa Maria o valor de R\$ 805 mil para viabilização de tais projetos da obra.

Os objetivos do Programa **Assistência Complementar** em 2005 consistem em implantar a Rede Estadual de Atenção ao Portador de Deficiências; diminuir o tempo de espera para concessão de órteses, próteses e materiais auxiliares ambulatoriais; diminuir a ocupação dos leitos hospitalares por dependência do uso de oxigênio; contratar mais 200 vagas para a oxigenoterapia domiciliar; disponibilizar maior número de leitos da Rede SUS, especialmente no período das doenças respiratórias sazonais no Rio Grande do Sul; qualificar o serviço de Tratamento Fora do Domicílio Interestadual; ampliar o número de vagas/mês junto ao Grupo Hospitalar Conceição para os portadores de deficiência auditiva usuários do SUS/RS, entre outros.

MUNICÍPIO RESOLVE

O Programa **Município Resolve**, que tem como objetivo o fortalecimento da gestão municipal, executa o repasse de recursos financeiros como apoio para o desenvolvimento de ações e serviços básicos, garantindo o acesso da população e ampliando a resolutividade dos sistemas municipais de saúde. Considerando a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.023/04, que define que todos os municípios são responsáveis pela gestão do sistema municipal na organização e na execução das ações de atenção básica e extingue o processo de habilitação à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada, a Comissão Intergestores Bipartite, através da publicação da Resolução CIB 157/04, habilitou 23 municípios, no mês de outubro, ao incentivo à Atenção Básica. Com isso, a partir de outubro de 2004, os 496 municípios do Rio Grande do Sul estão habilitados ao Município Resolve, recebendo o incentivo à Atenção Básica, e 13 municípios recebem ainda o incentivo referente à Gestão Plena do Sistema Municipal. Estão ainda habilitados 495 municípios a receber o incentivo à Gestão do SUS, referente a dívida da gestão anterior. Com o repasse de recursos fundo a fundo aos municípios, o gestor municipal adquire autonomia para decidir onde e como gastar os recursos, sempre com a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Com relação ao andamento dos repasses mensais de recursos aos municípios, observou-se falta de regularidade em 2004, prejudicando o desenvolvimento e a credibilidade do Programa e trazendo dificuldades no atingimento das metas inicialmente propostas. Os planos de aplicação elaborados pelos municípios com o montante inicialmente previsto não puderam ser realizados, afetando a avaliação do impacto do Programa na gestão municipal.

Sobre o acompanhamento do desempenho dos municípios, através do Sistema de Monitoramento da Gestão em Saúde (indicadores e metas), verificou-se que a implantação do mesmo vem se desenvolvendo conforme previsto. Foram criados Grupos Regionais de Monitoramento da Gestão em Saúde nas 19 CRS, que proporcionou maior apoio aos gestores municipais. Também foram disponibilizadas aos municípios, através do *site* da SES, as planilhas eletrônicas do Relatório de Gestão Municipal de Saúde, facilitando o preenchimento e análise dos relatórios.

Para 2005, o Programa tem por objetivos: ampliação da habilitação dos municípios em Gestão Plena; monitoramento da Gestão em Saúde; repasse dos recursos financeiros fundo a fundo aos municípios habilitados: incentivo à Atenção Básica para 100% dos municípios, incentivo à Gestão Plena do Sistema Municipal, incentivo à Gestão do SUS; participação nos programas Verão Gaúcho e Inverno Gaúcho.

NOVA RELAÇÃO COM OS HOSPITAIS

A partir da necessidade de buscar os hospitais como parceiros na saúde da população, mesmo diminuindo o número de internações hospitalares, está sendo desenvolvido pela SES o Programa **Nova Relação com os Hospitais**. Ele visa melhorar índices de saúde da população, através de metas e indicadores de resultados a serem atingidos pelo hospital, baseado numa nova relação, inserida nas necessidades do sistema público de saúde local, micro e

macrorregional, garantindo, com recursos estaduais, funcionamento, resolutividade, eficácia e eficiência da Rede Hospitalar. Busca-se inserir esta Rede nas necessidades do SUS e nas atividades de promoção e prevenção da saúde, e criar uma nova forma de remuneração que privilegie essas ações.

Em 2004, foram incluídos os chamados hospitais co-financiados pela SES, que estão com pagamento atualizado, cumprindo todos os acordos de atendimento à população, pactuados com os gestores do SUS e Conselho Municipal de Saúde. São eles os hospitais: Alvorada, de Alvorada; Padre Jeremias, de Cachoeirinha; Geral, de Caxias do Sul; Municipal, de Novo Hamburgo; Consórcio Intermunicipal, de Rodeio Bonito; Senhor dos Passos, de Rio Pardo; Casa de Saúde, de Santa Maria; Associação Beneficente Dom Bosco, de Santa Rosa; Ivan Goulart, de São Borja; Centenário, de São Leopoldo; São Luís Gonzaga, de São Luís Gonzaga; Caridade, de Taquara; e Soc. Educação de Caridade, de Viamão, totalizando 13 hospitais.

Participam do Programa, 310 hospitais, dos quais 26 públicos municipais e os demais filantrópicos. Em 2005, serão mantidos os incentivos já existentes, que viabilizam políticas de saúde da SES/RS, como o incentivo para leitos de psiquiatria localizados em hospitais gerais que sejam participantes do Programa, para gestantes de alto risco, para os hospitais que disponham de leitos de UTIs adulto e neonatal, de acordo com a normatização das instâncias deliberativas do SUS. Esses hospitais disponibilizam para o SUS 268 leitos de UTI neonatal e 309 leitos de UTI adultos. Para 2005, prevê-se a implantação do incentivo para hospitais que ofertem internação domiciliar, e a remuneração da contrapartida da SES/RS na Política para os Hospitais de Pequeno Porte. Outros serviços poderão ser agregados nessa ação, respeitando o limite financeiro do Programa.

Na qualificação da gestão haverá continuidade da implantação do Sistema de Indicadores Padronizados de Gestão Hospitalar (SIPAGEH), em parceria com a UNISINOS. Da mesma forma, será dada continuidade ao Programa de Qualificação da Gestão Hospitalar, em conjunto com o Sistema de Saúde Mãe de Deus, para grupos de hospitais previamente selecionados. A pesquisa de satisfação do usuário iniciada em 2004 terá continuidade em 2005.

REGIÃO RESOLVE

O Programa **Região Resolve** tem como meta recuperar a capacidade de intervenção estadual no processo de descentralização para os municípios, através da cooperação técnica e planejamento regionalizados, tendo como referência os pólos regionais e as microrregiões de saúde. O **Região Resolve** é a estratégia para hierarquizar a atenção à saúde na busca da equidade de acesso. Prevê intervenções nas áreas de promoção, preservação e recuperação da saúde, incluída a Vigilância em Saúde.

Regionalizar a saúde implica numa forma de relacionamento articulado entre os gestores municipais, intermediado pelo Estado, superando a atomização de cada município. Consiste num processo permanente de planejamento pactuado e gestão, a partir das seguintes referências: análise da situação, utilização de dados epidemiológicos, definição de áreas de abrangência, adscrição de população, definição de prioridades, definições de mecanismos de

controle, avaliação e auditoria.

O Programa compreende a *Programação Pactuada e Integrada (PPI)* e a Consulta Popular. A PPI consiste em prover as microrregiões e regiões de serviços assistenciais até então inexistentes, contratar ou credenciar serviços, especialidades ou hospitais que prestem ao cidadão o atendimento próximo de suas residências. Os serviços são definidos por cada região dentro de suas necessidades epidemiológicas.

Através do Processo de Participação Popular, foram alocados recursos para ampliar a oferta regionalizada de assistência à saúde nas micro e macrorregiões. Da análise dos projetos apresentados à SES, foi possível constatar que as prioridades votadas buscavam qualificar o atendimento prestado aos usuários do SUS, tanto na atenção básica como nas áreas de referência regional. Destinam-se principalmente às seguintes demandas: aquisição de material de consumo, medicamentos, equipamentos de média e alta complexidade e material permanente para Unidades Básicas de Saúde e Instituições Hospitalares; reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde e Instituições Hospitalares; aquisição de veículos (ambulância e unidade móvel); compra de exames e consultas especializadas; contratação de serviços de terceiros; capacitação de profissionais.

Na implementação da programação pactuada e integrada foi feita a contratação de inúmeros serviços nos municípios do Rio Grande do Sul, disponibilizando para a população serviços pelo SUS; firmados convênios para que hospitais passassem a disponibilizar parte de seus serviços ao SUS; firmados convênios com os consórcios intermunicipais de Rodeio Bonito, Litoral Norte, Cachoeira do Sul e Santa Maria, além de tratativas com o Conselho Distrital de Saúde da Região de Santa Rosa e com o consórcio intermunicipal que está sendo organizado pelo município de Nova Bassano; assinatura de protocolo de intenções com o Consórcio Intermunicipal da Região do Vale do Jacuí, bem como tratativas finais com o município de Porto Alegre para a conclusão da PPI da média complexidade em todo o Estado.

SALVAR – PROGRAMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR PARA URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS

O Programa **Salvar** foi criado para organizar o atendimento a pessoas em situação de urgência e emergência, garantindo-lhes um suporte básico de vida no local da ocorrência, estabilizando-as e transportando-as adequadamente a uma Unidade de Atendimento, conforme orientação da Central de Regulação.

O **Salvar** está em fase de execução, e estão sendo realizadas as atividades necessárias para a organização, aquisição e contratação de equipamentos, materiais médicos, medicamentos e recursos humanos para comporem a Central de Regulação e bases operacionais. Os resultados alcançados pelo programa em 2004 consistem em:

– Aquisição de 20 veículos de suporte básico, 10 veículos de suporte avançado (UTIs), e 10 veículos rápidos, providos de equipamentos, materiais e medicamentos;

– Compra de 80 bolsas, que servirão para acomodar materiais médicos e medicamentos, e serão utilizadas nas ambulâncias, bem como a compra de material (permanente e descartável) necessário para abastecer as bolsas que ficarão nas ambulâncias e veículos rápido do Programa;

– Conclusão da obra onde será instalada a Central de Regulação, nas dependências do Sanatório Partenon, com previsão de término para março de 2005;

– Realização de treinamentos teórico e prático na Escola de Saúde Pública a todos os profissionais (médico, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e motoristas) que irão atuar nas bases de atendimento pré-hospitalar móvel da Região Metropolitana;

– Licitação dos rádios (portátil e fixo) para comporem a rede de comunicação das bases, ambulâncias e Central de Regulação;

– Elaboração dos convênios com a Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE) para a implantação da Central de Regulação e com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, para o compartilhamento da infraestrutura da Brigada Militar e Corpo de Bombeiros.

Em 2005, além de prestar atendimento a pessoas em situação de urgência e emergência no âmbito da Região Macrometropolitana, o **Salvar** pretende implementar ações administrativas e técnicas que viabilizem a expansão do atendimento e Regulação do Atendimento Pré-Hospitalar (APH) para as regiões Sul e Serra. As metas para o próximo ano consistem em estar com a Central de Regulação, no Sanatório Partenon, em pleno funcionamento, com equipes contratadas e regulando a Região Macrometropolitana, ou seja, os 30 municípios que a compõe e que representam 36% da população do Estado, além de estar com as dez bases do Atendimento Pré-Hospitalar, localizadas nos Municípios de Alvorada, Canoas, Gravataí, Guaíba, Esteio, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo, Montenegro e Taquara em pleno funcionamento, com equipes contratadas e 40 veículos equipados e já instalados nas bases.

Os impactos esperados com estas medidas são a redução dos encaminhamentos de pacientes aos hospitais de Porto Alegre, com atendimento adequado e mais próximo do local de socorro, indo para a Capital somente as situações de alta complexidade ou que não possam ser atendidas na Região por falta de estrutura dos hospitais de referência; redução da morbi-mortalidade ocasionada por causas internas e externas, considerando que esta Região é responsável por 22% das ocorrências de óbitos devidos a causas externas, doenças respiratórias e circulatórias de todo o conjunto do Estado.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O Programa tem por objetivo promover atividades integradas das Vigilâncias Epidemiológica, Ambiental, Sanitária e da Saúde do Trabalhador visando, através de estudos de tendências da morbi-mortalidade, identificar fatores de riscos, de condições ambientais, de problemas potenciais, assim como recomendar as ações necessárias à prevenção, redução, controle e erradicação

desses problemas.

O *Centro Estadual de Vigilância em Saúde* está em processo de estruturação. As áreas que o compõem estão alojadas no mesmo espaço físico, sendo realizados investimentos em modernização e integração de ações de Vigilância em Saúde. Estão sendo trabalhadas as questões de descentralização das ações para as Coordenadorias Regionais de Saúde através da formação dos Núcleos Regionais de Vigilância em Saúde (NUREVS), com encaminhamento para formalização. Para direcionar as ações nos próximos anos foi elaborado um Planejamento Estratégico em que se propõe, como forma de integração das diferentes áreas, o desenvolvimento de projetos transversais.

As atividades programadas para o desenvolvimento da gestão descentralizada da *Vigilância ambiental* estão lentas, em função da carência de recursos humanos capacitados para a área bastante específica e em estruturação em todo o País. A *Vigilância ambiental em Saúde* está estruturada nos riscos por fatores biológicos, através de programas como dengue, Chagas e raiva, e em fase de construção dos riscos por fatores não biológicos, como qualidade do ar, do solo e da água.

A descentralização das ações de *Vigilância epidemiológica* e controle de doenças tem significado uma ampliação de cobertura do Sistema de Vigilância. Enfrentam-se ainda obstáculos para a qualificação dessas ações, especialmente pela dificuldade dos municípios constituírem equipes de caráter permanente, já que devem ampliar quadros para incorporação de novas atribuições. Por outro lado, nesse processo de descentralização a SES enfrenta o desafio de formar quadros com enfoque no seu novo papel gestor, que deve, obrigatoriamente, priorizar ações de monitoramento e avaliação.

Da mesma forma, no que tange ao *Sistema Estadual de Vigilância Sanitária*, houve dificuldade na descentralização das ações de baixa, média e alta complexidade, devido a problemas de infra-estrutura e recursos humanos dos municípios para assumirem suas novas funções. Atualmente, 468 municípios estão com ações de baixa complexidade em vigilância sanitária pactuadas e 15 municípios estão com ações de média e alta complexidade pactuadas.

A *vigilância em saúde do trabalhador* baseia-se na implantação do Sistema de Vigilância, da Rede de Atenção Especial à Saúde do Trabalhador, e dos Centros Regionais de Referência, os quais dão apoio à rede assistencial do SUS e à capacitação dos técnicos das equipes municipais e estaduais. As equipes compreendem os agentes comunitários, os técnicos do Programa de Saúde da Família, os servidores da rede municipal e estadual. As ações de capacitação, vigilância e atenção estão sendo regularmente desenvolvidas, com o acompanhamento das instâncias de controle social. Na implantação do Sistema de Vigilância de Saúde do Trabalhador, o número de municípios que foram agregados no corrente ano esteve aquém do esperado, devido às suas dificuldades de infra-estrutura e carência de recursos humanos disponíveis.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ASILAR E RESIDUAL DE HANSENIANOS E PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO

O Hospital Colônia Itapuã desenvolve este Programa, organizando ações para melhorar o atendimento dos usuários do hospital, bem como a qualidade dos serviços ofertados. No atendimento dos pacientes da Unidade de Internação Psiquiátrica, destacam-se as atividades recreativas implantadas. Foi prevista, para 2004, ação de reestruturação das áreas físicas do hospital, visando a melhoria das condições de habitabilidade dos ex-portadores de hanseníase e das condições de ocupação dos alojamentos psiquiátricos, com os seguintes resultados: a reforma de seis pavilhões psiquiátricos, totalizando área de 1.944 m², encontra-se em fase de contratação da empresa vencedora da licitação; a reforma das instalações elétricas de 24 casas, em fase de licitação; a reforma da Estação de Tratamento de Esgotos encontra-se em execução, com término previsto para janeiro de 2005; a substituição da central telefônica encontra-se em fase de encaminhamento para licitação.

O Hospital, que interna 85 pacientes na Unidade Psiquiátrica e 55 na Unidade Hanseniana, prestou, em 2004, cerca de 5 mil consultas ambulatoriais à comunidade, disponibilizando também laboratório, farmácia, atendimento odontológico e serviço social. Além da assistência ambulatorial e hospitalar, o Hospital possui um setor agro-silvo-pastoril, que produz carne bovina, verduras, legumes e lenha.

ATENDIMENTO DE PACIENTES PORTADORES DE TUBERCULOSE E HIV/AIDS

O Hospital Sanatório Partenon é responsável por este Programa, internando e prestando atendimento ambulatorial para portadores de tuberculose pulmonar ou co-infecção tuberculose/HIV, para pacientes adultos e infantis portadores do HIV/AIDS, em sistema de consulta especializada, hospital-dia, centro de testagem e aconselhamento, e dispensação de antirretrovirais (ARV) e tuberculostáticos. Até novembro de 2004 foram realizados ao redor de 17 mil exames cito e anatomo-patológicos no laboratório próprio, como auxílio aos atendimentos de pacientes com tuberculose e/ou HIV/AIDS. No Ambulatório Geral foram prestadas 21.086 consultas de várias especialidades e realizados 8.990 atendimentos especializados para portadores do HIV e doentes de AIDS. No Hospital-Dia, a média foi de 13,2 internados/mês; a média de internações hospitalares foi de 378 pacientes/ano. No Centro de Testagem e Aconselhamento, 3.144 usuários participaram de atividades de aconselhamento e 341 realizaram consultas; foram ainda prestados 938 atendimentos odontológicos no Hospital.

Além das atividades de atendimento, o Hospital Sanatório Partenon realiza atividades de ensino e pesquisa, tendo o serviço próprio de Residência Integrada em Saúde Coletiva com ênfase em Pneumologia Sanitária, apoio com estágios supervisionados à Residência do Centro de Saúde, Escola Murialdo e de outros cursos de graduação na área da saúde, educação continuada e capacitação em HIV/AIDS.

QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO

O Hospital Psiquiátrico São Pedro organizou suas ações neste Programa, que pretende reestruturar e readequar as áreas física e de funcionamento do Hospital, para agilizar, racionalizar, qualificar e humanizar o atendimento aos pacientes e o meio ambiente de trabalho. O atendimento aos doentes mentais em nível de emergência psiquiátrica, ambulatorial e de internação, e de reabilitação ocorreu em seu ritmo normal: na emergência, média mensal de 330 atendimentos e de 92,5 internações; no serviço médico especializado, média de 371,5 atendimentos por mês; nas Unidades Asilares, média de 3.081 atendimentos por mês; no ambulatório, média mensal de 1.724 atendimentos; nas oficinas de reabilitação, média mensal de 887 atendimentos.

Os residenciais terapêuticos estão em plena atividade no Projeto Morada São Pedro, com 47 pacientes egressos da Área Asilar do Hospital São Pedro. Foi realizada pesquisa das condições de autonomia dos pacientes moradores do HPSP para poderem participar do Projeto Morada. Além disso, o Serviço Social elaborou trabalho sobre as famílias para estimular o Projeto De Volta Para Casa.

Em 2005 a SES pretende efetivar a municipalização do Projeto Morada São Pedro.

CONTROLE SOCIAL – CONEN E CONTROLE SOCIAL NO SUS

No âmbito do controle social, estão relacionados à área da Saúde dois programas: o **Controle Social – CONEN**, que visa acompanhar as políticas sociais referentes ao uso prejudicial de drogas legais e ilegais através do Conselho Estadual de Entorpecentes, mobilizar a sociedade e assessorar os municípios na implementação de Conselhos Municipais de Entorpecentes (COMENS); e o **Controle Social no SUS**, executado pelo Conselho Estadual de Saúde (CES/RS), que objetiva mobilizar e motivar a população nas discussões e definições das políticas públicas de saúde.

Em 2004 o CES/RS realizou 23 plenárias ordinárias, além de um grande número de reuniões conduzidas pelos 17 Conselhos Regionais, onde os conselheiros estaduais e regionais de saúde, em conjunto com a população, discutiram e deliberaram sobre os problemas de saúde pública, principalmente no que se refere ao acesso e qualidade dos serviços. Além disso, o CES/RS, ajudou a organizar e participou das conferências de ciência e tecnologia e de saúde bucal. Por fim, as comissões de fiscalização, saúde mental, acompanhamento ao processo orçamentário, assistência complementar, saúde do trabalhador, saúde da mulher e DST/AIDS reuniram-se quinzenalmente para debater os problemas de suas áreas de competência, subsidiando as decisões do CES/RS.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE

O Programa de **Formação de Recursos Humanos para a Saúde** é desenvolvido pela Escola de Saúde Pública (ESP), envolvendo atividades de promoção de educação em saúde pública, intra e interinstitucional, ensino,

pesquisa, extensão e documentação.

No âmbito do *Ensino de Pós-Graduação* foi desenvolvido o curso de Especialização em Saúde Pública, 26ª Edição, em convênio com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), para 47 profissionais da área da saúde pública e afins. O curso tem uma carga horária de 640 horas teórico-práticas, sendo que os alunos estão na fase de elaboração dos trabalhos de conclusão (Monografia).

No Programa de Residência Integrada em Saúde ingressaram 66 candidatos selecionados: 38 no Centro de Saúde Escola Murialdo (CSEM), 19 no Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), 4 no Hospital Sanatório Partenon (HSP) e 5 no Ambulatório de Dermatologia Sanitária (ADS). A carga horária anual varia entre 2.880 horas a 3.200 horas. Para 2005, a previsão de ingresso é de 88 novos residentes.

A ESP/RS prevê, para 2005, a realização do curso de especialização de Enfermagem na Atenção Básica, com carga horária de 360 horas, que será desenvolvido em cinco edições descentralizadas em todo o Estado, em parceria com 5 universidades (UFPEL, UFSM, UNISC, UNIJUÍ e PUCRS). Estão previstas 35 vagas em cada curso para profissionais com graduação em Enfermagem, vinculados a serviços da Rede Básica de Saúde do SUS.

Também estão no planejamento da ESP: curso de especialização em Saúde da Família, vinculado ao programa de mesmo nome; curso de especialização em Odontologia - Saúde Bucal Coletiva, de 600 horas/aula, para 30 alunos integrantes da rede pública (vinculados ao Sistema Público de Saúde); mestrado profissionalizante em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, em conjunto com a ENSP/FIOCRUZ, com 35 vagas para especialização e 20 para o mestrado profissionalizante.

No *Ensino Profissional*, realizou-se o curso Técnico de Enfermagem, modalidade plena, com ênfase em Saúde Pública. O curso é destinado a 30 alunos selecionados pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), possui carga horária de 1800 horas/aula e previsão de término em maio de 2006. O Ensino Profissional da ESP participa do projeto político-pedagógico da Escola Técnica do SUS (ETSUS). No momento, os planos para cursos são: Técnico de Enfermagem; Agente Comunitário de Saúde; e Técnico em Higiene Dental.

Na *Educação Permanente*, realizou-se a 6ª edição do curso de Aperfeiçoamento da Equipe de Saúde para o Atendimento Odontológico das Pessoas Portadoras de Deficiências (PPD), promovido pela ESP em parceria com a Fundação de Articulação de Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e Pessoas Portadora de Altas Habilidades no RS (FADERS), destinada a 21 profissionais da área de odontologia provenientes de diversos municípios. O curso possui carga horária de 180 h/aula e, com a 6ª Edição já foram aperfeiçoados 85 cirurgiões dentistas e 33 auxiliares de todas as macrorregiões do Estado, permitindo atendimento através do SUS e evitando deslocamentos à Capital.

Outro curso, o de extensão em Metodologia para a Pesquisa em

Vigilância em Saúde, com carga horária de 80 horas/aula, teve como alunos 25 técnicos do nível central do Centro de Vigilância em Saúde/CEVES).

Durante o ano de 2004, foram realizadas várias ações em parceria com o Centro de Referência para o Assessoramento e Educação em Redução de Danos (CRRD) e os programas Saúde Mental, PACS/PSF, DST/AIDS, capacitando cerca de 320 pessoas em redução de danos e suas interfaces, especialmente no que diz respeito ao uso de drogas e a prevenção da AIDS.

A *Educação Permanente*, como instrumento da implantação da Política de Humanização de Assistência à Saúde (PHAS/SES), que visa introduzir como característica fundamental a humanização das práticas na área da Saúde, realizou, em 2004, sete encontros regionais com 197 hospitais e mais de 570 participantes.

No *Desenvolvimento intra e interinstitucional*, ocorreu a capacitação dos conselheiros de saúde, através das Coordenadorias Regionais, em ação conjunta com a ESP/RS e acompanhamento do Conselho Estadual de Saúde. No ano de 2004 foram realizados 65 cursos de capacitação com duração de 40 horas, realizados em municípios-pólo de 13 CRS, com a capacitação de cerca de 1800 pessoas. A maioria dos cursos realizados no Interior foram acompanhados, com supervisão técnica e avaliação.

Em 2005 está prevista a reforma e adaptação da área física do *Centro de Saúde-Escola Murialdo (CSEM)* para que se adeqüe às políticas do Programa de Saúde da Família. O CSEM tem por objetivo formar e capacitar trabalhadores de saúde coletiva em nível regional e estadual, através de pós-graduação, estágios, pesquisa e atividades de atenção à saúde junto à população adstrita ao Distrito de Saúde 6 de Porto Alegre. A finalidade é remodelar as Unidades Básicas de Saúde transformando-as em unidades de PSF, objetivando transformá-las em modelo para a formação de recursos humanos necessários à meta da SES, no âmbito estadual.

INFORMAÇÃO PARA VIDA

O Programa **Informação Para Vida** tem como objetivo principal, através da propagação de informações de qualidade e com respaldo técnico, a melhoria do cotidiano de todos os gaúchos em todas as faixas etárias. A proposta é a mobilização da sociedade do Rio Grande do Sul em torno da promoção da saúde e prevenção da doença, com responsabilidades de todos envolvidos no processo.

Nas *Campanhas de prevenção*, foram intensificadas as campanhas de esclarecimentos sobre a dengue, e o Rio Grande do Sul continua sendo o único estado brasileiro sem casos de dengue com contaminação no próprio território. Da mesma forma, as campanhas de vacinação contra a poliomielite, em crianças de até cinco anos, e da gripe, destinada aos idosos, atingiram as metas de vacinação, com intensas campanhas de mídia realizadas.

Outras atividades desenvolvidas foram: a Semana Estadual do Bebê, que inclui o Dia Estadual do Bebê e o Seminário Internacional da Primeira Infância; as campanhas de multivacinação das crianças, de prevenção da AIDS,

de prevenção de câncer de mama, de câncer de pele; a vacinação contra hepatite B; o atendimento e distribuição de material explicativo no Dia Mundial de Combate à Tuberculose; e a produção de materiais informativos sobre a Operação Verão Gaúcho e para o Centro de Vigilância em Saúde sobre o bicho do pé e hantavirose, entre outros.

Também deve ser mencionada uma maior aproximação com os veículos de comunicação, num constante aperfeiçoamento de *Relações com a imprensa*. Como exemplos, citam-se as oficinas de capacitações que, em parceria com o UNICEF, foram realizadas junto a radialistas de todo o Estado. A iniciativa teve por objetivo capacitar esses profissionais para que sejam divulgadores, junto às suas comunidades, dos cuidados para com crianças com idades entre 0 e 6 anos.

MODERNIZAÇÃO GERENCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Neste Programa da SES, os resultados apresentados em 2004 foram: quanto aos prédios e áreas físicas, reformas do 5º e 6º andares do CAFF e de auditórios de três Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), além de iniciada substituição do mobiliário; quanto à reestruturação interna, foram divididas as áreas e equipes de convênios e de contratos, e implantada a fiscalização de contratos; elaborado o projeto do Plano Diretor de Vigilância; implantado no CAFF e em 11 CRS o Plano Diretor de Informática; elaborado projeto para cessão de 157 mil bens aos municípios, na modernização do controle patrimonial; em contratação o Instituto que elaborará o Plano de Cargos e Carreiras e a Lei de Estrutura da SES.

POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A **Política Estadual de Assistência Farmacêutica** tem como propósito garantir a disponibilidade e o acesso a medicamentos essenciais aos usuários do sistema, promovendo o seu uso racional. No biênio 2003-2004, o Estado investiu cerca de R\$ 210 milhões no fornecimento de medicamentos excepcionais (cerca de 200 itens) a aproximadamente 70 mil usuários cadastrados. O atendimento foi descentralizado em 2003 e as Secretarias Municipais de Saúde passaram a distribuir os remédios, cabendo à Secretaria Estadual da Saúde a responsabilidade de comprar os medicamentos e suprir os municípios.

Foram criados Centros de Referência para um melhor acompanhamento dos pacientes, com profissionais adequados e redução de custos. Já estão em funcionamento os Centros: da Doença de Gaucher, da Hepatite C, da Dor, de Oncologia, para Espasticidade e Distonias e para os pacientes que necessitam de Toxina Botulínica.

A **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)** é responsável, juntamente com a Secretaria Estadual da Saúde, por boa parte dos elevados indicadores de saúde que caracterizam a população do Rio Grande do Sul. As atividades da FEPPS foram organizadas, no Plano Plurianual 2004-2007, em seis programas executadas por suas unidades.

APOIO LABORATORIAL À VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O Programa **Apoio Laboratorial à Vigilância em Saúde**, desenvolvido pela Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), tem por objetivo otimizar o atendimento da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública, de forma a responder adequadamente às necessidades regionais das vigilâncias sanitária e epidemiológica, fortalecendo o atendimento regionalizado.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o Instituto de Pesquisas Biológicas-Laboratório Central do Estado do Rio Grande do Sul (IPB-LACEN), unidade da FEPPS que executa este Programa, tem atendido às demandas do Estado e da sociedade. O Instituto é mantido com aproximadamente 60% de verbas federais repassadas ao Estado e, durante o primeiro semestre, ocorreram dificuldades de repasse de dois destes recursos, o do Termo de Ajuste de Metas (que atende as ações de Vigilância Sanitária) e o do Teto da Epidemiologia, o que ocasionou atraso nos pedidos de compra e conseqüente desabastecimento de insumos. Em virtude disso, houve atraso na execução de várias ações e casos de suspensão de diagnósticos importantes para o Estado como o de HIV e Toxoplasmose.

Com a exceção da suspensão temporal de alguns diagnósticos, o IPB-LACEN tem conseguido, com o esforço de seu corpo técnico, alcançar seu objetivo em relação à execução das análises laboratoriais que dão suporte às ações de Vigilância em Saúde (Sanitária, Epidemiológica e Ambiental) em defesa da saúde da população do Estado do Rio Grande do Sul.

O papel de Laboratório de Referência para o Estado tem se concretizado de forma cada vez mais abrangente com o trabalho em parceria com o Ministério da Saúde, Centro Estadual de Vigilância em Saúde e Programas diretamente vinculados à Secretaria da Saúde (DST/AIDS). Recentemente, por exemplo, em conjunto com o Programa de DST/AIDS, foi concluída a organização da Rede Estadual de Laboratórios de Diagnóstico de HIV. O programa laboratorial no controle de qualidade da água da FEPPS é considerado o melhor do Brasil, superando em várias vezes o número de análises realizada pelo segundo colocado, do Estado de São Paulo. A implantação do laboratório de análises de medicamentos também coloca a Instituição de forma pioneira no País nesta área, com o maior número de análises.

Através das capacitações realizadas pelos servidores do IPB-LACEN nas várias áreas de atuação, a FEPPS tem auxiliado na qualificação dos técnicos que exercem suas atividades na Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública.

Pela qualidade do trabalho apresentada, a Instituição foi escolhida para receber do Ministério da Saúde um laboratório de nível de segurança 3, o NB3, o que permitirá ampliar a capacidade de diagnóstico laboratorial, executando, por exemplo, o diagnóstico de Hantavirose.

O programa **Apoio Laboratorial à Vigilância em Saúde** é executado pela FEPPS através de oito ações: Implementação da Rede de Laboratórios de Saúde Pública; Implementação da Biossegurança; Certificação do Instituto de Pesquisas Biológicas - Laboratório Central do Estado do Rio Grande do Sul/IPB-LACEN; Capacitação do corpo técnico do IPB-LACEN; Pactuação com a Vigilância Epidemiológica e Ambiental; Pactuação com a Vigilância Sanitária; Informatização do Instituto de Pesquisas Biológicas - Laboratório Central-

IPB/LACEN; e Implantação e implementação de análises de Vigilância Sanitária.

Na ação *Implementação da Rede de Laboratórios de Saúde Pública*, as reformas que estavam previstas nos laboratórios de Pelotas e Cruz Alta não foram executadas, porque o recurso que seria utilizado não pode ser repassado. Alternativamente, foram realizadas reformas através do Projeto VIGISUS I em laboratórios não anteriormente previstos pela FEPPS: os de Ijuí, de Alegrete e de Erechim. Foram adquiridos vários equipamentos pelo Projeto VIGISUS I, cuja entrega foi concluída no final do semestre, e ainda estão sendo realizadas as capacitações para possibilitar sua utilização (principalmente das leitoras e lavadoras de ELISA) e a descentralização de diagnósticos.

A ação de *Implementação da Biossegurança*, que consiste na implantação de medidas de caráter preventivo em relação à acidentes, incêndios e saúde ocupacional, encontra-se em ritmo acelerado, tendo já sido executados 300% do previsto inicialmente. A implantação de um número maior de programas preventivos em relação ao inicialmente planejado foi possível graças à dedicação, capacitação e comprometimento dos servidores envolvidos na ação. Os programas implantados têm servido de referência para várias instituições, não só a nível estadual como a nível federal, fato evidenciado pelas várias solicitações de palestras e cursos ministrados na área de biossegurança. Foi também elaborado um Manual de Biossegurança, que tem servido de referência técnica institucional.

Quanto à *Certificação do Instituto de Pesquisas Biológicas - Laboratório Central do Estado do Rio Grande do Sul/IPB-LACEN*, foi contratada uma empresa de Consultoria e deu-se início ao processo da implantação da Qualidade. Todos os aspectos relacionados à busca desta certificação foram desencadeados, tais como processos de calibração e aferição de equipamentos, padronização de procedimentos, capacitação do corpo técnico, análise dos fluxos para poder alcançar a rastreabilidade e confiabilidade. Alguns processos que dependem de ritos administrativos (compra de padrões, literatura, etc) normais sofreram alguns atrasos. Foram realizados dois cursos na área da qualidade, um de "Elaboração de Documentos" e outro sobre "Validação de Métodos de Ensaios Laboratoriais". Estão sendo previstos para janeiro de 2005 mais três cursos: "Incerteza nas Medições", "Auditoria Interna" e "Calibração de Equipamentos de Medição".

A *Capacitação do corpo técnico do IPB-LACEN*, em 2004, ocorreu de forma bastante satisfatória. Foram capacitados 167 técnicos, de acordo com as necessidades de aprimoramento da capacidades técnica ou implantação de novas metodologias.

A *Pactuação com a Vigilância Epidemiológica e Ambiental* efetuou 228.272 análises laboratoriais, a despeito das dificuldades quanto ao repasse dos principal recurso destinado ao financiamento desta ação. Durante 2004, os diagnósticos foram mantidos com recursos do saldo anterior da última parcela repassada, por uma compra de insumos realizada através da Secretaria da Saúde (CEVS), e compras emergenciais realizadas pelos Programas Estaduais, afetando o oferecimento do diagnóstico à população. Em virtude disso, fizeram-se presentes problemas em relação ao diagnóstico de HIV, triagem e confirmatório, e de Toxoplasmose, para citar os de maior importância.

Já na *Pactuação com a Vigilância Sanitária*, superou-se a meta inicialmente prevista em 58,43%. Foram efetuadas 34.469 análises de produtos,

custeadas com recursos próprios da Fundação e do Convênio Pró-LACEN (cuja vigência expirou em dezembro de 2004) e do Projeto VIGISUS I (compra de equipamentos), que possibilitou a descentralização de vários diagnósticos relacionados a potabilidade da água para consumo humano para os laboratórios regionais.

Na ação prevista de *Implantação e implementação de análises de Vigilância Sanitária* também ocorreu a superação da meta planejada para o ano de 2004 no início do PPA, tendo sido implantadas 27 metodologias no total. Em relação aos medicamentos, pretende-se implantar mais 60 metodologias assim que forem recebidos os padrões de referência necessários. A implantação de novas metodologias no ano de 2004, não previstas inicialmente, deveu-se em grande parte à realização de capacitações, ao provimento de recursos financeiros e humanos e de equipamentos. Cabe ressaltar a dedicação e comprometimento do corpo técnico envolvido na superação das dificuldades que se apresentaram. Verifica-se, também, uma maior aproximação e diálogo com os Programas ligados à Vigilância Sanitária, promovendo o desencadeamento de suas ações.

A *Informatização do Instituto de Pesquisas Biológicas- Laboratório Central-IPB/LACEN* tem ocorrido em ritmo lento, mas já foram adquiridos um servidor e *switches* para interligar o IPB-LACEN à rede. Dos equipamentos necessários, já foram adquiridos 6 computadores para a Divisão de Análise de Produtos, através do Convênio Pró-LACEN (verba da ANVISA/MS), sendo que um deles já está interligado com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS

O Programa **Informações Toxicológicas**, executado pela FEPPS, tem por objetivo implementar o sistema estadual de toxicovigilância e o diagnóstico laboratorial em toxicologia de emergência. É desenvolvido pelo Centro de Informações Toxicológicas (CIT), que presta assessoria e orientação frente a acidentes tóxicos, realizando análises toxicológicas de emergência, drogas de abuso e solventes, com recursos próprios da FEPPS e de convênios com a União. A programa encontra-se em ritmo de execução acelerado e adiantado quando ao cronograma inicial. No ano de 2004 foram realizados 1.216 diagnósticos laboratoriais em toxicologia e certificados 7 ensaios, atingindo-se, já em 2004, o número total de ensaios certificados previstos ao final do PPA.

Através da ação de *Ampliação do Programa de Monitoramento de Drogas de Abuso*, foram realizadas 2.987 análises. O escopo desta ação foi ampliado para "Implementação e qualificação do sistema de apoio laboratorial aos acidentes tóxicos emergenciais e monitoramento de drogas de abuso". Nesta nova visão, a meta proposta para o ano de 2004 (realização de 2.500 análises) foi ultrapassada já no mês de novembro. O crescimento desta ação demonstra a demanda pública para este tipo de análise - principalmente na área de drogas de abuso. O índice atingido em novembro de 2004, corresponde a um crescimento de 178% do realizado nesta área, no mesmo período de 2003.

A execução da ação *Implementação e certificação das análises toxicológicas* proporcionou a certificação de 7 ensaios na REBLAS. A qualificação do sistema da qualidade em laboratório, implantada em fevereiro de 2003, possibilitou a obtenção das metas físicas totais em apenas dois anos (2003/2004). Novas estimativas estão sendo realizadas para melhor avaliar o desempenho desta ação. Preliminarmente, foi projetada a certificação de mais 3

ensaios analíticos para o ano de 2005.

Outra ação proposta, a de *Multiplicadores e campanhas de prevenção de acidentes tóxicos*, capacitou presencialmente, em 2004, 2.192 alunos. Para 2005, está prevista a implantação de um sistema de educação à distância financiado com recursos do Ministério da Saúde – OPAS/OMS, o qual poderá atingir um número maior de pessoas, contribuindo para o alcance da finalidade de contribuir para a educação toxicológica continuada em escolas públicas estaduais.

A ação *Otimização do Sistema Estadual de Toxicovigilância* que visa a ampliação da cobertura de atendimento emergencial a acidentes tóxicos ocorridos no Estado, propiciou 16.244 atendimentos durante o ano de 2004. A atividade de atendimento emergencial aos acidentes tóxicos ocorridos em território gaúcho, realizado pelo plantão de emergência do Centro de Informação Toxicológica do Rio Grande do Sul é a grande prioridade na execução do Programa **Informações Toxicológicas**. O atingimento desta meta deve-se, principalmente, à melhoria do sistema de comunicação realizado durante o corrente ano.

Na *Qualificação das ações na área de toxinas naturais*, cuja finalidade é ampliar e qualificar a estrutura de atendimento e a prevenção de acidentes com animais peçonhentos e plantas tóxicas, foram disponibilizadas 14.622 ampolas de soro para utilização no Estado.

MODERNIZAÇÃO GERENCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA FEPPS

O Programa **Modernização Gerencial e Desenvolvimento Institucional da FEPPS**, que visa reduzir os entraves burocráticos gerados pela falta de informatização nos diversos setores, qualificação e ampliação do corpo técnico, consolidação da FEPPS, através de estruturação física e modernização, desenvolveu-se, em 2004, através de duas ações: Informatização e modernização gerencial e Qualificação dos Recursos Humanos.

Na ação de *Qualificação dos Recursos Humanos da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde*, a Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos da FEPPS implementou cursos de capacitação e qualificação, providenciando palestrantes contratados e locais apropriados para os encontros que envolveram um número representativo de funcionários. Entre cursos e palestras, divulgação de filmes, encontros e visitas, foram efetuados 43 capacitações, versando sobre temas como ergonomia, noções de combate a incêndio, stress, primeiros socorros, entre outros. Dentro da política de contenção de gastos, a FEPPS optou por cursos ministrados internamente, quando possível, bem como por cursos gratuitos, tais como os cursos de informática básica pelo SENAI, com vagas cedidas pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), que atingiram aproximadamente 60 servidores.

A área de informática está sendo otimizada, dentro da ação *Informatização e modernização gerencial da FEPPS*, através da aquisição de máquinas (19 microcomputadores), colocados em rede e com acesso rápido aos sistemas de governo. Em setembro de 2004 foi adquirido o *servidor* da FEPPS, o que propiciou um salto de qualidade em termos de rastreabilidade e propiciou a redução de custos com papel, através da troca de informações pelo sistema

Direto de correio eletrônico.

PESQUISA CIENTÍFICA APLICADA À SAÚDE PÚBLICA

O Programa **Pesquisa Científica Aplicada à Saúde Pública**, que tem por objetivo desenvolver e produzir tecnologias científicas nessa área da saúde, está sob a responsabilidade do Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT). Esta unidade da FEPPS pesquisa tecnologias eficientes, modernas e mais baratas para servir à população da rede pública de saúde, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O programa conta com recursos próprios da Fundação e convênios com a União, e a maioria das ações previstas estão vinculadas à adequação de área física, dependendo de etapas a serem cumpridas. No entanto, no ano de 2004 já foram desenvolvidos 2 produtos científicos, alcançando-se 50% do previsto ao final do PPA, em 2007.

No decorrer de 2004, foram realizados treinamentos de técnicos do CDCT e de profissionais externos, foram tomadas iniciativas no sentido de certificar o Centro como laboratório de pesquisa em biologia molecular, foram feitos avanços na criação de estrutura para análise de DNA para teste de paternidade, desenvolvidas novas técnicas de produção e controle de qualidade e concluída a ação de implementação da documentação, informação e divulgação científica.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS À POPULAÇÃO

O Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (LAFERGS), é a unidade da FEPPS responsável pelo andamento do Programa **Produção e Distribuição de Medicamentos à População**. O LAFERGS, através da FEPPS, assinou contrato de gestão com o Estado do Rio Grande do Sul, assumindo compromissos para a melhoria da qualidade de produtos e serviços. Uma das principais metas é aumentar a produção de medicamentos dos atuais 66 milhões unidades/ano para 300 milhões unidades/ano até 2006, incluindo 42 diferentes tipos de remédios. A iniciativa deverá modernizar o Laboratório, promover o avanço tecnológico, ampliar sua atuação no mercado e expandir os serviços pela melhoria do atendimento da população quanto ao fornecimento de medicamentos, de acordo com os objetivos traçados para o Programa, que ainda incluem a coordenação da Política de Assistência Farmacêutica. O Programa é financiado por recursos próprios da Fundação, do Tesouro do Estado e por convênios com a União.

Várias das ações previstas no Programa têm relação com a reforma e ampliação do LAFERGS. A obra foi iniciada em setembro de 2004, com término provável em março de 2005. Após a conclusão, será possível a ampliação da capacidade produtiva do Laboratório, bem como do elenco de produtos, a implantação de sistema de gerenciamento da produção e distribuição dos medicamentos e a elaboração do plano mestre de validação de processos e metodologias analíticas, que garante a qualidade dos medicamentos produzidos. Durante o ano de 2004, o Programa Produção e Distribuição de Medicamentos à População apoiou a Farmácia da Terceira Idade, a cargo da Secretaria Estadual da Saúde, produzindo especialidades farmacêuticas que atendem às necessidades da população com mais de 60 anos.

QUALIDADE DO SANGUE

A coordenação da Hemorrede Pública do Estado e a Política Estadual de Sangue e Hemoderivados também estão a cargo da FEPPS através de seu Departamento de Sangue e Hemocomponentes (HEMORGS), que desenvolve o Programa **Qualidade do Sangue**. Esse Programa tem por objetivo reestruturar a Hemorrede Pública Estadual, com a instalação de serviços, qualificação e ampliação da distribuição dos hemocomponentes e consolidação do Centro de Referência Ambulatorial Multiprofissional para tratamento de coagulopatias hereditárias e ampliação do atendimento a outras patologias hematológicas.

O Programa **Qualidade do Sangue** apresentou os seguintes resultados no ano de 2004: pelo Hemocentro coordenador foram triados 23.706 doadores, coletadas 140.913 bolsas de sangue na Hemorrede Pública, coletados e cadastrados 461 doadores de medula óssea, efetuadas 311 terapias em grupo para familiares de pacientes hemofílicos, efetuadas 1283 consultas à hemofílicos, aplicados 819 fatores de coagulação VIII e IX, efetuadas 100 palestras fora do Hemocentro e 70 no Hemocentro e 665 consultas com o Serviço Social.

Relativamente à informatização, no segundo trimestre, foram adquiridas máquinas para a implantação do Plano Diretor de Informatização, o software de gerenciamento da política de segurança (funcionando em 50 estações), possibilitando a otimização do uso dos microcomputadores. Foi elaborado projeto de infra-estrutura para o Núcleo Hemoterápico de Palmeira das Missões e de infra-estrutura lógica para os serviços hemoterápicos de Cruz Alta, Santa Maria e Alegrete, visando à implantação do Sistema de Gerenciamento do Ciclo do Sangue (HEMOVIDA).

A Câmara de Assessoramento Técnico de Sangue Outros Tecidos e Órgãos do Rio Grande do Sul (CATESTO/RS), referência para os assuntos relativos à Política Estadual de Sangue e orientação superior da Hemorrede Pública, realizou o segundo encontro da Hemorrede Pública, inserindo os Hospitais Públicos (GHC, Clínicas, HPS e Hospital Universitário de Santa Maria) no cenário público gaúcho de produção de sangue e hemoderivados. Foram disponibilizados dois veículos para o Hemocentro Regional de Passo Fundo e Núcleo Hemoterápico de Cruz Alta, os quais darão suporte à coleta externa de sangue, ao transporte de doadores e de portadores de patologias do sangue.

Dos resultados obtidos pelo Programa **Qualidade do Sangue**, devem ser ressaltados o incremento do atendimento médico, psicológico e fisioterapêutico aos hemofílicos, que superou o previsto para 2004 em 214%; o incremento da produção das bolsas de sangue e a implantação de Controle de Qualidade Interno e Externo, meta para o próximo ano que já foi atingida em 2004.

Relativamente aos planos da FEPPS para seus diversos Programas, em 2005, destaca-se o seguinte:

– **Produção e distribuição de medicamentos à população** - devem ser totalizadas 126 milhões de unidades de medicamentos produzidas; três novos produtos devem ser elencados; 70% da população-alvo deve ser atendida com medicamentos para a terceira idade; devem ocorrer a implantação ou otimização dos sistemas de gerenciamento da produção e distribuição dos medicamentos, do setor vendas de medicamentos e da distribuição dos

medicamentos vendidos às prefeituras.

– **Apoio laboratorial à Vigilância em Saúde** - Está previsto o incremento de 10% no diagnóstico laboratorial; a realização de 280 mil análises laboratoriais; a realização de 1.100 análises de produtos; e a implantação de metodologia de análise ligada à Vigilância Sanitária.

– **Informações Toxicológicas** - Pretende-se, em 2005, atender nova instituição no monitoramento de drogas de abuso; certificar um ensaio na REBLAS; e atingir 321.750 alunos com campanhas de prevenção a acidentes tóxicos, entre outras atividades.

– **Pesquisa Científica aplicada à Saúde Pública** - Foram planejados a produção de 23 mil animais de laboratório; a publicação de quatro trabalhos científicos; e a implantação de um novo tipo de análise de DNA.

– **Modernização e desenvolvimento institucional da FEPPS** - Foram projetados, para o próximo ano, a implantação de um plano diretor de informática e a realização de concurso para contratação de 100 servidores.

– **Qualidade do Sangue** - Os planos para 2005 consistem em: implantar uma Unidade Hemoterápica e informatizar outras três; coletar 212.000 bolsas de sangue na Hemorrede Pública; implantar um programa de qualidade (interno e externo) na Hemorrede; e atender cerca de 840 pacientes na Clínica Hematológica.

EDUCAÇÃO

ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA

Este Programa, desenvolvido pela **Secretaria da Educação**, propõe o atendimento aos preceitos constitucionais no que concerne ao acesso universalizado ao Ensino Básico. Portanto, constitui-se em um dos pilares da política pública educacional do Estado ao “garantir o acesso ao ensino público em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, independentemente de idade” (a Rede Pública Estadual detém mais de 50% das matrículas no Ensino Fundamental e cerca de 75% no Ensino Médio no Rio Grande do Sul). Para concretizar tal prerrogativa, o Programa está estruturado em 12 ações abrangentes, e outros projetos e atividades orçamentários, contemplando todo o universo escolar nos seus níveis e modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional, Educação Especial e Educação para Jovem e Adulto.

No ano de 2004, as ações do Programa com suas metas físicas assim se configurou:

Programa acesso à educação básica

Ações	Metas Físicas	Considerações
<i>Ampliação dos espaços escolares</i>	239 espaços escolares ampliados	88 escolas beneficiadas foram contempladas também com mobiliário básico. As ampliações de escolas, solicitadas através da Consulta Popular, encontram-se em

Ações	Metas Físicas	Considerações
		fase de empenho ou em procedimento licitatório.
<i>Atendimento de alunos com necessidades especiais</i>	6.510 alunos atendidos	Foram implantadas 20 classes para autistas e psicóticos e 30 salas para alunos com altas habilidades. Elaborados também material didático-pedagógico, beneficiando cerca de 2.000 alunos com dificuldades visuais em 53 salas de recursos.
<i>Auxílio para o transporte escolar</i>	151.608 alunos transportados	Atende alunos do Ensino Fundamental e Médio do meio rural. A meta física refere-se a dados de 2003, conforme informações dos municípios. Foi objeto da Consulta Popular.
<i>Cadastramento dos alunos matriculados</i>	550.000 alunos cadastrados	Foi implantado o Sistema de Cadastramento dos Alunos da Rede Pública Estadual nas sete Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) que possuem Centrais de Matrículas, bem como foi dado início aos trabalhos de implantação do cadastramento em todos os municípios das demais 23 Coordenadorias.
<i>Concessão de bolsas de estudo</i>	2.724 bolsas concedidas	Benefício concedido a alunos do Ensino Médio e de Educação Especial em localidades onde houver falta de vagas na Rede Pública. Como é propósito expandir a oferta do Ensino Médio na Rede Estadual, a meta desta ação tende à redução.
<i>Despesas mensais de custeio das escolas</i>	3.041 escolas estaduais beneficiadas	Escolas custeadas: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional.
<i>Manutenção e conservação dos espaços escolares</i>	497 prédios escolares beneficiados	Atendimento às solicitações institucionais (escolas). As demandas da Consulta Popular encontram-se em fase de empenho ou em procedimento licitatório.
<i>Realização de exames supletivos</i>	1.960.000 exames requeridos	221,9 mil gaúchos inscreveram-se nesta modalidade de ensino: 70,5 mil no Ensino Fundamental e 151,4 mil no Ensino Médio. Em 2.004, a realização dos exames supletivos apresentou uma redução de 70% nos custos em relação ao ano anterior.
<i>Recursos humanos para a Rede Estadual</i>	113.206 profissionais em atuação. 1.679 servidores em atuação(ressarcimentos)	A ação contempla o pagamento da Folha de Pessoal dos profissionais em atuação: efetivos, contratados, extranumerários e cargos em comissão. Há também valores

Ações	Metas Físicas	Considerações
		referentes a ressarcimentos a municípios (PRADDEM) e ao pagamento de professores das escolas de acampamentos (Instituto Preservar).
<i>Segurança nas escolas</i>	170 escolas guarnecidas	Ação desenvolvida em escolas localizadas em regiões que apresentam maiores níveis de violência, através de pagamento ao Corpo de Voluntários de Militares Inativos da Brigada Militar.
<i>Sistema Informatizado de Matrículas</i>	118.626 alunos matriculados via Sistema	O Sistema foi instalado em parceria com 9 municípios para um melhor atendimento na busca por vagas na Rede Pública (Estadual e Municipal) de Educação.
<i>Transferências legais aos municípios</i>	—	Os recursos desse benefício, por determinação legal, passaram a ser transferidos diretamente pela União aos municípios a partir de 2004. No ano, foi efetuado pagamento no valor de R\$ 12.700.748, referente ao ano de 2003.

QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Embora o Rio Grande do Sul detenha uma cobertura educacional adequada, principalmente no Ensino Fundamental, e seja reconhecido por alguns organismos como o Estado com os melhores índices educacionais do País, o Sistema Estadual necessita continuar aprimorando o seu desempenho. Ainda são expressivas as taxas de reprovação e de abandono no Ensino Fundamental e acentuadamente no Ensino Médio da Rede Pública o que contribui para a elevação dos custos com educação no Estado. Visando banir estas deficiências, este Programa da **Secretaria da Educação** busca “oferecer uma educação básica de qualidade, fortalecendo o interesse do aluno e a participação da comunidade escolar num processo educacional integrado ao desenvolvimento sócio-cultural regional”. Para tal, o Programa ancora-se em ações abrangentes e diversificadas que focalizam questões fundamentais para o propósito almejado. O dimensionamento destas ações, no ano de 2004, segue arrolado a seguir:

Programa qualificação da educação básica

Ações	Metas Físicas	Considerações
<i>Escola Aberta para a Cidadania</i>	150 escolas participantes	Em parceria com a UNESCO, esta ação abrangeu, em 2.004, 78 municípios, com movimentação de cerca de 90 mil pessoas entre alunos, professores, pais e comunidades. As escolas abriram suas portas nos finais de semana para a realização de atividades diversas e contaram, no ano, com o auxílio da sociedade para a compra de materiais(CEEE por exemplo). Alguns eventos

Ações	Metas Físicas	Considerações
		realizados serviram para congregar participantes de Escolas Abertas de diversas localidades. Merece frisar que já foi constatada a diminuição dos índices de violência nas escolas participantes.
<i>A tecnologia e a informatização no processo educacional</i>	573 escolas com disponibilização de tecnologia para aluno e comunidade	Além de aquisição de recursos tecnológicos, demandados através da Consulta Popular, para qualificar o acesso a novas tecnologias, foram implantados <i>kits</i> em laboratórios de informática de 12 escolas, beneficiando 23.548 alunos.
<i>Autonomia financeira e pedagógica das escolas</i>	Gestão Democrática da Rede Estadual implementada em 3.041 escolas	Através desta ação, foram repassados recursos mensalmente para a manutenção e o desenvolvimento do ensino nas escolas de Educação Infantil, Ensinos Fundamental, Médio e Profissional.
<i>Avaliação da escola pública</i>	—	Foram desenvolvidas ações preparatórias em conjunto com a SAEB/MEC, com vistas à avaliação universal das escolas do Rio Grande do Sul, tais como: qualificação de 120 professores para a elaboração de itens, e participação na validação de matrizes nacionais das provas de avaliação de Língua Portuguesa, Matemática e Educação de Jovens e Adultos. Também foram realizados estudos e divulgações das avaliações realizadas no Estado, para a tomada de decisão na área pedagógica no processo educacional da Rede Estadual de Ensino.
<i>Escola em tempo integral</i>	6.463 alunos atendidos em turno integral	Atendimento em 21 escolas de 18 municípios a alunos dos Ensinos Fundamental e Médio em turno inverso ao do período da sua educação formal, priorizando comunidades onde as condições sócioeducativas dos educandos são precárias.
<i>Habilitação, atualização e capacitação de recursos humanos</i>	87.411 profissionais qualificados	Com caráter abrangente, esta ação foi desenvolvida, principalmente, pelas 30 CREs, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior do Estado. Foram realizados eventos estaduais, regionais e municipais, visando a capacitação e a atualização de professores, de profissionais que atuam em bibliotecas, funcionários e merendeiras da Rede Estadual, em todas as modalidades e níveis de ensino. A ação foi objeto de três demandas da Consulta Popular e superou a meta física prevista no PPA (25 mil profissionais qualificados).
<i>Jogos Escolares do Rio Grande do Sul- JERGS</i>	2.648 escolas estaduais participantes	Os jogos foram realizados em 435 municípios, em parceria com as prefeituras. Em 3.292 competições com

Ações	Metas Físicas	Considerações
		25.010 equipes, participaram 375.010 alunos de 3.001 escolas (2.648 estaduais, 351 municipais e duas federais), envolvendo mais de 2 milhões de pessoas no Estado.
<i>Merenda escolar e educação alimentar</i>	911.493 alunos beneficiados	Oportunizada a merenda a alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Foi complementado o valor da merenda escolar a 233 municípios que, em 2.004, aderiram ao atendimento da merenda de escolas estaduais, responsabilizando-se pela compra e distribuição dos alimentos.
<i>Produção e divulgação de material didático-pedagógico</i>	26.909 materiais disponibilizados	Os exemplares publicados contemplaram desde a elaboração de diretrizes pedagógicas à produção dos alunos.
<i>Qualificação dos espaços escolares</i>	437 espaços escolares qualificados	Além da qualificação de espaços de bibliotecas escolares, demandadas pela Consulta Popular, foram adquiridos 103.975 volumes para complementação do acervo, distribuídos em 1.058 escolas de Educação Básica, com benefício a 152.203 estudantes. As conclusões\construções de quadras de esportes, demandadas na Consulta Popular, encontram-se em fase de empenho ou licitatória.

ALFABETIZA RIO GRANDE

O Programa **Alfabetiza Rio Grande**, da **Secretaria da Educação**, visa reduzir sensivelmente no Estado o número de pessoas que, por impossibilidade de acesso na idade própria, não lograram alcançar a habilidade da leitura e da escrita (estima-se que aproximadamente 6,65% de gaúchos com 15 anos ou mais não detém o domínio da leitura e da escrita no Rio Grande do Sul). Assim o Programa tem como objetivo formal " combater o analfabetismo, priorizando ações de alfabetização e de educação continuada de jovens e adultos". Para tal propósito, alicerça-se em dois pilares básicos: a qualificação dos profissionais envolvidos no processo e a alfabetização propriamente dita.

No exercício de 2004, foram implantadas 1.035 turmas de alfabetização em parceria com municípios e entidades civis organizadas, atendendo a 16.200 alfabetizandos. Ações conjuntas com as CREs, através do Grupo de Trabalho de Jovens e Adultos (GTEJA), envolvendo Secretarias Municipais de Educação, Instituições de Ensino Superior e outros segmentos da sociedade foram realizadas, buscando qualificar o processo de alfabetização e encaminhar jovens e adultos já alfabetizados para o Sistema Escolar.

Destaque-se a parceria Secretaria da Educação e UNESCO que, em 2004, capacitou 1.035 professores alfabetizadores e mais de 3.700 professores da Rede Estadual.

Observa-se que não obstante o esforço dos órgãos públicos e o envolvimento das comunidades, a demanda não foi muito expressiva no ano, carecendo de reforços motivacionais, para que o combate ao analfabetismo continue e a erradicação se efetive.

APOIO NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

É objetivo do Programa “propiciar, através de bolsa rotativa de estudos, o custeio de matrículas e mensalidades de universitários em Instituições de Ensino Superior Comunitárias, nas áreas consideradas prioritárias, e auxiliar na manutenção das casas de estudantes autônomas”.

O apoio aos alunos de baixa renda, para fins de ingresso no 3º Grau no Estado, dá-se através do Fundo de Crédito Educativo (PROCRED) e seu respectivo fundo: FUNPROCRED. A Lei Complementar nº 11.977/2.003 alterou a Lei do PROCRED ao instituir o Programa Comunitário de Ensino Superior (PROCENS). Apesar dos esforços, este Programa não obteve adesão das Instituições de Ensino Superior do Estado no ano de 2.004.

Entre o período 1999-2004, foram ofertadas 1.000 vagas, no ano de 2001, dentro do PROCRED. Em 2004, este Programa atendeu em torno de 650 alunos, inscritos em 2001, com recursos oriundos das devoluções dos alunos já formados e com saldo de empenho de 2003, no valor de R\$ 654.125,00, pagos em 2004. O total pago neste ano pelo FUNPROCRED foi de R\$ 2.775.324,00.

Não houve concessão de auxílio a casas de estudantes autônomas no ano findo, pela não apresentação de planos de trabalho e por inadimplência de algumas delas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa de **Educação Profissional**, desenvolvido pela **Superintendência de Educação Profissional (SUEPRO)**, propõe “ampliar e qualificar a oferta de Educação Profissional nas escolas da Rede Pública Estadual”, para atender à constante demanda em todo o Estado por este tipo de qualificação.

As atividades mais significativas de 2004, resultantes da dinamização das principais ações do Programa , seguem arroladas a seguir:

- Seminário Estadual da Educação Profissional: análise e perspectivas, reunindo pela primeira vez todos os segmentos do Estado envolvidos com a Educação Profissional (Sindicato de Técnicos, FIERGS, FECOMÉRCIO, Redes Federal, Estadual, Municipal e Sinodal, Segmento Comunitário, SENAI e SENAC);

- Capacitações técnicas de 84 profissionais da área da Educação com cursos de informática, uso do GPS (Posicionamento Global por Satélite) e mecanização agrícola;

- Implantação do Conselho de Planejamento da Educação Profissional, representado por 21 membros de entidades governamentais e não-governamentais;

- Retomada de projetos para aplicação em escolas estaduais, em cinco municípios gaúchos, com o ingresso de recursos oriundos do MEC/PROEP no montante de R\$ 2,2 milhões no mês de dezembro/2004 e mais R\$ 1 milhão para os primeiros dias de 2005 (PROEPINHO);

- Circulação de periódico trimestral, *on-line*, universalizando informações e divulgando projetos desenvolvidos nas escolas;

- Recebimento de 1.520 *kits* de componentes de informática doados pela Receita Federal e distribuição de 28% deles, visando complementar laboratórios de informática já existentes;

- Realização de encontros, fóruns e visitas técnicas, atingindo diretamente um universo de 556 professores e gestores da Educação Profissional da Rede Pública Estadual;

- Realização de obras físicas na Rede, beneficiando nove escolas; consertos de maquinários em seis escolas; aquisição de insumos extraordinários para duas escolas assegurando incremento na geração de recursos próprios para o custeio das mesmas, tudo totalizando investimentos na ordem de R\$ 438.105,00;

- Conquista de R\$ 4.817mil através da Consulta Popular de 2003, com aplicação no ano de 2004, beneficiando 52 escolas da Rede Pública Estadual, com R\$ 241 mil em habilitação, R\$ 606 mil em obras de ampliação e reforma dos espaços escolares, R\$ 1.478 mil para aquisição de novos equipamentos para cursos técnicos e R\$ 2,492 milhões para implantação de nove novos cursos de Educação Profissional em municípios ainda não contemplados, ampliando a oferta em aproximadamente 270 vagas (previsão de aplicação de 67% dos recursos conquistados);

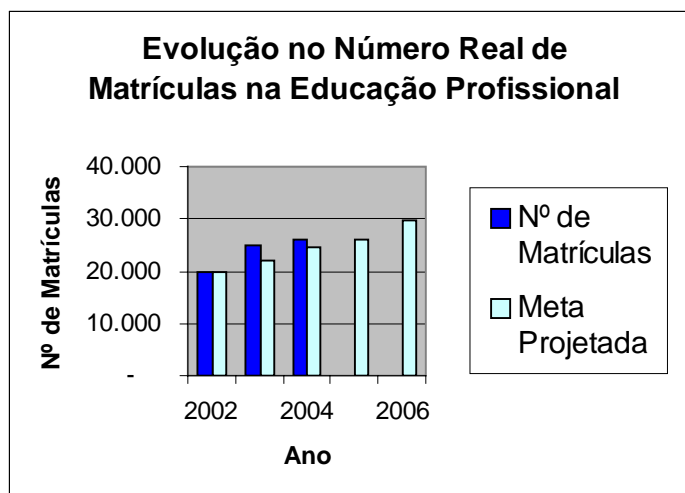
- Realização de acordos de cooperação e parcerias, captando recursos extras de instituições privadas e filantrópicas na ordem de R\$ 583 mil;

- Realização da Primeira Mostra Estadual de Trabalhos da Educação Profissional, estimulando e valorizando a pesquisa, além de proporcionar o intercâmbio de conhecimentos entre as diferentes áreas, tendo inscritos 61 trabalhos e envolvido 150 alunos e 61 professores;

- Implantação do Projeto de Geração de Renda Própria no âmbito das escolas públicas, instituído pelo Decreto 43.071 (art. 4º) e normatizado pela Instrução Normativa 01/2004-SUEPRO, estimulando o desenvolvimento de projetos pedagógicos e geração de renda para apoiar no custeio das mesmas (22 escolas apoiadas);

- Realização da segunda revisão do convênio firmado com a UNESCO, prorrogando sua execução até dez/2006, com investimentos de R\$ 1,21milhões, sendo R\$ 737mil do Tesouro do Estado e R\$ 473mil do MEC/PROEP, visando à qualificação e capacitação de professores da Educação Profissional.

É pertinente salientar que não obstante o contingenciamento de recursos públicos vivenciados pelo Estado, esta modalidade de ensino apresentou acréscimo na oferta de vagas nos dois últimos anos (34%), como fica evidenciado no gráfico a seguir.



Para o ano de 2005, a SUEPRO propõe-se a continuar trabalhando para ampliar a oferta de

vagas e qualificar o processo de aprendizagem em suas escolas. Para isto, prevê um acréscimo de mais 10% no número real de matrículas para os cursos técnicos, atingindo um patamar de 27,9 mil alunos na Educação Profissional da Rede Estadual de Ensino. A Superintendência também está estipulando, nas ações a serem desenvolvidas em 2005, as metas abaixo:

- *Habilitação de Professores para Educação Profissional* - 100 professores a serem habilitados;

- *Capacitação de Professores e gestores atuantes na Rede Estadual de Educação Profissional* - 500 professores/gestores a serem capacitados;

- *Integração Informatizada via Internet, da Rede Estadual de Educação Profissional* - 12 escolas a serem integradas;

- *Laboratórios de Informática na Rede Estadual de Escolas de Educação Profissional* – 5 escolas a serem contempladas;

- *Implantação no âmbito da SUEPRO e da rede de escolas estaduais com Educação Profissional, de Programa de Gestão de Qualidade* – Programa a ser implantado no órgão central;

- *Divulgação e integração de trabalhos das escolas estaduais com Educação Profissional* - 60 trabalhos a serem divulgados;

- *Apoio Financeiro à pesquisa aplicada e à geração de renda própria nas escolas estaduais com Educação Profissional* – 30 projetos a serem apoiados;

- *Execução de convênios celebrados com o MEC/PROEP e outros* – 5 convênios a serem executados;

- *Aquisição, atualização e manutenção de equipamentos dos cursos de Educação Profissional*- 10 escolas a serem beneficiadas;

- *Ampliação e melhorias físicas na Rede Estadual de Educação Profissional* - 10 escolas a serem beneficiadas;

- *Pesquisa de egressos da Rede Estadual de Educação Profissional* - 9.500 egressos a serem pesquisados.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Soma-se à mesma área de atuação o Programa **Formação Profissional**, desenvolvido pela **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)**, que propõe “ampliar a oferta de vagas para atender a demanda de mão-de-obra qualificada e aprimorar o ensino ministrado, através da modernização dos processos operacionais, da capacitação dos recursos humanos, da diversificação dos eventos científico-culturais e da ampliação das instalações”. Neste intento, houve um incremento, no ano de 2004, de 1,16% no número de matrículas na Instituição. A FETLSVC ofertou ensino a 3.126 alunos nos cursos técnicos de Química, Eletrotécnica, Eletrônica, Segurança do Trabalho, Automotivo e Mecânica, bem como habilitou 342 técnicos para a atuação no parque industrial da Região do Vale do Sinos e do Estado.

Para qualificar o ensino ministrado, a Fundação manteve convênios com mais de duzentas empresas para agenciamento de estágios. Também proporcionou treinamento e atualização de seus servidores, e reaparelhou laboratórios e oficinas dos cursos.

Outras atividades de cunho sócio-cultural foram dinamizadas dentro deste Programa como: festival de música, teatro, contos e poesias, gincana cultural e serviço de desenvolvimento comunitário.

EXPANSÃO DA AÇÃO INSTITUCIONAL

Com o intuito de “prestar serviços especializados às empresas da Região, qualificar e requalificar mão-de-obra emergencial, incubar microempresas, desenvolver o núcleo de pesquisas institucionais”, a FETLSVC desenvolve o Programa **Expansão da Ação Institucional**.

Este Programa atendeu diversas empresas da Região em 2004, bem como outras instituições, na prestação de serviços como testes de laboratório, ensaios mecânicos, análise de águas, usinagem de peças, aferição de instrumentos, entre outros. A Instituição manteve o convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) para o desenvolvimento de três cursos superiores. Desse modo, 136 novos alunos ingressaram no Ensino Superior em 2004. A Fundação realizou com sucesso, no ano, a 19ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC), o 11º Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET), com a participação de vários países e apresentação de 153 projetos de pesquisa, com novas alternativas de desenvolvimento social e tecnológico que contribuem para a melhoria das condições de vida do ser humano. Foram oferecidos, também, diversos cursos de curta duração para as empresas da Região e o público em geral, bem como realizados convênios com empresas para o desenvolvimento de produtos. Saliente-se que a incubadora tecnológica, mantida pela FETLSVC, detém seis projetos vinculados ao ensino, pré-incubados.

A Instituição participa do Pólo de Inovação Tecnológica com o Projeto Diagnóstico Energético da Bacia do Vale do Rio dos Sinos e projetos com aprovação dos órgãos de fomento FAPERGS e CNPq.

Perseguindo os objetivos de seus dois grandes programas, a FETLSVC propõe para 2005:

No Programa **Formação Profissional**:

- Aumento de 60 vagas nos cursos oferecidos pela Instituição;
- Manutenção da oferta dos cursos técnicos de Química, Eletrotécnica, Mecânica, Eletrônica, nos turnos diurno e noturno, e Segurança do Trabalho e Automotivo, no noturno;
- Desenvolvimento de programas sócio culturais e comunitários;
- Modernização Administrativa - Início da implantação do Planejamento Estratégico;
- Treinamento e atualização dos servidores (Meta: 80 servidores);
- Reaparelhamento e modernização dos laboratórios e oficinas dos cursos (Meta: 72 unidades).

No Programa **Expansão da Ação Institucional**:

- Prestação de serviços – Atendimento ao parque industrial e outras instituições da Região, prestando serviços nas áreas mecânica, química e eletro-eletrônica (testes, ensaios, análises, aferições).
- Convênio com a UERGS - Manutenção do convênio com a UERGS para o desenvolvimento dos cursos superiores de: Tecnólogo em Automação Industrial, Engenharia em Energia e Bioprocessos de Biotecnologia (Meta: 70 projetos habilitados);
- Desenvolvimento de pesquisas e de programas institucionais- 20ª MOSTRATEC; 12º SIET; cursos de curta duração para empresas e público em geral; desenvolvimento de projetos com parcerias; Projeto - Meio Ambiente x Inovação Tecnológica: diagnóstico energético da Bacia do Vale do Rio dos Sinos (Meta: 13 atividades);
- Incubação de empresas - Meta: 3 empresas.

CONSOLIDAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)

Estudos demonstram que no Brasil é reduzido o número de estudantes que logram ingresso no Ensino Superior (em 2003, apenas 10,8% da população brasileira, entre 18 e 24 anos, requereu matrícula neste nível de ensino – INEP). Perseguindo uma maior oferta de ensino de 3º grau gratuito no Estado, a **UERGS**, através do seu Programa **Consolidação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**, propõe-se a manter e gerar novas oportunidades de Ensino Superior gratuito e de qualidade no Estado e buscar soluções que contribuam para a superação dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades regionais, econômicas, sociais, tecnológicas e culturais do Rio Grande do Sul.

A UERGS tem uma estrutura organizacional multicampi e descentralizada e, através de convênios, utiliza, além de seus espaços próprios, também outros de instituições públicas e privadas existentes nas comunidades. Assim, em 2004, ofereceu à sociedade gaúcha 21 cursos em 23 unidades de 30 municípios. Destaque-se, no ano, a aprovação pela Assembléia Legislativa do Estatuto da Universidade.

O quadro de novas vagas por áreas oferecidas pela Universidade assim se configurou no ano de 2.004.

Novas vagas oferecidas pela UERGS em 2004

Áreas	Nome do Curso	Vagas
Humanas	Pedagogia da Arte - Qualificação em Música - (convênio FUNDARTE)	20
	Pedagogia da Arte - Qualificação em Teatro - (convênio FUNDARTE)	20
	Pedagogia da Arte - Qualificação em Dança - (convênio FUNDARTE)	20
	Pedagogia da Arte - Qualificação em Artes Visuais - (convênio FUNDARTE)	20
Vida	Administração de Serviços de Saúde	40
	Curso superior de Tecnologia em Agropecuária - Sistemas de Produção	200
	Curso superior de Tecnologia em Agropecuária - Agroindústria	280
	Curso superior de Tecnologia em Agropecuária - Fruticultura	80
	Curso superior de Tecnologia em Agropecuária - Horticultura - (convênio UNISC)	40
	Curso superior de Tecnologia em Recursos Pesqueiros - Produção de Pescado	80
Vida e Tecnológicas	Curso superior de Tecnologia em Meio Ambiente	80
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	30
	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia - (convênio Liberato Salzano)	30
Tecnológicas	Engenharia de Sistemas Digitais	40
	Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial - (convênio Liberato Salzano)	30
	Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável - (convênio Liberato Salzano)	30
Total de Vagas		1040
Vagas UERGS		830
Vagas Conveniadas		210

Convém salientar que a Universidade deteve um total acumulado de 4.312 vagas até o final de 2004, sendo 3.101 da própria Universidade e 1.211 através de convênios.

A UERGS disponibilizou 21 novas salas em regiões diversificadas do Estado, superando, portanto, a previsão inicial do PPA (16 salas). Outros projetos de infra-estrutura física foram também realizados, destacando-se:

reforma no prédio da Reitoria para abrigar o Diretório Acadêmico; início de reforma para a readequação acústica e de iluminação dos estúdios de vídeos conferências 1 e 2, também na Reitoria. Encontram-se em andamento as obras de reformas e readequações dos prédios ocupados pelas Unidades de Alegrete, Tapes, Vacaria e Bom Progresso.

A Instituição, no ano findo, contou com a atuação de 341 profissionais: 216 professores e 125 profissionais distribuídos nas funções de reitoria, coordenações e serviços técnicos de apoio. Mereceu a atenção da comunidade acadêmica a proposta de Projeto de Lei para a criação do Plano de Cargos e Salários da Universidade, já encaminhado à Assembléia Legislativa. Em 2004, foi realizado concurso temporário para professores (80% dos docentes da UERGS detém mestrado).

Para 2005, a Universidade definiu como prioritários os objetivos a seguir discriminados.

- Iniciar o processo de regionalização da UERGS, através da escolha dos membros e implantação dos Conselhos Regionais Consultivos os quais irão definir a estruturação dos campi-regionais, coordenadores das ações das unidades universitárias (Institutos) nas respectivas regiões, de modo a atender as demandas específicas de cada região no que concerne à integração da Universidade no desenvolvimento regional sustentável do Estado, conforme determinação do Estatuto da UERGS;

- Institucionalizar o corpo funcional definitivo da UERGS, mediante concurso público, a ser efetuado após a aprovação e vigência da lei que instituir o Plano de Empregos, Funções e Salários dos Servidores da UERGS pela Assembléia Legislativa e pelo Governo do Estado.

No tocante à oferta de vagas, está prevista a abertura de 1.280 novas vagas, 240 de convênios e 1.040 da Universidade que, somada à oferta nos três primeiros anos de funcionamento da Instituição, representará um total acumulado de 5.592 vagas: 1.451 de convênios e 4.141 da UERGS.

ATENÇÃO À PPD E PPAH

Na área da Educação especial, para atender as Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades (PPAH), a **Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades (FADERS)** mantém convênios e termos de compromisso com entidades públicas e privadas, no intuito de promover ações que garantam a inclusão social dessa população (segundo dados do CENSO 2002, 1.442.325 pessoas no Estado – 15,01% da população – têm algum tipo de deficiência e em torno de 3% é portadora de altas habilidades). A Instituição atende diretamente 2.058 PPD e PPAH e, indiretamente, 20.000 pessoas em suas oito unidades de atendimento.

As principais ações executadas pela FADERS dentro do Programa **Atenção à PPD e PPAH**, visando “manter, ampliar e qualificar o atendimento direto”, seguem arroladas abaixo:

- Prevenção às deficiências - Capacitação técnica nas cidades de Carazinho e São Pedro do Sul. Formatação e arte final de cartilhas referentes à prevenção de acidentes domésticos e de trabalho.

- Reabilitação de PPD e PPAH - Prestação de serviço especializado para o atendimento a pessoas portadoras de deficiência múltipla, através de convênio com clínica especializada. Atendimento direto em ações de reabilitação para PPD e PPAH nas unidades Centro de Atenção e Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas (CADEP), Centro de Atenção à Saúde Mental (CASM) e Centro Louis Braille da FADERS.

- Garantia do acesso e permanência na escola – Atendimento direto a alunos portadores de deficiência auditiva/surdos, na Escola de Ensino Fundamental para Surdos Lilia Mazon e a portadores de deficiência mental, na Escola de 1º Grau Incompleto INTERCAP. Aquisição de acervo atualizado para a Biblioteca da Escola Lilia Mazon.

- Garantia do acesso e permanência no Ensino Regular - Assessoramento a municípios e a professores da Rede Regular de Ensino nas questões relativas a surdo-cegueira, deficiência mental e surdez. Mais especificadamente na questão surdo-cegueira, assessoramento a 11 municípios que possuem atendimento nessa área, realização de um curso de 40 horas em Porto Alegre para professores das Redes Municipal e Estadual e realização do Encontro “Vivência em Sala de Aula” para 100 professores da Rede Municipal de Eldorado do Sul. Capacitação de professores e técnicos da Coordenadoria Regional de Educação de Pelotas nas áreas de educação para jovens e adultos e de profissionalização de pessoas portadoras de deficiência mental. Realização do encontro “Abordagem sobre a PPD e a PPAH” para 80 professores das Redes Municipal e Estadual do município de São Francisco de Assis.

No que tange à atenção às pessoas portadoras de altas habilidades, sublinhe-se a implantação de políticas públicas para o atendimento educacional a este tipo de alunos, através de apoio e participação no seminário “4º Encontro Estadual Repensando a Inteligência” e no 2º Congresso Mercosul sobre Altas Habilidades, capacitando 80 professores e técnicos que atuarão como multiplicadores. Também nesta questão foi prestado assessoramento e capacitados professores do município de Pelotas.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH

No mapeamento das ações do Programa **Políticas Públicas para PPD e PPAH**, através do qual a FADERS objetiva “garantir a equiparação de oportunidades, dos direitos constitucionais e da cidadania às PPD e PPAH”, destacam-se as realizações a seguir:

- Implementação da política pública estadual - Promoção de nove fóruns permanentes de política pública estadual, envolvendo aproximadamente 1.800 pessoas. Realização de quatro seminários técnicos regionais: Garantia de Direitos e Prevenção (Santo Ângelo e entorno), Garantia de Direitos e Acessibilidade Universal (Gravataí e entorno), Garantia de Direitos e Políticas de Trabalho e Assistência Social para PPD e PPAH (Rio Pardo e entorno), Garantia de Direitos Políticos de Saúde e Educação (Rio Grande e entorno).

- Acessibilidade e assistência social - Capacitação e assessoramento a órgãos públicos e privados. Articulação para a realização do 1º Campeonato Sul-Brasileiro de Desporto e Atletismo junto à comunidade de Santa Cruz do Sul. Execução e repasse de 7.717 passes livres intermunicipais para PPD. Participação na coordenação do Projeto Inclusão Social (SESI), na coordenação da Comissão de Estudos sobre a questão social do portador de deficiência mental neurolesionado - Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), no Congresso Nacional de Serviço Social e Seguridade Social em Fortaleza/CE, no Festival "Nossa Arte".

- Acesso à informação, à comunicação e ao meio físico construído - Promoção de cursos de LIBRAS para acessar a informação e a comunicação às pessoas surdas, e de cursos em leitura e escrita braille, sorobã e ao meio eletrônico e material ampliado, para acessar a informação e a comunicação às pessoas cegas e com baixa visão. Confecção de material informativo divulgando a Instituição, trabalhos de seus profissionais, e questões que atingem PPD e PPAH em jornais da Capital e do Interior do Estado (20 jornais), bem como de Agenda Institucional, contendo informações sobre pessoas com deficiência e altas habilidades.

- Acesso ao emprego e a geração de renda - Atendimento direto, com capacitação a pessoas portadoras de deficiência mental nas Unidades: Centro de Atenção Zona Norte e Centro de Orientação e Preparação para o Trabalho da FADERS. Capacitação de, aproximadamente, 50 órgãos públicos e privados na questão do cumprimento da Lei de Reserva de Mercado para PPD. Estabelecimento de, aproximadamente, 20 Termos de Cooperação Técnica entre FADERS e órgãos públicos e privados com vistas à qualificação profissional e estágios remunerados para PPD. Encaminhamento de cerca de 60 estagiários portadores de deficiência para órgãos públicos e privados. Confecção de cartilha sobre legislação para ingresso de PPD no mercado de trabalho. Implantação do Programa de Informação Profissional no Centro de Preparação e Orientação para o Trabalho, Unidade da FADERS. Encaminhamento de PPD para cursos profissionalizantes. Realização do Seminário de Inclusão de Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho, em parceria com o SENAI, visando sensibilizar e capacitar as empresas privadas do Estado para inclusão e permanência dessa população no mundo do trabalho. Assessoramentos a empresas e municípios.

- Marketing social/publicidade - Publicação de 3.000 *folders* e 500 cartazes para o 1º Ciclo de Estudos em Autismo. Publicação de 1.000 Agendas Permanentes, contendo informações sobre as questões das PPD e PPAH. Publicação de 3.000 *folders* para o 2º Encontro Estadual e o 4º Curso de Capacitação para Odontologia. Publicação de 26 *folders* institucionais, 21 apontando os serviços prestados nas Unidades de Referência. Publicação de 10.000 livretos, elucidando o Projeto Portas Abertas.

- Apoio a entidades não governamentais de assistência a pessoas portadoras de deficiência - Análises de projetos enviados para a obtenção de recursos de subvenções sociais a serem executadas de novembro de 2004 a outubro de 2005, com monitoramento e avaliação técnica da Fundação.

Além das atividades arroladas acima, a FADERS também realizou pesquisas e prestou assessoramento e capacitação em outras entidades do Estado entre as quais pode-se destacar: Curso de Psicologia da PUC/RS, Curso de Terapia Ocupacional do IPA, Escola ACM de Porto Alegre, Casa de Passagem SOS, escolas da APAE, SE, CECOVE e CECOFLOR de Porto Alegre e escolas estaduais e municipais.

Destaque-se, ainda, a preocupação com o atendimento odontológico. A FADERS realizou, em 2004, a 6^o edição do Curso de Capacitação para Cirurgiões Dentistas e Aperfeiçoamento de Pessoal Auxiliar no Atendimento Odontológico Integrado a PPD em Porto Alegre, e o 2^o Encontro Estadual dos Profissionais Qualificados para Atendimento Odontológico Integrado à PPD no município de Torres.

Observa-se que em grande parte as ações desenvolvidas pela FADERGS perpassa o propósito de descentralização da política pública para PPD e PPAH no Estado.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Os Programas que tratam das questões da Justiça e da Segurança, no Estado, estão sob a responsabilidade da **Secretaria da Justiça e da Segurança**, juntamente com suas Instituições Vinculadas – Brigada Militar, Polícia Civil, Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e Instituto Geral de Perícias (IGP) – e do **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS)**.

O exame da execução dos Programas vinculados à Área, em 2004, permite o acesso a um relevante conjunto de dados e informações a respeito das operações realizadas objetivando, em especial, reduzir a violência urbana. Os dados disponíveis expressam resultados importantes no combate à criminalidade, com melhoria no desempenho de vários indicadores de segurança pública comparativamente a anos anteriores, tais como: queda assinalada em número de homicídios, latrocínios, roubo a estabelecimentos comerciais e casas lotéricas, assalto a motoristas particulares, furto e roubo a bancos e a postos bancários. Verifica-se, ainda, a estabilização de alguns indicadores que apresentavam índices já elevados, tais como os relacionados com furtos de veículos, seqüestros-relâmpago e prisão por tráfico de drogas. Em contrapartida, no período de 2002 a 2004, aumentaram significativamente os índices relativos a roubo de veículos e a pedestres.

As principais realizações no âmbito desses Programas, através das diversas ações que os integram, são descritas a seguir.

CRIMINALIDADE REPRIMIDA

O Programa **Criminalidade Reprimida** é o mais abrangente dentre os desenvolvidos pela **Secretaria da Justiça e da Segurança** e visa combater com maior agilidade, eficiência e eficácia a criminalidade, mediante o controle gerencial de indicadores e a adoção de procedimentos operacionais dos órgãos policiais, potencializados pela recomposição de recursos e meios, através da

aquisição e reposição de equipamentos e instrumentos, veículos, obras de construção e reformas, além de outros materiais que garantam a infra-estrutura necessária ao implemento das atividades. Para alcançar tal propósito, a Secretaria executou várias ações, na forma de operações específicas e operações sistemáticas, de cunho preventivo e repressivo, a fim de atender o objetivo proposto, ou seja, qualificar o aparato policial do Estado visando controlar a criminalidade e aumentar o grau de satisfação da comunidade.

Dentre as ações previstas dentro do Programa Criminalidade Reprimida destacam-se, pela sua execução em 2004, além daquelas relacionadas com a manutenção dos serviços de polícia ostensiva e de polícia judiciária, as referentes à aquisição de veículos, ao reaparelhamento operacional e à qualificação dos recursos humanos da Brigada Militar, e à modernização da informática da Polícia Civil.

A ação *Aquisição de materiais de motomecanização para a Brigada Militar* destina-se à reposição da frota da Brigada, substituindo os veículos inservíveis e aumentando a capacidade de enfrentamento da criminalidade, quer pela maior ostensividade nas ruas, quer pela agilização do atendimento a ocorrências. A execução, em 2004, processou-se em ritmo lento, tendo sido cumprido, até o início do mês de dezembro, cerca de 60% do previsto para o exercício. Nesse sentido, foram entregues 48 viaturas leves, oriundas de indicações provenientes da Consulta Popular, e 164 viaturas decorrentes dos Convênios SJS/SENASP nº 157/02 (Projeto Fronteira) e nº 010/03 (Projeto 15 cidades), totalizando 212 viaturas. Além disso, estão em fase de aquisição 193 viaturas obtidas com recursos disponibilizados através da Consulta Popular, com previsão de recebimento até janeiro de 2005.

A ação voltada para o *Reaparelhamento da Brigada Militar* destina-se a, de forma continuada, adquirir equipamentos e materiais permanentes voltados à área administrativa e, principalmente, à área operacional da Brigada, tais como: equipamentos de proteção individual, armamento, ferramentas, equipamentos de informática e outros, substituindo os obsoletos/inservíveis e aumentando a capacidade de enfrentamento da criminalidade no Estado. Com recursos provenientes de Convênios com a União (Ministério da Justiça/SENASP) e com recursos do Estado alocados pela Consulta Popular, foram adquiridos, em 2004, 562 itens, correspondendo a 22,6% do inicialmente previsto para o exercício.

Através da promoção de *Cursos de formação e qualificação*, a Brigada Militar buscou a especialização e a atualização de conhecimentos dos seus servidores em diversas áreas, com vistas à constante melhoria na prestação dos serviços à comunidade. Essa ação foi executada conforme o previsto, tendo a meta física proposta para 2004 – de qualificação de 743 servidores – sido ultrapassada significativamente, na medida em que, ao final do exercício, 2.888 servidores haviam sido capacitados, em decorrência dos diversos cursos realizados em diversas áreas, alguns deles com várias edições, no exercício. Dentre as áreas em que foram desenvolvidos cursos e treinamentos destacam-se as de: Capacitação em Endometria; Policiamento Ambiental; Pilotagem Comercial de Avião e de Helicóptero; Patrulhamento Rural para Praças; Treinamento de Inteligência Policial Nível I; Habilitação em Policial Militar Temporário; Operações em Embarcações de Estado no Serviço Público; Especialização em Políticas e

Gestão em Segurança Pública; Administração Policial Militar (Cursos Básico e Avançado); Curso Superior de Polícia Militar; Multiplicadores na Filosofia de Polícia Comunitária; Capacitação de Multiplicadores de Educação Ambiental; Policiamento em Bicicletas; Capacitação para Fiscalização e Atendimento de Ocorrências com Produtos Perigosos. O Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP), destinado a habilitar militares estaduais a serem promovidos à graduação de 2º Sargento, está em andamento, com previsão de conclusão em junho de 2005.

Na área da *Modernização da Informática Policial*, dentro do propósito de equipar-se adequadamente para exercer, de forma eficaz e eficiente, as suas tarefas de polícia judiciária e investigativa, a Polícia Civil adquiriu, em 2004, vários equipamentos de informática tais como HUB, impressora *laser*, microcomputadores, *softwares*, entre outros.

A atuação da Secretaria da Justiça e Segurança através das ações desenvolvidas na busca do combate à criminalidade permite identificar alguns procedimentos implementados bem como resultados, de ordem qualitativa e quantitativa, obtidos nas diversas áreas de atuação do Programa em 2004, como segue:

Combate a homicídios, roubos e prisões:

- Incremento das ações policiais nos locais onde se verifica a maior incidência do delito;
- Atuações integradas dos órgãos das Instituições de Segurança Pública;
- Maior presença do policiamento junto à comunidade através do policiamento comunitário;
- Retirada de circulação de 5.583 armas de fogo e de 7.141 armas diversas (facas, facões, etc.) em situação irregular, através de operações específicas e sistemáticas;
- Realização de 2.260 reuniões com as comunidades, com o fito de estreitar relações entre estas e a Brigada Militar, para atuação em parceria no combate aos ilícitos;
- Promoção da Operação Desarmamento, que se concretiza através de abordagens, identificação de pessoas, revista pessoal, inspeções locais, visando à diminuição dos índices de homicídio no Estado;
- Engajamento da Brigada Militar na Campanha Nacional de Desarmamento na forma de recebimento, cadastramento e encaminhamento de armas por parte de Organizações Policiais Militares (OPM) da Corporação;
- Realização de operações preventivas de policiamento ostensivo junto e nas proximidades de Postos de Saúde do Estado, buscando dar mais tranquilidade aos trabalhadores e usuários;

- Realização de reformas e pequenos consertos em 4.185 viaturas, recolocando-as em condições de atuação no policiamento ostensivo;
- Recuperação de 10.030 veículos em situação de furto ou roubo, , através de ações do policiamento e das investigações;
- Realização de consertos em 673 armas, colocando-as novamente em condições de serem usadas pelos responsáveis pelo policiamento;
- Aquisição de 95 e realização de consertos e reparos em 502 rádios de comunicação, entre portáteis, veiculares e bases fixas, para otimizar as informações institucionais, visando a agilização no combate aos delitos;
- Reforma e melhorias em 106 prédios da Corporação, visando proporcionar melhores condições de trabalho aos efetivos da Brigada Militar.

Ações preventivas e repressivas no combate ao uso de entorpecentes:

- Realização de 6.153 palestras de educação no combate ao uso de drogas em escolas públicas e privadas; de 572 palestras em empresas de transporte e em estabelecimentos bancários; e de 425 palestras em diversos locais junto à comunidade;
- Realização de trabalho de conscientização de 216.077 alunos da rede escolar pública e privada através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD);
- Realização de operações de barreiras de contenção ao tráfico de entorpecentes;
- Apreensão de 18.427 gr de cocaína; de 552.884 gr de maconha; de 7.774 gr de crack; de 7.713 ml de "loló".

Procedimentos policiais encaminhados ao Poder Judiciário:

- Instruções permanentes aos efetivos operacionais no que tange à feitura dos expedientes;
- Interação com as Instituições envolvidas, Judiciário, Ministério Público e Polícia Civil.

Ocorrências atendidas pelo efetivo do telefone 190-Porto Alegre:

No primeiro semestre de 2004 foram prestado 758.929 atendimentos na cidade de Porto Alegre através do telefone 190. Extratificando-se este total por tipo de atendimento, constata-se que: 47,13% dos atendimentos (357.692) estavam ligados ao uso indevido do serviço de emergência (brincadeiras, trotes, etc.); 18,82% (142.862 atendimentos) envolviam solicitações de informações e 16,17% (122.718 atendimentos), cortes de linha; o percentual restante, de 17,87%, referiu-se especificamente a ocorrências policiais, o que equivale, em números absolutos, a 137.657 atendimentos.

Um comparativo dos resultados obtidos através do Programa, tendo como referência os primeiros semestres dos exercícios de 2002, de 2003 e de 2004 pode ser observado no quadro que segue:

Programa Criminalidade Reprimida – comportamento de alguns indicadores no período 2002-2004

Indicadores	1º sem./2002	1º sem./2003	1º sem./2004
Homicídios - Taxa por 100 mil habitantes	8,20	7,42	6,07
Roubo a pedestres (Nº)	14.202	16.243	16.493
Roubo a pedestres – Taxa por 100 mil habitantes	136,45	155,01	155,40
Roubo a motoristas particulares (Nº)	901	790	732
Veículos (furtados) recuperados (%)	31,11	31,42	33,83
Veículos (roubados) recuperados (%)	65,60	61,44	50,07
Prisões realizadas pela BM (Nº)	11.992	13.202	19.275

Para o exercício de 2005, a Secretaria da Justiça e da Segurança prevê a realização de diversos projetos com a alocação de recursos do Estado, Consulta Popular e da União, destacando-se dentre eles:

- Adequação das estruturas físicas dos diversos órgãos que compõem a Secretaria da Justiça e da Segurança às novas situações que se apresentam, com o objetivo de melhorar as condições para implementação de um trabalho mais qualificado;

- Reparelhamento da Brigada Militar, da Polícia Civil e do Órgão Central com a compra de materiais e equipamentos sofisticados e modernos, visando a eficiência e eficácia no desempenho das suas atividades;

- Aquisição de arreamentos para aumentar o efetivo a cavalo, criando maior agilidade e mobilidade na realização do policiamento ostensivo em relação ao processo de policiamento a pé, cobrindo uma maior área territorial em menor tempo, e de maneira bastante visível;

- Aquisição de uma embarcação anfíbia, para navegação costeira, cujas características adequam-se à topografia do litoral gaúcho, destinada à fiscalização multissetorial na área ambiental, no tráfico de armas, drogas e contrabando;

- Ampliação da capacidade de atuação do GATE durante a noite, em locais onde não há iluminação;

- Equipagem e reforma do prédio DENARC, possibilitando a ampliação do número de ocorrências atendidas, uma vez que haverá a centralização dos registros, em Porto Alegre, tanto de posse como de tráfico de entorpecentes;

– Qualificação do serviço de policiamento ostensivo com a aquisição de rádios portáteis, de modo a possibilitar a comunicação entre os mais diversos postos, otimizando a utilização dos meios adequados;

– Reestruturação da Ouvidoria da Secretaria da Justiça e da Segurança, ampliando as suas condições de atendimento ao público, mediante a compra de móveis e equipamentos;

– Otimização do serviço da Corregedoria da Polícia Civil, de modo a oportunizar pronta resposta aos reclamos da população.

ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

O Programa **Administração, Modernização e Qualificação do Sistema Prisional**, a cargo da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), subordinada à **Secretaria da Justiça e da Segurança**, tem como objetivos os de reduzir o número de fugas e evasões do Sistema Prisional; aprimorar as condições de higiene e saúde nos estabelecimentos penais com vistas à diminuição de doenças; racionalizar, informatizar e integrar as atividades desenvolvidas na SUSEPE; aprimorar os serviços prestados pela Superintendência e aumentar a auto-estima dos servidores. Para isso foram executadas diversas ações em 2004, conforme segue.

Através da *Orientação e fiscalização do Sistema Prisional (Corregedoria-Geral)* a SUSEPE procede à verificação do trabalho desenvolvido em todas as suas unidades organizacionais, tendo com isso condições de propor a correição de eventuais transgressões cometidas pelos seus servidores. Com esse propósito foram realizadas, em 2004, diversas reuniões de trabalho junto à Corregedoria, ao Departamento de Segurança e Execução Penal e ao Departamento de Tratamento Penal nas oito regiões penitenciárias, nas casas de Porto Alegre e Charqueadas, para prestar orientação técnica acerca das alterações na Lei de Execução Penal (LEP), e para divulgar a implantação do Regimento Disciplinar Penitenciário (RDP), efetivada em março de 2004, contemplando as novas diretrizes frente às alterações na Lei de Execuções Penais (Lei N° 7.210) inseridas pela Lei N° 10.792, de 1° de dezembro de 2003.

Para a continuidade deste trabalho em 2005, estão previstos: a disseminação de orientações específicas quanto à correta aplicação do Regimento Disciplinar Penitenciário e quanto a outras normas e procedimentos; a realização de inspeções gerais em todas as casas prisionais e Delegacias Regionais Penitenciárias, com implementação de um modelo de relatório elaborado em conjunto com todos os departamentos da SUSEPE; a identificação da incidência de irregularidades por casa prisional e região penitenciária visando estabelecer ações específicas no sentido de aprimorar a qualidade do trabalho realizado.

A ação referente à *Digitação dos prontuários e cadastros dos detentos*, que visa aprimorar o processo de cadastramento e recuperação de dados e informações sobre apenados, encontra-se ainda em fase de estudos e projetos, sendo que, em julho de 2004, foi iniciado o desenvolvimento do Projeto de Digitalização de Prontuários de presos junto à Companhia de Processamento de

Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), com implantação e implementação previstas para 2005.

Dentro do propósito de *Renovação da frota da SUSEPE* foram recebidas, em 2004, a título de doação, 15 viaturas usadas: oito Caravans, três Opalas, uma Parati, uma D-20, um Monza e uma Belina. Para 2005, está prevista a aquisição de três ônibus para transporte de agentes penitenciários e de 30 viaturas.

Por outro lado, com vistas à *Reorganização estrutural e funcional* da Superintendência, foi concluído e encaminhado à Secretaria da Justiça e da Segurança, em março de 2004, o Anteprojeto do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Penitenciários do Rio Grande do Sul. Em continuidade, está programado, para 2005: a redefinição da Estrutura Básica e do Regimento da SUSEPE; a negociação da Proposta do Plano de Cargos e Vencimentos e encaminhamento do Projeto de Lei à Assembléia Legislativa; a realização de programas de integração e desenvolvimento organizacional; o realinhamento do Planejamento Estratégico e o aprimoramento do acompanhamento de metas e projetos de gestão; a redefinição dos fluxos de identificação criminal e civil para o Sistema Prisional do Rio Grande do Sul.

Visando reduzir a morbidade, a mortalidade e a transmissão de doenças infecto-contagiosas entre os presos, podem ser destacadas em 2004, no âmbito da ação de *Controle da saúde dos detentos*, as seguintes realizações:

- Encaminhamento da proposta de elaboração de Termo Aditivo ao convênio firmado entre a SUSEPE e o Hospital Vila Nova para prorrogação da vigência do mesmo por mais 12 meses, garantindo 18 leitos exclusivos ao sistema penitenciário;

- Realização de tratativas com a Secretaria Municipal da Saúde de Charqueadas, Conselho Municipal de Saúde de Charqueadas e Departamento de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial (DAHA), da Secretaria Estadual de Saúde, para análise da proposta de convênio a ser firmado entre o Município de Charqueadas e a SUSEPE para atendimento de saúde nos estabelecimentos prisionais do Complexo de Charqueadas;

- Reunião de trabalho com a Secretaria da Saúde – Política de DST/AIDS -dando continuidade às ações de prevenção e assistência;

- Realização de tratativas junto ao COREN para regularização e registro do Ambulatório do Presídio Central junto ao referido órgão;

- Assinatura de convênios com o Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde para curso e estágio de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e Centro Universitário do Vale do Taquari (UNIVATES) no Instituto Psiquiátrico Forense, com o propósito de propiciar estágio curricular em diversas áreas no Sistema Penitenciário;

- Realização de duas reuniões de trabalho com a Secretaria Estadual da Saúde – Política de DST/AIDS – para elaboração do Plano Estadual de Saúde nos Presídios, conforme Portaria Interministerial N° 1.777;

- Planejamento e organização do treinamento em Hanseníase, no Hospital Colônia Itapuã, para os profissionais da saúde do Sistema Prisional, em parceria com o setor de Dermatologia da Secretaria da Saúde;

- Celebração de dois convênios com o Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde e Cursos de Enfermagem e Técnico de Enfermagem da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Torres, para proporcionar estágio curricular aos estudantes de graduação;

- Conclusão do pedido de renovação da contratação emergencial de 58 psicólogos e 82 assistentes sociais, regido pela Lei nº11.769, de 05/04/2000;

- Reestruturação do Centro Clínico, mediante criação de equipe de apoio responsável pelos procedimentos afetos a internações hospitalares e óbitos, subordinada à divisão de Saúde, contando com a estrutura administrativa do Instituto Psiquiátrico Forense;

- Acordo com a Secretaria Estadual da Saúde – Política de DST/AIDS – para aumento no número de exames de HIV a serem realizados, mediante fornecimento de 900 tubos mensais para coleta de sangue, que cobrirão Porto Alegre e o Complexo de Charqueadas;

- Contratação de serviços de plantão médico de 45 profissionais junto à Cooperativa UNISAÚDE, 24 horas por dia, no Instituto Psiquiátrico Forense e 40 horas semanais em outros estabelecimentos prisionais;

- Contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos hospitalares no Instituto Psiquiátrico Forense e de resíduos nos demais estabelecimentos prisionais de Porto Alegre junto ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana;

- Contratação de serviços de coleta e transporte de resíduos nos estabelecimentos prisionais dos complexos de Charqueadas e Montenegro junto à empresa Aborgama do Brasil Ltda.

Para a continuidade dessa ação em 2005, estão previstas as seguintes atividades:

- Adequação da quantidade de medicamentos adquiridos e de profissionais de saúde às demandas nesta área;

- Coordenação de ação integrada junto à Secretaria Estadual da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde de Porto Alegre e de Charqueadas, visando à implantação de Plano Permanente de Controle de Tuberculose, HIV/AIDS e Hepatites nos estabelecimentos prisionais nestes municípios;

- Estabelecimento de Convênio com a Prefeitura Municipal de Charqueadas, com interveniência da Secretaria Estadual da Saúde, visando a destinação de 15 leitos hospitalares na cidade para atendimento exclusivo à população prisional do Complexo de Charqueadas;

- Destinação de cotas para exames laboratoriais e consultas especializadas, por parte da Secretaria Estadual da Saúde, para uso exclusivo da população prisional;

- Criação de Unidade Prisional (100 vagas) exclusiva para tratamento de apenados dependentes químicos em ação conjunta com o Poder Judiciário;

- Implantação do Plano Estadual de Saúde do Sistema Penitenciário, nos termos da Portaria Interministerial 1.777/03.

Com vistas à *Criação e implementação de Cursos de Administração Penitenciária* em nível técnico, superior e de pós-graduação, a SUSEPE implementou, em 2004, as seguintes atividades:

- Criação do Curso Superior de Gestão e Segurança Prisional, em parceria com a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) e divulgação e publicação do processo seletivo a ser adotado para o mesmo (abril-julho/2004);

- Realização de tratativas com a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a criação do Curso de Pós-Graduação em Gestão Prisional, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), envio de documentos ao DEPEN, para a aprovação do mesmo (julho/2004) e encaminhamento ao DEPEN/MJ do Plano de Trabalho do Curso (setembro/2004);

- Criação do Curso de Graduação de Tecnólogo em Assistência e Segurança Prisional em parceria com a Universidade de Santa Cruz (UNISC), iniciado em agosto de 2004;

- Assinatura de convênio para Curso de Especialização em Gestão Penitenciária, em parceria com a UFRGS e DEPEN (novembro de 2004).

Para 2005, estão previstas as implantações do Curso de Pós-graduação em Gestão Prisional em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Curso Superior Seqüencial de Gestão Prisional, em parceria com a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Com o propósito de aprimorar os serviços prestados pela SUSEPE e aumentar a auto-estima dos servidores, a *Implantação de Programa Educacional Continuo de Formação, Capacitação e Desenvolvimento Profissional* se concretizou, em 2004, através da promoção de cursos, palestras, seminários, encontros, simpósios, entre outros, destacando-se, nesse sentido:

- Implantação e implementação do Projeto de Atendimento ao Servidor - PAS da SUSEPE, em função do qual foram atendidos 1.023 servidores, ao longo do exercício de 2004;

- Lançamento do concurso literário "O servidor é quem conta", em março de 2004;

- Realização do I Curso de Revisão de Conhecimentos Operacionais e Administrativos para Diretores e Administradores de Estabelecimentos Penais, com carga horária de 56 horas/aula (maio/2004);

- Realização de duas edições do Curso de Revisão de Língua Portuguesa com duração de 12 horas/aula cada uma;
- Realização de palestra sobre tuberculose, em parceria com a Secretaria da Saúde, para servidores da Brigada Militar, funcionários do ambulatório e setor técnico do Presídio Central de Porto Alegre;
- Celebração de três convênios com instituições de ensino – Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Centro Universitário UNIVATES e Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) -, objetivando proporcionar estágio curricular a estudantes de graduação;
- Realização do curso “Dicas de Redação” para 58 servidores inscritos no processo seletivo do Curso de Tecnólogo em Assistência e Segurança Prisional junto à UNISC;
- Realização de duas edições do Curso de Capacitação para Servidores Prisionais em parceria com o DEPEN (junho-julho/2004);
- Realização do II Seminário da Fundação Patronato Lima Drummond: “Drogas: Um desafio à prática profissional”, com 146 participantes (agosto/2004);
- Realização do Curso de Revisão de Língua Portuguesa em Bagé, com a participação de 24 servidores da 6ª Delegacia Penitenciária Regional (agosto/2004);
- Planejamento do concurso de monitores penitenciários junto a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), envolvendo enfermeiros, médicos, dentistas, farmacêuticos, nutricionistas e assistentes sociais;
- Participação de servidores de 11 estabelecimentos prisionais em curso de capacitação em DST/AIDS, através de parceria com a Secretaria Estadual da Saúde;
- Publicação de Edital e abertura de inscrições para o concurso de monitores penitenciários (enfermeiro, odontólogo, farmacêutico, nutricionista, assistente social e médico – clínico geral, psiquiatra e neurologista);
- Início da segunda edição do Curso de Formação para Monitor Penitenciário – Psicólogo (novembro/2004);
- Realização do Seminário para discussão das atividades do gestor penitenciário, para delegados regionais penitenciários e administradores de estabelecimentos prisionais;
- Lançamento das publicações do “Manual Prático de Redação Oficial” e do “Manual Prático de Cerimonial”.
- Dentro dos propósitos dessa ação, e em continuidade às atividades desenvolvidas em 2004, estão previstos para 2005;

- Implantação de Programa Educacional Continuado de Formação, Capacitação e Desenvolvimento Profissional

- Realização de cursos de formação de Monitores e Agentes Penitenciários;

- Implantação do Projeto de Humanização Prisional em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), com adoção de Manual de Direitos Humanos;

- Realização de treinamentos nos sistemas CIA e INFOPEN, bem como nos demais sistemas e aplicativos acessados;

- Capacitação e revisão das práticas na área de segurança e vigilância;

- Realização de cursos de direção defensiva e para habilitação especial de trânsito;

- Realização de cursos de redação oficial para as diversas regiões penitenciárias;

- Disponibilização de cursos de informática para servidores penitenciários.

Visando aprimorar e ampliar o sistema de identificação, cadastro, controle e informação de detentos, a SUSEPE programou a *Implantação do Sistema INFOPEN* em casas prisionais, em substituição ao sistema do Cadastro Individual de Apenados (CIA). Nesse sentido, podem ser destacados, em 2004:

- Implantação do Módulo Presos Diferenciados (presos perigosos) no Sistema de Controle Individual de Apenados (CIA), em maio/2004;

- Desenvolvimento das tabelas definidoras de religião, municípios, grau de instrução e motivos de liberdade, a serem implementadas nos sistemas CIA e INFOPEN, com objetivo de parametrização e conseqüente acesso às informações gerenciais (julho/2004);

- Implantação de canais de comunicação de dados de alta velocidade em 50% das Delegacias Penitenciárias Regionais, visando colocar os sistemas informatizados CIA e INFOPEN *on-line*;

- Conclusão do desenvolvimento das tabelas de religião, municípios/estados para os sistemas CIA e INFOPEN e de suas respectivas parametrizações com a base de dados existente desde 1987 (setembro/2004);

- Planejamento e realização de treinamento no novo módulo de tabelas para 82 servidores das oito Delegacias Regionais Penitenciárias e dos 29 estabelecimentos que possuem sistemas CIA ou INFOPEN (outubro/2004);

- Validação de cerca de 1.600 presos recolhidos na Penitenciária Estadual de Jacuí (PEJ) no Sistema INFOPEN e integração dos dados à base central, na PROCERGS.

- Implantação do Sistema INFOPEN nas 20 maiores casas prisionais (prevista para 2005).

A ação de *Racionalização, informatização e normatização dos processos de trabalho*, com o propósito de promover melhorias na qualidade dos serviços prestados e na produtividade dos servidores efetivou-se, em 2004, através das seguintes atividades:

- Disponibilização, via rede de informática, de banco de dados sobre legislação de interesse do órgão para todos os setores da SUSEPE (março/2004);

- Planejamento e definição dos parâmetros e procedimentos do Módulo Presos Diferenciados (presos perigosos) no Sistema CIA, implantado em abril/2004 com o objetivo de registrar e acompanhar apenados com perfis diferenciados;

- Criação de comissão para normatização do trabalho prisional nos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul, formalizada mediante Portaria N° 010, de 20 de abril de 2004, a fim de atender ao disposto no parágrafo único, art. 8º, da Portaria SJS n° 014, de 21 de janeiro de 2004 (Regimento Disciplinar Penitenciário) e de acordo com as disposições da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984;

- Criação da Comissão Setorial de Arquivo da SUSEPE com o objetivo de elaborar as tabelas de temporalidade do armazenamento de documentos da Superintendência;

- Migração de dez canais de rede de informática de baixa velocidade para alta, possibilitando às casas beneficiadas acesso à rede SUSEPE e a redução de custos na ordem de R\$ 2.000,00 mensais;

- Planejamento e desenvolvimento das condições lógicas e físicas para disponibilização *on-line* do Sistema INFOPEN na Penitenciária Estadual do Jacuí, após quatro anos operando *off-line*, permitindo assim a sua integração com os demais estabelecimentos prisionais; Desenvolvimento do Portal da SUSEPE, contemplando agenda de eventos, projetos, informativos, história da Superintendência, entre outros;

- Instituição de comissão para restringir a utilização da telefonia fixa na SUSEPE;

- Configuração das redes das Delegacias Penitenciárias Regionais, interligando-as com a Rede SUSEPE;

- Integração da Penitenciária Estadual de Jacuí com a base central do Sistema INFOPEN (agosto/2004);

- Desenvolvimento de um programa de informática para gerenciamento de acesso à Internet;

- Aquisição de 40 microcomputadores para atendimento parcial das necessidades;

- Participação no treinamento do Módulo Estatística do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, no Departamento Nacional Penitenciário/MJ, com o recebimento, por doação, de três microcomputadores e uma impressora *laser* (outubro/2004);

- Constituição, em novembro de 2004, de grupo de trabalho para elaborar proposta de normatização dos procedimentos de avaliação de desempenho e acompanhamento do estágio probatório (Portaria N° 027/04 de 16 de novembro de 2004, publicado em 18/11/2004);

- Instalação de rede de computadores *wireless* (conexão sem fio) em dois computadores do órgão central para teste da nova tecnologia em função do atingimento do limite da capacidade de expansão da rede convencional;

- Implementação e publicação da Ordem de Serviço N° 003/2004 que versa sobre a racionalização e normatização do uso de serviços telefônicos visando à redução de custos (dezembro/2004).

Através do desenvolvimentos da ação de *Modernização dos equipamentos de segurança e vigilância*, estão previstos para 2005: aquisição de equipamentos de informática (computadores e impressoras); implantação de circuitos internos de TV e de sistemas de alarme em 60 estabelecimentos prisionais; aquisição de armamentos, coletes à prova de balas, rádios HT, binóculos, entre outros equipamentos de segurança e vigilância.

MAIS VAGAS EM PRISÕES

Executado pela **Secretaria da Justiça e da Segurança** através da SUSEPE, este Programa tem como objetivo eliminar o déficit crescente de vagas no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e também gerar as vagas necessárias para suprir a demanda projetada para o quadriênio 2004-2007. Tem como única ação programada a de *Construção, ampliação e recuperação de estabelecimentos penais*, compreendendo as seguintes atividades, em 2004:

- Albergue do Presídio Estadual de Santa Rosa - Conclusão das obras, em junho e entrega do prédio em julho de 2004, para ocupação das 84 vagas geradas;

- Penitenciária Estadual de Rio Grande - Análise e estudos sobre os serviços extras necessários para a ampliação (janeiro); inauguração e liberação para ocupação da nova galeria, com geração de 96 vagas (junho/2004);

- Presídio Estadual de Camaquã - Definição de materiais e custos das três etapas de ampliação e adaptação a serem realizadas no estabelecimento (janeiro); elaboração do projeto de pavilhão de trabalho e de alojamento para presos trabalhadores, a serem construídos com recursos do Poder Judiciário (outubro/2004);

- Presídio Regional de Santo Ângelo - Elaboração do projeto e relação dos materiais para o muro (janeiro/2004);

- Presídio Regional de Passo Fundo - Elaboração do projeto e relação dos materiais com definição de custos para os alojamentos do Pavilhão B e elaboração de projeto para fins de licitação para construção de nova galeria no Pavilhão A (janeiro); encaminhamento da documentação técnica para ampliação do estabelecimento - licitação ocorrida em 28/05/2004; início das obras de reforma e ampliação da nova galeria, (junho), concluída em dezembro de 2004, com a geração de 80 vagas; elaboração de toda a documentação (projetos, orçamentos e propostas de empresas) visando à instalação de grupo gerador no Presídio;

- Presídio de Bento Gonçalves - Conclusão do projeto de prevenção e combate a incêndio (fevereiro/2004);

- Penitenciária Modulada de Osório - Conclusão e recebimento da obra por parte do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), e realização da prestação de contas final ao DEPEN conforme convênio 108/2001 (fevereiro-março); conclusão do projeto de ampliação do sistema de tratamento dos esgotos cloacais (Lagoa Facultativa), com a obtenção da Licença de Instalação (L.I.) da FEPAM (setembro) e envio do mesmo, juntamente com a documentação do Processo de Licitação, para a CELIC (outubro) - licitação em 23 de novembro de 2004, com apresentação de duas propostas;

- Transformação do Presídio Estadual de Novo Hamburgo de regime fechado para regimes semi-aberto e aberto, bem como da sua denominação para Albergue de Novo Hamburgo, transformação essa que se deve à fragilidade estrutural do estabelecimento e conseqüentes fugas ocorridas. Os presos foram transferidos para o complexo de Charqueadas (março/2004);

- Presídio Central de Porto Alegre - Estudo de novo projeto arquitetônico para o Presídio, em substituição às celas metálicas previstas (março); assinatura de Aditivo ao Convênio nº 061/2003 com o DEPEN/MJ, visando à alteração do projeto e prorrogação de prazo da ampliação do Presídio (junho); envio da documentação técnica para fins de licitação das obras de ampliação, com a criação prevista de 492 vagas (julho); elaboração do projeto hidrossanitário (agosto) e do projeto elétrico (setembro); conclusão do projeto estrutural e envio do Processo Administrativo à CELIC (outubro/2004);

- Conclusão de obras de recuperação de módulo para ocupação do Albergue de Viamão (março/2004);

- Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas - Projeto e orçamento de pátios individuais para implementação de Regime Disciplinar Diferenciado (março/2004);

- Albergue de São Leopoldo - Elaboração do projeto e relação de materiais necessários para a construção de sanitários, cerca energizada e grade de proteção no forro (março/2004);

- Elaboração do projeto geral e orçamento de salas de audiência junto aos Presídios Estaduais, para atender às alterações na Lei de Execuções Penais (março/2004);

- Criação do Instituto Penal de Viamão/RS para presos dos regimes semi-aberto e aberto (abril/2004);

- Presídio Estadual de Lajeado - Elaboração do projeto elétrico e hidrossanitário para as salas de aula, de técnicos e de enfermagem (abril/2004); conclusão do projeto arquitetônico e orçamento da nova entrada e adaptações internas do Presídio (setembro/2004);

- Penitenciária Industrial de Caxias do Sul - Adaptação do projeto arquitetônico, novo plano de trabalho, orçamento, cronograma e memorial descritivo para realização de aditivo ao Convênio nº 085/2003-DEPEN/Ministério da Justiça (abril); envio da documentação técnica para fins de licitação da construção, no Distrito do Apanhador, com a previsão de geração de 432 vagas (julho); elaboração dos projetos complementares (elétrico, hidráulico, estrutural, circuito fechado de TV, lógica e sonorização, e detalhamento arquitetônico) concluídos em outubro; envio do Processo Administrativo à CELIC (novembro); realização de novos estudos dos sistemas eletrônicos para atender a exigências do GESITE (dezembro/2004);

- Presídio Estadual de Pelotas - Elaboração do projeto arquitetônico para obtenção de convênio com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para ampliação do estabelecimento, com criação de 152 vagas em 915m² de área construída e entrega da documentação necessária à celebração do convênio (maio-junho/2004);

- Presídio Regional de Santa Maria - Início do projeto de ampliação e reforma mediante elaboração da documentação para obtenção de convênio com o DEPEN (maio/2004);

- Penitenciárias Moduladas - Realização de estudos e conclusão do projeto arquitetônico para adaptação do Módulo de Vivência das Penitenciárias Moduladas de Charqueadas e de Montenegro, visando reduzir custos e aumentar a capacidade do módulo para 188 vagas (maio-junho); elaboração de projeto e orçamento visando à colocação de triliches em cada cela das cinco penitenciárias moduladas (Charqueadas, Montenegro, Osório, Ijuí e Uruguaiana) para geração de 984 vagas, e envio da documentação técnica para fins de licitação das obras (junho-julho/2004);

- Presídio Estadual de Nova Prata - Elaboração de projeto arquitetônico de pavilhão de trabalho (100m²), a ser construído pela empresa Borrachas Vipal S/A (julho); elaboração do projeto de Guarita Elevada com Sanitário, a ser construída com recursos do Poder Judiciário (outubro/2004);

- Presídio Estadual de Canguçu - Elaboração de projeto completo (arquitetônico, hidrossanitário, elétrico, relação de material e orçamento), para construção de três celas, criando 12 novas vagas (agosto/2004);

- Presídio Estadual de Lavras do Sul - Conclusão do projeto elétrico visando à reforma completa das instalações do estabelecimento (setembro/2004);

- Presídio Estadual de Lagoa Vermelha - Elaboração do projeto de Albergue e de Pavilhão de Trabalho, a serem construídos com recursos do Poder Judiciário (outubro/2004);

- Albergue de Carazinho – Providências com relação à documentação para início das obras, com 64 vagas a serem geradas (outubro/2004);

- Adaptação do projeto, da implantação e do orçamento e envio de toda documentação técnica para celebração de convênio com o DEPEN para construção de nova penitenciária em Passo Fundo, com a criação de 448 vagas (novembro/2004);

- Elaboração de projeto para construção de muro nos fundos do Presídio Estadual de Espumoso (dezembro/2004);

- Presídio Estadual de Vacaria - Elaboração de projeto arquitetônico para ampliação, mediante construção de nova galeria com 410m² para geração de 42 vagas (dezembro/2004).

Dentro dos propósitos de ampliação do número vagas através da construção, ampliação e recuperação de estabelecimentos penais, está previsto, para 2005:

- Construção de novas penitenciárias em Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo e na Região Metropolitana;

- Construção de novo pavilhão no Presídio Central de Porto Alegre;

- Ampliação do Presídio de Pelotas;

- Construção de dois estabelecimentos prisionais (masculino e feminino) para regime semi-aberto na Região Metropolitana.

RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS

A **Secretaria da Justiça e da Segurança**, com o Programa **Ressocialização de Apenados**, desenvolvido pela SUSEPE, visa a recuperação da condição de cidadão do apenado através da sua capacitação profissional e da sistemática assistência à sua condição psicológica e social diminuindo, em consequência, os níveis de reincidência criminal. Nesse sentido, são desenvolvidas ações dirigidas à assistência ao apenado, à geração de cursos educacionais e profissionalizantes e ao incremento no número de postos de trabalho prisional.

No que respeita à *Assistência ao apenado*, destinada a favorecer a reinserção social dos presos através de acompanhamento dos mesmos nas áreas de psiquiatria, psicologia, social e jurídica, foram desenvolvidas as seguintes atividades, em 2004:

- Doação de 2.000 bolas, dentro do Projeto Pintando a Liberdade, para escolas e entidades carentes em área de risco social;

- Organização do 5º Seminário sobre Execução da Pena, como uma das ações do Projeto Educação para a Vida, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier;
- Organização de duas apresentações da peça de teatro “Borboletas de Sol de Asas Magoadas”, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier;
- Realização de oficinas preparatórias para as presas, organização, divulgação e execução do debate com os candidatos à Prefeitura de Porto Alegre na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, realizado em agosto/2004;
- Organização e realização de eleição simulada na Penitenciária Feminina Madre Pelletier;
- Execução de três oficinas temáticas do Projeto Educação para a Vida – Convênio 49 - na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, com a participação de 22 presas;
- Execução de Oficinas de Criação Literária na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, com a participação de oito presas;
- Apresentação do grupo teatral “Oigalê” na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, envolvendo 50 presas e 25 crianças (filhos das presas), e no Instituto Psiquiátrico Forense, envolvendo 60 pacientes;
- Lançamento da Cartilha de Execução da Pena na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, envolvendo 35 presas;
- Apresentação do Projeto Circuito Cultural no Cárcere ao BANRISUL para captação de recursos;
- Início da implementação do Projeto de Humanização Prisional, realizado em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, com o objetivo de adotar o Manual de Direitos Humanos elaborado pelo Ministério da Justiça no Sistema Prisional do Rio Grande do Sul;
- Realização de duas oficinas de *origami* e de duas oficinas temáticas na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, envolvendo 40 presas.

As atividades ligadas à *Geração de cursos educacionais e profissionalizantes* visam capacitar os apenados para o exercício de atividade profissional, bem como disponibilizar-lhes o acesso à educação formal, mediante convênios, parcerias ou mesmo contratação de professores e/ou instrutores. Nesse sentido, podem ser mencionados, no âmbito de execução dessa ação, em 2004:

- Realização de cursos profissionalizantes de Pintura Predial, Customização, Eletricista Predial, Mecânica de Automóveis, Instalador Hidráulico, Cozinheiro Básico e Marcenaria, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em 10 casas prisionais com a participação de 180 presos (janeiro/2004);

- Realização do Projeto Educação Liberta (parceria da SUSEPE com o Canal Futura) com 107 presos sendo capacitados nas oficinas de Atendente de Nutrição (agosto/2004);

- Celebração de convênio entre a Secretaria da Justiça e da Segurança – com interveniência da SUSEPE – e da Escola Factum, objetivando oportunizar estágio profissional aos alunos dos cursos técnicos de enfermagem (Súmula publicada no DOE de 09/09/2004);

- Celebração de convênio entre a Secretaria da Justiça e da Segurança – com interveniência da SUSEPE – e o SENAC, objetivando oportunizar estágio profissional aos alunos dos cursos técnicos de enfermagem do Centro de Educação Tecnológica (Súmula publicada no DOE de 27/10/2004);

- Início do Curso de Pintura em Tecido na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, para dez presas;

- Elaboração do Projeto Profissionalização Solidária e Cidadã que abrangerá 500 presos e 200 familiares de presos em cursos de qualificação profissional (dezembro/2004).

A situação dos presos em atividade escolar no decorrer de 2004 foi a seguinte:

- Fevereiro/2004: 1.815 presos em atividade escolar, sendo 1.672 em Ensino Fundamental e 143 em Ensino Médio, sob a orientação de 188 professores estaduais, 9 municipais, 96 voluntários e 1 conveniado;

- Maio/2004: 1.882 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 170 cursando Ensino Médio, sob a orientação de 200 professores no Sistema Prisional;

- Junho/2004: 1.998 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 166 cursando Ensino Médio, sob a orientação de 213 professores;

- Julho/2004: 2.053 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 174 cursando Ensino Médio, sob a orientação de 220 professores;

- Agosto/2004: 1.955 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 169 cursando o Ensino Médio, sob a orientação de 219 professores;

- Setembro/2004: 1.873 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 171 cursando o Ensino Médio, sob a orientação de 219 professores;

- Outubro/2004: 1.966 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 174 cursando Ensino Médio, sob a orientação de 203 professores;

- Novembro/2004: 1.977 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 216 cursando Ensino Médio, sob a orientação de 220 professores;

- Dezembro/2004: 1.968 presos cursando regularmente o Ensino Fundamental e 215 cursando o Ensino Médio, sob a orientação de 222 professores.

Atendendo às determinações da Lei de Execução Penal no que tange ao trabalho como forma de reajustamento social e de educação, e buscando ressarcir os danos causados pelo crime e não reparados por outros meios, prestar assistência à família do apenado e custear suas pequenas despesas pessoais, além de combater os danos causados pelo ócio nas prisões, as atividades voltadas para o *Incremento no número de postos de trabalho prisional* desenvolveram-se como segue, em 2004:

- Realização do 1º Seminário do Tribunal de Justiça – “Projeto Trabalho para a Vida” – com a participação de órgãos públicos estaduais, municipais, Conselhos da Comunidade, Conselho Penitenciário, empresários e servidores da SUSEPE;

- Conclusão de novos Protocolos de Ação Conjunta (PACs) para ocupação de mão-de-obra prisional (12 Protocolos em fevereiro e 13, em março) totalizando 150 PACs em operação, com 4.800 presos beneficiados, em março de 2004;

- Criação de quatro comitês para agilização das demandas referentes ao trabalho prisional, juntamente com a Corregedoria do Tribunal de Justiça;

- Celebração de cinco PACs para aproveitamento de mão-de-obra prisional com a São Paulo Alpargatas, gerando 550 vagas nos estabelecimentos prisionais de Caxias do Sul, Santo Ângelo e Carazinho; e de três PACs com as empresas Artefatos de Couro Líder (Montenegro), Carpigel (Erexim) e Patronato Agrícola de Santa Rosa, gerando 228 vagas (abril/2004);

- Renovação de 11 PACs com: IGP; EPTC; Fundação Piratini Rádio e TV; Prefeituras de Jaguarão, Jaguari, Santo Cristo e Soledade; Geneci M. Guimarães; Elson Stinghini; Topper; Grupo Hospitalar Conceição;

- Conclusão do Termo de Cooperação que propiciou a doação de 15 toneladas de pedra-sabão por parte da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações;

- Celebração de Termo de Mútua Cooperação com a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul para implantação de horta comunitária;

- Participação de onze estabelecimentos prisionais com trabalhos e obras de arte na Feira de Artesanato, de 29/03 a 03/04/2004, no Mercado Público de Porto Alegre;

- Participação de estabelecimentos prisionais da 4ª Região Penitenciária, Presídio Central, Patronato Lima Drummond e Penitenciária Feminina Madre Pelletier com trabalhos e obras de arte na 4ª Feira Internacional – EXPOSOL, de 28/04 a 02/05/2004, em Soledade;

- Celebração de 11 novos PACs entre a SUSEPE e as empresas abaixo elencadas (maio/2004), gerando um total de 558 postos de trabalho: São Paulo

Alpargatas, nos presídios de Santa Rosa e São Luiz Gonzaga, gerando 100 postos de trabalho em cada um deles; Superpan Ltda., em nove estabelecimentos, gerando 90 postos de trabalho; Fraldas Baby Ltda., na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, gerando 20 postos de trabalho; Grupo Hospitalar Conceição, na Casa do Albergado Pio Buck, gerando 20 postos de trabalho; Indústria de Brinquedos Junges Ltda., na Penitenciária Modulada de Montenegro, gerando seis postos de trabalho; Empresa Acquakultur, no Presídio de Vacaria, gerando 10 postos de trabalho; Empresa Ambiental Polímeros, no presídio de Rio Grande, gerando 100 postos de trabalho; Empresa de chaveiros Flocar, nos presídios de Taquara, Canela e Bento Gonçalves, gerando 60 postos de trabalho; Empresa de extintores de incêndio Carlos Alberto Tormes, no Presídio de Cruz Alta, gerando 30 postos de trabalho; Fundação Piratini, no Patronato Lima Drummond, gerando dois postos de trabalho; Lami Parque Aquático, no Instituto Penal Miguel Dario, gerando 20 postos de trabalho;

- Exposição de trabalhos e obras de arte de presos na 17ª Feira de Rua em Porto Alegre e na FENARROZ em Cachoeira do Sul;

- Celebração de 11 novos PACs entre a SUSEPE e as empresas abaixo elencadas (junho/2004), gerando um total de 220 postos de trabalho: Mirasul Reciclagem de Carteiras de Cigarro, com a Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, gerando 20 postos de trabalho; São Paulo Alpargatas, nos presídios de Cerro Largo e Santo Cristo, gerando 100 postos de trabalho; Empresa Lumibras, com Presídio Estadual de Bento Gonçalves, com geração de 10 postos de trabalho; Associação Sãoborjense, com Presídio Estadual de São Borja, com a geração de 10 postos de trabalho; Empresa Ambiental Polímeros, no Presídio Estadual de Rio Grande, gerando 50 postos de trabalho; Empresa Borba e Pittermann, com Presídio Estadual de Santa Rosa, gerando 20 postos de trabalho; Coli Gráfica Editora Ltda, com Presídio Estadual de Santa Rosa, gerando 10 postos de trabalho;

- Celebração de três novos PACs entre a SUSEPE e as empresas abaixo elencadas (julho/2004), gerando um total de 112 postos de trabalho: Empresa Redolfi & Cia Ltda, com Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro, com geração de 100 postos de trabalho; Empresa Cargipel Comércio de Papel Ltda, com o Presídio Estadual de Erechim, gerando 10 postos de trabalho; Empresa Kohler e Peterman Ltda, com Presídio Estadual de Santa Rosa, gerando dois postos de trabalho;

- Celebração de Termo de Mútua Cooperação entre o Presídio Estadual de Três Passos e a Prefeitura local para trabalhos de decoração natalina e comemoração de 60 anos de emancipação do município, gerando 20 postos de trabalho;

- Implantação da Oficina de Chocolates na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, gerando cinco postos de trabalho na produção de chocolates artesanais, os quais, de acordo com a demanda, podem ser ampliados para até 24 postos;

- Celebração de 23 novos PACs entre a SUSEPE e as empresas abaixo elencadas (setembro/2004), gerando um total de 2.125 postos de trabalho, como segue: São Paulo Alpargatas com: Penitenciária Modulada de Montenegro –

300 postos; com Presídio Estadual de Montenegro – 50 postos; com Presídio Estadual de Lajeado – 200 postos; com Presídio Regional de Santa Cruz do Sul – 200 postos; com Presídio Estadual de Encantado – 50 postos; com Presídio Estadual de Candelária – 50 postos; com Presídio Estadual de Sobradinho – 100 postos; com Presídio Estadual de São Jerônimo – 50 postos; com Presídio Estadual de Rio Pardo – 50 postos; com Presídio Estadual de Arroio do Meio – 30 postos; com Penitenciária Modulada de Osório – 300 postos; com Presídio Estadual de Cerro Largo – 50 postos; com Presídio Estadual de Cachoeira do Sul – 200 postos; com Presídio Estadual de Santo Cristo – 50 postos; com Presídio Estadual de Palmeira das Missões – 50 postos; com Presídio Estadual de Getúlio Vargas – 50 postos; com Presídio Estadual de Soledade – 150 postos; com Presídio Estadual de Sarandi – 50 postos; com Presídio Estadual de Encruzilhada do Sul – 50 postos; outras empresas: JL Construções com Presídio Estadual de Novo Hamburgo – 20 postos; Indústria de Vassouras Martini D'Oro Ltda. com PICS – 50 postos; Metalúrgica Flocar com Presídio Estadual de São Francisco de Paula – 15 postos; Superpan com Presídio Regional de Santa Cruz do Sul – 10 postos;

- Celebração de três novos PACs entre a SUSEPE e as empresas abaixo elencadas, gerando um total de 112 postos de trabalho: Redolfi e Cia Ltda. com Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro – 100 postos; Cargipel Comércio de Papéis com Presídio Estadual de Erechim – 10 postos; Kohler e Peterman Ltda. com Presídio Estadual de Santa Rosa – dois postos;

- Celebração de Termo de Mútua Cooperação entre Presídio Estadual de Três Passos e Prefeitura Municipal para confecção de decoração natalina e comemoração dos 60 anos de emancipação do município – 20 postos de trabalho;

- Celebração de Protocolo de Ação Conjunta entre a Penitenciária Feminina Madre Pelletier e a empresa Toldos Ímola, gerando 15 novos postos de trabalho.

Dentro dos propósitos do Programa, está previsto para 2005 o incremento de parcerias para ampliação do número de postos de trabalho prisional, bem como para geração de cursos educacionais e profissionalizantes para apenados.

GESTÃO INTEGRADA NA JUSTIÇA E SEGURANÇA

Através deste Programa a **Secretaria da Justiça e da Segurança** busca integrar os Órgãos de Segurança Pública entre si e com o Ministério Público e Poder Judiciário, bem como com os demais órgãos de justiça e segurança de outras esferas, além de promover uma gestão compartilhada com o respeito às competências individuais e um controle efetivo das ações governamentais. Para isso vem sendo implementada a ação voltada à *Realização do Planejamento Estratégico dos Órgãos da SJS* nos níveis estratégico, tático e operacional, que tem como finalidade a de definir a visão, missão, objetivos e metas, comuns a toda a SJS. Os passos principais relacionados com o desenvolvimentos dessa ação estão expostos a seguir.

Tendo como meta a implementação de uma gestão integrada na justiça e segurança, foi elaborado, ainda em 2003, o Plano Estadual de Segurança Pública. Tomando este documento como ponto de partida e considerando a implementação do Programa de Melhoria da Gestão, coordenado pelo Gabinete do Governador, abrangendo todas as áreas de governo, foi implementado o Mapa Estratégico da Secretaria da Justiça e da Segurança, sob o método do *Balanced Scorecard (BSC)*. Desta implementação, restou definida a finalidade da SJS, foram elencados seus pontos favoráveis e desfavoráveis e estabelecido o foco, bem como os respectivos medidores e indicadores, desenhando-se, ao final, um círculo virtuoso com as perspectivas, os objetivos e os caminhos para o seu atingimento. A partir da definição, no Mapa estratégico, de uma série de indicadores, a Secretaria passou a desenvolver um trabalho de validação dos mesmos, com vistas a definir quais dentre eles deverão ser acompanhados.

Merecem destaque, ainda, no sentido da gestão integrada dos órgãos responsáveis pela justiça e segurança públicas as seguintes atividades:

- Criação do Comitê Interinstitucional do Sistema Único dos Registros de Ocorrências da Secretaria da Justiça e da Segurança, instituído através da Portaria SJS N° 075, de 03 de junho de 2004 e que publicou as Instruções Normativas 01 e 02/2004, traçando normas para atuação conjunta, harmônica e integrada das instituições policiais na Capital e Interior do Estado;

- Realização de sete reuniões visando à integração dos sistemas informatizados entre a Secretaria da Justiça e da Segurança, Ministério Público e Tribunal de Justiça, com a participação de representantes da SJS (DRI), da Polícia Civil, do Instituto-Geral de Perícias (IGP), da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da PROCERGS. Ficando entendida, a partir daí, a importância na integração do cadastro de indivíduos da SUSEPE com o Cadastro de Indivíduos do Departamento de Identificação, do IGP, evitando a duplicidade de atividades. Será solicitada autorização ao Judiciário para identificar civilmente os detentos recolhidos (RG e CPF);

- Promoção de debate no sentido da integração da Vara de Execuções Criminais com a SUSEPE e com a Polícia Civil, com relação aos fluxos de motivos de prisão e concessão de liberdade sendo ressaltado, nesse sentido, que nem todas as Comarcas do Interior do Estado possuem equipamento e acesso à Internet de forma a tornar possível a utilização dos Sistemas de Cadastro Individual de Apenados (CIA), conjuntamente com a SUSEPE.

Novas reuniões estão sendo agendadas com o intuito de avançar no processo de integração entre os procedimentos e as informações no ciclo da persecução criminal do Estado do Rio Grande do Sul. Pelo que se tem notícias, a amplitude proposta pelo grupo, nesta integração, é inédita no País.

CENTROS INTEGRADOS DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA (CIOSP)

Os **Centros Integrados de Operações de Segurança Pública (CIOSP)** têm o propósito de reunir, em uma única central, os diversos órgãos da segurança pública, facilitando a comunicação e, dessa forma, reduzindo os

índices de ocorrências, otimizando o atendimento à comunidade e diminuindo os custos. Dentro desse propósito, as ações desenvolvidas no âmbito do Programa destinam-se a: implantação de CIOSPs nas regiões dos COREDEs, de forma integrada, a fim de que as informações regionais possam ser consultadas a nível estadual; concluir o Projeto CIOSP-Porto Alegre com emprego de tecnologia atualizada e mais avançada; adquirir equipamentos e mobiliário necessários para reposição e para atualização tecnológica; estabelecer contrato de manutenção que contemple reposição de peças e substituição de equipamentos.

No que respeita à *Aquisição de equipamentos e mobiliário*, foram realizados alguns investimentos significativos, em 2004, nos CIOSPs de Porto Alegre, de Caxias do Sul, de Uruguaiana e de Santana do Livramento.

Os investimentos realizados no CIOSP de Porto Alegre permitiram a ampliação dos atendimentos do Centro para 300 mil chamados por mês e consistiram, basicamente, em:

- Aquisição de 10 aparelhos telefônicos digitais; 10 discos rígidos (HD) com capacidade de 40GB; um servidor de base de dados; cinco *switch planet* 24 portas; uma tampa para GVT3; 20 réguas grandes para GVT3; 10 bases com uma gaveta; quatro processadores PC *server*; uma memória RAM; sete aparelhos de ar condicionado;

- Funcionamento pleno do projeto-piloto da sala de monitoramento de vídeo com a operação de 19 câmeras, para a qual foram adquiridos e/ou instalados: 10 persianas; três divisórias naval-eucatex; uma impressora *laser* monocromática 19ppm; 14 monitores LCD 19 polegadas; sete discos *wide* ultra 3SCSI; 14 estações de trabalho marca DELL. Para o ano de 2005 há a previsão de operação plena com aumento no número de câmeras instaladas na cidade;

- Implementação e funcionamento do projeto "Segurança Solidária", que prevê a possibilidade de operação do CIOSP – através de rádio-VHF – com as operadoras rádio-táxi, e vice-versa, contemplando com tal possibilidade a comunicação de mais de 3.000 taxistas;

- Implantação (fase final) da Sala de Cenários, com previsão de operação a pleno em 30 dias, possibilitando a realização de reuniões com tecnologia de vídeo-conferência para até 20 pessoas, com *link* direto com a sala de vídeo-monitoramento e permitindo engajamento simultâneo dos integrantes das Instituições de Segurança Pública com os fatos em tempo real.

O CIOSP de Caxias do Sul está atualmente em pleno funcionamento, atendendo à demanda de todo o município serrano, representada por cerca de 28 mil chamados por mês. Para tanto, foram adquiridos os seguintes equipamentos, ora em uso: um grupo gerador *diesel*, *container* silenciado leve; um conjunto de fones de cabeça; um sistema de força ininterrupta – *no break*; um banco de baterias com autonomia para 20 minutos; um aparelho condicionador de ar de 30 mil BTUs; dois aparelhos condicionadores de ar de 18 BTUs; um aparelho condicionador de ar de 10 mil BTUs; dois aparelhos condicionadores de ar de 9 mil BTUs, padrão *split*.

Com vistas à colocação em operação do CIOSP de Uruguaiana, prevista para 2005, foram adquiridos móveis e equipamentos e realizadas algumas obras, em 2004, conforme segue: aquisição de um conjunto de móveis - 100 cadeiras, 47 mesas para computador, 40 gaveteiros, 28 armários, 32 balcões e 03 mesas de reunião; realização de obras de adaptação do terceiro pavimento do prédio do CIOSP; aquisição de dois servidores de base de dados, de 15 estações de trabalho, de uma impressora *laser* monocromática, de uma licença de uso de *Arc View*, de dois servidores de rede IDE, de dois *notebooks*, de dois *switch* gerencial, de dois bancos de dados *oracle*.

Também com operação prevista para 2005, destacam-se, com relação ao CIOSP de Santana do Livramento: execução de obra de instalação de torre de transmissão; reforma das instalações prediais; aquisição de dois servidores de rede e de um servidor de BD.

Para 2005, a alocação de recursos da União, complementada pela contrapartida do Estado, permitirá investir na compra de equipamentos de ponta e de maior alcance para uso nos CIOSPs possibilitando, assim, reduzir o tempo de resposta no atendimento de chamados, que hoje é de 7 minutos e 10 segundos (dados de julho de 2004) para 5 minutos, oportunizando a redução do tempo de chegada de viatura, que hoje é de 11 minutos e 54 segundos (dados de julho de 2004) para 9 minutos e 44 segundos.

ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

O Programa é executado pela **Secretaria da Justiça e da Segurança** através do Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos (DIAE), órgão de coordenação do Sistema Estadual de Inteligência, envolvendo a Polícia Civil, a Brigada Militar e a SUSEPE. Através da ação de *Potencialização dos recursos empregados na atividade de inteligência*, tem como objetivos: manter uma permanente análise da conjuntura nacional e estadual, nas áreas da Justiça e da Segurança; articular-se em nível estadual e nacional com os órgãos da Justiça e da Segurança; buscar os conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis nas universidades e em órgãos de pesquisa, a fim de subsidiar a ação governamental nos campos da Justiça e da Segurança; promover programas e eventos destinados ao combate à criminalidade e à violência de qualquer natureza. Podem ainda ser acrescentados, como propósitos do Programa, o acompanhamento da evolução da criminalidade nos ambientes espaciais e temporais com o fito de subsidiar o planejamento estratégico, a proposição de medidas, a coordenação e a tomada de decisões nas áreas consideradas – como pressupostos à construção de uma política de segurança pública pela SJS.

Para o desenvolvimento das atividades previstas em 2004, foram despendidos recursos para atender a necessidades de viagens e de suporte a operações de inteligência desenvolvidas no âmbito do Estado, além da proteção a pessoas e a autoridades sob risco. No mesmo período, foram desenvolvidos e assinados, convênios com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e com a (Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), prevendo a integração da SJS nos respectivos subsistemas de inteligência, com benefícios diretos na qualificação de pessoal e recebimento de equipamentos, além do fluxo direto na troca de informações.

Na construção de uma proposição para uma política para as áreas da Justiça e da Segurança sob o enfoque da inteligência e do planejamento estratégico foram desenvolvidas e apresentados, no segundo semestre de 2004, minutas de estudos a serem implantados em 2005, focados em linhas básicas de atuação que envolvem o aporte de novas tecnologias, a revisão ou reengenharia dos processos, a qualificação de pessoal e o envolvimento da comunidade no combate à criminalidade, com ênfase na concepção de atividades policiais planejadas e dirigidas em função do conhecimento. São priorizados, nesse sentido, não só os fatos de interesse ocorridos – identificando e relacionando áreas e locais com maior incidência para determinada criminalidade -, mas as circunstâncias em que ocorrem e os fatores que os estão produzindo, proporcionando acesso em tempo real às informações necessárias para identificar e propor medidas de ajuste, permitindo avaliação imediata acerca das ações implementadas. As linhas de ação previstas concentram-se em:

- Redefinição e reestruturação do sistema “disque-denúncia”;
- Reestruturação e normatização da coordenação do subsistema estadual de inteligência;
- Implantação de solução de inteligência policial baseada em inteligência artificial e gestão do conhecimento;
- Criação do Curso Básico de Inteligência Policial para permanente formação técnica de profissionais no Estado;
- Realização de Convênios com a SENASP e ABIN, para integração aos respectivos subsistemas e com o fim de equipar (informática e comunicações) os órgãos policiais e de inteligência do Estado.

PROGRAMA SOCIAL EDUCATIVO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES NA BRIGADA MILITAR - PROSEPA

O **PROSEPA**, sob a responsabilidade da **Secretaria da Justiça e da Segurança**, tem como objetivo promover a melhoria nas condições de vida de adolescentes carentes, proporcionando-lhes a integração à sociedade, a oportunidade de uma iniciação profissional e o resgate de sua cidadania, e despertando-lhes a consciência crítica de seus direitos e deveres de cidadão. O público-alvo é constituído de adolescentes em situação de risco, cuja renda familiar seja de até um salário mínimo *per capita*, que estejam freqüentando escola ou que possam ser inseridos na mesma, na faixa de 14 a 18 anos, com possível encaminhamento para o mercado de trabalho aos 16 anos - podendo permanecer até os 18 anos no Programa.

Através da ação *Serviço de profissionalização de adolescentes carentes*, executada pela Brigada Militar, são realizados cursos de iniciação profissional, em repartições da Brigada Militar, em parceria com as comunidades locais, envolvendo, dentre outros: mecânica geral, elétrica automotiva, chapeação e pintura, gráfica, estofaria, iniciação em informática e padaria - esta última iniciada em 2004. Além das atividades profissionalizantes, os menores recebem atendimento psicológico, médico-ambulatorial e odontológico e

assistência social, auxílio-transporte, alimentação e uniforme. Ainda, são desenvolvidas diversas atividades culturais, esportivas e de lazer.

Em 2004 o Programa funcionou normalmente, atendendo 440 menores carentes em idade compreendida entre 14 e 18 anos, em diversas localidades do Estado. Segue, abaixo, quadro demonstrativo de menores carentes atendidos nos diversos núcleos de desenvolvimento (posição em início de dezembro):

Menores carentes atendidos por Núcleo de Desenvolvimento

OPM	Município	Nº de Alunos	Masc.	Fem.
DS – SAS	Porto Alegre	108	87	21
4º BPM	Pelotas	30	24	06
10º BPM	Vacaria	21	21	-
12º BPM	Caxias do Sul	115	94	21
16º BPM	Cruz Alta	24	24	-
2º RPMon	S. Livramento	20	20	-
3º RPMon	Passo Fundo	69	69	-
ETMN	Montenegro	53	37	-
Total		440	376	48

Fonte: Departamento de Saúde/CeRAB

Dentre as atividades vinculadas ao Programa previstas para 2005, podem ser destacadas:

- Continuidade dos cursos de iniciação profissional, envolvendo desenho e pintura, língua inglesa, informática, oficinas de dança, teatro, música, reforço escolar, jardinagem, trabalhos de psicologia, valorização pela vida, além da realização de palestras em diversas áreas;

- Implementação, em Porto Alegre, São Leopoldo e Canela, dos projetos “Bombeiro Mirim” e “Policial Mirim”, voltados às crianças de rua que buscam o sustento pedindo esmolas junto aos semáforos, envolvendo: realização de atividades pedagógicas e cívicas nos quartéis dos bombeiros e da polícia militar, com apoio multidisciplinar, durante um turno do dia, com alimentação, vestuário e transporte para suas residências; fornecimento de duas refeições diárias às crianças evitando-se, assim, que venham a esmolar para buscar recursos destinados à alimentação;

- Fornecimento de vestuário aos participantes dos projetos, proporcionando a identificação dos participantes e colocando-os em condições de igualdade, sem que haja distinções ou constrangimentos entre eles;

- Realização de atividades lúdicas e cívicas buscando a inclusão social dos jovens, despertando outros interesses que não o de estar na rua e, paralelamente, matrícula dos mesmos em escolas da rede pública onde receberão a educação convencional e a merenda escolar;

- Compra e locação de veículo para transporte dos envolvidos no programa social educativo;

- Otimização do PROSEPA e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) – também desenvolvido pela Brigada Militar -, mediante a compra de equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades, e divulgação dos mesmos através de *banners*, cartilhas e *folders*.

AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL E MANUTENÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS

Tendo como objetivo proporcionar um melhor atendimento à população nos serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, o Programa **Ampliação da Capacidade Operacional e manutenção do Corpo de Bombeiros** foi executado, em 2004, através da *Aquisição de materiais de proteção* – realizada, basicamente, através da aquisição de equipamentos de mergulho - e das atividades de *Manutenção dos serviços de bombeiros*, que proporciona suporte necessário ao planejamento, execução e controle da política de bombeiros da Brigada Militar, custeando seus recursos humanos e materiais para os serviços de prevenção e combate a sinistros, salvamentos e resgates e missões de defesa civil. No que respeita à *Aquisição de viaturas* foram liberados, em 2004, recursos oriundos da Consulta Popular, cujo projeto foi vinculado ao Programa Criminalidade Reprimida. Além disso, foram liberados em novembro recursos no valor de R\$ 320 mil para a construção de prédio para o Corpo de Bombeiros, também demandada na Consulta Popular, e que se encontra em fase de especificação técnica e abertura de processo licitatório.

DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

Com o objetivo de capacitar servidores da **Secretaria da Justiça e da Segurança** e de suas instituições vinculadas são executados, através desse Programa, cursos e atividades correlatas de atualização e de conhecimentos teóricos e práticos integrados.

As *Atividades de qualificação* executadas no âmbito do Programa, em 2004, foram elaboradas e desenvolvidas pela SJS, através do seu Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH), em conjunto com as unidades de ensino dos Órgãos Operacionais, a saber: Departamento de Ensino da Brigada Militar, Academia de Polícia Civil (ACADEPOL), Escola dos Serviços Penitenciários e Supervisão Técnica do Instituto Geral de Perícias, e em parceria com o Governo Federal – através do Plano Nacional de Segurança Pública – e com a Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH/RS). No total, foram realizados 189 cursos, no decorrer do ano, treinando 7.012 servidores, distribuídos conforme o quadro a seguir:

Cursos realizados pela SJS e instituições vinculadas em 2004

Instituições	Nº de Cursos	Nº de Servidores Treinados
Brigada Militar	74	4.826
Polícia Civil	32	964

Instituições	Nº de Cursos	Nº de Servidores Treinados
SUSEPE	8	404
IGP	51	482
DDRH/SJS	24	336
Total	189	7.012

Para o exercício de 2005, está prevista a instituição, na Secretaria da Justiça e da Segurança, da Escola Superior de Justiça e Segurança Pública, uma escola superior de gestão com o objetivo de promover a especialização e a integração dos quadros das corporações vinculadas à Secretaria. Ainda em fase de projeto, estão programados para 2005 a montagem de dependências com equipamentos e móveis, a aquisição de equipamentos de tecnologia, a realização de convênios com instituições de ensino e o desenvolvimento de cursos periódicos.

ATENÇÃO À SAÚDE DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA

O Programa **Atenção à Saúde dos Servidores da Segurança**, sob responsabilidade da **Secretaria da Justiça e da Segurança**, tem como objetivos: melhorar o atendimento de saúde aos servidores da Brigada Militar, particularmente, aqueles acidentados em serviço; reduzir a vulnerabilidade ao adoecimento psíquico aos servidores da área da Segurança Pública; garantir o acesso a diversas ações de atenção à saúde, para o retorno ao trabalho com melhor qualidade de vida; viabilizar o atendimento em rede, possibilitando uma integração da família e do local de trabalho.

No que respeita a *Atividades e atendimentos prestados aos servidores*, ação mediante a qual é oferecido atendimento psíquico e social aos servidores da área da Segurança Pública, foram prestados, através do Centro de Saúde Mental, mais de 700 atendimentos, somente no primeiro semestre de 2004.

Com relação à ação de *Manutenção da área de Saúde da Brigada Militar*, que visa manter o atendimento médico-hospitalar aos servidores militares, o Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre e o Hospital da Brigada Militar de Santa Maria totalizaram 2.102 pacientes internados até novembro de 2004, dentre os quais a maioria por motivo de acidentes em serviço.

PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS - PROTEGE

O Programa de **Proteção de Testemunhas – PROTEGE**, a cargo da **Secretaria da Justiça e da Segurança**, tem como objetivos: assegurar a integridade física e psicológica de testemunhas que estejam sendo coagidas ou expostas a grave ameaça em razão da disposição de colaborar com as autoridades competentes ou com o processo judicial, testemunhando ou prestando informações de real valor que permitam a finalização dos processos judiciais; proporcionar às testemunhas condições de ocupação e de reinserção social, na oportunidade do seu desligamento do Programa.

O PROTEGE está em andamento, contando, até dezembro de 2004, com 72 pessoas incluídas, e com um alto índice de casos a serem avaliados para

inclusão ou não inclusão no esquema de proteção previsto. Na programação de execução para 2005 tem como atividades previstas as abaixo relacionadas:

- Celebração de Convênio com a União em valor ainda não estipulado;
- Cursos para capacitação e aperfeiçoamento das equipes de segurança e técnicos do PROTEGE;
- Manutenção e ampliação da Rede Protetiva;
- Aquisição de equipamentos para modernização das dependências do PROTEGE;
- Ampliação da equipe técnica e de segurança, em fase de estudo junto à Assembléia Legislativa;
- Participação em seminários técnico-científicos;
- Ampliação e manutenção do número de beneficiários sob proteção;
- Ampliação do custeio básico para manutenção de testemunhas e do Programa;
- Criação de Natureza de Despesa específica para o fornecimento de auxílios financeiros a testemunhas e seus beneficiários;
- Ampliação do monitoramento de testemunhas fora da área de cobertura do Estado.

MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PERICIAIS

Ao **Instituto Geral de Perícias-IGP**, órgão integrante da **Secretaria da Justiça e da Segurança**, competem, especialmente, as atividades de perícias médico-legais e criminalísticas, os serviços de identificação e o desenvolvimento de estudos e pesquisas em sua área de atuação. Através das ações que compõem o Programa de **Modernização e Qualificação dos Serviços Periciais**, o Instituto visa agilizar a emissão de laudos periciais destinados à investigação criminal e à produção da prova técnica processual e melhorar a coleta e o processamento de informações técnicas.

Com vistas ao *Aprimoramento do corpo técnico do IGP*, foram desenvolvidas, em 2004, várias atividades ligadas à expansão e qualificação dos recursos humanos e à difusão de conhecimentos nas áreas de atuação do Instituto, dentre as quais:

- Nomeação de novos servidores para o Instituto-Geral de Perícias (IGP), compreendendo: 37 peritos criminais, 60 papiloscopistas, 5 peritos odonto-legistas, 13 peritos médico-legistas, 8 peritos químico-forenses, 6 fotógrafos criminalísticos e 59 auxiliares de perícias, permitindo a colocação de profissionais em cinco regiões do Rio Grande do Sul, com sedes em Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria;
- Lançamento de uma revista de caráter técnico-científico (janeiro/2004), que publica artigos relativos ao desenvolvimento de estudos e

pesquisas nas áreas das perícias criminalísticas, médico-legais, papiloscópicas e laboratoriais.

- Assinatura de convênio da Secretaria da Justiça e da Segurança e IGP com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) objetivando intercâmbio técnico-científico e pesquisa entre os partícipes e possibilitando, por um período de quatro anos, o desenvolvimento dos recursos humanos do IGP e a cooperação mútua através da disseminação do uso, ensino e treinamento em tecnologia de ponta;

- Conclusão (maio/2004) do curso de formação para novos servidores, iniciado em outubro de 2003, na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), em Porto Alegre, com um módulo básico, contendo disciplinas comuns a todos os alunos, totalizando 420 horas-aula, e um módulo específico, somando 380 horas-aula, onde as disciplinas foram ministradas no Departamento de Criminalística (DC), no Departamento de Identificação (DI) e no Departamento Médico-Legal (DML), de acordo com o cargo do novo servidor;

- Participação de 60 servidores da Secretaria da Justiça e da Segurança que atuam como docentes em diversos cursos - divididos entre Brigada Militar, Polícia Civil, IGP e Superintendência dos Serviços Penitenciários – no seminário “Direitos Humanos: Perspectiva Inter-disciplinar e Transversal no Ensino Policial” realizado na Academia de Polícia Militar através de uma parceria entre o Departamento de Ensino da Brigada Militar e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (maio/2004), ministrado por técnicos da Cruz Vermelha;

- Aprovação, pela Assembléia Legislativa, de projeto de lei que prorrogou por um ano, a partir da publicação da lei, contratos emergenciais de 98 servidores do IGP (julho/2004);

- Realização do “1º Encontro de Dirigentes de Órgãos Periciais do Brasil” (13 e 14 de setembro), efetivado durante a realização da 4ª Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul da Associação Internacional de Chefes de Polícia (IACP), no qual foram tratados temas relativos ao sistema único de segurança pública – estratégias do modelo brasileiro, à política da SENASP na área pericial, à rede nacional de genética forense e ao modelo de atendimento pericial em desastres de massa, e onde foi criado o Conselho de Dirigentes-Gerais de Órgãos Periciais do Brasil;

- Convocação dos 138 aprovados no concurso público realizado em 2002, compreendendo: 45 peritos criminais, 32 papiloscopistas, 30 auxiliares de perícias, 19 peritos médicos-legistas, dez fotógrafos criminalísticos e dois peritos químicos-forenses (novembro/2004).

Dentro dos planos do IGP para 2005, no que respeita ao aprimoramento dos seus recursos humanos, destacam-se:

- Realização de Curso de Formação de Novos Servidores – Módulos Básico e Específico – para os 138 servidores aprovados no concurso público de 2002;

- Recomposição do Efetivo do IGP, para melhorar e agilizar a prestação de serviços periciais, mediante provimento de cargos vagos através da realização de novo concurso público.

Como parte do processo de *Reaparelhamento operacional do IGP*, foi realizado, em junho de 2004, um pregão eletrônico para a aquisição de equipamentos de informática destinados ao Instituto, através do qual foram adquiridos 11 microcomputadores, quatro microcomputadores portáteis, 13 impressoras a *laser* monocromática e 30 licenças do sistema operacional Windows. Ainda dentro desse processo de reaparelhamento, o IGP empenhou (em novembro/2004) recursos no valor de R\$ 1.811.759,64, provenientes do Plano Nacional de Segurança Pública, que foram destinados para compra de material de trabalho, equipamentos de informática, acervo bibliográfico, pagamento de curso para servidores, aprimoramento do PML de Osório.

Para o exercício de 2005, estão previstos:

- Renovação da frota do IGP, mediante a aquisição de veículos com recursos do Plano Nacional de Segurança Pública 2005;

- Implantação das Unidades Móveis de Perícias, através da aquisição de veículos dotados de equipamentos e materiais necessários ao atendimento de perícias externas, sendo quatro unidades para o Departamento de Criminalística, e uma unidade para o Departamento de Identificação;

- Reaparelhamento dos Departamentos do Instituto, em alinhamento com as ações do Plano Nacional de Segurança Pública;

- Implantação de estrutura física de Unidades Funcionais de Perícia, mediante a construção de prédio único para o IGP, abrangendo seus Departamentos e Laboratório de Perícias, além de adequação das estruturas físicas e o reaparelhamento dos Departamentos e Laboratório em Porto Alegre, visando desenvolver um trabalho pericial em um ambiente integrado, com equipamentos modernizados e incremento de novas tecnologias;

- Modernização das estruturas físicas das Unidades Funcionais no Interior do Estado, reformando e reaparelhando os prédios dos Postos Médico-Legais e de Identificação.

No que respeita aos *Serviços de identificação civil e criminal*, sob a responsabilidade do Departamento de Identificação, destacam-se, em 2004:

- Assinatura de 50 convênios para abertura e manutenção de Postos de Identificação em vários municípios, sendo beneficiados: 5º Distrito Naval de Rio Grande, Aceguá, Amaral Ferrador, André da Rocha, Anta Gorda, Áurea, Barra do Rio Azul, Boa Vista do Cadeado, Braga, Cacequi, Capitão, Carazinho, Chapada, Chiapeta, Dois Irmãos das Missões, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Encruzilhada do Sul, Faxinal do Soturno, Guaporé, Imbé, Itaqui, Ivoti, Jacutinga, Lavras do Sul, Maratá, Mato Queimado, Montauri, Monte Belo do Sul, Muliterno, Nova Bassano, Nova Esperança do Sul, Nova Pádua, Panambi, Picada Café, Riozinho, Rolador, Ronda Alta, Salvador das Missões, São João do Polesine, São Martinho, São Pedro das Missões, Seberi, Tapera, Tunas, Tuparendi, União da Serra, Venâncio Aires, Vicente Dutra e Vila Flores;

- Abertura de 39 Postos de Identificação através de convênios com as prefeituras, nos seguintes municípios: Amaral Ferrador, Anta Gorda, Áurea, Balneário Pinhal, Barra Funda, Barra Rio Azul, Boa Vista do Cadeado, Bozano, Braga, Cacequi, Cerro Grande, Chapada, Colinas, Eldorado do Sul, Faxinal do Soturno, Guaporé, Itacurubi, Jacutinga, Jaguarão, Lavras do Sul, Maratá, Mato Queimado, Montauri, Muliterno, Nova Bassano, Nova Esperança do Sul, Nova Pádua, Nova Palma, Picada Café, Quevedos, Rolador, Salvador das Missões, Santa Maria do Herval, São José do Herval, São Martinho, Tapera, Toropi, Vicente Dutra e Vila Flores;

- Emissão de mais de 6.600 carteiras de identidade em diversos eventos voltados para a população carente, atendendo 36 municípios, a saber: Áurea, Bagé, Bento Gonçalves, Bom Princípio, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Cachoeira do Sul, Canela, Canoas, Caxias do Sul, Constantina, Esteio, Feliz, Guabijú, Ijuí, Itaqui, Manoel Viana, Minas do Leão, Montenegro, Novo Hamburgo, Osório, Pelotas, Porto Alegre, Presidente Lucena, Santana do Livramento, Santo Antônio do Planalto, São Francisco de Assis, São Leopoldo, São Marcos, São Martinho da Serra, São Sebastião do Caí, São Sepé, Sapiranga, Taquara, Tenente Portela e Veranópolis;

- Informatização de Postos de Identificação (PIs), tornando os serviços mais eficientes e mais rápida a entrega dos documentos: os PIs de Santiago e São Luiz Gonzaga passaram a emitir as carteiras de identidade em Santo Ângelo, para diminuir os prazos de entrega do documento nos postos-sede e também para os municípios que atendem; nos documentos encaminhados em Santiago e São Luiz Gonzaga, o prazo de entrega que era de 45 dias (pela necessidade de enviá-los a Porto Alegre) passou a ser de, no máximo, 10 dias úteis; nos municípios de Jaguari e São Francisco de Assis - que remetem as carteiras para a regional de Santiago - e Bossoroca, Dezesseis de Novembro, Pirapó e São Nicolau - que as enviam para São Luiz Gonzaga - o prazo de entrega reduziu-se para até 30 dias;

- Regionalização de cinco Postos de Identificação, a partir da qual os PIs de Gramado, Lagoa Vermelha, Sapiranga, Santiago e São Luiz Gonzaga passaram a emitir carteiras de identidade, tendo como resultado a redução no prazo de entrega do documento - de 15 dias (pela necessidade de encaminhá-lo a Porto Alegre para ser emitido) para no máximo três dias úteis; nos municípios abrangidos pela regional o documento é entregue em dez dias úteis.

Para 2005 está programada a atualização da emissão da Carteira de Identidade, a partir da aquisição de novos equipamentos capazes de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população, com a alteração no sistema de emissão do Documento de Identidade (CI) em todo o Estado e mudança do modelo de identidade. A implantação deste sistema (através de um único local de emissão digitalizada - *site*) visa atender uma demanda diária de 3.000 CIs emitidas por dia.

Na área da *Perícia criminalística*, o Departamento de Criminalística realizou, como parte de suas atribuições, uma série de atividades dentre as quais podem ser mencionadas:

- Deslocamento de dois peritos-criminalístico e um fotógrafo-criminalístico para o Norte do Estado, a fim de realizar reconstituições de crimes

cometidos contra 12 crianças, como forma de colaborar com os órgãos policiais, no sentido de elucidar a autoria dos crimes;

- Instalação de Postos Regionais do Departamento de Criminalística/IGP, em Pelotas, região Sul (fevereiro); em Caxias do Sul, com o acréscimo de três Peritos Criminais, um Fotografo Criminalístico e dois Papiloscopistas, juntando-se aos quatro Papiloscopistas que já estavam lotados no município (março); em Santa Maria, região Central (março);

- Promoção de curso sobre "Pesquisa Papiloscópica em Locais de Crime" (outubro/2004), com o objetivo de qualificar, dentro de padrões reconhecidos internacionalmente, os profissionais brasileiros a coletar impressões digitais em locais de crime, do qual participaram peritos criminalísticos e papiloscopistas do IGP, policiais da Brigada Militar gaúcha e profissionais vindos do Paraná, Goiás e Distrito Federal;

- Participação de oito peritos gaúchos do Departamento de Criminalística no "1º Encontro Internacional de Peritos em Documentos" e "VIII Comitê Nacional de Documentoscopia", em São Paulo, promovido pela Associação dos Peritos Criminais de São Paulo (novembro/2004), o qual reuniu especialistas na análise de documentos do Brasil além de painelistas internacionais.

Está prevista para 2005 a continuidade do processo de regionalização do IGP mediante a interiorização das atividades do Departamento de Criminalística nos municípios de Novo Hamburgo, Uruguaiana, Santa Rosa, Lajeado, Gramado e Osório. Tal medida destina-se à ocupação dos principais pontos de criminalidade, visando à interiorização e agilização do atendimento das solicitações de perícias diversas, nos casos de crimes contra patrimônio, crimes contra a pessoa, exames de lesões corporais e necropsias, identificação civil e criminal, acidentes de trânsito com vítima fatal, crimes contra o meio ambiente, exames papiloscópicos criminais, exames de veículos, abrangendo acidentes de trânsito, segurança veicular e adulteração de *chassi*, exames de resíduos de tiros, exames básicos em armas de fogo, exames básicos de constatação de entorpecentes, de dosagem alcoólica e exames genéricos de sangue e fluidos orgânicos.

A ação de *Perícia analítica laboratorial*, a cargo do Laboratório de Perícias se desenvolveu através das seguintes atividades:

- Emissão de quatro laudos de DNA relacionados aos crimes cometidos contra crianças no Norte de Estado:

- Aquisição de *kits* e reagentes para realização de 200 exames de DNA Mitocondrial no valor de R\$ 35 mil, através do Plano Nacional de Segurança Pública de 2003;

- Promoção de "Curso Avançado de Análise Toxicológica Sistêmica" (março/2004), ministrado por toxicologista forense da Universidade de Groningen, Holanda, do qual participaram, além dos peritos do IGP, técnicos da PUC-RS e convidados do Paraguai, Argentina, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná e Tocantins;

- Promoção de Curso Prático Avançado para treinamento e capacitação na área de DNA (julho/2004) pelo Laboratório do IGP, como parte do Projeto de Implantação dos Laboratórios Regionais de DNA Forense, da SENASP, destinado a dois peritos do Instituto de Criminalística do Rio de Janeiro e dois peritos do Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal, localizado em Brasília – o Laboratório do IGP foi escolhido pela SENASP devido à experiência na área de DNA Forense, além de ser uma das futuras sedes de laboratórios regionais, assim como o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro, Bahia e Amazonas.

As atividades de *Perícia médico-legal*, realizadas através do Departamento Médico-Legal (DML) consistiram em 2004, basicamente, em:

- Celebração de convênio (maio/2004) da SJS e IGP com a Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves (FACEBG), visando a conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades de mútuo interesse na área de medicina-legal, através do qual a FACEBG disponibilizará dois servidores ou estagiários e fornecerá equipamentos (computador, impressora e equipamento para raio-X) para o desempenho dos trabalhos, cabendo ao Estado, por meio do DML, desenvolver projetos em parceria com a Faculdade, visando a realização e o aprimoramento das atividades no campo da medicina-legal;

- Inauguração do novo prédio do Posto Médico-Legal de Osório, no Litoral Norte (junho/2004).

Os quadros a seguir apresentam, de forma resumida, alguns dados sobre a atuação, no exercício de 2004, dos diversos Departamentos do IGP envolvidos no desenvolvimento do Programa Modernização e Qualificação dos Serviços Periciais:

Departamento de Criminalística - Total de perícias

Dado Estatístico	2002	2003	2004	2004 Média/mês	2004 Média/dia
Solicitações	13.380	12.138	18.930	1.577,5	78,88
Expedições	11.596	18.406	19.138	1.594,83	79,74
Estoque	14.429	10.124	8.732	-	-

Departamento Médico-Legal - Total de Perícias

Dado Estatístico	2002	2003	2004	2004 Média/mês	2004 Média/dia
Total de Serviços	115.480	125.112	114.160	9.513,33	475,67

Laboratório de Perícias - Total de perícias

Dado Estatístico	2002	2003	2004	2004 Média/mês	2004 Média/dia
Expedições	26.589	27.817	42.968	3.580,67	179,03

Instituto-Geral de Perícias (DC+DML+Laboratório+DI/Veículos)

Total de perícias

Dado Estatístico	2002	2003	2004	2004 Média/mês	2004 Média/dia
Expedições	153.665	173.503	182.010	15.167,5	758,38

Departamento de Identificação

Dado Estatístico	2002	2003	2004	2004 Média/mês	2004 Média/dia
Carteiras de Identidade	669.341	557.761	609.912	50.826	2.541,3
Atestados de Antecedentes	154.347	233.920	263.428	21.952,33	1.097,62
Perícias em Veículos	-	2.168	5.784	482	24,1

Todas as ações realizadas em 2004, e as previstas para 2005, inseridas no contexto do combate da criminalidade, têm por finalidade a agilização da emissão de laudos periciais destinados à investigação criminal e à produção da prova técnica processual, e melhoria da coleta e processamento de informações técnicas.

SOCIEDADE RESPONSÁVEL = TRÂNSITO SEGURO

Considerando o grave quadro de violência no trânsito, no Estado e no País, torna-se imperativo, dentro das políticas públicas, priorizar o seu combate. Assim, o **Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)**, através do Programa **Sociedade Responsável = Trânsito Seguro** buscou promover, apoiar e integrar ações de educação, assessoria e fiscalização das atividades específicas que contribuem para o desenvolvimento da consciência do cidadão e dos mecanismos inerentes à segurança do trânsito gaúcho, com vistas à redução do número de acidentes.

Através das ações desenvolvidas, o Programa vem obtendo resultados gerais positivos, na medida em que o índice de mortalidade no trânsito considerado relativamente à população do Estado reduziu-se de 7,94 óbitos por 100 mil habitantes, no final de 2002, para 6,88 óbitos por 100 mil habitantes, em 2004. Tais resultados vêm sendo alcançados através de uma série de atividades desenvolvidas no âmbito das ações programadas, tendo como fio condutor a conscientização.

No que respeita ao *Aperfeiçoamento dos registros de veículos*, foram realizadas, em 2004, reuniões nas oito macrorregiões do Rio Grande do Sul, um seminário para mais de 250 pessoas, além de um curso de atualização do GID Veículos, com ênfase na sua segurança.

Com relação à *Divulgação das ações de educação do Centro de Educação para o Trânsito*, foram realizadas diversas atividades no decorrer do ano, atingindo um público total de 50 mil pessoas de janeiro a novembro de 2004, como segue:

- Em janeiro: realizadas três atividades de divulgação nos municípios de Tramandaí, Cassino e Torres, tendo como público-alvo veranistas, crianças (creches) e jovens vinculados ao "Projeto Tá Limpo";

- Em fevereiro: realizadas três atividades nos municípios de Capão da Canoa, Cidreira e Bagé, tendo como público-alvo veranistas, crianças, jovens e agentes do Município;

- Em março: realizadas seis atividades nos municípios de Bagé e Porto Alegre, tendo como público-alvo idosos, crianças, jovens, agentes e funcionários públicos;

- Em abril: realizadas nove atividades nos municípios de Bagé, Porto Alegre, Gravataí, Harmonia, Imbé, Estrela, Paraíso do Sul e Espumoso, tendo como público-alvo 1.800 alunos de escolas públicas, agentes e funcionários públicos;

- Em maio: realizadas 14 atividades nos municípios de Santa Rosa, Seberi, Venâncio Aires, Canoas, Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Portão e Alvorada, tendo como público-alvo alunos de séries iniciais, visitantes da FENASOJA e da FENARROZ;

- Em junho: realizadas 20 atividades nos municípios de Porto Alegre, Igrejinha, Viamão, Xangri-lá, Novo Hamburgo, Terra de Areia e Uruguaiana, tendo como público-alvo 4.000 alunos e professores de séries iniciais e de nível médio;

- Em julho: realizadas sete atividades nos municípios de Porto Alegre, Viamão, Serafina Corrêa e Júlio de Castilhos, tendo como público-alvo 4.200 alunos de 1ª a 8ª séries e funcionários públicos;

- Em agosto: realizadas 11 atividades nos municípios de Porto Alegre, Picada Café, Santa Cruz do Sul e Dois Lageados, tendo como público-alvo 3.900 alunos de pré a 8ª série e 190 idosos;

- Em setembro: realizadas 18 atividades nos municípios de Porto Alegre, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos, Tabaí, Santa Cruz do Sul, Salvador do Sul, Cachoeirinha, Bagé, Novo Hamburgo, Mato Leitão e Gravataí, tendo como público-alvo 5.300 alunos de pré a 8ª série, agentes de fiscalização, funcionários públicos e professores;

- Em outubro: realizadas 17 atividades nos municípios de Porto Alegre, Cachoeirinha, Barra do Ribeiro, São Leopoldo, Ivoti, Sapucaia do Sul, Viamão, Gravataí, Tramandaí, Rio Grande, Arroio Grande e Fazenda Vila Nova, tendo como público-alvo 3.800 alunos de pré a 8ª série e ensino médio, motoristas, funcionários públicos e visitantes de feiras;

- Em novembro: realizadas 18 atividades nos municípios de Porto Alegre, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos, Tabaí, Santa Cruz do Sul, Salvador do Sul, Cachoeirinha, Bagé, Novo Hamburgo, Mato Leitão e Gravataí, tendo como público-alvo 3.200 alunos de pré a 8ª série e ensino médio, motoristas, funcionários públicos, visitantes de feiras e comunidades locais em geral.

Com o objetivo de promover a reflexão e a conscientização da população para a responsabilidade de cada um no trânsito foram realizadas 25 campanhas no ano de 2004, através da ação de *Educação de condutores*,

pedestres, ciclistas, motociclistas, condutores de veículos de tração animal ou humana.

Com vistas à *Implantação do sistema de cadastro de acidentes de trânsito com vítimas* junto aos órgãos de fiscalização – Brigada Militar, Batalhão da Polícia Rodoviária Estadual, Órgãos Municipais e Polícia Rodoviária Federal – foi desenvolvido o *software*, em 2004 (quase 90% concluído), com previsão de implantação de projeto-piloto para Porto Alegre a partir de 2005.

Tendo como propósito compelir os proprietários de veículos não licenciados a regularizarem essa situação, através da ação de *Penalização aos condutores infratores pela aplicação da Suspensão do Direito de Dirigir por Infração* foram gerados, em 2004 (de janeiro a novembro), 8.525 processos com termo de imposição de penalidade, conforme segue: 827 processos, em janeiro; 908, em fevereiro; 1.577, em março; 1.366, em abril; 793, em maio; 868, em junho; 596, em julho; 199, em agosto; 596, em setembro; 199, em outubro; 596, em novembro.

A ação de *Penalização aos condutores infratores pela retirada de circulação de veículos em desacordo com a legislação* com a finalidade minimizar o sentimento de impunidade dos condutores/infratores através da instauração de processos de Suspensão do Direito de Dirigir por Infração (SDDI), busca assegurar o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (CNB), que determina tal penalidade. Como forma de expressar o desenvolvimento dessa ação em 2004, são apresentados a seguir dados relativos ao número de entradas e saídas de veículos nos Centros de Remoção e Depósito (CRDs), conforme segue:

**Número de veículos que entraram e saíram dos CRDs
Janeiro-dezembro de 2004**

Mês	Entradas de veículos	Saída de veículos
Janeiro	7.420	6.165
Fevereiro	6.433	5.405
Março	6.435	5.780
Abril	6.232	5.530
Maio	8.837	7.341
Junho	9.963	9.087
Julho	10.674	9.717
Agosto	12.332	10.844
Setembro	10.002	9.060
Outubro	11.654	9.908
Novembro	9.212	8.604

Fonte: DETRAN/RS

A *Supervisão do trabalho realizado nos centros credenciados pelo DETRAN*, com vistas a qualificar os serviços prestados pelo Departamento, prevê a realização de visitas de assessoramento e acompanhamento dos trabalhos bem

como a realização de encontros e seminários com profissionais que atuam nos Centros de Formação de Condutores (CFCs), nos Centros de Registro de Veículos Automotores (CRVAs), nos Centros de Remoção e Depósito (CRDs). Nesse sentido foram realizadas, em média, entre janeiro e novembro de 2004, 15 visitas por mês, totalizando 165 visitas, sendo: 83 visitas aos CFCs; 51 visitas aos CRVAs; e 31 visitas aos CRDs.

TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A **Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS)** é o órgão responsável pelo desenvolvimento da política estadual de acesso ao mercado de trabalho, programas de qualificação profissional, saúde e segurança do trabalho, geração de emprego e renda. Também cabe à STCAS a implementação das ações estaduais de assistência social, baseada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A Secretaria oferece sustentação às demandas dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Mulher, do Idoso, do Índio, da Comunidade Negra e o de Defesa do Consumidor.

Os órgãos vinculados à STCAS são: a **Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS)** que coordena e desenvolve programas, ações e serviços direcionados à geração de emprego e renda e à inclusão social da população, como intermediação de mão-de-obra, ação social comunitária e atendimento ao seguro-desemprego; a **Fundação de Proteção Especial (FPERGS)** que administra a execução de medidas de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social no sistema de atendimento estadual, em regime de abrigo e meio aberto; e a **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE)**, órgão responsável pela execução de medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade aplicadas judicialmente aos adolescentes que cometem ato infracional.

As realizações, em 2004, da STCAS e de suas vinculadas, nas suas amplas áreas de atuação, centraram-se nos Programas e Ações descritos a seguir.

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - ALIMENTAR-RS

A Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável é nova em termos de concepção pública de programas voltados para o direito humano à alimentação. A Lei nº 11.914, de 20 de maio de 2003, criou o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul (CONSEA). A STCAS implementou a estruturação do CONSEA, sua constituição, organização, eleição da primeira diretoria, bem como instalações físicas, funcionários e equipamentos. O Programa **Alimentar-RS** foi proposto através de um conjunto de ações, tais como: Articulação da Política de Segurança Alimentar com as demais políticas sociais; Implantação dos Restaurantes Populares; Implementação dos Centros de Referência Alimentar e Nutricional; Serviço de Informação e Cadastro de Doações de Alimentos; e, Treinamento e qualificação profissional em alimentação e nutrição.

– *Articulação da Política de Segurança Alimentar com as demais políticas sociais* – A Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) é baseada na intersetorialidade, em ações que são desenvolvidas pelos

setores de saúde, educação, agricultura, defesa do consumidor, entre outros, que venham garantir a segurança alimentar das populações. A SANS trata, também, de populações prioritárias, tais como quilombolas e índios. Dessa forma, foram promovidas ações de acesso a alimentos para as populações indígenas do Estado. Além disso, de forma articulada, a STCAS, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Instituto de Cooperação de Desenvolvimento Econômico Social e Cultural (ICODES) e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (URI), criou os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), envolvendo 49 municípios em 03 regiões do Estado.

– *Implantação dos Restaurantes Populares* - Foram inaugurados e instalados cinco Restaurantes Populares: de Erechim, São Gabriel e Charqueadas, este último em parceria com a Gerdau e Refeições Puras, no mês de junho; de Caxias do Sul, no mês de julho; e o de Passo Fundo, em agosto. Os convênios dos restaurantes populares do Município de Porto Alegre com a Associação Beneficente Bandeirão Popular Gaúcho e a entidade Comitê Gaúcho de Ação da Cidadania de Combate à Fome aguardam assinatura devido à necessidade de adequações na legislação pertinente, as quais possibilitarão ao Estado repassar recursos para entidades não-governamentais. No final de 2004, foram liberados R\$ 711 mil para dois restaurantes de Porto Alegre que beneficiam, diariamente, 800 pessoas de baixa renda.

– *Implementação dos Centros de Referência Alimentar e Nutricional (CRANS)* - O objetivo dos Centros de Referência em Alimentação e Nutrição é a constituição de espaços físicos que proporcionem acesso à capacitação, à educação, à alimentação balanceada e de qualidade, promovendo a dignidade, a convivência e a sociabilidade para segmentos populacionais, tais como: trabalhadores, desempregados, migrantes, idosos, gestantes, nutrizes, crianças, e pessoas que buscam serviços e freqüentam os grandes centros urbanos. Esses espaços também prevêm o acesso a serviços públicos, como reafirmação da cidadania, e o encaminhamento para a confecção de documentos, como Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, encaminhamentos ao SINE, e encaminhamentos a grupos de auto-ajuda. O Projeto dos Centros de Referência em Alimentação e Nutrição foi apresentado e aprovado na Plenária Geral do Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável do RS, no mês de junho de 2004. Os recursos previstos no orçamento do Tesouro, para implantação de um Centro de Referência em 2004, foram contingenciados. Porém, as ações relativas à articulação, negociação e deliberações foram concluídas, permitindo a manutenção de 50% da meta prevista no PPA/2004-2007.

– *Serviço de informação e cadastro de doações de alimentos* - Essa ação previa o mapeamento das doações de alimentos realizadas no Rio Grande do Sul e de possíveis beneficiários, criando um banco de dados dos doadores potenciais e dos recebedores ou beneficiários. Entretanto, a infra-estrutura prevista para sua execução era robusta e dispendiosa. Assim, a não-execução deve-se à conclusão de que a implantação da ação traria pouco retorno ou benefício à população, uma vez que várias entidades vêm realizando essa atividade, como por exemplo o Banco de Alimentos/FIERGS e o Gabinete da Primeira Dama do Estado. Na revisão do Plano Plurianual vigente essa ação foi extinta.

– *Treinamento e qualificação profissional em Alimentação e Nutrição* -

Esta ação objetiva a realização de treinamentos, cursos e capacitações, buscando a melhoria no desempenho dos atores envolvidos com a questão da insegurança alimentar, bem como no processo de alimentação e nutrição, tanto da população em vulnerabilidade, como da população em geral. Foi assinado contrato com o Instituto de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural (ICODES) para a realização de 12 cursos e 12 seminários, nas 12 macrorregiões do Estado (COREDES). Os cursos foram destinados aos Conselheiros dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar, membros de fóruns de Segurança Alimentar e lideranças comunitárias que atuam na área. Os seminários tiveram como clientela os membros dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar, membros dos Fóruns de Segurança Alimentar, membros dos Fóruns dos Consórcios de Segurança Alimentar do RS (CONSADs), lideranças comunitárias e representantes de organismos públicos estadual, municipal e federal que atuam na área das 12 macrorregiões do Estado (COREDES). Através desses seminários foi tratada a segurança alimentar e nutricional sustentável, e realizado o diagnóstico e planejamento local. Também foi encaminhado processo para a contratação do ICODES para realização de 80 cursos de Capacitação Básica sobre Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Programa Inclusão Total, nos 80 municípios do Estado pertencentes a este Programa. Os cursos visam capacitar os membros do comitê municipal, técnicos visitantes do Programa Inclusão Total, agentes comunitários, assistentes sociais, agentes do Programa Saúde da Família e membros dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e de Assistência Social, totalizando 1.600 pessoas, sendo 20 alunos em cada município.

FRENTES EMERGENCIAIS DE TRABALHO

O Programa **Frentes Emergenciais de Trabalho** proporciona geração de renda e possibilidades de trabalho para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, possibilitando que recebam capacitação profissional, renda mensal e encaminhamento a cooperativas ou frentes de trabalho. Os trabalhadores recebem da STCAS bolsa-auxílio de um salário mínimo, mais auxílio-alimentação no valor de R\$ 40,00, pelo período de seis meses para atividade laborais, pedagógicas e de qualificação profissional. O Programa está em execução desde dezembro de 2003 e os beneficiários vêm realizando atividades laborais que variam de acordo com suas necessidades. Foram beneficiadas 1,2 mil famílias gaúchas de 24 municípios, com recursos de R\$ 2,2 milhões, referentes a convênios assinados entre 2003 e 2004.

No que se refere à ação de *Geração emergencial de renda*, estão sendo beneficiadas 655 pessoas através da Associação Carlos Dorneles e da Associação dos Recicladores Cavahada. O Programa vem sendo executado em 03 etapas: a 1ª etapa beneficia 576 pessoas em 11 municípios; a 2ª beneficia 655 pessoas em 09 municípios; e a 3ª etapa, na qual o convênio ainda não foi assinado, beneficiará 1.225 pessoas em 17 municípios.

Com relação aos projetos derivados da Consulta Popular, foram firmados convênios com 13 prefeituras municipais e três entidades sociais, tendo sido contempladas as seguintes regiões: Centro-Sul, Fronteira Oeste, Litoral, Produção e Sul. Dessa forma, considerando que a liberação de recursos ocorreu no último bimestre do exercício de 2004, somente neste momento foi iniciada a execução do Programa, o qual atenderá cerca de 800 trabalhadores com as frentes destinadas aos movimentos sociais. Ao término dos trabalhos, é esperado que esses trabalhadores estejam capacitados para retornarem ao mercado

formal de trabalho ou, então, tenham condições de gerar renda de forma autônoma, cooperativada ou associativa.

GARANTIA DE RENDA MÍNIMA FAMILIAR - FAMÍLIA CIDADÃ

O Programa de **Garantia de Renda Mínima Familiar - Família Cidadã** é um programa de proteção social destinado a famílias que possuem sob sua responsabilidade crianças, adolescentes até 16 anos de idade e idosos em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir o acesso a programas e serviços de assistência social, educação, saúde, formação profissional e geração de trabalho e renda, bem como conceder benefício monetário para a complementação dos rendimentos das famílias.

No período de janeiro a dezembro de 2004, o montante de recursos investidos foi de R\$ 11,5 milhões, num total de 38.695 benefícios pagos a uma média mensal de 3.225 famílias. Da retomada do Programa, em abril de 2003, até o término da atual modalidade, no mês de dezembro, foram investidos recursos num total de R\$ 17,7 milhões, com 59.939 benefícios pagos a uma média mensal de 2.855 famílias.

O Programa foi encerrado na modalidade atual e o Projeto de Lei que modifica sua formatação, após análise e aprovação pela STCAS, será encaminhado à Assembléia Legislativa, alterando a Lei Estadual nº 11.620/01, que o criou. Em 2005 terá novas regras e passará a integrar o **Programa Inclusão Total**, coordenado pelo Gabinete do Governador, como uma ação denominada *Garantia de renda mínima familiar*, sob a responsabilidade da STCAS. Dentro desta ação, está previsto, para 2005, o atendimento a 10.000 famílias, através da concessão de benefício monetário para a complementação da renda familiar.

GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Programa, cujo objetivo é a prestação de assessoria técnica aos municípios para a implantação e a implementação de suas políticas de Assistência Social, apresentou, como resultado em 2004, a passagem de 10 municípios da Gestão Estadual para a Gestão Municipal da Assistência Social. Assim sendo, o total passa a ser de 403 municípios em Gestão Municipal no Estado do Rio Grande do Sul.

Através da ação de *Assessoramento técnico e capacitação em Assistência Social* foram realizadas, em 2004, atividades relacionadas à capacitação em assistência, como segue: participação e representação no Seminário Estadual de Políticas dos Povos Indígenas; participação em encontros realizados em Brasília e Minas Gerais para discussão das propostas de criação do Sistema Único de Assistência Social, promovidos pelo Governo Federal; participação em congressos de Assistência Social realizados em Fortaleza e em Sergipe, com a participação do Conselho Estadual de Assistência Social; realização de dois eventos do Programa Sentinela para capacitação dos gestores e técnicos dos municípios; realização de dois eventos de capacitação para a implantação e a operação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, aumentando de 23 para 50 o número de municípios no Estado que atuam no Programa, num crescimento superior a 110%; realização de sete eventos de capacitação regionalizada, referentes à 4ª etapa de revisão do Benefício de Prestação Continuada, com a participação de 11 técnicos do INSS e 120 técnicos

dos municípios que estão realizando a revisão, tendo atendido 203 municípios do Estado; realização de três capacitações para os conselheiros do Conselho Estadual de Assistência Social, com o objetivo de discutir o papel do Conselho e o controle social; realização de quatro etapas de capacitação para o Cadastro Único e Bolsa Família, a partir do termo de cooperação assinado entre o Governo do Estado e a União, para o atendimento de 464 municípios e 847 técnicos; capacitação de sete técnicos municipais para o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar - Família Cidadã; e realização do II Encontro Estadual de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil, com a participação das prefeituras e secretarias municipais, conselhos tutelares, conselhos em geral (estaduais e municipais), Brigada Militar, secretarias estaduais, ONGs, universidades, Ministério Público Estadual, profissionais e sociedade civil, com um público-alvo de 1.180 participantes.

IDOSO - VIVA BEM A IDADE QUE VOCÊ TEM

O Programa **Idoso – Viva Bem a Idade que Você Tem** está sendo desenvolvido através da criação do Fórum Intergovernamental, que já definiu seu Plano de Gestão da Política, bem como esboçou as primeiras ações integradas para 2005, as quais consubstanciarão o Plano. Foram realizados oito fóruns regionais do Estatuto do Idoso, atingindo gestores e idosos; foi prestado apoio aos VII Jogos de Integração do Idoso do RS e III Jogos da Região Sul, e à Jornada de Geriatria e Gerontologia. O Programa está centrado na Ação de Valorização do Idoso, tendo em vista a promulgação da Lei nº 10.741 - Estatuto do Idoso, que obteve ampla divulgação com a realização de Fóruns Regionais.

A ação voltada para a *Valorização do Idoso, integração de gerações e estímulo ao voluntariado*, desenvolvida em parceria com a SETUR/FUNDERGS, pautou-se, em 2004, pela realização da capacitação de 420 gestores municipais e 2.000 idosos, além de 10 técnicos da STCAS que atuam na área do idoso. Destaca-se, também a participação de 3.000 idosos nos Jogos de Integração, tanto na etapa da Região Sul, como na Estadual.

PROMOÇÃO DE DIREITOS DO CONSUMIDOR

De janeiro a outubro de 2004, o Programa Estadual de Defesa do Consumidor (PROCON) realizou 608 mil atendimentos, a saber:

Atendimentos do PROCON

Formas de atendimento	Número de atendimentos
Pessoal	71 mil
Telefone	41,9 mil
E-mail	79,7 mil
Telefone 151	415,4 mil
Total	608 mil

Na defesa dos direitos do consumidor, o PROCON fiscalizou 283 postos de gasolina de Porto Alegre e da Região Metropolitana, autuando 22, e ingressou na Justiça com processos administrativos contra dois operadoras de planos de saúde, revertendo o aumento abusivo das mensalidades em 81,6%. Também

entregou 551 notificações a empresas que apresentaram algum tipo de irregularidade na relação com o consumidor. Além disso, durante o ano de 2004, o PROCON reduziu de 20 mil para 4 mil o número de processos administrativos e implementou 12 termos de cooperação técnica com entidades, resultando na redução de 30% nos atendimentos diretos. Com os grandes fornecedores (áreas de telefonia, varejo e distribuidores de energia elétrica), foram estabelecidos fluxos de encaminhamentos de reclamações, o que reduziu a demanda de atendimentos do órgão em 50%.

A ação de *Fiscalização do mercado consumidor* é uma ação permanente, que aguarda licitação para posterior empenho e aquisição de viaturas para a fiscalização. Desse modo, a fiscalização realizada através da visita sistemática às empresas ocorreu de forma lenta, devido à falta de veículos, os quais estão sendo licitados. As visitas realizadas com maior efetividade foram as que resultaram de queixas e denúncias dos consumidores.

No que se refere à *Municipalização dos PROCONs*, foram instalados nove PROCONs municipais e encaminhados mais 20 projetos a Prefeituras Municipais.

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Este Programa executou basicamente a ação de repasse aos municípios para financiamento de projetos, via Fundo Estadual da Criança e do Adolescente. Os resultados atingidos foram no sentido de desenvolvimento de novos projetos e continuidade de outros que garantem o atendimento a crianças e adolescentes, através do apoio financeiro a instituições da sociedade civil.

REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Neste Programa foram aditados 213 municípios, no valor de R\$ 1,9 milhão para atendimento a 62.002 pessoas, e foram assinados novos convênios com 49 municípios, no valor de R\$ 530,6 mil para atendimento de 7.785 pessoas, totalizando R\$ 2,4 milhões e 69.787 pessoas atendidas nas seguintes modalidades: Abrigo Albergue; Abrigo Criança; Atendimento Sócio-Educativo em Meio Aberto; e, Atendimento Social de Rua.

O número de municípios atendidos em gestão municipal atingiu uma meta de 403 municípios, correspondente a 102,03% do previsto em dezembro de 2003 para o exercício de 2004. Esses municípios estão aptos a receberem os recursos da Rede de Assistência Social advindos dos Fundos Nacional e Estadual da Assistência Social.

TERRAS INDÍGENAS E ETNOSSUSTENTABILIDADE

Este Programa tem como objetivo garantir o acesso à terra e à etnossustentabilidade, condição básica para a autodeterminação das comunidades indígenas Kaingang e Guarani do Estado. Muitas dessas comunidades encontram-se hoje acampadas ao longo das rodovias em situação de extrema precariedade.

Tendo em vista a constatação do alto índice de desnutrição reinante nas comunidades indígenas, foi eleita como emergencial a distribuição de cestas básicas, em convênio com o MESA e a coordenação e execução da STCAS.

A ação voltada para o desenvolvimento de *Práticas Cultivares e Alimentares* foi executada através da distribuição de 2.700 cestas/mês, pelo

período de 08 meses, numa parceria com o órgão setorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE COM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE

O Programa, executado pela **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE)** visa qualificar o atendimento ao jovem infrator com privação ou restrição de liberdade, diminuindo a reincidência de atos infracionais por ele praticados, reintegrando-o à sociedade. Atualmente, a Instituição possui 16 unidades no sistema de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais, sendo 12 de internação, uma de internação provisória e três de semiliberdade, seis delas em Porto Alegre e 10 no Interior do Estado.

Com 16 unidades no Estado, os investimentos da Fundação totalizaram R\$ 53,5 milhões, em 2004, ano da inauguração do Centro de Atendimento Sócio-Educativo de Novo Hamburgo, a mais moderna unidade da FASE no Estado e única no País.

O número total de adolescentes internados em Unidades da FASE, em 2004, foi de 1.067, sendo 169 em internação provisória; 596 em internação sem possibilidade de atividade externa; 230 em internação com possibilidade de atividade externa; 35 em regressão de medida do meio aberto; e 37 em semiliberdade. Neste ano, uma das principais realizações da Fundação foi a de levar atendimento psiquiátrico a todos os internos no Estado. Através de convênio com cooperativas médicas, passou a oferecer atendimento psiquiátrico constante aos 393 menores que cumprem medida sócio-educativa.

A ausência de vagas disponíveis continua sendo um dos principais problemas do sistema de atendimento, constituindo-se numa das preocupações centrais da atual gestão. Foi elaborado projeto para a criação de novas vagas em Porto Alegre a partir da readequação de estruturas existentes, o que possibilitará, a médio prazo, a criação de mais vagas.

PROTEÇÃO QUALIFICADA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A **Fundação de Proteção Especial (FPERGS)**, através do desenvolvimento do Programa **Proteção Qualificada à Criança e ao Adolescente** atende, nos 42 abrigos da Capital e cinco do Interior, a uma média mensal de 650 crianças e adolescentes que vivem em regime de abrigagem, e mais 530 em meio aberto, beneficiadas com atividades sócio-educativas no horário inverso ao da escola. Em 2004, 89 crianças e adolescentes ingressaram nos abrigos da FPERGS (90% de Porto Alegre e 10% da Região Metropolitana), 97 crianças e jovens retornaram ao convívio de suas famílias e 10 foram adotados.

Os cursos de qualificação profissional, ministrados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), passaram a ser freqüentados por 100 adolescentes.

Na Vila Grande Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, mais de 280 crianças e jovens em situação de alta vulnerabilidade social, passaram a contar, diariamente, com oficinas de profissionalização, reforço escolar e atividades esportivas promovidas pelo Centro Infante-Juvenil Zona Sul, no horário inverso ao turno escolar.

ARTESANATO GAÚCHO

O Programa **Artesanato Gaúcho**, desenvolvido pela **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)** busca incentivar a organização dos artesãos no Rio Grande do Sul, através de associações, cooperativas e núcleos de produção, como forma de valorização do trabalho, oportunizando a geração de renda. Atualmente, estão cadastrados no Programa, através da ação de *Cadastramento e identificação*, 52.192 artesãos que, de posse da Carteira de Identidade de Artesãos, possuem autonomia como profissionais liberais, podendo emitir notas fiscais com isenção de 17% do ICMS, contribuir e gozar de todos os benefícios oferecidos pela Previdência Social, obter declaração de rendimentos para fins de Imposto de Renda, crédito pessoal e abertura de conta corrente em estabelecimentos de crédito bancário, bem como participar de feiras e exposições estaduais, nacionais e internacionais. Esta Ação ultrapassou em mais de 100% a meta prevista para o ano de 2004, fixada em 2.500 atendimentos. No período de 01 de janeiro a 31 dezembro, foram atendidos 11.789 artesãos.

INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

A **Intermediação de Mão-de-Obra** é um Programa do Ministério do Trabalho e Emprego, executado em parceria com o Governo do Estado, através de convênio, para o repasse de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com o objetivo de viabilizar a empregabilidade de trabalhadores que demandam diariamente as Agências da FGTAS/SINE.

O atraso, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, no repasse das parcelas dificultou a execução de algumas ações, ocasionando, em algumas delas, o não-atigimento das metas programadas. Entretanto, cabe salientar que a colocação de trabalhadores no mercado de trabalho vem atingindo resultados significativos, através das ações desenvolvidas, como segue: .

– *Colocação de trabalhadores no mercado de trabalho* - No período de janeiro a novembro de 2004, foram colocados no mercado de trabalho 72,4 mil trabalhadores, sendo 144 portadores de deficiência física, 47% a mais do que no mesmo período de 2003. As vagas foram obtidas pelas 132 agências do FGTAS/SINE, instaladas em 126 municípios, tendo sido inauguradas 11 em 2004. O número de trabalhadores colocados na Região Metropolitana de Porto Alegre cresceu 52,06%, num total de 21,9 mil pessoas. Até novembro, as agências FGTAS/SINE emitiram 138,4 mil Carteiras de Trabalho e Previdência Social. Para os artesãos, a Fundação emitiu, entre janeiro e novembro de 2004, 4,7 mil carteiras;

– *Intermediação do trabalhador autônomo* - 2.023 trabalhadores autônomos foram intermediados;

– *Orientação para o trabalho* - 409 trabalhadores desempregados foram beneficiados;

– *Qualificação de servidores* - 320 servidores foram treinados; essa atividade ficou prejudicada no primeiro semestre do ano, em razão do atraso no repasse de recursos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (PED)

Até dezembro de 2004, foram concluídos 11 meses de pesquisa de campo e divulgados 10 Informes PED-RMPA, com coletiva à imprensa, distribuição da publicação mensal (Informe PED-RMPA) e disponibilização da série de dados na Internet (páginas da FEE e da FGTAS).

Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de novembro de 2004, elaborada através de convênio entre a FGTAS, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) mostram que a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre caiu, pelo sétimo mês consecutivo, passando de 14,8%, em outubro, para 14,5% da População Economicamente Ativa, em novembro. Segundo a Pesquisa, a saída de 24.000 pessoas da força de trabalho, combinada à redução de 15.000 postos de trabalho, resultou na diminuição de 9.000 pessoas no contingente de desempregados, estimado em 260.000 indivíduos.

O nível ocupacional na Região Metropolitana apresentou variação negativa de 0,9%, ficando em 1.536 pessoas o contingente de ocupados no Estado. Os setores que mais contribuíram para essa queda foram Indústria, com redução em 10.000 no número de ocupados, e Serviços, com uma queda de 3.000 postos de trabalho. O Comércio manteve nível de ocupações praticamente inalterado em novembro.

SEGURO-DESEMPREGO

O Programa **Seguro-Desemprego** vem sendo executado nas 131 Agências FGTAS/SINE do Estado, com o encaminhamento de requerimento do trabalhador-desempregado, para recebimento do benefício de seguro-desemprego e de cadastramento do trabalhador para recolocação no mercado de trabalho. Está dividido em três categorias: Seguro-Desemprego do Trabalhador Formal, Seguro-Desemprego do Empregado Doméstico e Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal – sendo que esta última categoria objetiva proporcionar o recebimento do benefício ao pescador artesanal, para a sua manutenção e a de sua família, durante o período do defeso, visando garantir a sobrevivência das espécies.

O número de atendimentos no Seguro-Desemprego, de janeiro a outubro de 2004, através das Agências FGTAS/SINE, foi de 371.669 trabalhadores; e o número de requerimentos de Seguro-Desemprego foi de 247.601 trabalhadores.

O desempenho no Programa Seguro-Desemprego das Agências FGTAS/SINE no Estado é medido pela taxa de habilitação dos requerentes de seguro-desemprego. De janeiro a setembro de 2004, foi atingida a taxa de habilitação de 98,84% no Seguro-Desemprego Formal; de 97,68% no Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal; e, de 93,09% no Seguro-Desemprego Empregado Doméstico.

No Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, estão sendo realizados mutirões de atendimento, visando evitar o deslocamento dos pescadores, para requerer o seguro-desemprego, no período de proibição da pesca. Esta forma de atendimento é fundamental na medida que atinge um volume maior de pescadores e suas famílias, garantindo-lhes a sua manutenção e aumentando a segurança no encaminhamento do seguro-desemprego.

Com base na reestruturação programática implementada pela STCAS no decorrer de 2004, podem ser destacadas, dentre as ações a serem desenvolvidas em 2005, pela Secretaria e seus Órgãos Vinculados, as identificadas a seguir.

No Programa de **Coordenação Geral das Políticas de Trabalho, Cidadania e Assistência Social** está programado:

– *Capacitação de gestores, funcionários e atores do Trabalho, Cidadania e Assistência Social* - Capacitação de 4.500 funcionários, gestores e atores da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social;

– *Modernização da gestão* - Criação de um banco de dados no campo das políticas públicas da área do Trabalho, Cidadania e Assistência Social;

– *Monitoramento e avaliação* - Criação de plano específico de monitoramento e avaliação dos programas, projetos, ações e atividades de rotina da STCAS.

Dentro do **Programa Estadual de Segurança Alimentar**, destacam-se as ações de:

– *Implementação dos Centros de Referência Alimentar Nutricional (CRANs)* - Implantação de três Centros de Referência nos Municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul e Passo Fundo, incluindo o Serviço de Vigilância Alimentar e Nutricional dos usuários, serviços de cidadania e cursos de capacitação e qualificação básica sobre higiene, manipulação e acondicionamento de alimentos, (40h);

– *Construção e Implantação dos Restaurantes Populares* - Implantação de 10 Restaurantes Populares, conforme a demanda de municípios e organizações não-governamentais;

– *Gestão e Articulação Intersetorial da Política de Segurança Alimentar com as Demais Políticas Sociais* - Realização de cursos de gestão, planejamento e administração de restaurantes para os Grupos Gestores dos Restaurantes Populares (20h); realização de cursos de capacitação sobre o papel e a atuação dos membros dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar; realização da Semana Mundial da Alimentação, no mês de outubro; realização de Conferências Municipais e Microrregionais de Segurança Alimentar, no último trimestre do ano, para preparação da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar; realização do II Encontro Estadual das Universidades sobre Segurança Alimentar, no mês de abril; elaboração do Diagnóstico da Insegurança Alimentar no RS, previsto na Lei nº 11.914; Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - acompanhamento da execução dos projetos; apoio e participação no CONSEA/RS; elaboração do Plano Estadual com o Comitê de Articulação e Integração dos Programas e Ações de SANS; aquisição de cestas básicas, e implantação de cozinhas e hortas comunitárias, através da Consulta Popular.

O **Programa Estadual de Geração de Renda** prevê ações voltadas para:

– *Apoio ao empreendedorismo* - Apoio financeiro, mediante convênios com municípios, a 16.000 trabalhadores de baixa renda e com dificuldades de

inserção no mercado de trabalho;

– *Frentes emergenciais de trabalho* - Apoio à geração de trabalho e renda, através de frentes de trabalho implementadas por convênios com municípios ou entidades, visando ao atendimento de 3.387 pessoas;

– *Primeiro emprego/RS* - Estímulo para a contratação de jovens com carteira de trabalho, com meta de empregar 5.000 jovens;

– *Qualificando o trabalhador* - Capacitação de 60.000 pessoas, mediante a realização de cursos, seminários e outras ações de qualificação profissional.

No **Programa Estadual de Assistência Social**, são previstas ações referentes a:

– *Capacitação na Política de Assistência Social (FEAS)* - Capacitação de 496 gestores, conselheiros e agentes executores da Rede de Atendimento;

– *Gestão da Política de Assistência Social (FEAS)* - Orientação e instrumentalização a 390 gestores municipais para implantar e implementar a Política de Assistência Social;

– *Publicidade relativa à Política de Assistência Social (FEAS)* – Divulgação das ações sobre a Política de Assistência Social nos meios de comunicação, por meio de 20 peças publicitárias;

– *Rede de Assistência Social (FEAS)* - Apoio financeiro aos municípios para implementação de ações de atendimento a 39.000 pessoas, entre crianças, adolescentes, famílias, idosos, portadores de deficiência e pessoas adultas.

O **Programa Estadual de Garantia, Promoção e Defesa do Cidadão** tem programado para 2005:

– *Fiscalização do mercado de consumo (FECON)* - Fiscalização de 5.000 estabelecimentos, visando resguardar os interesses dos consumidores;

– *Municipalização dos PROCONs (FECON)* - Instalação de PROCONs em 160 municípios, para garantir o atendimento do consumidor;

– *Promoção dos direitos do Consumidor* - Implantação de um sistema de informação, modernizando a gestão para a maior eficiência e eficácia nos processos relativos à garantia e à defesa dos direitos do consumidor;

– *Publicidade e informação ao Consumidor (FECON)* - Divulgação de informações aos consumidores, visando conscientizá-los na defesa de seus direitos no mercado de consumo, atingindo cerca de 30.000 pessoas;

– *Promoção dos direitos da Mulher* – Atendimento de 50 municípios através de: implantação de conselhos municipais; capacitação de conselheiros e atores municipais, por meio de seminários e oficinas regionais; elaboração de subsídios técnicos de orientação a municípios e a serviços específicos;

– *Promoção dos direitos das Comunidades Negras* - Contratação de instituições para elaborar relatório técnico sobre delimitação, reconhecimento,

regularização fundiária, demarcação, titulação e registro imobiliário de áreas ocupadas; e, estímulo à geração de renda e organização de dados, com previsão de atendimento a seis comunidades (quilombolas);

– *Promoção dos direitos dos Povos Indígenas* – Atendimento de três comunidades indígenas através de: aquisição de áreas para assentamento dessas comunidades; elaboração de diagnósticos das práticas sociais e ambientais para a etnossustentabilidade indígena; estímulo às oficinas de artesanato; favorecimento da construção de quiosques às margens das rodovias/parques próximos a áreas indígenas, para a comercialização do artesanato;

– *Proteção e atenção integral ao Idoso* – Atendimento de 5.000 idosos, através de: repasse de recursos aos municípios para aquisição de equipamentos e/ou construção de Centros de Convivência para Idosos; execução de ações sócio-culturais e profissionalizantes; implantação/implementação de espaços de discussão e reflexão da política do idoso; criação de banco de dados; financiamento de pesquisa relativa à situação do idoso.

No **Programa Estadual de Garantia, Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente**, as ações previstas são:

– *Apoio a projetos e ações para atendimento de Crianças e Adolescentes (FECA)* - Repasse de recursos financeiros, visando beneficiar 200 projetos e ações municipais necessárias à garantia dos direitos da criança e do adolescente;

– *Capacitação de Conselheiros Tutelares e de Direito da Criança e do Adolescente (FECA)* - Realização de cursos e seminários para a capacitação de 200 Conselheiros;

– *Criação do Fórum Intergovernamental Permanente da Criança e do Adolescente (FECA)* - Implantação e implementação do Fórum para a articulação de 10 ações de políticas públicas entre secretarias e entidades públicas estaduais;

– *Enfrentamento à violência infanto-juvenil* - Repasse de recursos aos municípios para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência;

– *Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: Capacitação de Gestores, Conselheiros e Profissionais* - Capacitação de 8.057 profissionais multiplicadores para o exercício específico de suas funções;

– *Estímulo à convivência familiar e comunitária da Criança e do Adolescente* - Repasse de recursos financeiros aos municípios para o atendimento de 03 Centros de Referência;

– *Implantação de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (FECA)* - Implantação de 60 Conselhos Municipais;

– *Instalação do Sistema de Informação para Criança e Adolescente (FECA)* – Implantação, implementação, coordenação e gerenciamento do Sistema junto a 20 Conselheiros Tutelares para que atuem em rede;

– *Medidas sócio-educativas em meio aberto* - Atendimento a 100 crianças através de políticas sociais públicas;

– *Publicidade para garantia dos direitos da Criança e do Adolescente (FECA)* - Divulgação, por meio de cinco peças publicitárias, de informações de atos e atividades que assegurem os direitos da criança e do adolescente;

– *Violência sexual - Criação dos Centros de Atendimento Integrado* - Implantação de Centros de Referência para atendimento integrado, nos hospitais do SUS, em municípios-pólo;

– *Violência sexual - Implantação de Serviços de Atendimento Psicossocial a Crianças e Adolescentes* - Implantação de serviços especializados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Vinculadas ao Programa de **Atendimento ao Adolescente com Medida Sócio-Educativa de Internação e Semiliberdade**, desenvolvido pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE), podem ser destacadas as ações voltadas para:

– *Acesso à formação profissional e atividades socializantes* – Garantia de acesso do adolescente a cursos de formação profissional, trabalho educativo e atividades socializantes, com uma meta prevista de 32.400h/aula;

– *Acesso ao Ensino Básico* - Qualificação e ampliação do atendimento no Ensino Básico, visando atingir 100% de adolescentes matriculados;

– *Ampliação e readequação das Unidades de Atendimento* - Criação de novas unidades e redimensionamento das áreas de atendimento, visando ampliar para 166 o número de vagas;

– *Atendimento ao egresso* - Mobilização das comunidades para a implantação de redes de atendimento, visando acolher 100% dos egressos do sistema FASE-RS;

– *Atendimento sócio-educativo* - Atendimento a 1.364 adolescentes através de medidas socioeducativas pertinentes à Fundação;

– *Co-gestão das medidas de semiliberdade* - Disponibilização de 20 vagas, por meio de parcerias para a execução de medida de semiliberdade.

– *Convênios com Universidades* - Realização de quatro convênios, visando à atualização da ação institucional em parceria com a produção acadêmica;

– *Custódia* - Regionalização e qualificação do serviço de custódia, a fim de atender em 100% a demanda crescente de deslocamentos de adolescentes no Estado;

– *Qualificação dos servidores sócio-educativos* - Qualificação do atendimento sócio-educativo através da capacitação dos servidores.

Dentro das ações vinculadas ao **Sistema de Informatização da FASE**, estão previstos:

– *Informatização da Administração* - Implantação do sistema de administração com a criação do banco de dados de informações gerenciais da Fundação;

– *Sistema de Informações sobre Adolescentes* - Cadastramento e registro da história progressa e atualizada dos adolescentes.

Com vistas a propiciar uma **Proteção Qualificada à Criança e ao Adolescente**, a Fundação de Proteção Especial (FPERGS) programou para 2005:

– *Atendimento dos Abrigos de Crianças e Adolescentes* - Garantia do atendimento qualificado a 1.350 crianças;

– *Capacitar para qualificar* - Realização de seis cursos para a capacitação permanente e sistemática do servidor;

– *Diagnóstico das medidas protetivas da FPERGS* - Atendimento de 1.350 crianças e adolescentes;

– *Difusão do papel da FPERGS junto à comunidade interna e externa* - Reafirmação da proposta de atendimento protetivo com valorização do vínculo familiar, reinserção social, iniciação profissional e aumento da escolaridade, através da realização de 12 eventos, entre cursos, seminários e campanhas promocionais;

– *Parcerias para qualificação* - Formação de parcerias junto à iniciativa privada, ONGs e entidades filantrópicas para o atendimento de 1.350 crianças e adolescentes;

– *Reordenamento físico das Unidades de Atendimento* - Construção de três abrigos que atendam às especificidades estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no trato de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;

– *Reordenamento para qualificar* - Reordenamento da rede de atendimento, transformando os abrigos institucionais em abrigos residenciais; ampliação dos Centros Sociais, com ênfase pedagógica e de formação do cidadão; e articulação com municípios para o atendimento a 1.350 crianças e adolescentes, nos termos do art. 88 do ECA.

A Fundação Gaúcha do Trabalho (FGTAS), através do **Programa Gaúcho do Artesanato**, prevê para 2005:

– *Apoio e promoção de eventos* - Realização de 10 eventos de apoio e promoção da atividade artesanal no Estado;

– *Cadastramento e identificação* - Atendimento a 4.000 pessoas, com habilitação profissional e identificação do produto artesanal;

– *Promoção e qualificação técnica e empreendedora do Artesão* - Realização de cursos e oficinas de capacitação, qualificação e aperfeiçoamento para 400 pessoas.

Por outro lado, através da **Ação Social Comunitária** estão

programados:

– *Atendimento à comunidade no Parque de Recreação do Trabalhador* - Atendimento a 100.000 pessoas participantes das atividades de caráter educativo, cultural, pedagógico, esportivo e de lazer;

– *Atendimento à comunidade no Vida Centro Humanístico* - Atendimento a 165.000 pessoas carentes, a partir de atividades voltadas para a saúde, assistência social, educação, esporte, lazer, cultura e preparação para o trabalho;

– *Centro de Eventos no Parque de Recreação do Trabalhador* - Implantação e implementação de um Centro de Eventos para a realização de eventos da FGTAS, STCAS e demais órgãos governamentais e não-governamentais.

No que se refere à **Intermediação de Mão de Obra** estão previstos pela FGTAS as seguintes ações:

– *Colocação de trabalhadores no mercado de trabalho* - Colocação, no mercado de trabalho, de 75.000 trabalhadores, inscritos no Sistema de Intermediação/SINE;

– *Intermediação do trabalhador autônomo* - Intermediação de 3.418 trabalhadores, através do Centro do Trabalhador Autônomo, que oferece à comunidade profissionais para trabalhos por curto período de tempo;

– *Orientação para o trabalho* - Disponibilização de um espaço para a formação e educação de trabalhadores desempregados, visando a sua reinserção no mercado de trabalho, com uma meta de beneficiar 800 trabalhadores desempregados;

– *Qualificação de servidores* - Capacitação de 1.339 servidores, através de cursos sobre os programas executados pela FGTAS;

– *Realização de seminários sobre o mercado de trabalho* - Realização de três seminários para discussão do comportamento de mercado de trabalho, visando ao aprimoramento dos serviços prestados e, em especial, à intermediação de mão-de-obra.

Com relação ao **Seguro-Desemprego**, está prevista a *Habilitação ao Seguro-Desemprego*, através da qual será feita a verificação da documentação apresentada pelo trabalhador para possibilitar o recebimento do benefício.

No que respeita à **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**, está prevista a realização de pesquisa sistemática sobre o *Desempenho do mercado de trabalho na RMPA*, em cerca de 32.400 domicílios, de forma a possibilitar o conhecimento e o acompanhamento da situação do mercado de trabalho na Região Metropolitana.

CULTURA

À **Secretaria da Cultura** (SEDAC), como órgão responsável pela política cultural no Estado, compete resgatar, fomentar, valorizar e preservar os valores culturais do povo gaúcho. Seu raio de atuação extrapola a dimensão da Secretaria e integra-se a outros órgãos estaduais, prefeituras municipais, entidades de classe e comunidade cultural, bem como ao Ministério da Cultura e entidades internacionais ligadas ao tema. Os órgãos do Executivo estadual vinculados à SEDAC são: a Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF); a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA); a Fundação Theatro São Pedro (FTSP); a Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão (FCP-RTV), que compreende a Televisão Educativa (TVE) e a Rádio FM Cultura. Além destas fundações, inúmeros museus, bibliotecas e institutos, centros culturais e teatros estão vinculados à Secretaria.

Deve-se registrar que o número de eventos e atividades realizadas nas instituições ligadas à Secretaria da Cultura cresceu 50% de 2003 para 2004, atendendo a um público 24% maior. Em 2004, os Museus de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS), Júlio de Castilhos e de Comunicação Social Hipólito José da Costa, o Theatro São Pedro, os Institutos Gaúcho de Tradição e Folclore, Estadual de Cinema e Estadual do Livro, o Memorial do Rio Grande do Sul, a Casa de Cultura Mário Quintana, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), a Biblioteca Pública do Estado, o Instituto Estadual de Música, através do seu projeto Roda Som, e o Instituto Estadual de Cinema, através do projeto Roda Cine, realizaram 1.060 eventos/atividades, assistidos por um público estimado em 914,8 mil pessoas.

Ainda durante o período 2003/2004, através da Lei de Incentivo à Cultura, foram aprovados 642 projetos. As empresas que investem nos projetos culturais aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura são recompensadas com a redução do ICMS. Em dois anos, o Estado investiu R\$ 54,4 milhões em favor de 642 projetos que beneficiaram um público estimado em 16,8 milhões de participantes – 7,8 milhões em 2003, e 9 milhões em 2004. A Lei de Incentivo à Cultura Gaúcha é a de maior eficácia e volume de recursos em termos de leis estaduais de incentivo no Brasil.

Fruto deste intenso trabalho que vem sendo realizado, a Secretaria de Estado da Cultura conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Prêmio Top de Marketing Cultural ADVB 2004. O *case* apresentado foi o “Brasil dos Gaúchos”, evento que divulgou o Rio Grande do Sul, através da cultura rio-grandense, no Centro Cultural dos Correios, no Rio de Janeiro, de 17 de agosto a 12 de setembro de 2004.

O Programa **Biblios Museum**, desenvolvido pela **Secretaria da Cultura**, tem por objetivo suprir as necessidades de conhecimento da comunidade através da atualização, ampliação e modernização das formas de acesso aos acervos de museus e bibliotecas públicas. As ações compreendem tanto a *Aquisição de livros novos* para as bibliotecas públicas como a *Informatização dos museus*, executadas através de pleitos da Consulta Popular. Em 2004 demandaram aquisição de livros novos 14 municípios, dos quais sete já receberam recursos e os demais aguardam repasse para breve. Demandaram a informatização de seus Museus os municípios de Butiá, Charqueadas, Camaquã,

Dom Feliciano, Rio Grande e Tapes, que já tiveram os recursos transferidos.

Na área de cinema, está sendo implementado o Programa **Complexo Cinematográfico do Rio Grande do Sul**, para incrementar o desenvolvimento do setor audiovisual gaúcho. Neste Programa estão previstos tanto a *Compra de equipamentos* quanto as *Obras de infra-estrutura necessárias no Complexo*.

O Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura, e a Rio Grande Energia (RGE) são parceiros no lançamento do prêmio que incentiva a produção cinematográfica gaúcha. O III Prêmio RGE - Governo RS de Cinema, lançado durante o 32º Festival de Cinema de Gramado de 2004, é considerado o maior do gênero no Brasil. A seleção abrange projetos inéditos para a produção de filmes de longa-metragem em 35 mm. Em cada edição, os três projetos selecionados são contemplados com um prêmio em dinheiro para a produção dos filmes. O prêmio vem garantindo um patamar de dois a três longas produzidos ao ano e trouxe a perspectiva de consolidação de uma política local permanente de financiamento das produções cinematográficas. Na terceira edição, está sendo oferecido o maior incentivo já concedido na história do setor audiovisual brasileiro. Cada um dos três projetos vencedores receberá R\$ 1,5 milhão da RGE, através da Lei de Incentivo à Cultura do Estado e da Lei Federal de Audiovisual. A CEEE, através da Lei de Incentivo à Cultura, patrocinou a realização de longas-metragens que terão lançamento ainda em 2005.

Já o Programa **Interiorização da Cultura** se propõe a ser um canal de comunicação entre os municípios. Com base no fato de que muitos dos espaços culturais existentes nos municípios encontram-se desativados ou desatualizados em seus equipamentos, a Secretaria da Cultura lançou os Macro Encontros Regionais em parceria com a FAMURS e os COMUDES. Foram realizados oito Encontros (Espumoso, Cachoeira do Sul, Arvorezinha, Caçapava do Sul, Horizontina, Parobé e Rio Pardo). enfocando as áreas de Patrimônio, Museologia, Folclore, Artes Cênicas, Artes Visuais, Livro, Cinema, Literatura.

Com o intuito de construir, criar, reaproveitar, readaptar, implantar, reformar ou modernizar espaços culturais, 18 municípios demandaram recursos da Consulta Popular, encontrando-se em diferentes estágios: alguns já tiveram o recurso transferido, outros estão elaborando projeto e plano de trabalho, alguns documentos estão em análise e alguns municípios necessitam regularizar sua situação junto ao CADIN.

Para fomentar a produção, integração e expansão de atividades culturais, várias ações estão organizadas no Programa **Produção e Expansão Cultural**, entre elas: *Rompendo Fronteiras* – que consiste na execução de atividades conjuntas com outros Estados ou Países, com a finalidade de valorizar a pluralidade e diversidade artístico-cultural; *Cultura Fazendo Arte* – intercâmbio de atividades culturais que visa a ampliação do conhecimento cultural da população, através de seminários, palestras, oficinas, apresentações artísticas, etc. (incluindo o Salão Gaúcho de Artes Plásticas e a Manutenção da Casa do Artista Riograndense); e *Registro e Memória Cultural* – apoio a pesquisas, projetos, documentação histórica, acervos e atividades culturais em geral (incluindo Arquivo Histórico e Instituto Estadual do Livro).

Na Consulta Popular de 2004, cinco COREDEs demandaram recursos

da ação *Cultura Fazendo Arte*. O município definido pelo COREDE Produção para receber recursos foi Santo Antônio do Planalto; pelo COREDE Serra, Caxias do Sul; os COREDES Missões, Paranhana – Encosta da Serra e Litoral ainda não definiram em qual município os recursos devem ser alocados.

A Secretaria da Cultura participou do cinquentenário da Feira do Livro em 2004, levando para a praça da Alfândega, através de suas instituições, música, teatro, dança, cinema, artes plásticas, patrimônio e literatura. Editou e distribuiu, ainda, 10 mil exemplares da revista "Cultura na Praça", dando ênfase à programação elaborada pelas instituições da SEDAC no evento. A pedido da Câmara Rio-Grandense do Livro, a Secretaria reservou espaço do Memorial do Rio Grande do Sul para ser a sede administrativa da Feira. Além disso, a Casa de Cultura Mário Quintana e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul abrigaram uma programação diversificada de mesas de debates, oficinas e peças teatrais, com entrada franca.

O Rio Grande do Sul é o primeiro Estado a promulgar uma lei destinada a fomentar o desenvolvimento cultural, estimular a criação artística e literária e reconhecer o livro como instrumento para a formação educacional, a promoção social e a manifestação da identidade cultural do Estado. O Decreto 43.036 regulamentou, em 2004, a Lei do Livro (11.670, de 2001). A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul já vem obtendo os benefícios da Lei do Livro, recebendo de algumas editoras os lançamentos de autores gaúchos e nacionais.

O Programa **RS – Patrimônio Cultural** tem por objetivo restaurar e resgatar os bens tangíveis e intangíveis do patrimônio histórico, artístico e arqueológico do Rio Grande do Sul. Entre suas ações estão o *Monumenta Porto Alegre* e a *Preservação e restauração do patrimônio e bens culturais*. A Consulta Popular 2004 recebeu demandas por recursos, destinados à preservação e conservação de patrimônio alocadas nos municípios de Cândido Godói, Rosário do Sul (Teatro Municipal), Caçapava do Sul, Canela (Teatro Municipal e prédios históricos), Pelotas e Piratini (Museu Histórico Farroupilha).

No que diz respeito ao *Monumenta Porto Alegre*, deve-se ressaltar que a preservação de prédios integrantes do Patrimônio Histórico Nacional é um Programa do Ministério da Cultura (MINC) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a Cooperação da UNESCO. As obras de restauração serão efetuadas em monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), localizados no sítio histórico de Porto Alegre, que vai da Praça da Matriz até o Cais do Porto e seu entorno. Pelo acordo firmado em setembro de 2004 entre os governos estadual e municipal, a Prefeitura se encarregará das obras de restauração dos prédios da Biblioteca Pública do Estado, do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e do Memorial do Rio Grande do Sul, e o Governo do Estado, como contrapartida, executará obras de restauração das fachadas do Palácio Piratini, bem como o cadastro dos demais prédios históricos de Porto Alegre. A empresa vencedora da licitação começou a obra de restauração do Palácio Piratini em dezembro. Quanto às obras da Biblioteca Pública, o início está atrasado em função da transição do chefe do poder executivo municipal de Porto Alegre, empossado em janeiro de 2005.

Os planos da Secretaria de Estado da Cultura para o ano de 2005 serão concretizados com os recursos consignados no Orçamento do Estado, assim como com o apoio dos patrocinadores e produtores culturais. O importante projeto de Revitalização do Cais do Porto de Porto Alegre deve ser reformulado e será discutido no Programa de Parceria Público-Privado (PPP), iniciativa essencial para concretizar a implantação deste complexo cultural.

Através do Programa **Realizações Artísticas e Culturais**, sob a responsabilidade da **Fundação Theatro São Pedro (FTSP)**, mais de 80 mil pessoas assistiram, no ano de 2004, a espetáculos de música, danças e artes cênicas.

Já foram captados R\$ 11 milhões, via Lei de Incentivo à Cultura do Estado e Lei Rouanet, dos R\$ 25 milhões necessários para a construção do **Multipalco Theatro São Pedro**, um complexo cultural localizado ao lado do teatro, com mais de 15 mil m² de construção. O BANRISUL contribuirá, pela Lei Rouanet, com R\$ 4,3 milhões, já tendo efetivamente destinado ao projeto R\$ 2,1 milhões. Em 2004, foram realizados os trabalhos de contenção das encostas, com conclusão prevista para o mês de dezembro, e foram iniciados os trabalhos de locação das sapatas e pilares do primeiro terço da obra. A conclusão dos três andares de estacionamento está prevista para abril de 2005. Foi realizado um terço do piso do terceiro subsolo da obra, executados os pilares correspondentes a este terço e colocadas as armações destinadas à concretagem da laje do segundo subsolo, correspondente a este mesmo terço da obra. Seguem os serviços de detonação e remoção de rochas e a execução das cortinas restantes e seu atirantamento. Até o momento foram retirados cerca de 40 mil m³ de terra, executados cerca de 1.500 m³ de concreto e 568 unidades de tirantes. Na avaliação da FTSP, as obras estão em pleno desenvolvimento, dentro dos prazos estabelecidos, com 53 funcionários trabalhando na obra diariamente. A previsão de conclusão do projeto é final de 2006.

A atuação da **Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)** está estruturada através de dois programas. Na **Construção do Teatro**, que visa construir um novo teatro incorporando a Orquestra, a administração e a Escola de Música em um só local, propiciando melhores condições de trabalho, foram captados R\$ 800 mil, via Lei Rouanet, para a elaboração do projeto (já concluído) da Sala Sinfônica da Orquestra, que será construída num espaço de 12 mil m², ao lado do Shopping Total, em Porto Alegre. As obras estão orçadas em R\$ 12 milhões, estando previsto o início das obras no exercício de 2005.

No que concerne aos **Concertos Sinfônicos**, foram realizados durante a temporada de 2004: 33 Concertos Série Oficial, 5 Concertos Série Juventude, 4 Concertos Série Escola, 11 Concertos Especiais, e 3 Concertos no Interior. Neste mesmo ano, houve o ingresso de 38 novos músicos para compor a Orquestra Sinfônica, completando seu quadro. Houve, ainda, o ingresso de novos professores de música no Conservatório Pablo Komlós, para recuperar disciplinas tais como violino, piano, teoria vocal, então vagas, dando oportunidade ao público geral e à comunidade escolar, de conhecer o vasto repertório universal sinfônico disponível, inclusive o popular, do Rio Grande do Sul. O resultado está consubstanciado na melhoria técnico-artístico do conjunto orquestra, com reflexos diretos no que se refere ao incremento de público, bem como de custos,

uma vez que, com equipamento apropriado, não mais haverá necessidade de gastos elevados com contratação de músicos para concertos.

A FOSPA ainda realizou a troca do sistema de iluminação determinando economia de energia elétrica. Também foi atualizado o sistema de informática, com resultados operacionais mais adequados à necessidade da Fundação, alcançados com a aquisição de novos equipamentos e programas.

A **Fundação Cultural Piratini** executa basicamente dois programas, um voltado à **Ampliação e Qualificação do Parque Técnico** e outro à **Reestruturação da Programação da TVE e Rádio FM Cultura**.

Quanto à **Ampliação e Qualificação do Parque Técnico**, em 2004, realizou-se pouco do que havia sido projetado inicialmente devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado. No entanto, o novo transmissor e a nova antena já se encontram licitados, aguardando a emissão da carta de crédito (liberação financeira) e a posterior entrega dos equipamentos; da mesma forma, as obras, instalações e serviços necessários. Neste ínterim, foi adquirida uma válvula de transmissor para garantir a qualidade do sinal na região de cobertura da TVE e FM Cultura.

No que concerne à **Reestruturação da Programação da TVE e Rádio FM Cultura**, o objetivo é fomentar a cultura gaúcha e divulgar momentos únicos da expressão cultural do Estado, trazendo informações do que de mais importante acontece na vida cultural brasileira. A TVE e a FM Cultura tiveram a qualidade do seu serviço reconhecida através de diversos prêmios nacionais e regionais recebidos em 2004. Os prêmios são resultado de um jornalismo sério e em sintonia com a sociedade gaúcha. Pela FM Cultura, o destaque foi o jornalista Márcio Pessoa, que recebeu quatro prêmios durante o ano passado para a rádio. Na TVE, o programa TVE Repórter colheu os frutos de um ano de muito trabalho. Abaixo, a lista dos prêmios conquistados:

– Prêmio Imprensa Embratel 2004: 1º Lugar: “Empresas Financeiras – O Alto Preço da Facilidade”. Márcio Pessoa, da FM Cultura;

– Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos: 1º Lugar: “Vítimas Sociais, Vítimas da Insanidade”; 1º Lugar: “Arquivo DOPS ou Infoseg” Ambos de Márcio Pessoa, da FM Cultura;

– Prêmios Direitos Humanos de Jornalismo: 1º Lugar: “Arquivo DOPS ou Infoseg”. Márcio Pessoa, da FM Cultura;

– Prêmio EMBRAPA de Reportagem 2004: 3º Lugar: “Agricultura Urbana para Transformação Social”. Márcio Pessoa, da FM Cultura;

– 46º Prêmio ARI – Categoria Radiojornalismo, Reportagem Geral: Menção Honrosa: “Arquivo DOPS ou Infoseg”. Márcio Pessoa, da FM Cultura;

– Prêmio FEPAM de Jornalismo Ambiental: 1º Lugar: “Água Ouro Azul” – Nilton Schüller, da TVE; Menções Honrosas: “Delta do Jacuí” – Andrei Rosseto, da TVE; “Mexilhão Dourado” – Angélica Coronel, da TVE; “Rincão Gaia” – Nilton Schüller;

– XXI Prêmio Direitos Humanos – Categoria Meio Ambiente: 1º Lugar: “Água Ouro Azul” – Nilton Schüller, da TVE;

– Prêmio ARI – Categoria Imagem: 1º Lugar: “Mata Atlântica” – Yúri Victorino; 2º Lugar: “Itapuã” – Antonio Cioccarì;

– TVE Repórter – Produtora Responsável: Sandra Porciúncula - Homenageada pelo projeto “Dançando com Arte”.

No que respeita à **Tradição e Folclore**, mantendo-se na busca do desenvolvimento e da valorização da tradição e do folclore gaúcho, a **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)** que, em 27 de dezembro, comemorou 30 anos, desenvolveu e/ou participou de inúmeras atividades relacionadas à cultura regional durante o ano de 2004. O lançamento do projeto “IGTF Ano 30”, no Galpão Jayme Caetano Braun, com a presença do Governador de Estado, Germano Rigotto, ocorreu já no mês de janeiro. Destacam-se, ainda:

– Participação do IGTF na Festa dos Navegantes, em Porto Alegre; apoio ao projeto “Verão Legal”, realizado pela Faculdade Cenecista de Osório, em parceria com a prefeitura do município e empresa de engenharia; promoção, em parceria com a prefeitura do Venâncio Aires, do 6º Fórum Municipal de Cultura; promoção, em parceria com a Secretaria de Educação de Piratini, de curso de danças folclóricas destinado a professores da rede pública estadual e municipal; participação do Festival Estadual das APAEs, no mês de outubro em Rio Grande; apoio ao Festival Hípico Noturno, promovido pela Brigada Militar, no 4º RPM, em Porto Alegre;

– Realização de *show* de pajadores, em homenagem a Jayme Caetano Braun, no Galpão do IGTF; participação no *show* de abertura do 3º Rodeio Nacional e 1º Rodeio Internacional de Porto Alegre e realização do *show* “Quarteada”, promovido em parceria com a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; promoção de *show* com artistas regionalistas, em parceria com a Fundação Pão dos Pobres;

– Realização do projeto “Interiorização do IGTF” no mês de março, em Santana do Livramento, que incluiu apresentação de palestras sobre folclore, realização de oficinas, distribuição de livros e arrecadação de discos para o Museu de Som Regional;

– Participação no “1º Festival de Música da Escola Aberta”, promovido em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e apoio ao 1º Acampamento Crioulo – Escola Aberta para a Cidadania, em Canoas;

– Realização, em homenagem ao “Dia Internacional do Folclore”, de *show* com artistas regionalistas e de mostra de Indumentária Gaúcha do IGTF na agência BANRISUL do CAFF, durante a semana do folclore;

– Participação na programação de comemoração da Semana Farroupilha, em Charqueadas, Bom Jesus, Encruzilhada do Sul; participação no Acampamento Farroupilha, em Porto Alegre, com estande montado no Parque; colaboração na preparação do Desfile Farroupilha, realizado no dia 20 de setembro; realização de mostra de indumentária gaúcha na Casa de Cultura de Porto Alegre durante a Semana Farroupilha;

– Participação na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, com estande montado, envolvendo: comercialização de livros da área de folclore e oferta de chimarrão aos visitantes, promoção de apresentação de pajadores e trovadores, realização de oficina e participação em debates na Feira;

– Participação na Feira do Livro de Ribeirão Preto, em São Paulo, com montagem de estande do Instituto e apresentação no *show* de encerramento do evento;

– Parceria com programas transmitidos pela Rádio Pampa e pela FM Cultura, onde técnicos do IGTF e o acervo do Instituto ficaram à disposição para consultas e esclarecimentos sobre assuntos da área de folclore e cultura gaúcha;

– Participação no evento internacional “Lanos, Pampas y Sabanas”, na Venezuela, onde o IGTF representou a cultura gaúcha.

ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO PÚBLICA E FINANÇAS

GOVERNO DO ESTADO

INCLUSÃO TOTAL

O **Gabinete do Governador** coordena o Programa **Inclusão Total**, que é a proposta do Governo de articulação do trabalho social das Secretarias de Estado, e destas com os municípios, para atender simultaneamente as necessidades de famílias gaúchas que vivem abaixo da linha da pobreza, ou seja, com rendimento inferior a meio salário mínimo *per capita*. A família é escolhida como foco do Programa por ser considerada a célula da sociedade, o espaço onde os cidadãos se desenvolvem e se realizam plenamente.

Estudos realizados detectaram que muitas das mazelas que afetam milhares de famílias não vêm de causas isoladas, sendo que muitas vezes há uma estreita relação entre mortalidade infantil, atenção à gestante, analfabetismo, deficiências no saneamento básico, falta de capacitação profissional e desemprego. Nesta perspectiva, é necessária uma visão integral sobre as demandas dessas famílias e o planejamento de ações integradas e simultâneas.

O objetivo do Programa **Inclusão Total**, de proporcionar às famílias do Rio Grande do Sul que vivem abaixo da linha da pobreza a possibilidade de promoção social e autossustentabilidade, não será alcançado simplesmente com um programa de transferência de renda. A partir do conhecimento das demandas das famílias é necessário que sejam identificadas as melhores soluções nas áreas da saúde, educação, habitação, trabalho e assistência social, quer elas estejam sendo implementadas nos municípios ou não. Assim, o Governo do Estado assume o papel de formulador e articulador das políticas sociais, tanto internamente, no âmbito das Secretarias de Estado, como externamente, ao propor a adesão do Poder Público Municipal para que participe do Programa e atue como mobilizador das forças locais, bem como de mobilizador da Sociedade Civil. O resultado desse alinhamento de esforços é maior garantia de sucesso na melhoria das condições de vida da população.

O **Inclusão Total**, desde sua implementação, está operando em 74 municípios, ou seja, 93% dentre os 80 municípios que aderiram ao Programa. Do total de 2.599 famílias a serem atendidas, 2.190 (85%) foram visitadas, cadastradas e inseridas no Programa até o ano de 2004. Em 69 municípios foi iniciado o processo de identificação das necessidades das famílias e dos integrantes das mesmas para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento, sendo que 33 efetuaram o preenchimento do Plano e desses, 29 o completaram, apresentando um total de 4.378 necessidades relacionadas às áreas da habitação, saúde, educação, trabalho e assistência social. Entretanto, somente 33% das necessidades (1.389) foram encaminhadas às Secretarias do Estado para soluções referentes à habitação, trabalho (capacitação), assistência social e saúde. Para as demais, foram encontradas soluções nos próprios municípios. Dos 29 municípios que completaram o Plano de Desenvolvimento, 25 iniciaram o processo de acompanhamento das ações previstas. Foram realizadas, também, visitas a 51 municípios, com o objetivo de dar o apoio técnico solicitado pelos Comitês Municipais.

A partir de 2005 e 2006, o Programa **Inclusão Total** terá abrangência

maior, quando será expandido o número de famílias, segundo critério a ser definido. Nesta etapa, o número de municípios poderá ser ampliado.

A DEFESA CIVIL E A REDUÇÃO DO TEMPO RESPOSTA

Dentre as atividades realizadas em 2004 no Programa **A Defesa Civil e a Redução do Tempo Resposta**, coordenado pela **Casa Militar**, destacam-se a divulgação em tempo real, no *site* da Defesa Civil do Estado (DCE), da evolução do ciclone extratropical batizado de "Catarina", que atingiu a região em fins de março, e alertas do que ele poderia causar aos municípios do litoral do Estado. Tais informações foram fundamentais para que a DCE tomasse as medidas de segurança necessárias junto à população, estabelecendo estratégias para orientar ações de redução de desastres, além de proporcionar informações à imprensa de todo o País e às prefeituras do Litoral Norte que buscavam dados sobre o ciclone. A prestação de serviços meteorológicos foi possibilitada por convênio entre a coordenação da Defesa Civil e meteorologistas da Rede de Climatologia Urbana de São Leopoldo, firmado em março de 2004. Posteriormente, o Gabinete da Primeira Dama e a Defesa Civil Estadual auxiliaram a comunidade atingida pelo ciclone extratropical em Torres. A Defesa Civil Estadual trabalhou com três equipes no município, auxiliando e coordenando as ações de emergência.

No âmbito da capacitação, a Coordenadoria de Defesa Civil em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, realizou em julho o IV curso de Preparação para Emergência com Produtos Químicos, evento este que contou com participação de profissionais da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, Paraná e de Brasília, além de profissionais do Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, Exército, Batalhão Ambiental, FEPAM e funcionários do Pólo Petroquímico. Ressalte-se, também, que a Regional Metropolitana de Defesa Civil do Estado, integrada pela Defesa Civil do município de Porto Alegre, realizou em agosto o primeiro Treinamento em Defesa Civil voltado à Comunidade. Durante o Encontro, foram abordados temas, como prevenção de acidentes domésticos, noções de primeiros-socorros, cuidados com a natureza e apresentação do trabalho que vem se desenvolvendo no Rio Grande do Sul.

Em dezembro de 2004, ocorreu, na cidade de Jaguarão, o 1º Encontro Internacional de Defesa Civil, realizado pelo Gabinete do Governador através da Defesa Civil Estadual, com o apoio do Ministério da Integração. O Evento contou com representantes provenientes de diversos estados da Região Sul do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Além de proporcionar integração entre os diversos participantes, o Evento propiciou oportunidade para se discutir defesa civil de forma integrada entre os Estados e Países que formam as fronteiras do Rio Grande do Sul.

A seguir, é apresentado um resumo dos atendimentos prestados pela Defesa Civil, em 2004, aos municípios atingidos por eventos como: granizo, vendavais, estiagens, alagamentos, enchentes e acidentes com produtos perigosos.

Atendimentos prestados pela Defesa Civil, em 2004

Evento	Trimestre de 2004			
	1º	2º	3º	4º
Pessoas Atingidas	9.883.048	123.385	18.182	6.999
Municípios Atendidos	357	70	37	43
Municípios Vistoriados	351	61	14	25
Municípios em Situação de Emergência	346	57	17	26

REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA GOVERNAMENTAL

No Programa **Reestruturação e Modernização da Segurança Governamental**, a **Casa Militar** utilizou-se, em 2004, da estrutura da Brigada Militar para a concretização de instruções mensais de manutenção. Foram realizadas durante o ano: para todo o efetivo da Casa Militar - instruções de tiro policial, estágio sobre segurança de dignitários, instrução de direção defensiva e ofensiva; para alguns integrantes da Casa Militar - curso de habilitação para uso de pistola, curso de habilitação para adição de categoria na Carteira Nacional de Habilitação, estágio de especialização em Segurança de Autoridades, realizado por um integrante da segurança, no Estado do Paraná, em abril.

PROGRAMA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Programa de **Gestão de Políticas Públicas de Comunicação Social**, desenvolvido pela **Assessoria de Comunicação Social**, tem por objetivo coordenar e articular a política das ações de divulgação dos atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os principais intuitos em 2004 foram a transparência e visibilidade das ações de comunicação social, e a divulgação das ações governamentais com maior eficiência e eficácia.

As ações de comunicação social do Governo do Estado, no decorrer de 2004, pautaram-se basicamente por informar a sociedade gaúcha através de diferentes meios. Assim, entre os trabalhos divulgados, destacam-se os Relatórios de Governo, A Nota é Minha, Situação Financeira do Estado, Comemoração da Semana Farroupilha, Relatório 18 meses de Governo, entre outros. Como resultado, buscou-se o conhecimento, pela sociedade, da política social, econômica e financeira implementada pelo Poder Executivo. Objetivou-se, também, através das diferentes ações desenvolvidas, a valorização do folclore regional, principalmente através dos eventos da Semana Farroupilha, e o incentivo à cidadania, com a campanha A Nota é Minha.

Durante o ano, os setores de relações públicas e de publicidade desenvolveram ações conjuntas, visando a comunicação integrada do Governo, planejando, executando, orientando e acompanhando projetos que garantiram a unidade de comunicação, com o objetivo de fornecer ao cidadão informações corretas sobre os atos governamentais.

As metas do Programa de Gestão de Políticas Públicas de Comunicação Social para 2005 são: continuar informando à sociedade gaúcha, através da imprensa e da publicidade, as ações desenvolvidas pelo Governo; melhorar o planejamento da divulgação, com base nos recursos disponíveis e nas ações bem sucedidas; qualificar o processo de comunicação, melhorando a infra-estrutura; ampliar as informações à sociedade através de veículos de comunicação; manter a *home-page* atualizada, permitindo a disponibilização da informação para a sociedade com participação efetiva de todos os setores; acompanhar e manter o monitoramento de notícias diárias; desenvolver e controlar ações de divulgação da administração direta e indireta.

PROGRAMA FAMÍLIA FAZ BEM

A *Doação de Agasalhos* – arrecadados através da Campanha do Agasalho – e a *Doação de cestas básicas*, são duas das principais ações desenvolvidas através do **Programa Família Faz Bem**, sob a responsabilidade do **Gabinete da Primeira-Dama do Estado**. Os resultados obtidos em 2004, num período de quatro meses, foi o que segue:

Resultados obtidos com as doações de agasalhos e de cestas básicas

Artigos arrecadados	Porto Alegre	Interior do Estado*	Total
Agasalhos/calçados (itens)	238.493	1.431.130	1.669.623
Cobertores (itens)	9.425	20.307	29.732
Alimentos (quilos)	62.474	117.929	180.403

* 248 municípios informaram suas arrecadações

Os itens e alimentos arrecadados foram distribuídos em 228 municípios e 156 entidades na Capital. Em 2004, a Campanha do Agasalho teve como patrocinadores as empresas Azaléia, COPEL, General Motors, Gerdau, REFAP, Vonpar e Zaffari. Além dessas, colocaram-se à disposição para sediar os principais postos de arrecadação: Supermercados Zaffari/Bourbon, BANRISUL, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BRDE, CEEE, CORSAN, Tudo Fácil, Shoppings Lindóia, Total e DC Navegantes, Pizza Hut, Univias, San Marino, Agafarma, Drogabel, SESI, SESC e Vida Centro Humanístico, entre outras entidades. Destacam-se, ainda, as principais arrecadações: Banco do Brasil – 8 toneladas de alimentos; Brasil Telecom – 1 tonelada de alimentos; FARSUL – 2,5 toneladas de alimentos; Universal Leaf Tabacos – 1,4 toneladas de leite em pó; Dia da Solidariedade – 10 mil peças de roupas; UNIVIAS – 20 mil peças de roupas; Renner – 50 mil peças de roupas; Receita Federal – 20 mil peças de roupas; SESI – 1.500 cobertores; IRGA – 15 toneladas de arroz e 1 tonelada de massa de arroz; e John Deere – 50 toneladas de alimentos.

Como atividade integrante da ação Encontro estadual de Primeiras-Damas – que prevê a realização de um encontro anual das primeiras-damas municipais do Rio grande do Sul, objetivando motivá-las a realizar um trabalho regional articulado e integrado – o Gabinete da Primeira-Dama organizou, em

2004, o VIII Encontro de Primeiras-Damas, com mais de 350 participantes.

Outra ação realizada no âmbito do Programa Família Faz Bem, em antecipação ao Natal, foi a Campanha do Brinquedo, com apoio do BANRISUL e parceria das primeiras-damas municipais. Sediaram os principais postos de arrecadação de brinquedos: BANRISUL, Alfândega Bingo, Banco do Brasil, Drogabel, Hipermercado Big, Golden Bingo, Supermercados Zaffari/Bourbon, Sul Bazar, Sindilojas e Saccaro Móveis.

Além disso, através do Programa, foi dado apoio às seguintes ações realizadas pelas Secretarias de Estado: Semana da Alimentação – Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e Conselho de Segurança Alimentar; Comemoração do Estatuto da Criança e do Adolescente - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo e Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Semana do Bebê/Primeira Infância Melhor - Secretaria da Saúde; Projeto Saúde Sexual e Reprodutiva, objetivando a redução de gravidez não planejada e contração das DST/AIDS - Secretaria da Educação; Programa Viva a Criança - Secretaria de Estado da Saúde.

IMPLEMENTAÇÃO DA CONSULTA POPULAR E ACESSORIA AOS COREDES

O **Gabinete do Vice-Governador** coordena o Programa **Implementação da Consulta Popular e Assessoria aos COREDES**, que tem por objetivo aumentar a participação popular na destinação de verbas orçamentárias, através da divulgação do Processo de Participação Popular, realização de audiências públicas, organização prévia, acompanhamento da votação, apuração de resultados e acompanhamento posterior da Consulta, bem como de assessoria técnica, jurídica e logística aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES).

De 2003 para 2004, o Processo de Participação Popular apresentou um crescimento de mais de 25%, passando de 462,3 mil eleitores para 581,1 mil eleitores, que votaram em urnas espalhadas pelo Estado ou pela Internet, definindo a aplicação de parte do Orçamento do Estado. Deve-se recordar que, em 1998, primeiro ano da Consulta Popular, houve a participação de 379,2 mil eleitores. Substituída pelo Orçamento Participativo, as participações caíram: 188,5 mil pessoas em 1999; 281,9 mil pessoas em 2000; 378,3 mil pessoas em 2001 e 333 mil pessoas em 2002. Do valor disponibilizado para a consulta 2003-2004 (R\$ 310 milhões), 100% já foram autorizados. Mais do que 60% já foram empenhados. A previsão é de que, até a metade do ano de 2005, a maior parte das ações votadas em 2003 e previstas para realização em 2004 estejam concluídas.

As demandas escolhidas pela população nas áreas de Agricultura, Ciência e Tecnologia, Saúde, Reforma Agrária, Cultura, Minas e Energia, dentre muitas Secretarias de Estado, foram totalmente encaminhadas ainda no exercício de 2004. Outras Secretarias, como a da Justiça e da Segurança, com a aquisição de veículos para a Brigada Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, estão em estágios diversos: a partir de fevereiro começam a chegar os 28 carros do Corpo de Bombeiros; mais de uma centena de veículos já foram entregues à BM e Polícia Civil, e outra centena deve ser destinada à BM logo no início de 2005. Tanto a Secretaria de Justiça e da Segurança quanto a Secretaria de

Desenvolvimento e Assuntos Internacionais atingiram 80% de atendimento das demandas de 2003, e a Educação chegou a 60%, até o final do ano, o que é muito importante, levando-se em conta que é a secretaria de maior investimento dentre todas as secretarias estaduais. Há regiões, como o Noroeste Colonial, Norte e Centro Sul, em que mais de 70% das demandas já estão encaminhadas.

A consulta 2004-2005 contou com R\$ 10 milhões para a CORSAN e R\$ 17 milhões para as demandas da CEEE, além de R\$ 310 milhões distribuídos entre as diferentes secretarias. Nesta nova votação, os valores foram distribuídos entre investimentos e serviços. A Consulta Popular ocorre nos 24 COREDES – dois foram criados em 2004 – e o debate local sobre onde e como aplicar os recursos é coordenado pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES). Das discussões, participam representantes dos trabalhadores, empresários, entidades sociais, a população em geral, Prefeituras e Câmaras Municipais.

IMPLEMENTAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CODES)

A **Implementação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES)**, outro Programa a cargo do **Gabinete do Vice-Governador**, ocorreu em abril de 2004. O CODES tem a tarefa de propor e discutir ações destinadas ao crescimento estadual, contando com a participação de 35 entidades, além de representantes do Secretariado. Nos primeiros oito meses de atuação, o Conselho reuniu sugestões de entidades da sociedade civil para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Durante o ano de 2004, foram apresentados pelas entidades, às Câmaras Temáticas que compõem o CODES, vários documentos com índices e análises sobre aspectos sociais, econômicos e ambientais do Rio Grande do Sul. Tais documentos e discussões, após passarem por análise técnica, possibilitaram a formulação de um documento com sugestões para o Governo, entregue ao Governador e ao Vice-Governador do Estado.

CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (COREDES)

Este Programa, também sob a responsabilidade do **Gabinete do Vice-Governador**, tem como finalidade manter as atividades dos **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES)**, com base em determinações da Lei nº 10.283/94, Artigo 10. Para manter as atividades dos 24 COREDES atualmente existentes, o Gabinete do Vice-Governador transferiu, na forma de duodécimos, mediante convênios firmados, o montante aproximado de R\$ 288 mil durante o ano de 2004.

COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

A **Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP)** atua como órgão responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações governamentais, tendo como propósitos principais, dentro da sua linha de atuação: formular políticas estratégicas que orientem essas ações; fortalecer o planejamento governamental e melhorar a coordenação das ações de governo; aproximar a execução orçamentária ao orçamento aprovado; melhorar o

atendimento ao usuário dos serviços públicos; ampliar a captação de recursos e a cooperação com os organismos de financiamento internacional.

Dentro desses propósitos destacam-se, a seguir, as principais realizações reativas a 2004 no âmbito dos Programas desenvolvidos pela SCP.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO

O Programa, executado pela **Secretaria da Coordenação e Planejamento**, tem o objetivo de proporcionar à população do Estado, melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados pela administração direta, nas áreas de saúde, segurança, educação e assistência social básica e na administração indireta, pelas empresas estatais, autarquias e fundações, incorporando, sistematicamente, a opinião do usuário sobre a qualidade dos serviços públicos.

Através dos *Contratos de Gestão*, busca-se melhorar a qualidade dos serviços públicos recebidos pelos usuários das empresas estatais, autarquias e fundações do Estado, bem como assegurar que os resultados obtidos em função dos mesmos sejam tecnicamente corretos. Em 2004 foram firmados cinco Contratos de Gestão entre o Governo do Estado e suas entidades: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde/Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (FEPPS/LAFERGS). Apesar das dificuldades, foram efetuadas avaliações trimestrais de cada entidade sob Contrato de Gestão e encaminhados relatórios, também trimestralmente, ao Governador do Estado, ao Secretário da Pasta e ao Presidente de cada instituição.

A ação relacionada ao *Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos* tem como propósitos: cadastrar pessoas nos termos da Lei nº 11.075/98; pactuar indicadores e metas com as áreas da saúde, da segurança, da educação e da assistência social básica; submeter aos usuários cadastrados as metas acordadas com as respectivas áreas. Até 2002, o cadastro do Código contava com 5.200 inscritos. Durante 2003 e 2004, através de campanhas realizadas, este número cresceu em 11.863 pessoas, somando hoje um total de 17.063 gaúchos inscritos no Cadastro de Usuários Voluntários (CUV). Foram enviados questionários para os usuários voluntários, que tiveram a oportunidade de votar nas metas que acharam mais adequadas para as áreas de saúde e educação públicas. Após tabulação das respostas, foi elaborado relatório para, depois de ser enviado ao Senhor Governador do Estado, ser encaminhado à Assembléia Legislativa.

Dentro do propósito de auscultar, sistematicamente, a opinião dos usuários sobre a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado, foram elaboradas *Pesquisas de Opinião Pública*, realizadas por correspondência ou através de entrevistas. Para tanto, foram utilizados os cadastros de endereçamento das distribuidoras CEEE, AES Sul, RGE e CORSAN, que forneceram, através de um sorteio de 1% de seus consumidores residenciais no Rio Grande do Sul, clientela para servir de base para a pesquisa domiciliar por correspondência. Na ocasião foram enviados 35 mil conjuntos de questionários,

dos quais retornaram 5.506 devidamente preenchidos, ou seja, mais de 15% dos enviados. Está em fase de elaboração, para divulgação posterior, um relatório com a avaliação dos resultados da pesquisa efetuada em 2003/2004.

APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO – PNAGE/RS

O PNAGE/RS tem como objetivo modernizar a Administração Pública do Estado, mediante a integração das funções planejamento, orçamento e gestão, visando a melhoria da prestação de serviços públicos no atendimento às demandas da sociedade. Enquadrando-se em um programa nacional de modernização da gestão pública que envolve o Distrito Federal e os estados da Federação, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em articulação com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o PNAGE/RS tem a sua execução sob a responsabilidade da **Secretaria da Coordenação e Planejamento** e da **Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos**.

O Projeto PNAGE do Rio Grande do Sul, elaborado no primeiro semestre de 2004, contempla 52 ações cujos eixos norteadores são Reestruturação Organizacional, Gestão de Recursos Humanos, Sistema de Planejamento, Tecnologia de Gestão e Tecnologia da Informação e Comunicação, tendo sido encaminhado no mês de agosto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para análise pela Equipe Técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Ministério. Feitas as correções sugeridas, o Projeto PNAGE/RS foi reencaminhado em 30/09/2004, estando incluído na amostra de 18 projetos estaduais identificada pelo BID. Além da elaboração do Projeto, ainda em 2004 foram realizadas atividades de qualificação da equipe técnica envolvida e foi aprovada, pela Assembléia Legislativa, a Lei para a contratação do subempréstimo PNAGE.

No âmbito do PNAGE em nível nacional, foram iniciadas, em outubro de 2004, as negociações entre o MPOG e a Caixa Econômica Federal (CEF) para a aprovação do Programa sendo que, até o final de novembro, ainda não havia acordo em relação à taxa que seria cobrada pela CEF.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA PROJETOS ESPECIAIS

Com o propósito de captar recursos necessários à implementação de ações estratégicas do governo, este Programa, sob a responsabilidade da **Secretaria da Coordenação e Planejamento**, atua através da *Preparação* e do *Monitoramento de Projetos Especiais*, capazes de garantir ao Estado o fluxo de recursos necessários ao desenvolvimento dessas ações.

Como resultados mais relevantes do Programa em 2004 podem ser destacados os seguintes:

– Conclusão da Preparação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR SUL/RS) , em dezembro de 2004, estando o mesmo em fase de negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério do Turismo e Banco do Brasil, com vistas à contratação da operação;

– Conclusão da Preparação do Programa de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento - PNAGE/RS, em dezembro de 2004, estando em fase de negociações com o BID, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a Caixa Econômica Federal, com vistas à contratação da operação;

– Conclusão da Identificação do Programa de Combate às Desigualdades Regionais, em outubro de 2004, estando o mesmo em fase de preparação, mediante supervisão do Banco Mundial (BIRD);

– Acordo de Doação de R\$349.488,00 do Fundo Global para o Desenvolvimento (GEF), do Banco Mundial, destinado à Preparação do Projeto de Conservação e Recuperação da Biodiversidade, firmado em julho de 2004.

Com a instituição, no âmbito da SCP, do **Comitê de Controle e Racionalização do Gasto Público**, que examinou 3,7 mil processos administrativos, foi obtida uma economia de mais de R\$ 117 milhões em apenas 10 meses. Com a criação da **Comissão de Acompanhamento das Medidas de Ajuste Fiscal e Redução da Despesa Pública**, que revisou contratos e convênios mantidos pelo Estado e racionalizou o uso de aparelhos celulares, a economia, ainda em 2003, havia sido de R\$ 12 milhões.

Como órgão de apoio operacional ao planejamento estadual, a **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)**, é responsável pela elaboração das séries estatísticas do Estado do Rio Grande do Sul e pela realização de estudos, pesquisas e análises sobre a economia e a sociedade gaúchas, divulgadas através de livros e periódicos, impressos e em CD-ROM, e também no *site* da Instituição. Tais atribuições inserem-se nos Programas de Elaboração e Disseminação de Informações Sócio-Econômicas e de Pesquisas Sócio-Econômicas, desenvolvidos pela FEE.

ELABORAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

O Programa **Elaboração e Disseminação de Informações Sócio-Econômicas**, desenvolvido pela **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)**, tem como objetivo coletar, elaborar e disseminar informações estatísticas relativas à economia gaúcha de modo a permitir um acompanhamento das mudanças ocorridas no seu meio, como consequência das ações dos diferentes agentes econômicos e sociais. Com esse propósito, várias ações foram desenvolvidas no exercício de 2004.

A ação relativa ao *Banco de Informações Sócio-Econômicas: ISE-FEE* teve sua denominação alterada para *FEEDADOS*, em novembro de 2003, consistindo em um banco de dados com informações econômicas e sociais relevantes do Estado e dos municípios gaúchos, com periodicidades anual e mensal. O FEEDADOS ainda não está disponível na Internet, mas as principais informações municipais do Rio Grande do Sul são disponibilizadas através das páginas do Resumo Estatístico do RS, dos dados de população, do PIB estadual e dos PIBs municipais, e do IDESE, no *site* da FEE. Em 2004 foram registrados 348 mil acessos ao Resumo Estatístico do RS.

A *Biblioteca Virtual do RS*, que visa à disseminação do conhecimento e informações acumuladas nas instituições públicas do Rio Grande do Sul contou,

em 2004, com 53.900 acessos através da Internet, contabilizados aí também os acessos registrados pela Biblioteca da FEE.

No que respeita ao *Cálculo do PIB Municipal* – que mede a atividade econômica dos municípios gaúchos - e ao *Cálculo do Produto Interno Bruto do RS* – através do qual são estimados, anualmente, os agregados econômicos, por atividade e total, no Estado – o número de acessos às informações através da Internet aumentou consideravelmente, em função do lançamento do novo *site* da FEE, em dezembro de 2003, e aos avanços técnicos incorporados ao *site*. Nesse sentido, em 2004, foram registrados 105.100 acessos a dados e informações relativas ao PIB Municipal e 41.150 acessos a dados e informações relativas ao Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul.

As *Estimativas populacionais do RS*, realizadas com o objetivo de conhecer o crescimento da população do Estado e sua distribuição por município, por situação de domicílio, por sexo e por faixa etária, contabilizaram 41.570 acessos pela Internet, em 2004.

O *Indicador mensal do comércio varejista*, que mede a evolução das vendas do comércio varejista de Porto Alegre, Região Metropolitana, total do Estado e Interior, registrou 1.360 acessos ao Boletim Mensal gratuito divulgado na *homepage* da FEE, em 2004.

O *Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico do RS (IDESE)*, que substituiu o Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) em 2003, por ser mais abrangente e mais adequado aos padrões de comparação internacional, também teve aumentado o número de acessos pela Internet aos dados e as informações derivados do seu cálculo em consequência do lançamento do novo *site* da FEE, sendo registrados 74.200 acessos, em 2004.

A *Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED)* disponibiliza os dados e informações sobre o emprego e os níveis de ocupação e de rendimento do mercado de trabalho da Região Metropolitana, produzidos com base em pesquisa direta, através da publicação impressa "Informe PED" bem como por meio da Internet, alcançando uma média de 900 acessos por mês (*downloads*). Em 2004, o registro anual através do *site* da FEE foi de 13 mil acessos.

Para o exercício de 2005, através das várias ações que compõem o Programa Elaboração e Disseminação de Informações Sócio- Econômicas, estão previstas as seguintes metas: Cálculo do Produto Interno Bruto do RS - 25 mil acessos no *site* da FEE; Cálculo do PIB Municipal – 50 mil acessos; Estimativas populacionais do RS e dos municípios – 20 mil acessos; Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos Municípios (IDESE) – 30 mil acessos; Indicador Mensal do Comércio Varejista – 10 mil acessos; FEEDADOS – Banco de dados sócio-econômicos do RS – 150 mil acessos ao Resumo Estatístico do RS; Biblioteca Virtual do RS (BVRS) – 45 mil acessos no *site* da BVRS; Pesquisa de emprego e desemprego da RMPA – publicação de 12 edições mensais do "Informe PED" e publicação do "Informe PED" anual, relativo a 2004.

PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS

Também sob a responsabilidade da **Fundação de Economia e**

Estatística (FEE), o Programa **Pesquisas Sócio-Econômicas** tem por objetivos apoiar o poder público estadual com base na produção de informações e análises que permitam subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas e disponibilizar à sociedade conhecimentos sobre a realidade gaúcha.

Nesse sentido, a elaboração da *Carta de Conjuntura* tem o propósito de contribuir para o acompanhamento das questões emergentes do Estado, através do acompanhamento e divulgação mensal de tópicos da conjuntura econômica e social. Além da publicação impressa – com 12 edições em 2004 – a “Carta de Conjuntura FEE” também é disponibilizada no *site* da FEE, alcançando cerca de mil acessos por mês.

Através da publicação de *Relatórios de Pesquisa* são divulgados estudos e pesquisas sobre a realidade sócio-econômica estadual e nacional, com a finalidade de contribuir para a análise da situação econômica do Estado e do País e de servir de subsídio para o planejamento estadual de políticas públicas. Esses Relatórios são divulgados através das séries “Documentos FEE” e “Teses FEE” as quais, além de publicações impressas, são disponibilizadas no *site* da FEE alcançando, cada uma delas, mais de 2.500 acessos por mês. Em 2003, foram publicados seis relatórios de pesquisa na série “Documentos FEE” e dois na série “Teses FEE”. Em 2004 foram publicadas sete edições, considerando relatórios impressos em livros e nas séries “Documentos FEE” e “Teses FEE”.

Tendo como canal de divulgação as *Revistas Técnicas* “Indicadores Econômicos FEE” e “Ensaio FEE”, são publicados artigos especializados sobre a realidade sócio-econômica gaúcha e nacional. Além da publicação impressa – que atingiu um total de seis edições em 2004 - essas revistas também são disponibilizadas no *site* da FEE alcançando, cada uma delas, mais de 2.500 acessos por mês.

Para 2005, foram estabelecidas como metas a serem atingidas através do desenvolvimento do Programa: publicação de quatro relatórios de pesquisa na série “Documentos FEE” e de duas dissertações de doutorado na série “Teses FEE”; publicação de quatro números da revista “Indicadores Econômicos FEE”, de dois números da revista “Ensaio FEE”, e do volume V da revista “Mulher e Trabalho”; publicação de 12 edições da “Carta de Conjuntura FEE”.

Além das metas acima referidas estão programados alguns novos projetos a serem desenvolvidos em 2005, a saber: Índice de Preços e Quantidade das Exportações Gaúchas, com periodicidade trimestral e previsão de 10 mil acesso no *site* da FEE; Indicador de Competitividade dos Estados, com periodicidade anual e previsão de 20 mil acessos; elaboração de Georreferenciamento para o banco de dados FEEDADOS e disponibilização do FEEDADOS no *site* da FEE.

ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A **Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH)** e seus Órgãos Vinculados – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) e

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) - como áreas de suporte à estrutura governamental, têm relação direta e de fundamental importância com um dos eixos estruturantes do Governo: o da **Modernização da Gestão Pública**. A presença de um Estado mais ágil, eficiente e eficaz, prestando serviços de qualidade e com menores custos é o que a sociedade deseja em razão do seu grau crescente de complexidade tecnológica e cultural. Mesmo com a consciência de que há muito a fazer, os resultados apresentados em 2004, tanto aqueles de natureza financeira, quanto os de racionalização administrativa, demonstram as possibilidades de uma área meio, com boas práticas de gestão, iniciativa e criatividade, de contribuir para que o Estado disponha de mais recursos para aplicar em áreas de maior demanda social.

Dentre os principais resultados obtidos nessa área, podem ser destacados os que seguem:

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Dentro dos objetivos de *Modernização da Segurança do Centro Administrativo Fernando Ferrari* (CAFF), foi elaborado projeto para ser executado em três etapas: vigilância eletrônica interna do CAFF; controle de acesso para servidores e visitantes; e controle de acesso dos estacionamentos e vigilância eletrônica externa. A execução do projeto está prevista para o exercício de 2005.

Com vistas à *Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da SARH*, foram realizados 37 cursos, com a participação de 108 servidores, sendo que dois cursos, de informática *Windows* básico e *Word*, foram realizados com instrutores da própria Secretaria, enquanto os demais foram realizados na Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH). Os cursos realizados pelos servidores da SARH na FDRH foram: elaboração de projetos sociais; criatividade e inovação; secretaria executiva; coordenação de equipes; lei de responsabilidade social; atendimento ao público; planejamento estratégico; formação de instrutores; contabilidade e finanças públicas; oficina de redação oficial; didática para instrutores; aperfeiçoamento em gestão pública; análise e melhoria de processos; técnicas de apresentação; mobilizando equipes; gestão orçamentária e financeira; formação de pregoeiros; aperfeiçoamento em gestão e controle da administração pública; técnicas de contratos de terceirização de prestação de serviços; iniciação em gestão pública; gestão pelo conhecimento; e desenvolvimento gerencial.

Considerando o contingenciamento ocorrido, o projeto de *Racionalização e Padronização do Ambiente Físico* do CAFF vem sendo executado parcialmente. Encontra-se em fase de execução a padronização de ambiente das áreas de condomínio nos 1º e 2º pavimentos do Centro Administrativo Fernando Ferrari. O processo de aquisição de piso, carpete e divisórias para padronização da metade da ala norte do 2º andar do CAFF está em licitação na CELIC.

Para 2005, estão previstos, no âmbito do Programa:

- *Atualização e Incremento do Parque Tecnológico da SARH* - Aquisição de 60 equipamentos;

- *Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da SARH* - Capacitação de 500 servidores;

- *Casa de Governo no Estado* - Instalação de 23 Casas de Governo;

- *Gerenciamento do Fundo de Gestão Patrimonial* - A meta é o gerenciamento do Fundo.

- *Modernização da Segurança do Centro Administrativo Fernando Ferrari* - Implementação de 15 postos de monitoramento.

A SARH prevê, também, a otimização de seus processos logísticos, bem como a otimização dos serviços médico-periciais e a padronização do espaço físico do Centro Administrativo Fernando Ferrari.

MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DO ARQUIVO PÚBLICO

Como medida de conservação preventiva do patrimônio documental, as caixas que acondicionam os documentos vêm sendo substituídas por outras caixas, mais adequadas e confeccionadas em tamanhos maiores. Essa substituição visa à proteção dos documentos que constituem o acervo do Arquivo Público, bem como à redução dos custos com recuperação e restauração.

No que respeita à *Informatização dos Instrumentos de Pesquisa do Acervo*, o Sistema de Informatização, elaborado pela Companhia de Processamento de dados do estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), está em fase final. O protótipo já foi aceito pelos técnicos do Arquivo Público e o prazo para a entrega do Módulo de Administração está previsto para março de 2005.

Com relação à *Qualificação dos Serviços*, foram adquiridas 5.000 caixas para o acondicionamento adequado de documentos do acervo do Arquivo Público.

Dentro do Programa Modernização e Qualificação dos Serviços do Arquivo Público, para 2005, constam as seguintes ações:

- *Acondicionamento do Acervo de Documentos* - Como medida de conservação preventiva do patrimônio documental, está previsto o acondicionamento de 2.015.000 documentos em caixas adequadas. Essa substituição visa à proteção dos documentos que constituem o acervo do Arquivo Público, bem como à redução dos custos com recuperação e restauração;

- *Informatização dos Instrumentos de Pesquisa do Acervo* - Está prevista a entrega do Módulo de Administração;

- *Recuperação das Instalações do Prédio 3 do APERS* - Recuperação e readequação do espaço físico do Prédio 3 do Arquivo Público.

FUNDO ESTADUAL DE GESTÃO PATRIMONIAL

O Fundo foi sancionado pela Lei nº 12.144, de 01/09/04, já regulamentada pelo Decreto nº 43.519, de 27/12/04, e permitirá administrar,

conservar, fiscalizar, racionalizar e adequar todo o contexto de imóveis do Estado, gerando economia para os cofres públicos. Os recursos desse Fundo serão provenientes de alienação de imóveis que não sejam do interesse do Estado, sendo que já há autorização da Assembléia Legislativa para a venda de mais de 300 imóveis, com uma receita estimada de R\$ 10 milhões.

SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO

A execução das ações desse Programa, a cargo da **Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)** sofreu, em 2004, as mesmas restrições impostas ao Governo Estadual pelo estrangulamento da capacidade de investimento do Estado, sendo que, das sete ações previstas, apenas duas foram priorizadas em termos de investimentos.

Quanto ao *Correio Eletrônico do Estado* - No final de 2003, existiam 34 organizações e 13.200 caixas postais implementadas no Correio Eletrônico do Estado. Em dezembro de 2004, foram cadastradas 47 organizações e 17.847 caixas postais. Foi implementada, ainda, uma nova versão do sistema de administração do Correio Eletrônico, disponibilizando ferramentas adicionais para as organizações melhor administrarem as caixas postais dos funcionários.

Quanto à *Gestão de Compras Eletrônicas* - A meta de 10%, na realização de compras eletrônicas, prevista para 2004, foi atingida plenamente.

A PROCERGS prevê para 2005 ações que otimizem o serviço público, com a informatização dos processos de trabalho, melhorando a qualidade dos produtos e reduzindo custos. Entre as diversas ações previstas estão àquelas voltadas ao incremento na infra-estrutura da Empresa, como Central de Relacionamento; Correio Eletrônico do Estado; Gerenciamento Eletrônico de Documentos (*workflow*); Gestão de Compras Eletrônicas; Portal de Serviços e Informações; Rede Escolar Livre; e Via Pública.

Para o ano de 2005 já foram incluídas no Plano Plurianual (PPA) novas ações, permitindo refletir de forma mais acurada a realidade da Empresa. Inicialmente, havia apenas os projetos cujos objetivos eram a prestação de serviços para a administração pública ou para o cidadão. A partir de 2005, os projetos internos da PROCERGS, de investimentos em equipamentos e infra-estrutura, também farão parte do PPA, tais como: Atualização da Infra-Estrutura – PMP; Atualização da Infra-Estrutura da Rede RS – RRS; Atualização de Instalações e Suprimentos – INS; Expansão da Capacidade de Processamento – ECP; Implantação da Gerência de Projeto – IGP; Infra-Estrutura de Tecnologia – TDI; Profissionalização do Ambiente de Servidores - PAS.

Cabe salientar que já foram investidos, nessas ações, cerca de R\$ 15 milhões, durante o ano de 2004, e, para 2005, estão previstos mais R\$ 10 milhões, além do aporte de US\$ 5 milhões do Banco Mundial, para investimentos ligados a projetos de prestação de serviços de informática para a administração pública.

Devem ser desenvolvidos, também, o Tudo Fácil Eletrônico e o uso da certificação digital nas aplicações realizadas pela PROCERGS.

A **Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)**, através dos Programas **Divulgação dos Atos Oficiais e Gráfica Plana**, vem projetando e adequando a sua estrutura para um futuro que exigirá cada vez mais eficiência para atender a um mercado mais competitivo, inclusive dentro do foco do setor público. Em 2004, foi inaugurada a nova Unidade de Tecnologia Digital, representando um avanço significativo na modernização da Empresa, com tecnologia de impressão de alta qualidade, produtividade e agilidade. A nova unidade de negócios deve provocar um salto de qualidade nos serviços e produtos da Imprensa Oficial do Estado. O funcionamento desta sofisticada tecnologia digital trará vantagens para toda a estrutura industrial da gráfica, desde a pré-impressão até o setor de acabamento. A aquisição de um novo equipamento, o *Dococolor 6060* proporcionará agilidade e produtividade na confecção de impressos e livros de pequenas e médias tiragens, com aplicações de dados variáveis, um dos grandes diferenciais na fabricação de uma gama enorme de impressos personalizados.

Para 2005, estão previstas ações como: alteração do *layout* do parque industrial; aquisição, manutenção e modernização tecnológica dos equipamentos; renovação da frota de veículos; terceirização da distribuição do Diário Oficial; terceirização dos serviços de impressão e acabamento; e treinamento de servidores.

ESCOLA DE GOVERNO: EDUCAÇÃO CORPORATIVA

O Programa **Escola de Governo: Educação Corporativa**, sob a responsabilidade da **Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)** desenvolveu 56 turmas/cursos, capacitando, aproximadamente, 1.454 servidores públicos estaduais, apesar do contingenciamento de mais de 50% dos recursos orçados.

Entre as atividades desenvolvidas, foram realizadas as 3ª e 4ª edições de Iniciação à Gestão Pública, treinando 19 servidores no total; o Programa de Informática, em convênio com o SENAC, que atingiu 255 servidores; o curso de Gestão pelo Conhecimento na Esfera Pública, com duas turmas e a participação de 30 servidores; e a realização do 2º Congresso de Recursos Humanos da Administração Pública do Estado, que contou com mais de 1.200 servidores públicos participantes, tornando-o um evento de sucesso.

Em 2005, estão previstos: no Programa **Escola de Governo**, ações de capacitação técnica de servidores e realização de cursos à distância; no Programa **Plano de Reestruturação e Modernização da Fundação**, a aquisição de veículos, elaboração de plano diretor de informática e readequação da estrutura física.

O **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)** tem conseguido realizar, com qualidade e eficiência, as ações de assistência médica, através do Programa **Assistência à Saúde do Servidor Público e seus Dependentes** e de previdência, através da **Concessão de Benefícios**.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO E SEUS DEPENDENTES

O Programa, desenvolvido através da ação de *Manutenção e Melhoria da Qualidade da Assistência Médica*, e consubstanciado no Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul - IPE-SAÚDE, visa resgatar a qualidade e eficiência dos serviços de assistência à saúde dos servidores públicos estaduais, bem como dos servidores municipais e federais, desde que sediados no Estado do Rio Grande do Sul, mediante contrato de prestação de serviços. Em 29 de março de 2004, foi aprovada a Lei Complementar nº 12.066, que criou o Fundo de Assistência à Saúde (FAS/RS), permitindo, mesmo com a diminuição da alíquota de 3,6% para 3,1%, que o IPERGS iniciasse esse processo de recuperação e melhoria no atendimento à saúde do servidor, através do pagamento em dia aos prestadores de serviço. Também foi aprovada a Lei 12.134, em 26 de julho de 2004, dispendo sobre o IPE-Saúde. Através dela foi estendido o direito à assistência à saúde aos cônjuges de servidoras públicas, bem como foi estendida a possibilidade, a todos os servidores públicos da administração indireta do Estado, mediante contrato de prestação de serviço, usufruírem do IPE-SAÚDE. Com tudo isso, o IPERGS finalizou dezembro com 904.058 pessoas protegidas pelo IPE-Saúde, tendo prestado no ano de 2004 um total de 939.806 atendimentos a essa população, através de todas as suas modalidades de atendimento. Para atender essa demanda o IPERGS conta com 8.882 prestadores de serviço credenciados.

O IPERGS prevê que, além das estimativas normais de atendimento aos atuais segurados, deverá ocorrer, em 2005, um incremento no número de atendimentos, devido ao aumento no leque de servidores com possibilidade de cobertura do IPE-Saúde. Está prevista a utilização de novas tecnologias de qualificação e controle, a saber:

- Central de Regulação - Responsável por autorizações prévias e regulamentação do Plano;

- Unidade de Resposta de Áudio (URA) - Todos os procedimentos de consulta, exames complementares e emergências deverão ser automatizados;

- Auditoria concorrente - Acompanhamento sistemático do auditor-médico junto aos prestadores de serviço, objetivando tanto a fiscalização e o controle dos serviços prestados, como o apoio, a orientação e eventuais esclarecimentos a esses prestadores.

CONCESSÃO DE PENSÕES

A **Concessão de pensões**, através do IPERGS, assegura aos dependentes legais do segurado o pagamento de um valor estabelecido em lei quando do óbito deste segurado, proporcionando, assim, a certeza da manutenção das condições financeiras da família. Após a aprovação da Emenda Constitucional nº 41, o Instituto passou a pagar as pensões integralmente, isto é, integral até R\$ 2,5 mil, acrescido de 70% sobre o que exceder. Isso deveu-se, também, em parte, à aprovação da Lei Complementar nº 12.065, de 29 de março de 2004, que elevou a alíquota previdenciária para 11%, e entrou em vigor em 1º de julho de 2004. O IPERGS contabilizou, em dezembro de 2004, um total de 48.885 pensionistas.

No que respeita à **Compensação Previdenciária**, foram enviados 68.745 requerimentos ao INSS, dos quais 19.928 foram aprovados. Em dezembro, não foram aprovados processos novos devido a problemas da DATAPREV. Contudo, houve quatro glosas e quatro processos cessados, reduzindo para 19.921 o número de processos ativos. O valor recebido, no mês dezembro, foi de R\$ 1,3 milhão, somente do fluxo mensal, que é o valor correspondente à manutenção mensal, repassado ao Estado através do INSS, pelas 19.921 aposentadorias ativas e compensadas. Do total de 68.745 processos enviados, 23.379 permanecem ainda sem decisão. Já foram reembolsados R\$ 80 milhões, relativos aos 19.928 processos aprovados, equivalendo a média de R\$ 3,8 mil por processo. O Estado possui, também, um crédito junto ao INSS, referente ao período de estoque (05/10/1988 a 05/05/1999), no valor de R\$ 39,6 milhões.

Para 2005, há expectativa de aprovação, pela Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei Complementar nº 90/04, transformando o IPERGS em Gestor Único da Previdência.

A Comprev-RS continuará com suas atividades, acompanhando a análise dos requerimentos que se encontram no INSS e enviando novos requerimentos dos servidores que forem se aposentando.

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

No que respeita à Administração Fazendária, as realizações da **Secretaria da Fazenda (SEFAZ)** – órgão da Administração Estadual responsável por essa área - centraram-se, principalmente, no aumento da margem disponível da receita estadual, através de ações voltadas ao combate da sonegação, contenção de despesas, aumento da arrecadação. Como parte das atividades voltadas para essas finalidades, destacam-se as ações desenvolvidas em 2004 no âmbito dos Programas descritos a seguir.

PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL

Esse Programa tem o propósito de aperfeiçoar o relacionamento do Estado com os municípios e com a sociedade para conscientização da importância da captação e da gestão dos recursos públicos. Nesse sentido, objetiva oportunizar aos cidadãos e aos gestores públicos o conhecimento da função socioeconômica do tributo, da administração pública e da aplicação dos recursos.

Um passo importante dentro dos objetivos do Programa é dado através do desenvolvimento da ação de *Promoção da Educação Tributária*, que se propõe a inserir a educação Fiscal nas escolas de nível Fundamental e Médio e a aprimorar a comunicação interna e externa sobre as atividades da Receita Estadual. Em 2004, a ação foi executada de forma conjunta com a Secretaria de Educação, através da manutenção dos dados destinados a informar e conscientizar sobre a importância da fiscalização do gasto público por meio do *site* www.educaçãofiscal.rs.gov.br. Para promover a educação fiscal, foram realizados seis seminários e três cursos de educação à distância, atingindo um público de 64,5 mil alunos, 504 professores e 176 escolas de 38 municípios.

SOLIDARIEDADE

O Programa **Solidariedade**, criado em 2004, visa incentivar a população a exercer a sua cidadania e combater a evasão fiscal. É executada através da ação *A nota é minha*, onde notas ou cupons fiscais são trocados por cautelas nas entidades cadastradas. Foram recolhidos, nesse sentido, 94 milhões de documentos fiscais e, num período de nove meses, 2,3 mil entidades assistenciais de todo o Estado foram beneficiadas com o repasse de quase R\$ 10 milhões. Em cada trimestre, foram sorteados cinco automóveis, cinco motos, dez microcomputadores e dez televisores entre as pessoas participantes.

Entre as ações previstas para 2005, estão, entre outras:

- Início da implantação de um serviço telefônico de informação ao usuário sob o formato de *Call Center*;

- Aprimoramento dos sistemas contábeis, de gestão de recursos humanos do Estado e implementação de sistema de planejamento e gestão;

- Desenvolvimento e implantação da metodologia de auditoria sem papel - Fase II;

- Criação de sistema para gerenciar a cobrança do crédito tributário em todas as suas fases;

- Realização de convênios de cooperação com as prefeituras e treinamento a integrantes das contadorias dos municípios em assuntos de interesse mútuo, nas áreas de contratos, convênios, prestação de contas, temas da lei de responsabilidade fiscal, CADIN, FUNDEF, entre outros;

- Inserção da educação fiscal nas escolas de nível fundamental e médio;

- Incremento do número de municípios usuários da ficha cadastral eletrônica, de modo a promover a qualificação das ações de controle e gerenciamento das operações tributárias sobre a agropecuária do Rio Grande do Sul (SITAGRO);

- Revisão da sistemática de pontuação do Sistema de Integração Tributária (PIT).

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AO ESTADO

A **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)**, instituição vinculada à tutela do interesse público e fundamental ao regime de legalidade da administração pública, executando o Programa **Assistência Jurídica e Judicial ao Estado** do PPA 2004-2007, atuou: na defesa dos princípios e das normas constitucionais; no controle da legalidade; no exercício da função correicional no âmbito da administração pública estadual direta e indireta, zelando pela probidade administrativa; no desenvolvimento da advocacia preventiva tendente

a evitar demandas judiciais; na proposição de orientações jurídico-normativas para a administração pública; na defesa do patrimônio público, seja implementando ações com o escopo de incrementar os recursos que ingressam no erário, seja evitando ou reduzindo despesas decorrentes de ações judiciais.

Dentre as inúmeras atividades da Procuradoria-Geral do Estado, cumpre destacar, na sua *Atuação Judicial*, o ingresso, em maio de 2004, de medida cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal (AC nº 282) com pedido liminar, que se encontra pendente de apreciação pela Corte Suprema, a fim de que as obrigações correspondentes ao serviço dos financiamentos concedidos pela União ao Estado do Rio Grande do Sul relativas ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (PROES) fossem pagas conjuntamente com as obrigações relativas ao refinanciamento de dívidas previsto pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, especificamente para os fins de aplicação do limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real – RLR (13% - contrato nº 014/98/STN/COAFI), nos termos do artigo 5º, § 1º, da Medida Provisória nº 2192, de 24 de agosto de 2001.

Ademais, em julho de 2004, ajuizaram-se perante a Justiça Federal, em Porto Alegre e Santa Cruz, e perante a Justiça Comum, em Santa Maria e São Gabriel, ações cautelares com o escopo de verificar irregularidades no plantio e comercialização do arroz, atendendo-se com presteza e eficácia, na medida em que obtidas liminares judiciais autorizando a coleta de amostras de arroz para perícia judicial e interdição de alguns dos silos de armazenagem do produto agrícola com indícios de plantio e comercialização irregulares, as demandas encaminhadas pelo IRGA à Procuradoria-Geral do Estado.

De ressaltar, ainda, o assessoramento jurídico na fase administrativa e no acompanhamento de diversas demandas judiciais, a partir de agosto de 2004, inclusive com a cassação de liminares concedidas pelo Poder Judiciário, pertinentes ao Projeto RHE, que se refere à aquisição de solução para a gestão integrada de recursos humanos e folha de pagamento do Estado do Rio Grande do Sul, cujo procedimento foi aberto pela Portaria nº 036, de 06 de agosto de 2004.

Igualmente rápido e eficaz foi o trabalho da Procuradoria-Geral do Estado junto ao Supremo Tribunal Federal, a fim de suspender decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que determinavam a suspensão da cobrança da contribuição previdenciária de servidores inativos do Estado do Rio Grande do Sul.

Amplamente noticiado na imprensa, foi o trabalho realizado pela Procuradoria de Pessoal no acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 70005398326, promovida pelo Ministério Público, pretendendo a declaração de inconstitucionalidade de artigo da Lei n. 10.352, de 30.12.94, alterada pela Lei n. 10.992, de 18.08.97, que instituiu quadro único para o corpo da Brigada Militar do Estado (homens e mulheres) permitindo a promoção das servidoras da Brigada, do sexo feminino, ao posto de Coronel.

Obteve-se importante vitória judicial, na ação ordinária n. 114824445, em que o autor, demitido pelo Conselho Superior da Magistratura, e que, posteriormente, por decisão judicial, obteve a conversão da pena de demissão

por suspensão, pleiteava o pagamento da quantia de R\$ 2.225.940,05, mais danos morais a serem fixados. Dita ação foi julgada improcedente.

Na Justiça do Trabalho, no âmbito da Equipe Trabalhista da Procuradoria de Pessoal, desenvolveu-se trabalho que implicou o sucesso das teses sustentadas pela PGE nas seguintes matérias em especial: reversão parcial das condenações da FEBEM ao pagamento de diferenças salariais por jornada compensatória irregular; reversão parcial das condenações a promoções verticais e horizontais nas Fundações; afastamento da responsabilidade subsidiária decorrente de contratos de obras públicas e empreitadas; reversão parcial das condenações da FEBEM e FGTS ao pagamento de diferenças salariais decorrentes da aplicação do artigo 18 do PCCS; reconhecimento da incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar questões envolvendo contratação emergencial temporária, autorizada por lei estadual; limitação das condenações trabalhistas a 31/12/93, relativamente aos empregados transpostos para o regime jurídico único; reconhecimento das prerrogativas processuais do Decreto-lei n. 779/69 e do direito ao pagamento por precatório às fundações privadas mantidas pelo Estado; autorização para retenção das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes sobre os valores pagos em condenações trabalhistas; reconhecimento da nulidade das relações de trabalho iniciadas sem prévio concurso público, com indenização restrita ao saldo de salários e FGTS.

Por sua vez, merece destaque o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido perante a Justiça do Trabalho, pela Equipe Trabalhista da Procuradoria de Execuções e Precatórios, que implicou uma economia aos cofres públicos de importância superior a R\$ 370 milhões. A Equipe Trabalhista da Procuradoria de Execuções e Precatórios, assessorada pela Seção Trabalhista da Equipe de Cálculos e Perícias, representa o Estado, suas autarquias e fundações, e, em algumas demandas, determinadas sociedades de economia mista, em ações trabalhistas que estejam na fase de liquidação, execução de sentença e pagamento, seja este realizado por requisição de pequeno valor ou precatório, além de prestar consultoria em matéria de sua competência. A partir da atuação da referida equipe, por exemplo, no caso da sobreposição de matrizes salariais na FGTS e FASE, irregularidade ocorrida antes da representação judicial passar à Procuradoria-Geral do Estado, obteve-se importante repercussão financeira em benefício dos entes representados pela PGE, que pode chegar a R\$ 80 oitenta milhões de reais.

No ano de 2004, destacam-se, além da representação ordinária, um expressivo volume de pagamentos a credores, devidamente analisados pela Equipe Trabalhista, e um expressivo número de vitórias judiciais, que viabilizam reduções de valores efetivas e uma grande economia aos cofres públicos. Neste último período, no âmbito da Justiça do Trabalho, foram pagas 232 requisições de pequeno valor, totalizando um valor aproximado de um milhão de reais, e 306 precatórios, totalizando um valor aproximado de nove milhões de reais, o que representa um valor de cerca de dez milhões de reais pagos a credores dos entes públicos, quantias efetivamente apuradas como corretas pela Equipe.

Imprescindível destacar também a atuação conjunta entre as diversas unidades da Procuradoria-Geral do Estado, sendo que do trabalho concentrado da Procuradoria de Execuções e Precatórios e da Procuradoria do Domínio Público Estadual, nos autos da Liquidação de Sentença n. 102182400, obteve-se redução

do valor a ser pago pelo IPERGS, de R\$ 5.890.505,53 para R\$ 1.316.802,60, evitando-se o ônus aos cofres da autarquia estadual da importância de R\$ 4.573.702,93.

A Procuradoria do Domínio Público Estadual obteve, ainda, relevante suspensão de liminar, no Mandado de Segurança n. 117183104, que fazia cessar licitação, promovida pela CELIC, para a contratação de serviço de locação de aproximadamente 200 kits de oxigenoterapia domiciliar por mês. Igualmente, a mesma Especializada da PGE obteve, no Mandado de Segurança n. 1177850031, a suspensão de liminar que fazia cessar a realização do serviço de limpeza da Expinter 2004.

As Unidades da Procuradoria-Geral do Estado, no Interior, também tiveram importante atuação judicial, ressaltando-se o trabalho nas seguintes ações:

- Reintegração de posse promovida em favor do DAER, cuja liminar foi obtida a fim de que fosse desocupada uma área às margens da RS-630, no Município de São Gabriel;

- Acolhimento de recurso interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul em ação de desapropriação movida perante a Comarca de Guaíba, referente a um dos imóveis que compõem a área do complexo industrial automotivo (anteriormente destinada à instalação da FORD), tendo-se obtido, no Tribunal de Justiça, a cassação da sentença, que havia fixado indenização a ser paga pelo Estado no valor de R\$ 2.029.530,00, e a determinação de realização de novo laudo pericial, o qual deverá utilizar critério de avaliação pelo método comparativo rígido e excluir do valor final a especulação imobiliária resultante do anúncio da implementação do complexo automotivo que não se concretizou;

- Redução da condenação do Estado, em ação envolvendo a desapropriação do Parque da Guarita, do valor homologado pelo Juízo de R\$ 17.755.368,13, além da sucumbência, para R\$ 7.268.118,49, com uma redução de mais de dez milhões de reais;

- Redução do valor de precatório complementar da Companhia Guarita Empreendimentos em aproximadamente seis milhões de reais, em decorrência de provimento de agravo de instrumento interposto pelo Estado contra a homologação do cálculo judicial no precatório complementar;

- Ajuizamento de várias ações de desapropriação, na Comarca de Terra de Areia, obtendo-se liminar de imissão na posse em áreas que envolvem a Rota do Sol.

De outra parte, a partir das atividades desenvolvidas pela Procuradoria junto aos Tribunais Superiores, do mês de janeiro até novembro de 2004, obteve-se:

- 2.440 decisões favoráveis às teses sustentadas pela Procuradoria-Geral do Estado, no Supremo Tribunal Federal;

- 3.282 decisões favoráveis no Superior Tribunal de Justiça;

- 248 decisões favoráveis junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

A Procuradoria junto aos Tribunais Superiores trabalhou, ainda, no ano de 2004, em conjunto com as demais Procuradorias dos Estados que possuem representação em Brasília, elaborou e participou da entrega de Memoriais aos Ministros dos Tribunais Superiores no tocante a alguns temas de grande importância, dentre os quais: substituição tributária; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; incidência de ICMS sobre atividade dos provedores de Internet.

No que respeita à Atuação em Matéria Tributária, quanto à cobrança da dívida ativa judicial, com a criação da Equipe de Recuperação de Créditos Especiais (ERCE), ajuizaram-se, em 2004, no âmbito da referida Equipe e da Equipe de Execuções Fiscais, 851 execuções fiscais, cujos valores das causas, somados, atingiram a cifra de R\$ 169.377.554,44. Tão-somente nos limites de atuação da ERCE foram arrecadados, por meio de parcelamentos, aproximadamente, R\$ 7.600.000,00.

No período de doze meses, compreendido entre novembro de 2003 e outubro de 2004, apenas no âmbito de Porto Alegre, foram arrecadados, R\$ 24.969.483,06 relativamente a créditos tributários em fase de cobrança judicial, tomados os valores nominais.

A comparação do estoque total geral do crédito em fase judicial com os créditos pagos no Município de Porto Alegre pode levar à conclusão de que o percentual arrecadado dos DATs, na fase judicial, não alcança grande expressão frente ao estoque total. Todavia, isso ocorre pelo fato de serem computados, no estoque total da dívida, os créditos de cobrança inviável. Assim, a Procuradoria Fiscal vem estudando a atualização da classificação das fases dos créditos em cobrança judicial, com objetivo de revisar e adequar essa classificação para que a fase imputada ao crédito seja a efetiva tradução de sua situação, com escopo de viabilizar a apuração do estoque real, que é diverso do estoque total, atualmente adotado, uma vez que o estoque total retrata uma realidade virtual, na medida em que, conforme já referido, acaba por conter créditos de cobrança judicial inviável.

Assim sendo, a arrecadação, antes referida, obtida pelo trabalho da Procuradoria-Geral do Estado, em termos nominais, retrata significativa arrecadação.

Além disso, arrecadou-se, apenas no âmbito de Porto Alegre, a título de honorários advocatícios, R\$ 2.718.012,74. Ademais, por meio de alvarás judiciais das Comarcas de Porto Alegre, extraídos de processos executivos fiscais, arrecadou-se R\$ 5.973.433,82.

Por outro lado, a Equipe de Defesa Judicial conseguiu manter, perante o Poder Judiciário, créditos tributários estaduais, impugnados por contribuintes, no valor aproximado de R\$ 191.710.194,41, excluídos os alvarás judiciais. Por sua vez, pelo trabalho da Equipe, procedeu-se ao levantamento e apropriação, pelo Estado, a partir de alvarás judiciais extraídos de demandas judiciais em que se discutiam os créditos tributários, da importância de R\$ 8.950.330,22. Os referidos alvarás judiciais, em número de 42, foram encaminhados à Secretaria

da Fazenda para levantamento. Ainda, a Equipe procurou manter o controle dos depósitos judiciais efetuados pelos contribuintes, aprimorado mediante a inclusão de dados no Controle de Processos Judiciais da PGE. A soma dos depósitos judiciais, realizados no ano de 2004, alcança a quantia de R\$ 7.334.164,45.

A Procuradoria Fiscal também ajuizou outras demandas de extrema importância para o Estado do Rio Grande do Sul, as quais permitiram assegurar a transferência de recursos/repasses da União para nosso Estado, gerando decisões judiciais que determinaram a exclusão do Estado do Rio Grande do Sul do Cadastro de Inadimplentes e a emissão de certidão negativa de débito.

Ainda na área fiscal, a partir do trabalho da Equipe de Contencioso e Recursos Fiscais obteve-se a reforma de centenas de decisões judiciais proferidas pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública, que reconheciam a prescrição de créditos tributários, preservando-se, assim, a possibilidade de cobrança das respectivas dívidas. Dessa forma, alcançou-se a consolidação da jurisprudência da maioria das Câmaras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no sentido da impossibilidade de decretação de ofício da prescrição em matéria fiscal. Ademais, dita Equipe vem obtendo, junto à 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, a admissão de recursos aos Tribunais Superiores envolvendo a discussão de temas de relevância, tais como: a independência dos honorários de sucumbência fixados em embargos de devedor; a interpretação do Decreto n. 38.982/98 no sentido de autorizar tão-somente o expurgo dos valores concernentes à multa e seus consectários (correção monetária e juros), não se estendendo à exclusão da cobrança a atualização monetária e juros incidentes sobre o principal (imposto); a prescrição em matéria tributária; a penhora de renda.

Com relação a Atividades de Consultoria e de Coordenação, por meio da participação efetiva da Coordenação da Procuradoria de Pessoal no Grupo de Assessoramento Especial (GAE) do Governo do Estado, concretizada na formulação de manifestações e promoções em diversos expedientes e no comparecimento às reuniões periódicas, procedeu-se à análise de diversas propostas, dentre as quais destaca-se: Projeto de Lei criando o Plano de Cargos e Funções da Universidade estadual (UERGS); autorização para realização de concursos públicos, tais como da FADERS, o do BANRISUL (médico do trabalho); criação de 61 empregos permanentes para provimento do quadro da Fundação FASE, para atendimento da CASE Novo Hamburgo; projeto de lei para contratação emergencial de auxiliares de saúde da Secretaria da Saúde, instrumentistas da FOSPA, contador, advogado e analista de sistemas para FDRH, prorrogação dos contratados para o IGP e da SUSEPE (monitores e psicólogos); autorizações para realização de horas extras na Brigada Militar, SUSEPE, Polícia Civil, Caixa Agência de Fomentos S/A e Departamento de Produção Vegetal; estudo de viabilidade e análise da legislação para contratação temporária de salva-vidas (2005-2006); regularização dos contratos emergenciais dos Hospitais da Brigada Militar - prorrogação dos contratos existentes e autorização para concurso público.

Da mesma forma, merece destaque o trabalho desenvolvido pela Dirigência da Equipe Trabalhista da Procuradoria de Pessoal, que redundou na aprovação da minuta de Decreto destinado a regulamentar a contratação de serviços terceirizados, com previsão de guarda de documentos e fiscalização do

cumprimento das obrigações trabalhistas pela Administração (Decreto n. 43.183, de 22 de junho de 2004), bem como no acompanhamento do dissídio coletivo da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que envolvia o Sindicato dos Eletricitários, o Sindicato dos Engenheiros e o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio.

Extremamente relevante demonstrou-se, ainda, a atuação da Coordenação da Procuradoria do Domínio Público Estadual, junto à Secretaria Estadual da Saúde, buscando a aproximação de tais órgãos, a fim de unir esforços contra os enormes prejuízos ao Estado do Rio Grande do Sul decorrentes da concessão indistinta, pelo Poder Judiciário, às custas do Poder Público, de todo e qualquer fármaco, próteses, órteses, etc. Assim, há aproximadamente dez meses, três técnicos da Secretaria da Saúde trabalham diretamente junto à Procuradoria-Geral do Estado, o que agiliza a troca de informações e auxilia na defesa judicial na matéria, a ponto de já se terem obtidos bons resultados junto ao Tribunal de Justiça do Estado e a alguns magistrados gaúchos no tema. Nessa área, destaca-se, ainda, a atuação da Coordenação da Procuradoria do Domínio Público Estadual na Câmara Técnica de Fibrose Cística, criada pelo Ministério Público, para definição de protocolos para tratamento da fibrose cística, a fim de obter respaldo técnico quanto à lista de medicamentos, bem como a atualização da mesma. O resultado das reuniões de trabalho foi o estabelecimento de uma lista de medicamentos padrão para o tratamento de fibrose cística, o que é benéfico à Administração Pública, bem como a assinatura de termo de acordo entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público.

Na Equipe de Consultoria da Procuradoria de Pessoal, foram examinados temas de grande complexidade, tais como os que envolviam:

- aspectos de pessoal do projeto de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas, a ser executado pela Secretaria de Estado da Educação (Parecer n. 13.834);

- os procedimentos do concurso público para provimento do cargo de Delegado de Polícia e cargos superiores da Brigada Militar (Pareceres n. 13.852 e 14.056);

- a remuneração a ser percebida pelos integrantes dos Conselhos Estaduais de Cultura (CEC-RS) e de Educação (CEED-RS) (Parecer n. 13.897);

- a interpretação e aplicação das normas que regem as reservas de cotas para provimento de cargos por deficientes aprovados em concurso público (Pareceres n. 13.902 e 13.945);

- a possibilidade de acumulação das funções de magistério público estadual e vice-prefeito (Parecer n. 13.925);

- a necessidade de suprimento de pessoal pelos estabelecimentos de saúde mantidos pela Brigada Militar (Parecer n. 13.995);

- substituição de Diretores de Sociedade de Economia Mista (Parecer n. 14.067);

- impossibilidade de percepção de gratificação equivalente diante de pedido de nomeação retroativa (Parecer n. 14.101);

- afastamento da possibilidade de suprimento de pessoal da Superintendência do Porto de Rio Grande mediante convênio (Parecer n. 14.110);

- vedação da instituição de carreira a servidores admitidos sem concurso público (Parecer n. 14.126).

Na Equipe de Consultoria da Procuradoria do Domínio Público Estadual, também foram examinados temas relevantes no âmbito da Administração Pública Estadual, sendo elaboradas, no ano de 2004, 206 informações, 27 pareceres e 69 defesas em Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Dentre os temas de relevo analisados por tal Equipe, pode-se destacar o exame:

- da contratação do BANRISUL para emissão de debêntures da CADIP;

- do cabimento ou não do reajustamento de vários contratos firmados pelo DAER, PGE e outros, com base no reequilíbrio econômico-financeiro;

- das questões envolvendo transferência de recursos de Fundo Estadual de Saúde para fundos municipais de saúde;

- de várias questões jurídicas envolvendo a destinação de bens decorrente de contratos de arrendamento no porto de Porto Alegre;

- da minuta de edital de concorrência e do contrato, relativamente à contratação de empresa para prestação de serviços de avaliação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovia;

- da manutenção do Parecer nº 12733 em relação à possibilidade de pagamento de indenização a agricultores desapossados em área indígena;

- de questões jurídicas envolvendo a destinação a ser dada a determinados bens deixados pela extinta CORLAC;

- de legalidade de vários editais de concorrência, e de dispensas e inexigibilidades de licitação, notadamente da CEEE e da PROCERGS.

Por sua vez, no âmbito do Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado, no segundo semestre de 2004, deu-se atendimento prioritário a várias consultas de órgãos da Administração Estadual, como, por exemplo, da Secretaria Estadual de Habitação, do DAER e do Gabinete do Vice-Governador, pertinentes à extensão das vedações da lei eleitoral às atividades da Administração Pública, haja vista a proximidade com o período de eleições municipais. Em tais casos, a atuação da Procuradoria-Geral do Estado visa à orientação da atuação do administrador público, no período que antecede as eleições municipais, em atuação preventiva, que preserva o patrimônio público e a lisura das eleições municipais, e tendente a evitar futuras demandas judiciais.

Por fim, importante referir que o ano de 2004 marcou um período de incremento da integração da Procuradoria-Geral do Estado, por intermédio das

Coordenações de suas Procuradorias Regionais, com as comunidades em que as mesmas se encontram inseridas. Nessa linha, houve a representação da Exma. Procuradora-Geral do Estado, por parte dos Procuradores do Estado atuantes no Interior, em diversos eventos promovidos por Órgãos de diferentes esferas. O reflexo de tal trabalho pode ser representado pela homenagem, prestada pela Brigada Militar, à 4ª Procuradoria Regional, com sede em Passo Fundo, em sessão solene realizada no dia 18/12/2004, em reconhecimento ao constante apoio da Procuradoria-Geral do Estado à Corporação. Também exemplo dos frutos de dita integração foi a reunião, realizada no âmbito da 12ª Procuradoria Regional, com sede em Ijuí, para a qual foram convidados e compareceram cerca de quinze Juízes de Direito e Promotores de Justiça da região, para serem esclarecidos sobre as medidas adotadas pelo Estado no que diz respeito às ações que envolvem o fornecimento de medicamentos e tratamentos médicos. Na ocasião, houve exposição de vídeo e a entrega de material didático aos participantes da reunião, que puderam questionar o Coordenador da Coordenadoria Regional da Saúde de Ijuí e os Procuradores do Estado, sobre ações conjuntas e o abuso do direito de ação na matéria.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AOS NECESSITADOS

A **Defensoria Pública do Estado** tem a função de prestar assistência jurídica a todo cidadão carente que dela necessitar. Para isso, desenvolve o Programa **Assistência Jurídica e Judicial aos Necessitados** e conta com a atuação de 275 defensores públicos, atendendo 121 comarcas das 161 existentes no Rio Grande do Sul.

O Programa Assistência Jurídica e Judicial aos Necessitados tem por objetivo qualificar e aumentar o número de atendimentos da Defensoria Pública a quem dela necessitar, através da execução de ações específicas para a melhoria do atendimento, quais sejam: reaparelhamento do órgão; implantação de Sistema de Controle de Informações; promoção da regularização fundiária; mudança da Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento; mutirão na Execução Penal; e capacitação nos Direitos da Criança e do Adolescente.

Durante o ano de 2004, o Programa desenvolveu-se satisfatoriamente, sendo superadas as estimativas iniciais de atendimentos à população carente do Estado. As obras para transferência da Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) já foram iniciadas, o que vai proporcionar, ainda, um melhor desempenho para o próximo exercício.

Com a realização do *Mutirão de Avaliação Penal*, em convênio com o Ministério da Justiça, foram efetuados 4.455 atendimentos e 1.341 postulações. O mutirão objetiva a diminuição da tensão existente na massa carcerária, através da verificação da remissão da pena e demais benefícios, como a possibilidade de progressão de regime dos apenados,

Destaca-se, também, o desempenho da ação do *Usucapião*, cuja finalidade é promover a regularização fundiária no Estado do Rio Grande do Sul, propiciando a obtenção do título de propriedade àquelas pessoas que detêm a posse do imóvel e já tenham condições de usucapí-lo, onde verificou-se 2.222 atendimentos, para um total de 398 ações ajuizadas.

Igualmente, foi satisfatório o desempenho da ação de *Capacitação dos direitos da criança e do adolescente*, com 2.450 atendimentos e 238 ações ajuizadas somente em Porto Alegre e Região Metropolitana.

Com relação ao *Reaparelhamento da Defensoria Pública*, foram adquiridos móveis, equipamentos de informática, compra de veículo para renovação da frota e aparelhos condicionadores de ar. No que diz respeito ao *Sistema de Controle de Informações*, foi desenvolvido suporte para implantação de um subsistema.

Salienta-se como resultado positivo no ano de 2004, o aumento significativo no número de atendimentos às pessoas carentes que buscam os serviços da Defensoria Pública em todo o Estado do Rio Grande do Sul, totalizando cerca de 283 mil pessoas assistidas, num acréscimo de aproximadamente 80 mil atendimentos em relação ao ano de 2003, bem como a abertura de 11 novos escritórios no Interior, em comarcas anteriormente não assistidas pela Defensoria.

A Defensoria Pública do Estado teve recém aprovada a sua autonomia administrativa e financeira. Para tanto, no ano de 2005, organizar-se-á para a implantação e adequação a essa nova realidade. Objetivando qualificar e aumentar o número de atendimentos à população carente, este Órgão tem como meta a promoção de concurso público para defensores, suprimindo assim o atendimento nas comarcas que ainda encontram-se desprovidas destes.

A ação do usucapião, que vem promovendo a regularização fundiária, tem superado a estimativa inicial de atendimentos e ajuizamento de ações, tornando-se assim imprescindível a sua continuidade no próximo ano. Devem ser mencionadas, também, as mais diversas atividades desempenhadas pela Defensoria, como por exemplo a realização de Mutirões de Atendimento, em que são reunidos grupos de defensores públicos para prestarem atendimentos fora dos locais normais de atuação, bem como a realização do Mutirão Penal, atividades essas que devem ter continuidade.

Também estão previstas, para 2005, ações específicas de reaparelhamento da Defensoria Pública e a implantação do Sistema de Controle e Informações, com melhoramentos na estrutura dos escritórios já existentes e proporcionando a estrutura para os novos .

A Unidade de Atendimento e Ajuizamento terá suas atividades transferidas para o prédio-sede da Defensoria Pública, possibilitando, assim, uma melhor estrutura de atendimento aos assistidos e reduzindo o custo com locação de imóvel, uma vez que esta Unidade hoje desenvolve suas atividades em prédio locado.

Diante da demanda crescente de atendimento jurídico às pessoas carentes, este Órgão realizará no ano de 2005 todas as atividades necessárias para a otimização do atendimento a estas pessoas, garantindo, assim, o acesso à Justiça para toda a população carente do Estado.

REGULAÇÃO

A regulação de serviços públicos delegados é exercida, no Rio Grande do Sul, pela **Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados (AGERGS)**, responsável pela condução de três Programas definidos no Plano Plurianual 2004-2007, dos quais se destacam as seguintes realizações e planos.

FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

O Programa visa integrar os cidadãos no processo de regulação dos serviços públicos delegados, com vistas à melhoria contínua da qualidade desses serviços. Neste sentido, no ano de 2004 destacam-se as seguintes realizações:

- Reestruturação do Cadastro de Usuários Voluntários (CUV), visando uma maior adequação à distribuição geográfica e por área de atuação da AGERGS, conferindo caráter mais científico às pesquisas realizadas com base no CUV. Além disso, foram incorporados mais de 300 novos usuários voluntários.
- Realização de cinco audiências públicas.
- Conclusão de 2.859 processos de mediação de conflitos entre usuários e concessionários de serviços públicos delegados.
- Encaminhamento de mais de 39 mil reclamações, no processo de ouvidoria, tendo-se obtido solução para 92,8% dessas reclamações.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

O Programa tem por objetivo promover a melhoria contínua e garantir a oferta de serviços públicos delegados em condições adequadas às necessidades da população e atendendo ao interesse público, e se realiza a partir das seguintes ações.

A aferição e monitoramento do nível de satisfação dos usuários será desenvolvida através de pesquisa de opinião, com periodicidade anual, tomando como universo da pesquisa toda a população do Estado usuária de serviços públicos delegados, tendo como escopo a avaliação dos seguintes aspectos: regularidade, continuidade, atualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das suas tarifas.

Trata-se de uma pesquisa que envolve um amplo universo e cujo desenho da amostra deverá contemplar as especificidades e a abrangência dos serviços públicos cuja regulação é atribuída à AGERGS, conforme determina a Lei nº 10.931/97, a saber: rodovias, transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, transporte rodoviário intermunicipal metropolitano de passageiros, transporte aquaviário intermunicipal de passageiros, saneamento, portos, irrigação, inspeção de segurança veicular, distribuição de gás canalizados, aeroportos, energia elétrica e telecomunicações. Em 2004, foi desenvolvido o Termo de Referência da pesquisa, que possibilita o lançamento de licitação, de modo a contratar e realizar a pesquisa no primeiro semestre de 2005.

A execução da ação *Desenvolvimento e Implementação de Sistemas de Promoção da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados* é dependente da análise da evolução dos indicadores de qualidade. No atual estágio, já foram obtidos os indicadores referentes ao Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (PECR) - Pólos Rodoviários, que estão em fase de análise. A partir das conclusões obtidas e da verificação das práticas utilizadas pelas melhores concessionárias será proposto o sistema de promoção da melhoria de qualidade nas demais concessionárias de rodovias.

No próximo período deverá ser desenvolvido o processo de seleção de indicadores de qualidade para os demais serviços públicos delegados sob regulação da AGERGS com vistas à proposição de um sistema semelhante ao iniciado para os polos rodoviários.

No que diz respeito à ação *Execução de Convênios Para Regulação dos Serviços de Competência da União e dos Municípios*, a AGERGS estabeleceu no ano de 2004 três convênios para a regulação dos serviços de competência da União e dos Municípios. Os Convênios em execução são: com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para o desenvolvimento de atividades regulatórias no setor de energia elétrica; Acôrd de Cooperação Técnica com o Ministério das Cidades, para o desenvolvimento de atividades regulatórias no setor de Saneamento; e Acôrd de Cooperação Técnica com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e a CORSAN, para o desenvolvimento de atividades regulatórias na área de Saneamento.

O Acôrd de Cooperação Técnica com o Ministério das Cidades encontra-se em fase de negociação dos Termos de Referência do Plano de Trabalho.

O Acôrd de Cooperação Técnica com a FAMURS/CORSAN encontra-se em suas fases iniciais de desenvolvimento, com a equipe técnica da AGERGS, desenvolvendo um trabalho de assessoramento às entidades conveniadas para a elaboração de um Contrato Padrão para as concessões dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos Municípios que concedem ou concederão os serviços para a CORSAN.

No Convênio de Nº 4/2003-ANEEL, estabeleceram-se Planos de Atividades e Metas (PAMs) com algumas superintendências da ANEEL, a seguir listadas:

- Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - o PAM compreende basicamente atividades de fiscalização das oito distribuidoras de energia elétrica do Estado.

- Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - o PAM compreende a finalização da demarcação das áreas de atuação das Cooperativas de Eletificação Rural COPREL e CREAL.

- Superintendência de Mediação Administrativa Setorial - o PAM compreende a realização de atividades relacionadas à resolução de reclamações e questionamentos de consumidores de energia elétrica;

- Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração - o PAM compreende a realização de fiscalizações e acompanhamentos de construção de Centrais Geradoras (PCHs e Termelétricas) não despachadas pelo ONS.

- Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - o PAM compreende o acompanhamento das atividades da concessionária de geração CGTEE relacionadas à implementação dos respectivos Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento.

Visando à *Implantação de Sistema de Auditoria e Vistoria Regulatórias*, durante o ano de 2004 foi produzido o Termo de Referência e todos os passos do processo licitatório para a contratação de empresa de consultoria, com vistas à prestação de serviços técnicos especializados de apoio à AGERGS, tendo sido contratada a empresa Bourscheid Engenharia Ltda, no mês de outubro de 2004. O objeto do contrato é o apoio técnico à AGERGS no Exame do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão rodoviária integrantes do Programa Estadual de Concessão Rodoviária (PECR), no diagnóstico da situação atual do citado programa, inclusive no que concerne à avaliação do cumprimento dos índices de qualidade e no exame de propostas de modificação dos contratos mencionados, que venham a ser apresentadas pelas Concessionárias e/ou Poder Concedente.

Quanto à ação *Revisão, Implementação e Acompanhamento dos Indicadores de Qualidade dos Serviços Públicos Delegados*, atualmente encontra-se em andamento o trabalho de consultoria que fará a revisão dos contratos dos pólos rodoviários, devendo apresentar um relatório de acompanhamento dos indicadores de qualidade das rodovias concedidas, bem como apresentar a revisão dos indicadores previstos nos contratos e a sugestão de novos indicadores.

Ao longo do ano de 2004 foram apresentados estudos para os indicadores de qualidade dos Centros de Formação de Condutores.

Para a área de rodoviárias foi realizado trabalho de consultoria externa tendo sido produzido um Banco de Dados que subsidiará o diagnóstico da situação atual de todas as rodoviárias do Estado, o qual deverá servir de base para a proposição de um conjunto de indicadores de qualidade a serem implementados a partir de 2005.

Na área de saneamento, no contexto do convênio FAMURS-AGERGS-CORSAN foram desenvolvidos estudos de indicadores de qualidade dos serviços que deverão ser integrados aos novos contratos de concessão, em fase final de análise.